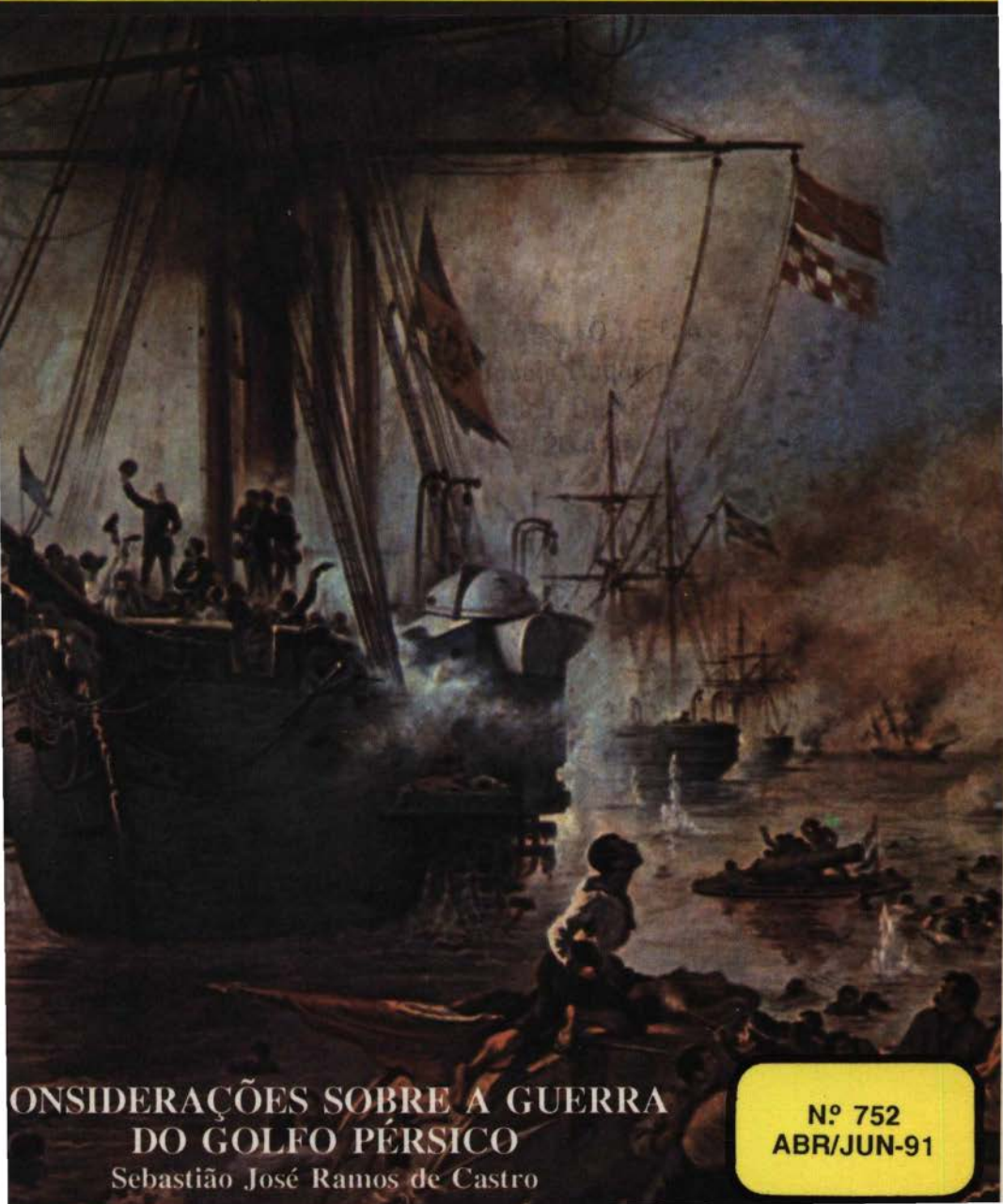




ISSN - 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA
DO GOLFO PÉRSICO

Sebastião José Ramos de Castro

Nº 752
ABR/JUN-91



A DEFESA NACIONAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Palácio Duque de Caxias - Ala Marcellio Dias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º andar
20.455 - Rio de Janeiro (RJ)

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO.....	6
Sebastião José Ramos de Castro	
AMEAÇAS À SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA. HIPÓTESES DE GUERRA. ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA REGIÃO.....	11
Cláudio Heraclito Souto, Manoel da Penha Alves, Julio Cesar Barbosa Hernandez, Paulo Roberto Correa Assis e Carlos Alberto Pinto Silva	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

CARACTERÍSTICAS DO POVO BRASILEIRO.....	36
José Honório Rodrigues	
O VENDAVAL REPUBLICANO. BREVE DISSERTAÇÃO MILITAR	59
Davis Ribeiro Sena	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O FATO EDUCACIONAL.....	71
Rubem Barbosa Rosadas	
O BERIBÉRI NA ARMADA E NO EXÉRCITO DO PASSADO.....	93
Walter Pinheiro Guerra	
OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE O IMPÉRIO.....	123
Mario Jorge da Fonseca Hermes	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICA E TÁTICAS MILITARES

A ARTILHARIA DE COSTA: PRESENTE E FUTURO.....	85
Sergio Falcão	
LIDERANÇA MILITAR: SIMPLES ATRIBUTO DA ÁREA AFETIVA OU DOCTRINA A SER DESENVOLVIDA?.....	100
Toni Fernando Vargas Herzer	
O JOVEM E O SERVIÇO MILITAR: UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓGICA	116
Antonio Fernando Gomes da Costa	

EDITORIAL.....	4
LIVROS.....	144
INFORMAÇÕES.....	148
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	150

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores - Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA BEM

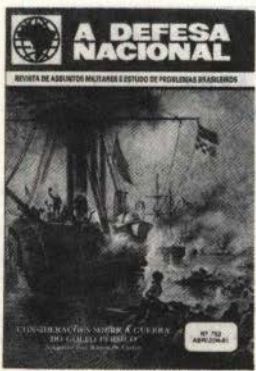
N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO, JOAQUIM DE SOUZA BEM (redactores); FRANCISCO DE PAULA CIDADE, MARIO CLEMENTINO, LIMA e SILVA, PARGI RODRIGUES, JERGE PINHEIRO, POMPEO CAVALCANTE, EUCLYDES FIGUEIREDO, TAHORDA, AMARO VILHA NOVA, MACIEL DA COSTA.

(Fac-simile da portada do N.º, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")



NOSSA CAPA

Exposição ao 11 de junho de 1865 — Batalha de Riachuelo. Homenagem à Marinha de Guerra do Brasil.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente: Gen Bda Sergio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário: Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo: Ten Cel Amaro dos Santos Lima
Diretor-Tesoureiro: 2º Ten Roberto Gadelha

Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Salim Nigri
Cel Paulo Roberto Laranjeiras Caldas
T C Masilhã de Farias Paura

Suplentes: Cel Descartes Leite Gahiva
Cel Marcio Paiva Barroso
Maj Paulo de Oliveira Lisboa

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe: Gen Bda Sergio Ruschel Bergamaschi
Redator-Executivo: Cel R/1 Virgílio da Veiga

Conselho Editorial: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
Cel Claudio Moreira Bento
CMG José Correia de Sá e Benevides
Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para serviço de Relações Públicas da Bibliex - tel.: (021) 253-7535
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA: Peneluc Produções Gráficas e Publicidade Ltda.



EDITORIAL

VOLTAR AS ORIGENS

O desfecho da Guerra do Golfo Pérsico reconciliou a sociedade norte-americana com suas Forças Armadas, após razoável período de ressentimentos provocados pelo estigma do Vietnã. O patriotismo voltou revigorado, o orgulho pelo cidadão fardado refloresceu no cidadão a paisano, enquanto a cúpula dos militares que conduziu a guerra ganhou prestígio para figurar entre os possíveis indicados para concorrer ao pleito sucessório do Presidente Bush.

O desempenho militar dos Estados Unidos superou, de fato, todas as expectativas que acompanharam a guerra. E, entre os fatores que concorreram para isso, um gostaríamos de destacar.

Trata-se da sensibilidade das Forças Armadas norte-americanas para perceber e discutir seus erros, absorver imposições e críticas da sociedade e não desprezá-los na formulação dos seus projetos e programas. O fim do serviço militar obrigatório e a admissão feminina em West Point são exemplos de imposições que elas tiveram que administrar, ainda que pouco deletáveis, enquanto o irrisório número de baixas que tiveram dá a medida da prioridade dos seus planos em preservar a vida do combatente, como forma de se redimir do holocausto vietnamita.

Mal comparando, poder-se-ia dizer que nossas Forças Armadas estão vivendo seu período pós-Vietnã, agora atropelado pelo pós-Guerra Fria e pós-Guerra do Golfo.

Depois de duas décadas de prevalência do pensamento e dos valores militares na construção do Brasil, seu desempenho passou a ser criticado e sua destinação posta em xeque.

Pouco diferindo de qualquer instituição nativa, elas relutam em aceitar a divulgação e o debate público de seus problemas e, muito menos, de suas mazelas. Fundamentam a relutância, em preservar as razas da hierarquia e da disciplina — o que, em parte, é justo — e no cuidado em não facilitar a ação desagregadora de cidadãos irredutivelmente hostis. Percebem, nas críticas mais ferinas e, talvez por isso, de maior divulgação, a marca do revanchismo aos excessos marginais cometidos durante o chamado regime autoritário, rejeitos da irracionalidade do radicalismo ideológico.

Elas não ignoram os benefícios de se levar as discussões das questões de defesa além do horizonte das organizações militares. Reconhecem os méritos de se introduzir no pensamento profissional — suscetível, por definição, de deformações — enfoques que se podem mostrar novos e verdadeiros, ao contrário do que dizia Lord Acton do discurso de um membro do Parlamento Inglês. Consideram, porém, condição essencial para que tal aconteça, que o debate se faça sério e construtivo, prática de obediência circunstancial na imprensa comum.

Se tudo isso é verdade, cabe perguntar: — por que não eleger as páginas A Defesa Nacional como foro ideal para esse debate?

Afinal, em razão disso é que ela foi fundada, há mais de setenta e sete anos...



CONSIDERAÇÕES SOBRE A GUERRA DO GOLFO PÉRSICO

Sebastião José Ramos de Castro

Neste artigo, com base em constatações claramente justificadas, são arrolados alguns ensinamentos que a Guerra do Golfo Pérsico pôs em evidência e que terão de servir de parâmetro, a partir de agora, na conformação do Poder Militar de qualquer nação responsável.

É evidente que, tão logo assente a poeira dos acontecimentos político-militares ocorridos na região do Golfo Pérsico, surgirão estudos e análises pormenorizados, levados a efeito por capacitados estrategistas e estudiosos de problemas militares.

Esses estudos e essas análises estarão naturalmente relacionados com a forma pela qual o enfrentamento foi conduzido do ponto de vista político e militar e com os meios materiais empregados pelos contendores.

As Forças Armadas de países em desenvolvimento e que são carentes de materiais de guerra de alta sofis-

ticação tecnológica necessitam chegar a algumas conclusões que poderão exercer acentuada influência na sua organização, estruturação e reequipamento, bem como sobre sua doutrina de emprego. Especialmente no caso do Brasil, quando articulistas e jornalistas através de jornais e revistas questionam a eficiência e, até mesmo, a razão de ser de suas Forças Armadas, essas conclusões assumem particular importância.

A abordagem de nosso modesto trabalho consistirá em alinhar algumas considerações e, relacionadas a elas, chegarmos a algumas conclusões.

As considerações que apresentamos são as que se seguem:

- Inicialmente, cabe fazer uma análise sumária sobre o poder militar dos elementos em confronto.

De um lado, encontrava-se o Iraque, que poderíamos considerar como uma potência militar intermediária, bem equipada militarmente, sobretudo graças a materiais adquiridos no exterior, inclusive de vários países seus adversários no conflito, com uma experiência de guerra recente, de cerca de oito anos de duração, em seu confronto com o Irã. Do outro, uma Coalizão, liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) e da qual participaram, entre outros países, a Inglaterra, a França, a Itália e, até mesmo, países árabes.

Do ponto de vista estritamente tecnológico dos materiais empregados no conflito, repetiu-se o acontecido na chamada Guerra das Malvinas. A superioridade tecnológica de uma das partes em conflito, no caso as forças da Coalizão, exerceu primordial importância no desfecho da guerra.

- Um fato político de maior importância foi o posicionamento da União Soviética (URSS) de não apoiar militar e politicamente a invasão iraquiana do Kuwait. Essa atitude facilitou enormemente a atuação da Coalizão, pela certeza de não poder vir a ocorrer uma escalada da guerra, envolvendo os EUA e a URSS como oponentes.

Posteriormente, o Governo de Gor-

bachev, pressionado por forças internas, envidou o máximo de esforços para evitar uma derrota humilhante das forças militares iraquianas. Além disso, quando a URSS identificou, com clareza, os objetivos visados pela Coalizão liderada pelos EUA, constatou que iria sofrer uma séria perda de prestígio e de influência em área vital do mundo.

O fato inquestionável e de maior relevância foi a vitória da política externa dos EUA. O Presidente Bush, contando com amplo respaldo da opinião pública norte-americana e com o firme apoio dos seus aliados, conduziu com grande energia a política de guerra, reagindo com oportunidade às tentativas soviéticas de promover um plano de paz que preservaria as forças iraquianas da derrota no campo de batalha e a influência político-militar soviética na área.

A política externa dos EUA também se fez sentir com muita propriedade na difícil tarefa de conter os ímpetos de Israel para revidar os ataques sofridos pelos mísseis iraquianos, o que poderia provocar sérios problemas na unidade da Coalizão, inclusive não aceitando propostas de cessar fogo que estivessem condicionadas à discussão da questão palestina.

Não se pode ainda deixar de levar em conta as preocupações dos militares soviéticos com o desempenho das forças iraquianas, pois as mesmas foram instruídas segundo sua doutrina e contavam com grande quantidade de materiais de procedên-

cia do seu país, especialmente carros-de-combate.

Cumprе ressaltar, como fecho dessas considerações, que a firmeza da política externa norte-americana foi uma decorrência indiscutível de possuir Poder para fazer valer sua vontade, Poder esse traduzido, em particular, pela força de sua Expressão Militar.

• Uma análise, ainda que superficial, da forma pela qual a Coalizão decidiu conduzir a guerra mostra que o emprego em massa dos meios aéreos, antes de dar início às operações terrestres, teve vários objetivos.

Os mais importantes foram a destruição dos meios de comando e de controle do inimigo, de suas vias de transporte, da quebra do moral da população e dos soldados, de demonstrar a vulnerabilidade dos centros vitais e, especialmente, de total neutralização da Força Aérea Iraquiana. Não foi buscada apenas a superioridade aérea no campo de batalha e, sim, a obtenção da supremacia aérea, eliminando qualquer possibilidade de ameaça por parte do inimigo. As operações terrestres, aéreas e marítimas foram devidamente integradas e a magnitude do apoio logístico foi vital para o sucesso alcançado.

Outro aspecto da maior importância, e que se concluiu do noticiário a respeito da guerra, foi o de que a decisão quanto à manobra terrestre a ser executada não ficou condicionada por discussões acadêmicas em torno dos termos da Resolução da

Organização das Nações Unidas para libertar o Kuwait. Assim é que a manobra concebida não ficou condicionada a que as operações fossem realizadas apenas em território kuwaitiano. Caso isso tivesse vindo a ocorrer, mesmo que viesse a ser alcançado êxito e que uma parte das forças iraquianas fosse destruída, a manobra se destinaria a fazer com que o inimigo refluísse para as posições que ocupava antes da invasão, o que lhe permitiria preservar grande parte de seu poder militar e, possivelmente, inflingir fortes perdas às forças da Coalizão. Por isso mesmo, não houve dúvidas em planejar e executar uma manobra que seria desenvolvida nos territórios do Kuwait e do Iraque e cuja finalidade primordial foi a destruição do inimigo.

Uma vez feitas as considerações anteriores, achamos conveniente formular as seguintes conclusões:

1ª) É praticamente impossível a um país conduzir operações de guerra de natureza convencional com alguma possibilidade de êxito, se o adversário possui indiscutível superioridade tecnológica na área de materiais de guerras. Essa afirmativa decorre do que se observou no atual conflito e na Guerra das Malvinas. Como a História tem demonstrado, países com flagrante inferioridade em materiais de guerra sofisticados com relação a um adversário recorrem à guerra de guerrilhas, procurando realizá-la em áreas nas quais os materiais de

alta sofisticação não possam proporcionar grandes vantagens na condução das ações.

2ª) Um país somente pode estabelecer uma política externa consistente, principalmente se tem ambições de aumentar sua Estatura Estratégica, mesmo que em âmbito regional, se puder respaldar essa intenção por meio de uma expressão de força capaz de garantir sua consecução contra óbices ou antagonismos que possam surgir, e essa expressão de força está calcada na existência de uma Expressão Militar adequada ao Poder Nacional do país. O Governo e o povo desse país precisam bem compreender a importância de que se revestem as Forças Armadas e prestigiá-las devidamente.

3ª) Um país, por melhor que estejam equipadas, instruídas e adestradas suas Forças Armadas, não terá a mais remota possibilidade de êxito na condução de operações de guerra se não contar com meios aéreos, em quantidade e qualidade suficientes, para, pelo menos, alcançar a superioridade aérea nos locais escolhidos para a realização das operações terrestres. O Iraque possuía uma Força Aérea dotada de aeronaves modernas e em quantidade bastante significativa, mas que foi anulada pela superioridade tecnológica das aeronaves disponíveis pelas forças da Coalizão. A supremacia aérea obtida pelas forças da Coalizão permitiu que os deslocamentos terrestres fossem efe-

tuados sem ameaça de ações aéreas do inimigo, conforme se constatou pelos noticiários da televisão.

4ª) Certas máximas sobre a guerra são constantemente citadas, tais como as de que a guerra é uma luta entre duas vontades, a guerra é a continuação da política por outros meios e, até mesmo, a de que a guerra é um assunto muito sério para ser tratado apenas por militares. O certo, porém, é que uma guerra não poderá ser vencida apenas por patéticos apelos ao patriotismo e ao sacrifício. Para vencer uma guerra é impositivo que haja uma vontade firme, energia e competência profissional militar. É necessário que haja uma vontade nacional que se traduza em confiança na liderança política do país e em suas Forças Armadas. Não há a menor dúvida de que fazer a guerra é uma decisão política, mas, uma vez tendo sido feita a opção pela mesma, é necessário que a condução das operações militares seja uma responsabilidade dos militares profissionais, sem ingerências indevidas do poder político, tal como ocorreu no Golfo Pérsico.

5ª) As Forças Armadas brasileiras, através de seus Estados-Maiores, irão, certamente, analisar cuidadosamente o recente conflito. Realisticamente, consideramos que não será possível, a curto prazo e, talvez mesmo, a médio prazo, equipar nossas Forças Armadas com materiais de guerra da sofisticação vista durante

a Guerra do Golfo Pérsico. Parece-nos, porém, ser impositivo o estudo pormenorizado dos meios empregados e das técnicas e processos de combate para, caso se venha poder contar com esses meios, sabê-los empregar adequadamente.

6ª) O parque industrial-militar dos países integrantes da Coalizão, especialmente o dos EUA, deram uma soberba demonstração de sua alta capacidade. O êxito das tropas combatentes foi diretamente associado à excelência do apoio logístico proporcionado. Se desejarmos contar com Forças Armadas convenientemente equipadas e capazes de, no caso de operações de guerra, serem adequa-

damente apoiadas, estudar cuidadosamente nossa política industrial-militar e a modernização de nossos meios de apoio logístico torna-se impositivo.

Como foi asseverado, de início, muito será escrito sobre o mais recente conflito bélico da História. Escrito ainda no calor dos acontecimentos e mesmo antes da completa cessação da luta, o presente artigo levou em conta que seria conveniente lançar alguns aspectos à consideração de nossos soldados profissionais. Com eles, espera-se contribuir para incentivar a prática do pensamento criativo.



O Gen SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO - Pertence à Turma de 1º de Março de 1943, da Escola Militar do Realengo, Arma de Cavalaria. Integrante da FEB como 2º Tenente, Comandante do Regimento Andrade Neves, Chefe da AC/SNI, Instrutor da ECEME, Comandante da 5ª Bda Inf Bld, da 3ª RM, da 3ª DE e do II Exército e CMSE, Vice-chefe do DMB, Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Adido do Exército na Argentina.



AMEAÇAS À SOBERANIA NACIONAL NA AMAZÔNIA. HIPÓTESES DE GUERRA. ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA REGIÃO

Claudio Heráclito Souto

Manoel da Penha Alves

Julio Cesar Barbosa Hernandez

Paulo Roberto Correa Assis

Carlos Alberto Pinto Silva

Materia extraída de monografia produzida pelo grupo de autores como exigência curricular para obtenção do diploma do *Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército*, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Turma de 1990).

Aborda um aspecto da problemática da região, cuja dimensão, despresada pelos que se opõem ao *Projeto Calha Norte*, revelou toda a sua seriedade, a partir dos choques entre guerrilheiros e tropas do des-tacamento do Rio Traira, na fronteira com a Colômbia.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA

Entende-se como Amazônia, de uma maneira ampla, as terras da América do Sul que, além do norte do Brasil, abrangem as três Guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa), o leste e o sul da Venezuela, o sudeste e o sul da Colômbia e o leste do Equador, do Peru e da Bolívia. Na Colômbia, Equador e Peru, a região alcança as fraldas orientais dos Andes.

No Brasil, a Amazônia admite dois conceitos distintos: o de Amazônia Geográfica e o de Amazônia Legal.

A *Amazônia Geográfica* é aquela que ocupa a parte setentrional do país, apresentando, como características fundamentais, a vasta bacia hidrográfica, a densa cobertura florestal e a extensa rarefação demográfica.

Sua população é de cerca de 16 milhões de habitantes, 11% do total dos brasileiros.

Esse imenso território abriga 80% da área florestal do Brasil e a maior reserva florestal tropical do mundo. Possui, também, uma das mais extensas vias fluviais do globo e grandes jazidas minerais.

Compreende os Estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Restringida a esses limites políticos, a região tem uma superfície de 3.500.000 km², 42% da área total do País.

A *Amazônia Legal*, criada para fins de planejamento, é mais abrangente, acrescentando-se, à superfície acima,

as terras que se estendem até o paralelo de 16°N no Mato Grosso, o de 13°N em Goiás e o meridiano de 44°W Gr no Maranhão.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, será considerado, como cenário, a Amazônia Geográfica.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Antecedente históricos

O esforço despendido para dominar a Amazônia é muito antigo, de quatro séculos.

Inicialmente, foram os espanhóis as figuras centrais da aventura, com destaque para Francisco Orellana, que reconheceu, pela primeira vez, o rio Amazonas, desde a região de suas nascentes andinas até a foz, onde chegou em 1542.

Os portugueses, somente após a fundação do Forte do Presépio (1616), onde hoje se encontra a cidade de Belém, começaram a explorar a imensa foz e iniciaram os reconhecimentos rio acima.

Com a união das coroas portuguesa e espanhola, em 1637, surgiu a Capitania do Cabo Norte (atual Amapá) e, a partir daí, tendo como guia e colaboradora eficiente a gentildade, amainada pela ação das ordens religiosas, os luso-brasileiros atingiram áreas que, pelo Tratado de Tordesilhas, eram da Espanha, ampliando dessa maneira o império colonial português na América e, portanto, o Brasil.

O Capitão Pedro Teixeira tornou-se o mais destacado explorador da Amazônia. Além de chefiar a grande expedição que começou a reconhecer o rio Amazonas, em 1637, chegando até Quito, no Equador, foi um verdadeiro pioneiro da área.

Ao findar o século XVII, canhões de ferro e bronze já artilhavam o Forte de São José do Rio Negro, origem de Manaus.

Portugal não se descuroou da defesa dos territórios amazônicos, tão duramente conquistados: Estabeleceu, em que pese todos os sacrifícios, postos que marcassem seus domínios de forma inequívoca e que vieram a dar o contorno do Brasil.

Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, cerca de 37 fortificações foram estabelecidas na área amazônica, como: Macapá, São Joaquim do Rio Branco, São Gabriel de Cachoeira, Marabitanas, São Francisco Xavier de Tabatinga, Príncipe da Beira, Santo Antônio do Gurupá, Óbidos, Santarém e São José do Rio Negro.

Os fortes e fortins construídos ao longo do século XVIII tiveram por finalidade, basicamente, ocupar a foz do rio Amazonas, defendendo-a das incursões de franceses, holandeses e ingleses.

Ainda no século XVIII estabeleceram-se marcas no extremo oeste da Amazônia, defendendo as principais vias de penetração que, das terras coloniais espanholas, adentravam ao território conquistado.

No início do Segundo Reinado, as fronteiras terrestres brasileiras esta-

vam praticamente desguarnecidas e estendiam-se por milhares de quilômetros. Ainda não tínhamos tratados de limites com as novas repúblicas emancipadas do domínio espanhol. Nossas linhas de fronteira não estavam demarcadas (só o seriam no início do século XX). Foi, então, instituída a colonização militar no país.

As colônias militares eram estabelecimentos compostos por contingentes militares, destinados a protegê-las, constituindo também o principal efetivo demográfico, acrescido de colonos civis. Suas finalidades fundamentais eram a proteção das fronteiras e a promoção do povoamento em áreas longínquas.

É imperioso, também, entender a distinção do processo histórico de integração entre a Amazônia lusobrasileira e a espanhola. Na primeira, o processo baseou-se em três pontos principais: o político, caracterizado pela defesa e posse do território, iniciada com a fundação de Belém, em 1616, e prosseguida com a construção de fortificações e viagens fluviais, como a de Pedro Teixeira; e econômico, voltado para a extração das “drogas do sertão”; e, por último, o religioso, que se preocupou com a catequese e civilização dos índios, realizadas por missionários. Na espanhola, o processo de ocupação da Amazônia foi prejudicado pelo interesse da Coroa Espanhola pela extração do ouro e metais preciosos, e pela barreira dos Andes. Em geral, as áreas mineiras localizavam-se na

zona do altiplano e não justificava, economicamente, desenvolver esforços no sentido da conquista da Amazônia a partir do Pacífico. As atividades econômicas desenvolviam-se em torno da mineração, desestimulando a conquista de "zonas duvidosas", como a Amazônia. Por outro lado, os Andes dificultavam o transporte de suprimentos da costa pacífica para a região.

Esses, em síntese, foram os fatores fundamentais que concorreram para o atual contorno da Amazônia brasileira.

O Narcotráfico

O narcotráfico não se qualificaria como fator crítico, não fossem as recentes associações de narcotraficantes e guerrilheiros, que conferem, aos primeiros, maior poder político e, aos segundos, maior poder econômico, criando amplas condições para o alastramento das guerrilhas.

Secundariamente, a questão interessa, do ponto de vista estratégico, pelo impacto sociológico da produção e consumo da droga, muito embora os maiores centros consumidores estejam situados fora do continente.

Embora os principais países produtores de drogas sejam a Bolívia e o Peru (cocaína) e a Colômbia (maconha), em outros países sul-americanos, como a Venezuela e o Brasil, por constarem estes da rota de exportação, agrega-se valor à droga proveniente daqueles países,

o que enseja igualmente condições para a existência do narcoterrorismo.

No Peru, tem sido constatado crescente número de ações de colaboração entre a guerrilha e o narcotráfico, não somente no altiplano, como também na Amazônia peruana, junto às fronteiras brasileiras.

Na Colômbia, da união entre terroristas e narcotraficantes, tem-se como resultado o narcoterrorismo. A região Amazônica tem sido usada para o preparo da droga, principalmente cocaína, com a instalação de equipamentos e laboratório improvisados na selva.

Na Bolívia há sério risco de que o contrabando e o tráfico de drogas, se não forem coibidos a tempo, passem a exercer influência na própria direção política do país e, dada a sua posição central, extravasem inevitavelmente para os países vizinhos.

O Equador tem revelado preocupação com o narcotráfico, consciente de que incrementa o poderio bélico e a ação dos movimentos guerrilheiros, contamina e destrói os sistemas policiais, desmoraliza o judiciário e afeta o poder constituído.

O combate ao narcotráfico e aos movimentos de guerrilha, exercido pelos países limítrofes da Amazônia brasileira — Colômbia, Peru e Bolívia — apoiados pelos Estados Unidos, forcem o deslocamento de seus interesses para o Brasil. Por outro lado, os Estados Unidos pressionam o Brasil para que empregue seus meios no combate ao narcotráfico em território brasileiro.

O Garimpo

A Amazônia sempre despertou a cobiça internacional. Em fins do século passado, a ocorrência de ouro na região dos rios Cassiporé, Oiapoque, Vila Nova, Amapari e Jari, no Amapá, motivou os franceses de Caiena a proclamarem a República do Counani — República de garimpeiros.

A Amazônia, em face de sua dimensão territorial e de suas inúmeras e diversificadas potencialidades minerais, tem sido o alvo principal da disputa de áreas mineralizadas.

A região tem, atualmente, cobertos por requerimentos e alvarás de pesquisa os ambientes mais favoráveis à ocorrência de minerais.

Por outro lado, parte significativa da Amazônia está coberta por áreas indígenas. Com efeito, os Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima possuem cerca de 25, 20 e 48%, respectivamente, de seus territórios cobertos por essas áreas. Esse fato, mais a inexistência de áreas livres para mineração, e as indicações de áreas promissoras de manganês, ferro, nióbio, terras raras, ouro, diamante, tantalita, molibdênio e cassiterita, nas reservas indígenas, têm ocasionado a busca da expansão da fronteira mineral, adentrando essas áreas.

Na realidade, concorrem, atualmente, às áreas indígenas, os grandes grupos mineradores, detentores de inúmeros alvarás de pesquisa em outras regiões, e os garimpeiros. Estes funcionam como verdadeiras em-

presas, pelo aporte de investimentos necessários, pelo volume dos equipamentos utilizados e pela logística operacional empregada.

Adicionalmente, constata-se a garimpagem com grande intensidade na faixa de fronteira, especialmente no Amapá, Roraima, Amazonas e Rondônia, gerando incidentes com a Guiana Francesa, Venezuela, Colômbia e Bolívia.

A produção oficial de ouro no Brasil, no período compreendido entre 1975 a 1986, foi de 232 toneladas, sendo que as unidades industriais minerais contribuíram com 63 toneladas e a produção oriunda dos garimpos participou com 169 toneladas, ou seja, no período considerado, a garimpagem representou 72,8% da produção de ouro do país.

Ênfase deve ser dada à situação que se configura na Amazônia Legal, onde se concentram 90% do contingente garimpeiro — mais de 600 mil — e onde, também, por condições peculiares, a garimpagem é praticada mais intensamente.

Em que pese a importância incontestável da participação garimpeira no setor mineral e, por via de consequência, na expressão econômica, essa atividade, nos moldes atuais, apresenta distorções estruturais e possui algumas características incompatíveis com o desenvolvimento organizado do setor, com o crescimento social e econômico do país, e com a ordem jurídica, destacando-se, como principais, as seguintes:

- aproveitamento inconveniente do bem mineral em prejuízo da desejável otimização, em padrões racionais aceitáveis, da produção mineral;
- descumprimento sistemático da legislação vigente;
- pressões sociais;
- desorganização sócio-econômica;
- ocupação desordenada do espaço amazônico, em virtude da expressiva mobilidade horizontal de que são possuidores;
- crescimento constante da população garimpeira;
- efeitos adversos ao meio ambiente; e
- constante disputa de novos espaços.

Nessa sistemática disputa por áreas — as mais promissoras estão gravadas por pedidos ou requerimentos de pesquisa ou são consideradas áreas indígenas — surgem os conflitos envolvendo garimpeiros x mineradoras, garimpeiros x índios e mineradoras x índios. Em geral, predominam os conflitos garimpeiros x mineradoras e garimpeiros x índios.

Assim, as invasões pelos garimpeiros em áreas tituladas por alvarás de pesquisa e em áreas indígenas, a garimpagem na faixa de fronteira e os desastrosos efeitos causados ao meio ambiente por essa atividade são fatos que preocupam, na medida em que essas questões possam perturbar a ordem interna, gerar inconvenientes nas relações com países vizinhos e projetar, no exterior, uma imagem distorcida do país com relação às polí-

ticas indigenista e de conservação do meio ambiente.

Adicionalmente, junta-se a esses aspectos um outro de extrema relevância: o descaminho e a evasão do ouro que procedem dos garimpos. De 1984 a 1986, os índices podem ser considerados alarmantes, pois não foram registrados como produção 39, 60 e 65% do total produzido.

Vários fatores concorreram para esse descabro, cabendo destacar somente os que dizem respeito à atividade garimpeira, a saber:

- inexistência de compradores credenciados junto aos garimpos, levando os garimpeiros a vender o produto nos países limítrofes, especialmente na fronteira norte do Brasil;
- o garimpeiro evita a sua identificação, para fugir ao pagamento do Imposto de Renda;
- o credenciado também evita a emissão da nota fiscal de aquisição, para fugir dos encargos do PIS e do FINSOCIAL; e
- o ouro, por assumir características de moeda em áreas de garimpo, é facilmente transferido de propriedade, recaindo, não raro, em mãos de não garimpeiros e, conseqüentemente, vendido irregularmente.

A Situação indígena

A região amazônica concentra cerca de 62% das populações indígenas do Brasil. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) estima que habitem o país, hoje, cerca de 230 mil índios, dos quais cerca de 10 ou 15

mil ainda não foram contactados. Na Amazônia estão cerca de 136.500 índios.

Ainda segundo a FUNAI, há, no país, 239 áreas indígenas demarcadas, com extensão de 43.635.491 hectares, e 228 áreas ainda não demarcadas, correspondendo a 38.903.672 hectares. O total de 467 áreas indígenas conhecidas, ocupando 82.544.163 hectares, equivale a praticamente 10% do território brasileiro.

Isso equivale dizer que cada índio brasileiro, incluída aí a população infantil, tem, em média, direito ao uso de 400 hectares. Nos Estados Unidos essa relação chega apenas a 18 hectares. Ou ainda, se todos os brasileiros tivessem, ao nascer, a mesma proporção de terra, o Brasil só teria como abrigar 1,4 milhão de pessoas — ou então sua área teria que ser equivalente a quatro vezes a soma do tamanho dos cinco continentes.

Não há consenso por parte dos pesquisadores sobre o número de índios que habitava o país em 1500. Há estimativas que sugerem ter havido cinco milhões de índios, dois milhões dos quais na região amazônica. Já uma hipótese mais conservadora defende que havia apenas um milhão de índios em todo o Brasil. Outros cálculos apontam 3.600.000 índios, apenas para a região amazônica. No entanto, qualquer que seja a estimativa, a redução do número de índios foi considerável.

A maior parte dos índios da Amazônia brasileira está em Roraima,

Amazonas e Pará. A maior tribo amazônica é a dos Tikunas, com 18.878 índios. A seguir vêm os Makuxi, com 11.000; Yanomani, 9.975; Guajajara, 6.000; Xavante, 5.109 e Caiapó, 3.500 (Dados de 1988).

Embora tenha sido expressiva a redução do número de índios, não há hoje genocídio indígena ocorrendo no país. Na realidade, o que há é a inexistência de uma política indigenista apropriada, real, clara e efetiva e, no campo prático, um certo retardo na demarcação das áreas indígenas. Esses fatos vêm ocasionando uma série de conflitos, dos quais se valem grupos alienígenas, quaisquer que sejam, para acobertarem seus verdadeiros interesses.

Por outro lado, sabe-se perfeitamente que a situação das tribos é difícil, especialmente no que tange às precárias condições de vida, embora nunca antes elas tenham tido uma simpatia tão disseminada entre a sociedade branca. A orquestração sobre o tema, verdadeiro clamor universal, geradora dessa simpatia, baseia-se na formação de “nações indígenas”. Na verdade, a defesa dessa tese é fruto, fundamentalmente, do grande potencial mineral, em especial o aurífero, existente nas áreas indígenas. Esse fato, uma vez transformado em realidade, geraria, inevitavelmente, além do prejuízo econômico, a criação de quistos indesejáveis e atentatórios à integridade territorial do país.

Assim, o problema indígena, na atualidade, envolve a soberania nacional, interfere no endividamento ex-

terno, leva a uma tendência de internacionalização da área amazônica, e está ligado à questão ecológica.

O Manancial genético

A floresta amazônica, como já está devidamente comprovado hoje, tem pouca influência no efeito estufa e no buraco da camada de ozônio. O perigo é a destruição do mais rico manancial genético do planeta, sem estudar seu potencial de benefício para a humanidade.

Há razões sólidas para defender a manutenção da integridade física da floresta e sua ocupação apenas por atividades econômicas que agridam o mínimo possível a cobertura vegetal. A mais forte dessas razões é a luxuriante proliferação da vida na selva.

Não há estimativa precisa do número de espécies existentes no planeta. Na década de 60 as estimativas eram de cerca de 3 milhões de espécies. Hoje já se fala em 5 milhões, e há quem sugira 10 milhões. Para a Amazônia, calcula-se que 2 milhões de espécies tenham nela seu habitat. E pouco mais de 30% desses seres são conhecidos dos cientistas. O número de plantas medicinais já foi estimado em 4.000, mas esse número pode ser bem maior. Portanto, encontra-se, na Amazônia, de um quinto a um terço de todo o estoque genético do mundo. É essa uma das grandes riquezas da floresta, tão pal-

pável como o ouro dos garimpos e tão valiosa como as riquezas minerais que se escondem no subsolo.

Um dos objetivos dos pesquisadores em conhecer as espécies vegetais e animais da região amazônica é tentar encontrar fontes de novos medicamentos. Com efeito, pelo menos 25% de todas as essências farmacêuticas industrializadas no mundo contêm ingredientes retirados das florestas tropicais.

Um outro veio profundo da riqueza genética da floresta é o que os cientistas chamam de biodiversidade — a existência de um número grande de espécies diferentes. As selvas tropicais são depositárias de inúmeras espécies nativas capazes de dar força nova às culturas já domesticadas, mas que estejam exauridas pelo uso extensivo. As qualidades de milho híbrido em uso no país, por exemplo, não podem ser plantadas mais de cinco anos seguidos sem que recebam enxertos de plantas nativas. São as espécies selvagens que, através de cruzamentos, conferem resistência às variedades já comprovadamente produtivas. Também estão na Amazônia inseticidas naturais desconhecidos e muitas outras respostas para problemas do mundo atual.

Por outro lado, os cientistas calculam que estejam desaparecendo, na Amazônia, atualmente, quase três dezenas de espécies desconhecidas, todos os dias. O ritmo de destruição de espécies vivas na Amazônia é 500 vezes maior que a taxa evolutiva natural.

É esse tesouro genético que precisa ser estudado a fundo pelos benefícios que pode trazer à humanidade. Em síntese, a maior importância da floresta é como banco genético. Estamos no limiar de uma era de engenharia genética, uma ciência de potencial imenso que, não obstante, depende da recombinação de gens já existentes e não da construção de gens novos. Assim, é claro que um dos potenciais econômicos da Amazônia para o Brasil está em sua riqueza biológica e que qualquer desenvolvimento sustentado precisa respeitar este fato.

Os principais projetos econômicos

Inúmeros são os projetos econômicos da região neste século. Alguns não tiveram êxito, outros, entretanto, continuam em execução, gerando de uma forma ou de outra, em que pese algumas polêmicas, riquezas incontestáveis e, principalmente, integrando a região à economia brasileira. Entre os mais importantes podemos ressaltar os seguintes:

- Rodovia Belém—Brasília

Executada no período de 1958 a 1975, com 2.208 km, atravessa cerzados, babaçuais e a selva. É um dos marcos da integração da Amazônia ao Brasil. Hoje, totalmente asfaltada, permanece inteiramente trafegável.

- Rodovia Transamazônica

Implantada entre 1971 a 1974, ligando Boca do Acre (AM) a Estreito

(MA). O primeiro trecho, de Estreito (MA) a Itaituba (PA), com 1.254 km, foi inaugurado em 1972. O segundo, que cresce mais 1.066 km até Humaitá (AM), foi inaugurado em 1974: Trafegável apenas em 1.434 km, não possui pavimentação.

- Rodovia Cuiabá—Santarém

Parte da Capital do Mato Grosso e, após percorrer 1.500 km, entre os vales dos rios Xingu e Tapajós, encontra a cidade de Santarém, na confluência dos rios Tapajós e Amazonas, onde se localiza o porto fluvial. Em toda a sua extensão, estão sendo implantados projetos de colonização e desenvolvimento de agricultura e pecuária.

- Rodovia Manaus—Boa Vista (BR—174)

Com uma extensão de 760 km, atravessa, inicialmente, a partir de Manaus, uma densa floresta, para alcançar em seguida a região de campos naturais, interceptando o rio Branco, em Caracará, daí prosseguindo até a cidade de Boa Vista, de onde continuará, ligando o Brasil à Venezuela.

- Rodovia Cuiabá—Porto

Velho—Rio Branco—Fronteira com o Peru

Inaugurada em 1984 até Porto Velho, totalmente pavimentada, com 1.944 km. Rodovia diagonal de especial importância para a Amazônia, possibilitando sua ligação com a região Centro-Sul do País.

- Rodovia Porto Velho—Manaus

Totalmente construída através da selva, é toda asfaltada. Normal-

mente encontra-se em péssimo estado de conservação.

- Estrada de ferro Norte-Sul

Projeto que ligará Açailândia (MA) a Luizlândia (GO), com 1.570 km de extensão. O primeiro trecho, ligando Açailândia a Imperatriz (MA), foi inaugurado em março de 1989.

- Zona Franca de Manuas

Implantada entre 1967 a 1972, tem como principal objetivo desenvolver a Amazônia Ocidental, pela franquia de impostos ao comércio, e estimular a substituição de importações. Hoje há itens com 75% de nacionalização, outros com até 98% entre os produtos fabricados na Zona Franca. O pólo de montagem vem sendo ocupado por um distrito industrial de tecnologia avançada.

- Trombetas

Situado na serra do Sacará (PA), de responsabilidade da Mineração Rio do Norte, foi criado de 1973 a 1979 para minerar, beneficiar e exportar bauxita, cujas reservas eram estimadas em 10 milhões de toneladas/ano por seis décadas. Hoje embarca diariamente 22 mil toneladas para o exterior, faturando US\$ 29,9 milhões ao ano.

- Grande Carajás

Implantado para explorar um potencial de 18 bilhões de toneladas de ferro, 60 milhões de toneladas de manganês, 10 milhões de toneladas de cobre e 40 milhões de toneladas de alumínio. De responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce, produz atualmente 30 milhões de tone-

ladas de ferro e 800 mil toneladas de manganês ao ano. O escoamento do minério se faz por uma estrada de ferro, inaugurada em 1985, que vai até São Luís (MA). Os clientes principais são Japão, Alemanha e Coréia.

- Albrás-Alunorte

Situado em Barcarena, 40 km ao norte de Belém, pretendia produzir 320 toneladas de Alumínio (Albrás) e 800 mil toneladas de Alumina (Alunorte) e dobrar a produção até 1992. Trata-se de uma associação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Nipon Amazon Aluminium (NAA). Entretanto a NAA resolveu abandonar o empreendimento, em 1987, fazendo com que a CVRD importe alumina.

- Urucu

Projeto da Petrobrás, situado no rio Urucu, em Coari (AM), teve seu início em 1985, para extrair petróleo da região, onde se estima que existia uma reserva potencial de 100 milhões de barris.

- Hidrelétrica de Tucuruí

Iniciada em 1977, possui hoje oito turbinas funcionando, produzindo 1.640 megawatts de energia, abastecendo os fornos da Albrás, o complexo mineral de Carajás e os Estados de Tocantins e Maranhão. A previsão é de produzir 8 milhões de Kw, operando com 15 turbinas, interligando o sistema norte de energia ao do São Francisco.

- Calha Norte

Abrange a região situada ao norte da calha do rio Solimões/ Amazonas. É um conjunto de proje-

tos especiais, aprovado em 19 de dezembro de 1985, no sentido de promover e disciplinar: o processo de integração sócio-econômico daquela região ao restante do país, através do fortalecimento dos poderes públicos para assegurar a soberania e a integridade do território nacional; a necessária proteção e assistência às populações da área e às comunidades indígenas; a defesa do sistema ambiental; e a fiscalização e repressão às atividades ilícitas.

Tem como objetivos:

- intensificar o relacionamento bilateral com os países limítrofes;
- aumentar a presença brasileira, com base na ação pioneira das Forças Armadas;
- ampliar e intensificar a ação da FUNAI;
- dar continuidade à ação de demarcação da fronteira norte;
- ampliar a infra-estrutura viária; e
- possibilitar a maior oferta de recursos sociais básicos.

• Programa Nossa Natureza

Instituído em outubro de 1988, trata-se de uma nova política nacional para o meio ambiente, com os seguintes objetivos:

- conter a ação predatória do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;
- estruturar o sistema de proteção ambiental;
- desenvolver o processo de educação ambiental e de conscientização pública para a conservação do meio ambiente na Amazônia Legal;

— disciplinar a ocupação e a exploração racionais da Amazônia Legal, fundamental na ordenação territorial; e

— proteger as comunidades indígenas, as populações envolvidas no processo de extrativismo e as populações ribeirinhas.

• Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental — PROFFAO

Implantado em 1989, pretende levar o esforço unificado dos diversos segmentos governamentais para suprir, em suas carências básicas, o principal agente da integração: o homem da fronteira.

Abrange localidades rurais e urbanas dos municípios da Faixa de Fronteira, que se estende de Benjamin Constant (AM) até o município de Cáceres (MT), num total de 60 municípios.

Tem como objetivos:

- recuperação, ampliação e integração da infra-estrutura viária;
- recuperação e ampliação da oferta de recursos sociais básicos (saneamento, saúde, educação, previdência social etc.);
- aceleração da produção de energia hidrelétrica;
- fortalecimento e racionalização das atividades de extração e manufatura da borracha, castanha, madeira e outros;
- estímulos para uma agropecuária orientada, de conformidade com o previsto nos zoneamentos agroecológicos;
- fomento para implantação de

um parque industrial adequado aos mercados potenciais interno e externo;

— negociação para interconexão da malha viária com as dos países vizinhos; e

— incremento das relações bilaterais.

Apreciação parcial

Verifica-se, pelos projetos acima apresentados, o imenso esforço empreendido pelo governo para desenvolver e integrar a Amazônia à economia brasileira. Entretanto, apesar desse esforço, pode-se afirmar que, com exceção das populações que gravitam em torno de Belém e da Zona Franca de Manaus, de muito pouco, em termos relativos, se beneficiaram as populações da Amazônia como um todo.

Por outro lado, essa região, de inestimável potencial econômico e genético, apresenta alguns problemas de grande monta ainda não equacionados, como a questão indígena e a atividade garimpeira, e um outro não menos importante que, já de início, preocupa toda a sociedade brasileira, por seus reflexos negativos que incidem diretamente sobre ela, que é o narcotráfico.

No entanto, atualmente há um consenso nacional quanto à necessidade de redimir aquelas populações menos beneficiadas, mediante a exploração racional e adequada dos imensos recursos naturais da Amazônia.

E hoje, felizmente, temos mais

meios e tecnologias para uma ocupação racional que considere, sobretudo a médio e longo prazos, os benefícios esperados e todos os seus custos, inclusive ambientais.

AMEAÇAS ATUAIS À SOBERANIA NACIONAL

A cobiça sobre as incalculáveis riquezas da Amazônia não é exclusividade dos dias atuais. Inúmeras têm sido as pressões internacionais ao longo dos tempos, desde a incursão de estrangeiros, no século XVII.

O objetivo de integrá-la definitivamente ao contexto nacional tem sido buscado ao longo das gerações, sem ser, contudo, alcançado integralmente.

Todo o esforço feito não foi suficiente para preencher o vazio demográfico e afastar a tentativa de ingerência de organismos internacionais. Dissociada do restante do território, a Amazônia tem sofrido fortes ameaças que atentam contra a soberania nacional.

As divulgações científicas resultantes da conferência de Humboldt (1769—1859) e o relatório apresentado pelo naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira despertaram, no mundo ocidental, uma grande cobiça sobre a região amazônica, tanto para fins científicos, como para exploração econômica.

Começaram, então, as primeiras investidas estrangeiras na região. A primeira caracterizou-se pela tentativa

dos norte-americanos, na década de 1850, visando à exploração da área pelos naturais de seu país. A campanha concentrou-se na livre navegação da bacia, pois o governo do império mantivera a política colonialista de controle estreito sobre o trânsito na região. Alegava-se que a atitude brasileira trazia, não apenas prejuízos aos interesses americanos e a outras nações, impedidas de desenvolver seu comércio, mas à própria zona em questão, dado os obstáculos técnicos e financeiros opostos ao aproveitamento regional pelos brasileiros. Em face da perigosa ameaça, D. Pedro II elevou a Amazônia à condição de província e estimulou a criação de uma companhia de navegação fluvial, para utilização dos seus rios.

A reação do governo brasileiro, apesar de ter frustrado a investida norte-americana, não desestimulou a cobiça do mundo desenvolvido sobre a Amazônia brasileira e outras ingerências, em forma de tentativas de internacionalização, foram realizadas.

Senão vejamos:

A primeira, de maior importância, foi a pretensão de se fundar, sobre o patrimônio da UNESCO, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. Esse instituto fomentaria a exploração científica da Hiléia, onde exerceria poderes de um verdadeiro estado, permitindo ao Brasil o direito de apenas um voto no conselho dirigente. Em 1949, a pronta ação do Congresso Nacional, contra essa iniciativa, fê-la sucumbir.

No que diz respeito às missões religiosas, cabe ressaltar o excelente trabalho que algumas delas fizeram e prosseguem fazendo em prol das populações locais. Muitas, entretanto, com recursos fornecidos por entidades internacionais, vêm desenvolvendo uma ação que nada tem de evangelizadora. Estas, coincidentemente ou não, se instalaram em áreas parcialmente ricas em minerais preciosos ou estrategicamente valiosos. Sobre o assunto, vale a pena ressaltar alguns tópicos das diretrizes emanadas do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs para seus missionários na Amazônia:

“A Amazônia total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios da Venezuela, Colômbia e Peru, é considerada por nós como um patrimônio da humanidade. A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial...”

“É nosso dever: defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim, esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitem e que são patrimônio da humanidade e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente, dizem lhes pertencer”.

“É nosso dever: impedir, em qualquer caso, a agressão contra toda a área amazônica, quando esta caracterizar-se pela construção de estradas, campos de pouso, principal-

mente quando destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou militares, tais como quartéis, limpeza de faixas, campos de pouso militares e outros que signifiquem a tentativa de modificação ou do que a civilização chama de progresso”.

O antigo projeto dos “Grandes Lagos” ou “Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico” proposto pelo Instituto Hudson, que previa a construção de sete grandes lagos na Amazônia Continental destinados à produção de energia elétrica e à navegação. Estes iriam inundar uma área quinze vezes maior que a dos atuais projetos, hoje tão combatidos. Por trás deste projeto estava uma autêntica variante para utilização do canal do Panamá, pelos Estados Unidos da América. A imediata reação do governo brasileiro invalidou o referido projeto.

Investidas políticas têm sido realizadas pelos países exportadores de estanho para conter a nossa produção e, em consequência, manter os preços internacionais daquele metal.

O excessivo interesse de grupos de ambientalistas nacionais e estrangeiros, tendo como bandeira a manutenção do equilíbrio ecológico, têm influído e provocado exigências específicas do BIRD e do BID para a concessão de empréstimos, com base na defesa do meio ambiente.

A construção de hidrelétricas tem sido combatidas por diversas organizações internacionais, respaldadas no deslocamento de uma minoria de índios. Enquanto, no sul, Furnas des-

locou milhares de pessoas e não houve críticas ou proibições.

Da mesma maneira tivemos a atuação de parlamentares europeus junto à Comunidade Econômica Européia, no sentido de interromper o projeto Carajás.

A ultimação da construção da Rodovia Brasil-Peru, através de investimentos japoneses, foi impedida pelos Estados Unidos, com ameaças de retaliações, prejudicando a aproximação do Brasil com o Pacífico, que lhe traria excelentes opções comerciais.

Grupos defendem a criação de nações indígenas independentes e há tentativa de criar parques indígenas multinacionais, por intermédio de órgãos estrangeiros de apoio à causa indigenista.

Além disto, a CNBB tem pressionado iniciativas do governo brasileiro, como o Projeto Calha Norte, com vistas a criar uma nação Yanomani, como se aquele projeto fosse contra os interesses da defesa dos índios.

Constantes ameaças econômicas têm sido realizadas sob a forma de conversão da dívida externa pela troca de garantia de preservação da floresta.

Interperlações têm sido colocadas junto ao Secretário do Tesouro dos EUA e ao presidente do Banco Mundial, além da ação no Congresso Americano para impedir o fluxo de empréstimos, já contratados, para execução de projetos na Amazônia brasileira.

Outros casos poderiam ser adicionados como as críticas ecológicas, nem sempre bem equacionadas, feitas pelos países do primeiro mundo, quanto ao problema da Amazônia, vinculando-o ou pretendendo vinculá-lo ao problema da dívida externa brasileira.

Somando-se a tudo, ações ilícitas de contrabando e narcotráfico crescem sem a devida repressão e movimentos guerrilheiros rondam as nossas fronteiras internacionais.

O Brasil tem respondido a todas essas pressões com algumas medidas mais ou menos objetivas, principalmente a partir de 1989, quando criou programas de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas, lutando pela conservação e ampliação das unidades de preservação da área e a Carta da Amazônia, que pretende a continuidade do crescimento com investimentos do governo e da iniciativa privada, através da integração com os países vizinhos e da desmistificação das teses de "pulmão do mundo" e do "efeito estufa".

Recentemente, temos acompanhado com muita preocupação as novas pressões e as atuais investidas sobre a Amazônia, com origem em órgãos internacionais e com ampla acolhida na mídia estrangeira e mesmo nacional.

Os assuntos que têm sido estampados com maior frequência nas manchetes dizem respeito aos problemas de posse da terra, à necessidade da manutenção do equilíbrio ecológico para preservar o "pulmão do mundo"

e proteger as populações indígenas, além das propostas de vinculação da dívida externa com a preservação ambiental.

É estranho esse excessivo interesse de grupos estrangeiros com a manutenção do equilíbrio ecológico. Seus ataques baseiam-se em dois pontos convergentes: a contribuição das queimadas para o agravamento do "efeito estufa" e o perigo que representa qualquer devastação da floresta, com base na teoria do pulmão da humanidade.

As queimadas são motivos de real preocupação e o governo já tomou medidas para controlá-las. Não é possível aceitar, entretanto, as acusações de que essas queimadas são as responsáveis maiores pela poluição da atmosfera e estão colocando em risco a própria sobrevivência da humanidade. Elas, como qualquer combustível, contribuem, de fato, para a degradação ambiental, mas a principal causa dessa poluição, os países desenvolvidos estão cansados de saber, é a queima de combustíveis fósseis, por eles mesmos produzidos.

A teoria de que a Amazônia é o "pulmão da humanidade" tem duvidosa sustentação científica. Alguns estudos recentes indicam ser muito provável que a maior parte do oxigênio produzido pela floresta, durante o dia, seja consumido durante a noite. De qualquer forma, os povos que pretendem nos monitorar em matéria de preservação da natureza não são, historicamente, os melhores conselheiros.

Convém não esquecer que o mundo já foi quase todo coberto por florestas e aqueles povos devastaram as suas, quase que integralmente.

Quanto às populações indígenas, as acusações de descaso por parte do governo brasileiro não se fundamentam nos fatos. Nos últimos três anos, buscando a defesa dos interesses dos índios, sua preservação e a manutenção de seu meio ambiente livre de agressões, foram acelerados os trabalhos de demarcação das terras indígenas. Resultados apreciáveis têm sido obtidos.

Os cerca de 230 mil índios brasileiros ocupam, em suas 467 reservas, cerca de 82 milhões de hectares, o equivalente a 10% do território nacional. Como já foi ressaltado, isso equivale dizer que cada índio brasileiro tem, em média, direito ao uso de 400 hectares. Nos EUA, essa relação chega a apenas 18 hectares.

A última investida para internacionalizar a Amazônia se apresentou sob a forma de uma troca: o perdão da dívida externa pela garantia da preservação da floresta. O assunto havia sido proposto pelo Sr. Michel Rocard, primeiro ministro da França, e foi novamente provocado por um grupo de parlamentares americanos que visitou a Amazônia.

A proposta feita por aqueles parlamentares, que mereceu, inclusive, um editorial no "New York Times", é ambígua e encerra sérios riscos de, mais tarde, ser interpretada favorecendo a adoção de medidas que ameassem nossa soberania. O go-

verno brasileiro, como não poderia deixar de ser, reagiu com firmeza à proposta, deixando claro que não nos interessa trocar nossa soberania por qualquer forma de ajuda externa.

HIPÓTESES DE CONFLITO E DE GUERRA

Conceituações

A dimensão militar das questões nacionais está inserida na própria Política Nacional, na qual ela interage, não só como segmentos mais voltados para a Segurança, como com os segmentos principais das expressões políticas, econômica e psicossocial do Poder Nacional.

A dimensão militar e sua explicitação através de uma Política Militar consistente deve ter em conta os estados de conflito ou de guerra em que esteja vivendo o país.

Hipótese de conflito pode-se conceituar como a antevisão de um quadro nacional ou internacional, marcado pela existência de Pressões em que o Poder Nacional deve ser empregado para enfrentar ações que dificultam ou impeçam a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes. *Hipótese de Guerra*, como a antevisão de ocorrência de conflito armado, num quadro conjuntural nacional ou internacional, que exija o emprego violento do Poder Nacional como último recurso para a superação de Pressões Dominantes.

A defesa é o ato que, muitas vezes, precisa ser feito para dar a garantia de segurança. Mesmo quando o ato não chega a se realizar, é necessário que os antagonismos que ameaçam o interesse nacional, ou ameacem aos Objetivos Nacionais Permanentes, tomem conhecimento do fato de que o Brasil é capaz de realizar os atos de defesa, se necessário for, com credibilidade, para garantir a vontade política nacional.

As hipóteses de conflito e as hipóteses de guerra são objeto de formulação e explicitação para as Forças Armadas, para orientar o seu preparo e aprestamento, pela Presidência da República, ouvida sua assessoria, como adequado.

Principais tendências

• Externas

— bipolaridade residual no plano político e militar, no quadro mundial;

— multipolaridade econômica;

— consolidação de blocos econômicos;

— desideologização das relações internacionais;

— preocupação com temas globais: — meio ambiente, — narcotráfico e assistência humanitária;

— predomínio do econômico e tecnológico como indicadores do Poder Nacional;

— hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) nas Américas;

— transnacionalização do combate ao narcotráfico;

— sofisticação dos meios de comunicação permitindo a veiculação instantânea de informações, conferindo a opinião pública mundial peso decisivo;

— pressões originárias do Hemisfério Norte envolvendo a conservação (ou preservação) ambiental na Amazônia;

— esvaziamento do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

• Internas

— consolidação do Estado Democrático do Brasil apoiado na sua estabilidade político-econômica;

— cooperação e integração da América Latina, particularmente do Brasil com a Argentina;

— intensificação da participação do Brasil no contexto do comércio internacional, pelo seu ingresso no bloco americano;

— vivificação das fronteiras na Amazônia brasileira;

— violência no quadro psicossocial — Problemas fundiários no Norte e Nordeste;

— problemas na Amazônia brasileira, por influência nacional ou internacional.

Tendo em vista as ameaças e as tendências internas e externas apresentadas é possível se admitir as hipóteses de conflito e de guerra que se seguem.

Hipóteses de Conflito, de Guerra e caracterização

• *Hipóteses de Conflito (HC)*

— Pressões de países desenvolvidos alegando o “Direito de Intervir” contra governos ilegítimos em áreas indígenas e o “Dever de Ingerência” contra o Brasil, que permite que prejudiquem o meio ambiente e as nações indígenas na Amazônia.

— Atuação estrangeira, de países centrais, na Amazônia brasileira, visando a lutar contra o narcotráfico e/ou tentar implantar áreas liberadas dentro das idéias de ativismo preservacionista das florestas e dos povos indígenas.

• *Hipóteses de Guerra (HG)*

— Intervenção estrangeira na Amazônia brasileira, despida de cunho ideológico, tendo em vista atuar contra o narcotráfico, debelar um eventual estado de luta interna no âmbito de países situados na periferia do arco fronteiriço brasileiro e/ou tentar implantar áreas liberadas, dentro das idéias de ativismo preservacionista das florestas ou de povos indígenas.

— Intervenção brasileira em área sul-americana, periférica ao arco de fronteira da Amazônia brasileira, a pedido de nação membro do Tratado de Cooperação Amazônico (TCA), para impedir ou antecipar-se a eventual invasão estrangeira nos termos da HG anterior.

• *Caracterização sumária das HG*

Conflito armado, sem caráter ideológico, abrangendo ações convencionais e irregulares, deflagrada por grupos nacionais ou coligação de nações.

Projeção futura — Recomendações

• Permanente questionamento das HG (cenários de conflito) visando a verificar sua validade e probabilidade de ocorrência no tempo presente e futuro;

• procurar um alto nível de instrução, adiestramento e aprestamento das Forças Singulares, em especial em Operações Combinadas e/ou Conjuntas na Amazônia;

• garantir capacidade de defesa aeroespacial na Amazônia brasileira;

• preparar a infra-estrutura das vias de transporte adequadas à mobilidade estratégica das Forças Singulares na área;

• promover o aumento das ações de presença das Forças Armadas na Amazônia brasileira;

• assegurar mobilidade estratégica e tática para emprego das Forças Singulares na região Amazônica;

• reestudar, considerando os cenários de conflito, a estruturação (organização e articulação) das Forças Armadas na região Amazônica;

• desenvolver uma estratégia de ação independente, para as FFAA brasileiras, na região Amazônica, visando a criar capacidade de intervir na área periférica ao arco de fronteira

da Amazônica brasileira, a pedido de nação membro do TCA;

- estimular a interação das Forças Singulares, com as populações amazônicas, principalmente da zona rural, de modo a impedir, neutralizar ou negar sua cooptação ou ligação com grupos contrários aos interesses nacionais.

ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DA REGIÃO

Considerações Preliminares

Coerente com os fatos que caracterizam o momento amazônico, ameaças à Soberania Nacional e potenciais fontes internas e externas de conflitos das realidades Amazônicas, sintetizadas em:

- alvo de cobiça internacional;
- posição geográfica e decorrente importância geopolítica;
- acentuadas desigualdades individuais entre o povo e a elite regional;
- grande potencial exploratório biogenético, hidroenergético e mineral;
- insatisfatória atividade econômica na região; e
- a chamada "Questão Indígena", foram elaboradas estratégias para a defesa da região, relacionadas intimamente com as diversas Expressões do Poder Nacional.

Consideramos no desenvolvimento do trabalho as premissas que se seguem:

- Amazônia é poder, e ninguém cede poder a não ser mediante pressão;

- nas relações internacionais no lugar da amizade impera o domínio dos interesses;

- urge destacar que, se for negado ao Brasil o uso imediato do imenso potencial amazônico, inclusive os de sua extraordinária reserva estratégica, estará sendo negado ao país a utilização plena do seu Poder Nacional e conseqüente ingresso no grupo dos países do 1º mundo;

- se a guerra não ocorre, se hipóteses de conflito ou de guerra estabelecidos não se concretizam, cumprimos nosso dever de planejar para que a tropa se adestre;

- a ambição internacional com relação à Amazônia agride e colide, de uma maneira embutida, no ONP relacionado com nossa integridade e soberania;

- *estratégia* é a arte de preparar e aplicar os *meios* (poder) disponíveis no cenário considerado, levando-se em conta os *óbices* (obstáculos) existentes ou potenciais; para alcançar determinados *fins* (objetivos) estabelecidos pela política;

- a estratégia se concretiza através de ações correntes e de emergência, sendo:

- ações correntes as relacionadas com as situações comuns, isto é, situações que podem ser configuradas como de rotina ou onde não se revelam alterações sensíveis da normalidade;

- ações de emergência as que per-

mitem atender a situações que recomendam ou exijam medidas especiais, não rotineiras, até mesmo excepcionais, para serem eficazmente enfrentadas.

Sabemos que as áreas em que se aplicam as ações estratégicas são consideradas em duas categorias distintas: as de natureza territorial (regiões geográficas) e as que envolvem atividades humanas. Desse modo, setores como os da educação, da saúde ou das comunicações, assim como vazios demográficos, minerais raros, regiões de fronteira, grandes centros urbanos industriais e certas áreas no exterior, de particular interesse para o país, podem ser consideradas áreas estratégicas;

- a estratégia é uma forma de luta, tanto no sentido estrito do vocábulo — choque entre vontades opostas — como no seu sentido amplo, de esforço contínuo e pertinaz até a obtenção do resultado desejado;

- tanto se faz estratégia quando se luta contra a natureza hostil, como quando se enfrenta um inimigo obstinado.

Concluindo estas considerações preliminares, pode-se afirmar que a resolução dos conflitos, tanto a nível interno quanto externo, exige um adequado preparo e emprego do Poder Nacional.

Ações estratégicas

Com o objetivo de evitar o atendimento a uma situação de emergên-

cia, viabilizando a concretização de hipóteses de conflito ou de guerra, as seguintes ações estratégicas podem ser desenvolvidas:

- Na expressão política

- estimular as potências mundiais a uma participação mais ativa, com apoio financeiro e suporte tecnológico, para o desenvolvimento ordenado da área amazônica;

- conter a ação predatória do meio ambiente, através da adoção de medidas que visem à fiscalização da região, dotando os órgãos responsáveis de adequados meios materiais e humanos;

- intensificar ações diplomáticas junto aos governos dos países desenvolvidos, em particular os que exercem maiores pressões, visando à obtenção de recursos, neutralização de pressões, obtenção de tecnologias e, inviabilização da atuação de organismos internacionais específicos de ingerência na Amazônia;

- buscar maior participação dos países amazônicos na solução dos problemas comuns, através da implementação do TCA e/ou intensificação de relações bilaterais;

- reaparelhar a Polícia Federal para melhor cumprimento de suas missões;

- implementar os Programas ora existentes destinados à área, tais como “Calha Norte”, “PROFFAO”, “Nossa Natureza” etc;

- buscar entendimentos diplomáticos com a Venezuela, para encontrar uma solução para os problemas

comuns relacionados com a comunidade Yanomani;

— passar de uma posição meramente defensiva, para uma atitude propositiva no cenário internacional, com o objetivo de esvaziar qualquer campanha de intervencionismo, demonstrando nossa capacidade de solução e gerenciamento dos problemas.

- Na expressão econômica

— desenvolver projetos econômicos, especificamente nas atividades de construção civil e de construção naval, desenvolvendo a região e valendo-se da vocação madeireira da mesma;

— empreender a adoção de medidas de estrutura econômico-financeira do país, de modo a torná-las capazes de atender com oportunidade, presteza e eficiência às necessidades da região amazônica;

— explorar o potencial hidrelétrico, fortalecendo os núcleos principais e contribuindo para a política de integração da região ao núcleo do Poder Nacional;

— aparelhar os portos da imensa malha hidroviária, remover os obstáculos à navegação dos rios, construir eclusas onde os projetos tornarem necessárias, fortalecer os eixos rodoviários existentes e construir as ferrovias que se tornarem viáveis, contribuindo para a circulação de pessoal e riquezas, massificando os transportes e possibilitando uma maior integração;

— implementar uma política que permita a exploração econômica com a preservação ambiental e das comu-

nidades indígenas, respeitando a vocação da terra e criando um fundo de preservação ambiental.

- Na expressão militar

— dinamizar o Programa Especial Calha Norte e respaldar a vivificação de toda linha fronteiriça da região, com a presença efetiva dos pelotões que tamponem os imensos vazios, bem como os demais servidores da união, criando adequada infra-estrutura de saúde, saneamento básico, educação, habitação etc;

— efetuar intensa campanha, no sentido de demonstrar ao mundo que a presença das FFAA e dos poderes constituídos em nossas fronteiras caracteriza nossa vontade férrea de manter a soberania nacional;

— atender com prioridade ao preparo e adestramento das Organizações Militares da área, viabilizando o SI-PLEX e possibilitando, em caso de conflito ou de concretização de Hipótese de Guerra, o emprego de efetivos militares com condições de êxito;

— realizar exercícios militares de grande vulto, com vistas a otimizar o emprego do poder militar em caso de necessidade, bem como objetivando desestimular a ação da guerrilha na região e dar respaldo à atuação da Polícia Federal no combate ao narcotráfico;

— reestudar a Ordem de Batalha, visando a possibilitar a expansão da presença militar na área;

— buscar apoios em recursos materiais, financeiros e tecnológicos

junto aos países desenvolvidos para a solução dos problemas da área, ressaltando o emprego de suas forças militares;

— manter, em áreas estratégicas da imensa região amazônica, tropas adestradas, aligeiradas, dotadas de alta mobilidade estratégica e em condições de pronto emprego em qualquer parte da região.

• Na expressão psicossocial

— envidar esforços no sentido de motivar a sociedade, criando condições favoráveis à cristalização da vontade nacional, no sentido de superar os óbices decorrentes da concretização de conflito;

— possibilitar o surgimento de condições psicológicas favoráveis na sociedade brasileira e, em especial, da região amazônica, buscando o fortalecimento da consciência da necessidade do preparo das Forças Armadas, como instrumento indispensável de garantia da independência e da soberania da nação;

— evitar a destruição dos valores autênticos que caracterizam as tribos indígenas da região, impedindo, a todo custo, quaisquer tentativas de enquistamentos raciais ou étnicos em nosso território;

— emprestar contínua e especial atenção à capacidade de pessoal, investindo no setor educacional na região, em todos os níveis, através do aprimoramento constante da seleção, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis para o desenvolvimento da região e sua cor-

relata integração ao núcleo do Poder Nacional;

— conjugar esforços no sentido de obter uma maior e mais constante integração com organismos ambientalistas;

— evitar a presença de elementos estranhos que fomentem ações desagregadoras junto às comunidades indígenas, propiciando a presença mais permanente de elementos do governo brasileiro que auscultem os legítimos interesses e aspirações dos Yanomamis e demais grupos ou comunidades minoritárias.

CONCLUSÃO

Atualmente, a defesa da Amazônia exige tratamento bem mais amplo do que as simples medidas militares empregadas pelas autoridades coloniais, ou o recurso à via diplomática, própria do império. Quaisquer que sejam as formas assumidas pela investida estrangeira, a justificativa invocada é sempre o abandono e a improdutividade relativa de inesgotável potencial das reservas naturais para o desenvolvimento agrícola e industrial. A manutenção da soberania brasileira na Amazônia está, pois, na dependência da ativação integral do processo colonizador.

Ainda que o objetivo dessa “polêmica amazônica” seja aparentemente justo e aceitável (preservar a floresta amazônica contra as agressões que este ecossistema vem sofrendo), essa é uma responsabilidade e tarefa bra-

sileira, dispensando-se inclusive "tutela" exterior e/ou condicionantes políticas ..., inaceitáveis por qualquer nação soberana.

O Brasil não pode abrir mão do aproveitamento nacional, técnico e sustentado dos recursos da Amazônia, pois o Art. 3º de sua Constituição diz explicitamente que "Constituem objetivos da República:

"garantir o desenvolvimento nacional;

"erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

Nesse contexto, e como medida preventiva, tendo em vista as ameaças latentes, é válido prevenir-se hipóteses de conflito e de guerra para a região amazônica baseadas na possibilidade de explosão de um conflito armado, sem caráter ideológico, abrangendo ações convencionais e irregulares, deflagrados por atores nacionais ou coligação de nações.

Por derradeiro, as estratégias para a defesa da região amazônica devem, no contexto da constituição de 1988, eliminar os óbices ainda existentes para a consecução do desenvolvimento e integração da área ao núcleo do Poder Central. Para tanto, necessitam estar alicerçadas nas expressões do Poder Nacional com a implantação de projetos que sejam economicamente viáveis, ecologicamente adequados, politicamente equilibrados, soberanamente nativistas e socialmente justos.

REFERÊNCIAS

1. Apel, Luis Alberto Rosa. — 1986. Aspectos Fisiográficos do Espaço Brasileiro. Ed. ECEME.
2. Almeida, José C. — 1983. Aspectos Fisiográficos da América Latina. Ed. ECEME.
3. Afonso, José Augusto F. A importância da Análise Histórica no processo de cooperação. O caso amazônico.
4. ——— 1989. Almanaque ABRIL. Editora Abril. Benchimol, Samuel. — 1989. Desenvolvimento da Amazônia Brasileira. Palestra na ESG.
5. ——— 1971. Problemática da Amazônia. Ed. Bibliex.
6. ——— 1989. Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.
7. ——— 1988. Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos.
8. ——— 1989. Doutrina da Escola Superior de Guerra. Ed. ESG.
9. ——— 1990. Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001, 2º volume. Ed. ESG.
10. Enciclopédia BARSA.
11. MEIRA MATTOS, Adherbal. 1989. O Interesse Nacional e os interesses internacionais na Amazônia Brasileira. Palestra no CPEAEx.
12. MEIRA MATTOS — 1980. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. Ed. Bibliex.
13. MOSER, RUDOLF — 1989. Amazônia. Edições Siciliano.
14. PORTO DA LUZ — 1990. Compreensão da Amazônia. Política e Estratégias para integrá-la ao Núcleo do Poder Nacional. Palestra no CPEAEx.
15. ——— 1989. Revista "Veja" n° 26, de 5 Jul 89. Editora Abril.
16. ——— 1989. Revista "Segurança e Desenvolvimento" n° 207 Ed. ADESG.
17. ——— 1989. Revista do Clube Militar n° 286. Ed. Clube Militar.
18. VAZ, Thaumaturgo Sotero — 1990. A Força Terrestre na Amazônia — Palestra realizada no CPEAEx.



O Cel Art CLÁUDIO HERÁCLITO SOUTO - Aspirante a Oficial em 1961, possui, ainda, os seguintes cursos militares: Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, Curso de Informações - CAT B, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército e o Curso de Economia Política realizado em entidade civil. Como Oficial Superior exerceu as funções de E2 DA 3ª Bda C Mec, Assessor do Gab do Ministro do Exército - CMT do 25º GAC e atualmente Ch Gab do Centro de Avaliações do Exército.

MANOEL DA PENHA ALVES...



O Cel Inf JULIO CESAR BARBOSA HERNANDEZ - Possui os seguintes cursos: AMAN (1964), EsAO (1975), ECEME (1982) e CPEAEx (1990). Exerceu as funções de Instrutor da AMAN (1976 - 1977), Adjunto da 2ª Subchefia da então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional - SG/CSN (1986/1987), Cmt do 19º BI MTz - São Leopoldo - RS (1988/1989), É atualmente Chefe EM da 3ª Bda Inf. Mtz (Goiânia - GO). Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Ouro (30 anos) e Medalha do Pacificador.



O Cel. Art. PAULO ROBERTO CORRÊA ASSIS - Possui os seguintes cursos militares: AMAN (1964), Instrutor de Educação Física (EsEFE) (1970), Curso Básico Pára-quedista (1971), Curso de Mestre de Salto (1973), Estágio Básico de Salto Livre (1979); EsAO (1975), EsNI (1976), Estágio de Operações na Selva (1984), Estágio de Mergulhador Autônomo (1985), ECEME (1983), Curso de Política Estratégica e Alta Administração do Exército (1990) e o Curso Civil de Filosofia, da Universidade de Bagé. Exerceu as funções de Cmt de Bateria do

3.º RA Cm (Bagé-RS) e 8.º GAC Pqdt, Instrutor de Educação Física dos Colégios Militares de Fortaleza e Rio de Janeiro, Instrutor do CI Pqdt GPB, Adj. da Sec. de Doutrina do EME, Adj. da 6.ª Sec. do CMA, Subcmt e Subdiretor de Ensino do CIGS, Cmt do 8.º GAC Pqdt e Ch do Estado-Maior da 12.ª RM. Possui as seguintes condecorações: Medalha Militar de Prata, Medalha do Pacificador, Medalha do Mérito Santos Dumont e Medalha de Serviço Amazônico (Bronze). Foram as seguintes suas Missões no Exterior: Representante do CMA no Planejamento de Missão Conjunta com o Exército Francês em Caiena-Guiana Francesa, Integrante da Delegação Brasileira no 8.º Intercâmbio Doutrinário entre os Exércitos do Brasil e dos EUA.

CARLOS ALBERTO PINTO DA SILVA...



CARACTERÍSTICAS DO POVO BRASILEIRO

José Honório Rodrigues

Reprodução de matéria publicada na *Revista da Escola Superior de Guerra* (Ano V, Nº 12, 1989).

AS ORIGENS DO POVO. AS ETNIAS

O homem brasileiro atual, na sua forma individual, nos agrupamentos sociais ou como expressão coletiva da nacionalidade brasileira, tem sua origem nos três grupos étnicos, oriundos de continentes diversos que, desde o Descobrimento, tiveram de se ajustar e logo se misturaram, apesar das divergências e desafeições que sentiam uns pelos outros.

O povo brasileiro, nos três primeiros séculos, é fruto desses três grupos étnicos aos quais se acrescentam, a partir do quarto século de nossa História, os colonos ou imigrantes de etnias outras.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, calcula-se em um milhão e quinhentos mil a dois milhões o número de indígenas que aqui viviam, divididos em numerosos grupos tribais e lingüísticos. Os portugueses pensaram a princípio, como escreveu Caminha em sua saborosa Carta, que “a esta gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, senão entender-nos”. E começaram, logo nos primeiros dias, aquele método de dissolução cultural com que pensavam amansá-los.

Não fora assim na Índia, com Vasco da Gama, nem assim o fará Cabral. Às resistências opostas, uma terrível violência ensinaria que o Poder é Poder e que Portugal representava na época, ao abrir a Fronteira Mundial, o maior Poder agressor

mundial. Na Índia, um e outro aplicaram verdadeiros terrorismos às populações desobedientes. Aqui esperavam não usar a violência e a agressão, já estava em Caminha, ao dizer que “os índios andavam já mais mansos e seguros entre nós, que nós andávamos entre eles”.

E assim foi durante longo tempo. Uma desafeição geral contra a terra e a índia dominava a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-se a praticar as maiores iniquidades, como as que praticaram Tomé de Souza, Mem de Sá e Jerônimo de Albuquerque, ao mandarem colocar à boca de bombardas, feitos em pedaços, os índios que mataram cristãos.

Foi, portanto, na base do terrorismo, feito aqui, na Índia e na África, que se impôs a paz cristã, que se sujeitou todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças, domá-lo e metê-lo no jugo e sujeição, tomar suas terras e roças e reparti-lo pelos colonos, como escravos. Aí está um quadro sumário dos contatos luso-índigenas do primeiro século, que ensopou nossa terra de sangue indígena, apesar dos esforços da catequese jesuítica, sempre mais lembrada e louvada porque é a história triunfante e oficial.

Os Três Tipos de Povoadores

Mas antes da vinda dos negros, imposta pelas necessidades econômicas

da plantação e fabrico açucareiro, pode-se dizer, também em traços sumários que, nesses contatos iniciais, os primeiros povoadores subordinaram-se a três tipos, como ensinou Capistrano de Abreu: o primeiro, que não reagia ao meio e tomava todos os hábitos dos brasis, furava lábios e orelhas, matava os prisioneiros segundo os ritos e comia sua carne, como certo espanhol, encontrado entre os potiguares; o segundo era voluntarioso e indomável, com João Ramalho, o Colono de Cananéia que a erudição identifica como Cosme Fernandes Pessoa ou Duarte Peres; o terceiro, nem descia ao batoque, nem se alçava ao poderio, vivendo bem com europeus e indígenas: é Diogo Álvares, o Caramuru.

Para Capistrano, o primeiro tipo, uma anormalidade, não poderia continuar; o segundo poderia generalizar-se, é dominante na época das violências e guerras, mas não poderia durar, apesar dos esforços empregados pelos jesuítas e das ameaças dos franceses, que lhe dão vigor. Mas é o terceiro, o conciliador e transigente luso-baiano, que sobreviverá, e da sua sobrevivência resultam consequências permanentes na psicologia do povo e da liderança brasileiras.

A vinda dos escravos negros em massas sucessivas, até atingir mais de 3 milhões, não modifica o quadro, pois reforça as divergências, aguça o desentendimento e fortalece o segundo e o terceiro tipos de povoadores portugueses, agora com nova frente de batalha para impor sua cul-

tura e seus métodos. As várias insurreições de escravos negros durante o período colonial foram suprimidas com cruzeza e violência e mostraram, no sangue derramado, a inconciliação de senhores e escravos. O Quilombo dos Palmares suportou 17 expedições punitivas, na última das quais, em 1694, foi cercado por 3.000 homens.

Todos estavam separados e pareciam irreductíveis. Distinguiam-se os nascidos na Metrópole e os nascidos aqui, reinós e mazombos; distinguem-se os africanos de lá e os de cá; moleques eram os de aquém-mar; distinguem-se os índios convertidos e selvagens; caboclos, primitivamente, eram os catequizados.

Iniciado o desmoroamento da cultura indígena, desenraizado também o negro de sua cultura, aqueles dois tipos eram tidos como modelos e imitados nos seus princípios políticos e sociais. E a imitação pela minoria dominante colonial dos dois tipos, o indomável ou o conciliador, dependia da conjuntura, das circunstâncias políticas e econômicas. Guerras e guerras sem dó, sem piedade cristã, exterminarem mais que integraram os povos indígenas. Desde Nóbrega e Anchieta, Gabriel Soares de Souza e Frei Vicente do Salvador, as tiranias portuguesas, as maldades cristãs, os horrores indígenas, as guerras do gentio e contra o gentio ensoparam de sangue a terra.

Em 1584, escrevia o Padre Luís da Fonseca: "A gente que de 20 anos a esta parte é gastada nesta Bahia parece causa, que se não pode crer, por-

que nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse nunca." "Vão ver agora os engenhos e fazendas da Bahia, achá-los-ão cheios de negros da Guiné e mui poucos da terra e se perguntarem por tanta gente, dirão que morreu".

AS ORIGENS DA LIDERANÇA. COMPOSIÇÃO E COMPORTEAMENTO

A vitória do tipo João Ramalho, violento, indomável, parecia fadada a destruir aquela multidão de nações que povoaram o Brasil. As guerras contra tabajaras, potiguares, aimorés, tamoios, caetés, contra índios de todo o Brasil, mostram o aspecto demoníaco das horas de vitória do voluntarioso, o esmagamento do indígena e a dureza portuguesa.

No poema sobre os feitos de Mem de Sá, erroneamente atribuído a Anchieta, se canta:

"Quem poderá contar os gestos heróicos do Chefe à frente dos soldados, na imensa mata: cento e sessenta as aldeias incendiadas, mil casas arruinadas pela chama devoradora, assolados os campos, com suas riquezas, passado tudo ao fio da espada."

Os momentos cruentos ou incruentados de nossa História dependem do triunfo de um ou de outro tipo, na composição do grupo minoritário dominante português, branco, europeu. Traziam os portugueses para impor à terra selvagem, desleixada e re-

missa, a subcultura ocidental, que se dissolvera, ao contato de tantas impurezas da terra e de gente tão desenfreada. Os momentos criadores são aqueles em que o tipo conciliador, “adiante daquele povo novo de Cristo redimido com seu sangue”, dele de Cristo e dele gentio, e dele dominador, vence e compõe a minoria dirigente.

Uns e outros alternam-se no mando, e pode-se dizer que até o fim do século XVII a minoria vacila nos métodos de imposição cultural e política. Mas aos poucos, pela influência da maioria, pela vitória da miscigenação, da tolerância racial, da criação do gado, das bandeiras, misturando gente e cultura, expandindo, pelos pés próprios e não os alheios ou escravos, a terra, obra de mamelucos e caboclos, pelo trabalho, que foi mais do que negro escravo que do branco livre, os conciliadores, os Diogos Álvares do Brasil, foram frutificando, foram caminhando pela vida, alheios à maldade, atentos à inocência, convencidos de que o bem desta terra era a sua empresa.

Com a sua vitória, na composição da liderança, ganhavam todos, a terra e a gente, que já fabricara para seu uso uma síntese nova, uma cultura própria, que dia a dia mostrava que o Brasil já não era uma caricatura de Portugal. Foi, portanto, a maioria — os indígenas vencidos, os negros cativos, os mestiços de todas as cores — que impôs, ajudada pela natureza, pelo tempo e pela minoria conciliadora, a singularidade, a originalidade,

a individualidade que, desde os fins do século XVIII, começa a caracterizar o Brasil, desejoso, desde então, de sua liberdade e independência.

Assim como houve dois tipos dominantes na composição da liderança, houve também duas culturas na sociedade brasileira. A maioria, embora obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, fabricada, substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da natureza, dos índios, negros e mestiços, uma síntese nova e original. Pois não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e, apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia.

A Liderança Colonial

No fim do período colonial, já se podiam ver alguns frutos positivos e alguns resultados negativos. Para começar por estes, a liderança, mesmo a que conciliava, aparando as tensões mais graves e ameaçadoras, foi sempre privilegiada e ortodoxa. Por isso, Capistrano de Abreu escreveu que o povo foi capado e sangrado. A pequena minoria dominante é transmarina, vem e vai logo que o serviço ou fortuna lhe fez à mercê que desejava, ou vice-real, intransigente defensora dos interesses reais, metropolitanos, mais serve ao Rei e

à Metrópole que ao Brasil e aos colonos.

Disse em 1640 Antônio Vieira, o mais famoso pregador que o Brasil jamais ouviu, que “desfazia-se o povo em tributos e mais tributos, em imposição e mais imposições, em donativos e mais donativos, em esmolas e mais esmolas, e, ao cabo, nada aproveitava, nada luzia, nada aparecia. Por quê? Porque o dinheiro não passava das mãos por onde passava. Muito deu em seu tempo em Pernambuco; muito deu e dá hoje à Bahia e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se do Brasil; o Brasil o dá, Portugal o leva”. E animado concluía que “tudo o que der à Bahia, para Bahia há de ser; tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil se há de gastar”.

Seria sem fim lembrar-vos as palavras de censura com que Vieira castigou a minoria transmarina, vice-real, alheada do Brasil. “Os mais velhos que me ouvis e estais presentes, bem vistes neste Estado, e, quando menos ouvireis murmurar aos passageiros nas canoas que cá foram mandados, em vez de governar e aumentar o mesmo Estado o destruíram; porque toda a fome que de lá traziam, a fartavam em comer e devorar os pequenos.”

A opulência e a abundância das riquezas promovidas pelo trabalho da maioria, negros escravos pelas plantações e fábricas de açúcar, na lavra do tabaco e nas minas de ouro e diamantes, caboclos e índios cultivando pelos sertões os pastos cheios de

gado, e preparando os couros e selas enviados a Lisboa, não serviam a eles, mas a estas minorias dominantes e alheias, e aos estrangeiros que já então sujeitavam Portugal.

Assim, podemos tirar desde já três conclusões: primeira, que os momentos históricos, de criação e trabalho, na frente interna, dependem da preponderância do elemento conciliador, dos Diogos Álvares, na composição da liderança; segunda, que a maioria foi sempre sofrida, e sempre viu desfeita sua esperança de melhoria, porque as concessões foram sempre mínimas, já que a minoria desservia o País, servindo à Metrópole; terceira, que as maiores construções são fruto popular: a mestiçagem racial, que criava um tipo adaptado ao País; a mestiçagem cultural, que criava uma síntese nova; a tolerância racial, que evitou o descaminho dos caminhos; a tolerância religiosa, que impossibilitou ou dificultou as perseguições do Santo Ofício, permanentes até os meados do século XVIII; a expansão territorial, obra de mamelucos, pois o próprio Domingos Jorge Velho, devassador e incorporador do Piauí, não falava português; a integração psicossocial, pelo desrespeito aos preconceitos e pela criação do sentimento de solidariedade nacional; a integridade territorial, defendida das ameaças estrangeiras, na costa e no sul; a unidade da língua, ameaça pelo bilingüismo em São Paulo e no Amazonas, onde mais se falava o tupi que o português e, finalmente, a “opulência e riqueza do

Brasil'', de que falava Antonil, a ensinar o segredo do Brasil aos brasileiros, nas vésperas das lutas pela independência, eram frutos do trabalho do povo.

A Formação Histórica do Caráter Nacional

As Tentativas Brasileiras de Interpretação

Os estudos sobre o caráter brasileiro contam, também, com uma tradição filosófica e literária. Desde José Bonifácio, nos inícios de nossa independência, até os ensaios mais recentes, um crescente interesse dos brasileiros pelo Brasil e pelos brasileiros criou ambiente próprio para o estudo disciplinado desse tema. As tentativas de interpretação das constantes do caráter brasileiro, à luz da história, constituem bibliografia tão extensa que só um estudo mais exaustivo poderia revelar suas origens, mostrar e criticar seus resultados. Variam e oscilam em proporção desmedidas nos vários autores a capacidade de observação, a excelência do método de pesquisa, a agudeza da interpretação. Em quase todos, porém, predomina o impressionismo, nem sempre controlado pelo exame das fontes diretas.

Não seria difícil somar as virtudes e os defeitos dos brasileiros, aí apontados, e apresentá-los num conjunto em que a presença de certos qualificativos denunciasses, pela freqüência

e o somatório, o quadro de nossos traços psicossociais. Mas, como já acentuaram vários estudiosos, a cultura de um povo não é um somatório nem de grupos regionais nem de pessoas e sim a integração destes numa síntese nova, em que o conteúdo espiritual se revela na sociedade, em traços permanentes ou variáveis, através de períodos históricos.

Os Períodos Históricos

Deste modo, para tentar captar os traços em mudança e poder afirmar a permanência ou constância de alguns deles, parece-nos que o melhor é destacá-los em sua função social, isto é, na sociedade de cada período. Sob este aspecto, poder-se-iam adotar quatro períodos: 1) do Descobrimento, abrangendo o movimento da restauração pernambucana, até a descoberta do ouro (1690); 2) de 1690 até a chegada da família real (1808); 3) de 1808 até 1917; 4) a fase atual.

O Primeiro Período

Na primeira fase são tais as tradições da tese portuguesa e da antítese do ambiente, dos índios e negros, que a síntese do antigo e do novo é uma criação inteiramente nova e original, apesar da europeização dominante, do lusitanismo vitorioso na aparência das formas sociais.

A melancolia pela terra, o desdém pelo português nascido no Brasil e pejorativamente chamado de mazombo, o desprezo pelos escravos ne-

gros importados em grande número, que davam uma nota alegre junto ao português taciturno e ao índio solumbático, são os traços principais. O português era livre, independente, indisciplinado, e logo se nutria de grandes deficiências e insuficiências de nossa economia e, conseqüentemente, do conjunto total da cultura nacional. Infelizmente, muitos erros não puderam ser corrigidos, desde logo, porque, em vez de consultar os germes de organização que começavam a abrolhar nas juntas e câmaras, os estadistas leram Benjamin Constant e os ideólogos coevos. Já então se faziam as coisas para inglês ver. Numa nação imberbe aplicavam-se os princípios políticos das nações européias muito mais adiantadas. Verifica-se nova europeização superestrutural, pois ainda dominavam a subordinação e o sentimento de inferioridade diante, especialmente, de ingleses e franceses.

Essa tendência para o idealismo, esse vezo de indagar, antes de tudo, o que a nosso respeito dirão na Europa, não podia deixar de dar maus resultados. Já dizia José Bonifácio que, no Brasil, o real vai além do possível. Até 1889, a escravidão foi o sustentáculo econômico do país. A miscigenação continuava sua obra, e a convivência das várias etnias cada vez mais se exercitava, num amplo e generoso sentido humano.

A MESTIÇAGEM

Passados três séculos, o Brasil era

menos euro-ocidental que se pode pensar. Fôramos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses era o produto singular e original que se ia constituir numa nação livre e independente. O processo histórico, que inicialmente fora discriminador, por imposição da minoria dominante, democratizara-se, aceitando traços culturais não euro-ocidentais, e mostrando, assim, que o conteúdo do processo histórico não é determinado exclusivamente pelos vencedores.

Já então o processo de mestiçagem tinha feito sua obra em proporções incomparáveis com qualquer outro país, em qualquer continente. A composição racial da população, às vésperas da Independência, mostra que dos 3 milhões e 800 mil habitantes, 1.930.000 eram negros, e 1.043.000 eram brancos e meio milhão eram pardos.

Em 1807, na Bahia, 52% eram negros, 28% brancos e 20% pardos; em Minas Gerais, em 1821, dos 696 mil habitantes livres e escravos, 271.500 eram negros, 171.500 mulatos e 13.000 brancos; no Rio de Janeiro, em 1817, a população negra superava a branca. Mesmo em áreas branco-tupinizadas, como São Paulo, a população negra e mestiça viera sempre crescendo, do fim do século XVIII aos começos do XIX; em outras zonas tupis, como o Amazonas (Rio Negro e Pará), a mestiçagem branco-índigena tinha sua significação e, mesmo no Rio Grande do Sul, em

1802, para 55% de brancos, havia 34% de pretos.

A população brasileira era uma síntese das três etnias, e de sua miscigenação, pouco, pouquíssimos poderiam ficar imunes à mestiçagem cultural. Além dessas influências tupi-africanas, que se fizeram sentir ao longo do processo de três séculos, uma outra corrente também se impusera. Drogas e frutos do Oriente, vindos nas naus da Índia e Macau, modificavam a paisagem brasileira, com as palmeiras, o coqueiro, a jacuira, a amendoeira, o tamarindo, a carambola, jambos e a pimenta, imprópriamente chamada do reino. Os portos do Brasil não eram, até 1730, estação de pouso para os navios de carreira da Índia, mas, daí em diante, um próspero comércio afro-asiático-brasileiro levou para o Oriente alguns produtos brasileiros, como farinha e tabaco, e trouxe tecidos de seda, nanquins, musselina; e mais o leque, a bengala e certos traços arquitetônicos chineses. Foi, por isso, que o cientista-viajante Martius notou, entre 1817 e 1821, certo ar asiático na paisagem e na arquitetura brasileiras.

A Europeização

A vinda de D. João, em 1808, promoveu uma nova europeização do Brasil, não só com a entrada livre de brancos europeus, mas de costumes e usos, de tal modo que o mesmo Martius observou que a considerável imigração européia devia "imprimir uma mudança nos característicos

dos habitantes, de modo que a existente relação quantitativa de brancos e pretos e mestiços ficou invertida". Datam daí modificações no quadro profissional, melhorando ofícios e artes, modificações essas exigidas pelas transformações econômicas e pela própria evolução da técnica, como nos hábitos alimentares e da moda, umas e outras mais devidas à influência francesa, afora, é certo, a evolução do comércio, devida aos ingleses.

Se, na verdade, esses novos estímulos europeus se refletem mais na liderança que no povo, este não deixaria de sentir seus efeitos. Data daí, então, o vezo de olhar mais para Europa que para o Brasil, com a diferença essencial, no caso, que antes se buscava em Portugal o modelo. Ora, Portugal era já uma das subculturas ocidentais européias mais atrasadas — mais próxima, portanto, do Brasil —, enquanto a França e a Grã-Bretanha, os novos modelos da liderança nacional que fará a Independência e comandará o País, ofereciam estilos superestruturais difíceis de se aplicarem a uma nação imberbe.

A imposição em massa de formas e métodos euro-ocidentais não podia deixar de dar maus resultados, e quem lutou contra isso foi o Patriarca José Bonifácio. Uma ocidentalização maciça, sem atenção para as realidades e os problemas especificamente brasileiros, levou a concessões terríveis, expressas nos Tratados de 1826 e 1827, que alienaram do Brasil o Trono e a minoria dirigente, e os lan-

çaram no inferno da Abdicação. José Bonifácio, em toda sua obra prática de estadista, não quer recorrer apenas ao figurino estrangeiro, mas afirma o seu propósito e o seu apego ao essencial, ao vivo, contemporâneo do Brasil. Ele reincarna os Diogos Álvares, da Colônia, no espírito conciliador com que quer integrar elementos novos à realidade brasileira.

A LIDERANÇA NA INDEPENDÊNCIA

Assim como se alternam na composição da liderança os métodos de comportamento transigente e intransigente, assim também algumas personalidades são ambivalentes, ora conciliáveis, ora inflexíveis. José Bonifácio, por exemplo, varia conforme as circunstâncias históricas: a princípio não quer a separação, quer a unidade de dois Impérios livres; depois é rigoroso e inflexível, e a Guerra da Independência é dirigida por ele até a vitória de 15 de agosto de 1823. Essa guerra tem sido apoucada para valorizar a obra da Casa de Bragança, para soffrear o papel dos brasileiros e de José Bonifácio e, finalmente, para favorecer o conagraçamento luso-brasileiro. O resultado é que movimentos de massas militares, comparáveis aos dos grandes chefes libertadores da América do Sul, como Bolivar e San Martin, não têm recebido o destaque merecido.

A historiografia latino-americana e mesmo a norte-americana não falam

da nossa Guerra da Independência como se a nossa libertação fosse uma dádiva portuguesa. Se Bolívar, em 1824, chegou a dirigir 9.000 homens entre colombianos e peruanos; se San Martin, em 1817, contou com 8.000 homens, na guerra da Independência da Bahia as tropas brasileiras atingiram, em abril de 1823, 11.000 homens; e, no Maranhão, mais de 8.000 combatentes lutaram pela Independência.

Se não houve aqui, como na América, grande derramamento de sangue, com exceção do Pará, dentre as Províncias de maior resistência portuguesa houve ostentação de força. A esquadra que Cochrane comandou era composta de mais de 9 navios e mais de 2.000 praças. Como, pois, dizer-se que nossa Independência foi um desquite ou divórcio, sem derramamento de sangue? Não se deve, também, esquecer que a Revolução de 1817 movimentou cerca de 11.000 homens de um e de outro lado, com sacrifícios, mortes e condenações fatais.

Os combates na Bahia, a mortandade em Itaparica e a alma de Joana Angélica desmentem as interpretações frouxas. Além disso, José Bonifácio foi também inflexível e não se acomodou, como mostrou o motim de São Paulo, provocando, em cadeia, sua demissão, prisão e exílio. Mas José Bonifácio foi conciliador ao propor tantas reformas fundamentais, que teriam, talvez, evitado que tanto sangue corresse durante a Regência.

Abdicação, Choque entre Liderança e Povo

Desde a Abdicação, um choque profundo reina entre a elite dirigente e o povo. Fala-se muito, então, em Reformas, e na Câmara discute-se, com ardor e veemência, o que é preciso fazer. Mas não se faz. E não se faz porque as oligarquias, no seu apego às estruturas arcaicas e coloniais e aos seus privilégios intocáveis, foram sempre contra as reformas, inclusive as constitucionais. Acenando com as Reformas — sempre adiadas ou concedidas no mínimo —, pensava-se evitar a Revolução. É assim que se exprime o grande líder do momento, Evaristo da Veiga, ao declarar que se há um pensamento comum que ligue os homens que sustentam a administração atual, é o de obstar uma revolução violenta que traria a desgraça do Brasil.

Esse jogo de querer as reformas, mas não promovê-las, este pensamento de que se desejava a reforma, sem revolução, não a evita, pois todo o País “estrebuchou nas convulsões de um delírio muscular”, como escreveu Capistrano de Abreu. De Marajó ao Chuí rugiu a onda da anarquia que tudo alagou. Novamente a liderança estava dominada por espíritos voluntariosos, inconciliáveis, daí resultando as revoluções sangrentas que encharcaram o solo de sangue.

Feijó, ministro da Justiça e Regente energético e autoritário, não foi conciliador. Foi rigoroso e inflexível, “persuadido”, segundo suas próprias

palavras, “de que em todo o tempo e, principalmente, nos convulsivos, só a firmeza de conduta, a energia e a justiça podem sustentar o governo”. Ele foi duro, fechado, impermeável, e da sua luta contra a Câmara, que se negava a considerar as propostas de reformas de seu Governo, resultou a renúncia de setembro de 1837.

A História Cruenta da Regência

Em 4 de julho de 1833, Martim Francisco, na Câmara, dizia que não havia um luar, no Brasil, que não estivesse ensopado de sangue. O radicalismo brasileiro, que teve sua grande expressão no Império em Frei Caneca, origina-se de correntes marmelucas, como escreveu João Ribeiro, e vê o interesse nacional não só na União, mas no Povo. Não se pede, em nome do Senhor, aquilo que se pede contra a Salvação, ensinava Frei Caneca, antes do martírio, repetindo Santo Agostinho.

Como se pode pedir a este povo, em gerações sucessivas e seculares, que agüente a mão, que se não impaciente, que se aquiete, enquanto as fronteiras dos privilégios exclusivos são mantidas? Nem em Pernambuco, dizia Frei Caneca, “há partido do governo, e governe quem governar, seja nobre ou mecânico, rico ou pobre, sábio ou ignorante, da praça ou do mato, branco ou preto, pardo ou caboclo, só há um partido, que é o da liberdade civil e da felicidade do

povo, e tudo o que não for isto há de ser repulsado a ferro e fogo”.

E com ferro e fogo usou a liderança de então para abafar as rebeldias populares. Por isso ele falava numa “resistência macha”, porque “os interesses, a felicidade e a glória do Império são e serão sempre os interesses, a felicidade e a glória deste brioso povo”. Ele não estava voltado para figurinos estrangeiros e buscava, nas raízes da nossa formação, as lições da sua política. Por isso, ainda, disse “que o Brasil não é Europa, seu clima, sua posição geográfica, a extensão de seu território, o caráter moral do seu povo, seus costumes e todas as demais circunstâncias devem influir no futuro de sua Constituição... Nossa Constituição há de ser brasileira no espírito e no corpo. O nosso Império há de ser brasileiro por dentro e por fora, não queremos impérios hipócritas, que mostrem uma coisa no exterior e tenha outra no interior. Não queremos uma Constituição para o Brasil conforme o espírito político da Europa”.

Frei Caneca não foi ouvido porque o dominava aquele espírito inconciliável e voluntarioso. Por não haver carrasco que se prestasse a enforcá-lo, Frei Joaquim do Amor Divino foi arcabuzado, e seu martírio serviu de lição a muitos, ao povo e à liderança. Agitações populares em todo o Brasil, com mortes e lutas, marcam os anos de 1832-33; a Cabanada, em Pernambuco, em 1832, mobilizou 7.000 homens, com muitas e enume-

ráveis vítimas; 40.000 vítimas ensanguentaram o Pará, com a revolta dos Cabanos, em 1835; 11.000 pessoas se envolveram nas lutas da Balaiada, no Maranhão, em 1838-45, com 5.000 mortos; cerca de 3.000 pessoas foram aprisionadas e mais de 1.200 mortas, na Sabinada, na Bahia, em 1837-38; os Farrapos, a luta de maior vulto, maior duração e caráter mais político que social, envolveu mais de 20.000 combatentes, com pesado tributo de sangue, pois só no combate do Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, 1.500 homens imperiais foram destroçados; as revoltas negras durante o Império, insurreição de haussás em 1807, 1809, 1813, 1816; de nagôs, em 1826-27, 1830; e a grande revolta dos malês em 1835, todas afogadas em sangue, com os mortos e os condenados à força ou fuzilados, os açoitados e degradados para a África; na República 1893, 1922, 1924, 1930, 1935, 1938, 1945, 1954-55, 1964.

Não se pode negar o descontentamento dos escravos negros, nem que o temor das insurreições tivesse sido tão grande quanto o foi das guerras indígenas no primeiro século, diminuídas aos poucos, mas permanentes até 1808, quando se determinou fazer guerra oficial decretada aos Botocudos, em Mato Grosso. Revoltas sociais como a dos Cabanos, em Pernambuco e Pará, a Balaiada na Bahia, e a de Panelas, esta nas Alagoas, em 1832, a da Praia, em Pernambuco, em 1848-49, todas alistando as camadas mais miseráveis do povo,

foram diferentemente julgadas pela liderança.

Miguel Calmon, em 1837, na Câmara, observava que “já se notou a diferença que havia entre os facinorosos refugiados nas matas da Paraíba. Nelas e os sediciosos do Rio Grande do Sul. Aqueles foram tratados como tais, porque eram paisanos mal armados, sem chefes conhecidos, e que com facilidade evitavam o combate, limitando-se a fazer correrias”. E depois de lembrar o exemplo do Quilombo de Palmares, que durara largos anos, dizia que não havia “analogia alguma com o Rio Grande do Sul, onde há tropas regulares e chefes, onde se peleja e há um governo que hostiliza a monarquia”. Uns haviam sido qualificados como feras e, os do Rio Grande do Sul, como homens, e com as repressões convenientes, a primeira fora esmagada e a segunda se propagava.

Todas elas, e especialmente as revoltas sociais, eram manifestações que incorporavam agravos seculares de classes oprimidas, às quais se prometiam reformas que eram sempre adiadas. Nessa época, até 1840, quando o Imperador menino assume o Poder Moderador, a Câmara discutiu, debateu, conversou sobre reformas, mas nada decidiu. De 1842 a 1848, novas revoltas, em Minas, São Paulo e Pernambuco, ensanguentaram nossa História e mostraram que era preciso nova liderança.

A MAIORIDADE. A LIDERANÇA CONCILIADORA

É então que surgem três homens, dois líderes civis e um militar, que promovem o retorno, na composição dominante da minoria dirigente, da figura do conciliador: Honório Hermeto, o Visconde do Paraná, e Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. Sobre eles paira o Imperador D. Pedro II, que lhes inspira toda moderação e justiça.

No seu Diário de 1862, obra íntima, D. Pedro escreveu: “Minha política — a Justiça — não é a dos Partidos” e, mais adiante, disse que não tinha medo de nenhum partido, pois “obra conforme e só conforme o que julgo exigir o bem do País. Que medo poderia eu ter? De que me tirassem o Governo? Muito melhores reis que eu o têm perdido, e eu não lhe acho senão o peso duma cruz que carrego por dever. Tenho ambição de servir a meu País mas quem sabe se não o serviria melhor noutra posição? Em todo caso jamais deixarei de cumprir meus deveres de cidadão brasileiro”. Era um homem tão grande que nunca guardou memória das ofensas recebidas e, por isso, Torres Homem, que tanto o ofendeu, disse na Câmara que um dos dogmas da conciliação era o olvido das ofensas recebidas. Doem-se as injustiças que me fazem, dizia D. Pedro, mas é meu dever não permitir que, por injúrias pessoais, prive o País dos serviços de brasileiros distintos.

Honório Hermeto é o elemento ci-

vil que busca, na arte da conciliação, a paz indispensável ao progresso, que se inicia em 1850. Lima e Silva é o elemento militar, o Pacificador, que promove a união dos brasileiros e vê que o brasileiro do outro lado também é brasileiro e não deve ser excluído, mas incorporado. Ambos exerceram um papel moderador e querem que a História não se processe por forma revolucionária. Eles visam à acomodação, para salvar o essencial: a unidade e a integridade do País. Reconheciam que não era o povo que tinha o coração endurecido, eram os privilegiados.

Honório Hermeto, em 1853, pratica, no próprio Governo, a arte da conciliação, que cedia pouco ao povo, porque conciliava mais com os grupos divergentes da liderança que a coexistência desta com o povo, mas evitava que se agravassem as tensões, que se exasperasse o povo pelo abandono em que vivia.

Caxias pacificara o Maranhão, em 1841; Minas e São Paulo em 1842; e o Rio Grande do Sul, em 1845. Esta foi a sua maior obra, porque trazia os gaúchos ao seio da Pátria pela qual derramavam mais sangue na Colônia e nos começos do Império que quaisquer brasileiros de outra província. Ele atendia a uma grande aspiração nacional, que fora, já em 1837, afirmada na Câmara, por Miguel Calmon, o futuro Marquês de Abrantes, ao dizer que "de todos os erros políticos o que mais ofende a uma nação é aquele pelo qual a sua integridade se viola, e o seu território se mutila.

Se o Rio Grande do Sul perder-se, o Brasil todo se ressentirá e a geração futura não perdoará essa falta à administração que a ocasionou".

No Gabinete da Conciliação, Caxias, na Pasta da Guerra, ajudou o Marquês do Paraná, e com a morte deste, presidiu o Conselho e as eleições; em 1861 e 1875 foi novamente Presidente do Conselho e, ao assumir aquele posto nesse último ano, declara que seu programa é "manter a paz externa, sem quebra da dignidade e direitos do Império; seremos moderados e justos, observando religiosamente as leis e resolvendo as questões internas com ânimo desprevenido".

Meditem bem nestas palavras essenciais: a paz, a dignidade e os direitos do Império, a moderação, a justiça, a observação religiosa das leis, o ânimo desprevenido. O Pacificador, cuja espada esteve sempre a serviço da lei, assegurou ao Império os anos da mais absoluta e total legalidade de toda nossa História, de 1849 a 1889.

Assim foi, sobretudo, com Caxias, que a conciliação permitiu que os frutos do trabalho nacional pudessem crescer, e é unânime a opinião dos historiadores que 1850 marca o começo de uma era de paz e progresso.

AS ALTERNATIVAS DA LIDERANÇA

As alternativas na composição dominante da liderança correspondem

também aos períodos de história cruenta ou incruenta, sem desconsiderar a melhoria ou piora das condições econômicas.

Caramuru, José Bonifácio, Honório Hermeto, Caxias, são exemplos de uma liderança moderadora de uma história incruenta, que evitava a brutalidade e a imaturidade que, em outros povos, na América, se manifestou em maior frequência ou atrocidade, como no México, na Colômbia e nos Estados Unidos.

Se o povo recorreu, na Colômbia ou no Império, às formas violentas de comportamento, é bom também que se não esqueçam que líderes violentos arcabuzaram e enforcaram Francisco Bicalho, no Rio, em 1662; Manoel Bequimão e Jorge Sampaio, no Maranhão, em 1685; Felipe dos Santos, em Minas, em 1720; os quatro chefes da Bahia na rebelião de 1798; Tiradentes, no Rio, em 1792; os 13 arcabuzados em Pernambuco, entre os quais os Padres Roma e Miguelinho, em 1817; os 15 em Pernambuco, no Ceará e no Rio, em 1824, entre os quais Frei Caneca, os Padres Mororó e Tenório; e o Major Joaquim Sátiro e o Tenente Gaspar Vilas Boas, em 1824, na Bahia; ou, finalmente, os que se exilaram, como José Bonifácio, ou renunciaram, como Feijó e Deodoro; ou se mataram, como Getúlio Vargas; ou se comprometeram pelo mecanismo da conformação.

História cruenta e incruenta se alternam no processo histórico brasileiro, embora seja correto e justo

afirmar que os exemplos da conciliação predominam. E, ao final, no Império, podia-se dizer que os processos civilizatórios dominavam os primitivos, quer na liderança, quer no povo, e ambos podiam-se orgulhar de algumas vitórias incontestáveis, tais como a unidade política, a integridade territorial, o regime representativo e a garantia das liberdades individuais.

No domínio da liderança conciliadora, nenhuma só vez se desrespeitou o regime representativo, apesar das falhas que apresentava e da fraude que o maculava. Mas nenhum golpe foi permitido pela espada legal de Caxias, e ele, como escreveu Capistrano de Abreu, que assegurara ou verberara ser mais militar que político, quis provar que ao menos uma vez podia ser mais político que militar; rejeitou todas as honras e pompas oficiais, quis ser enterrado como obscuro pai-sano.

A falta de liberdade, a opressão colonial, a sombra da Inquisição, sempre tão vigilante contra qualquer heterodoxia, as perseguições pessoais, foram substituídas, a partir da maioria, e sob a direção de D. Pedro II, pela mais livre expressão de pensamento, da liberdade de imprensa e de opinião, e a propaganda republicana e positivista se faz sem opressão.

Pode-se dizer, portanto, que havíamos ganho muito: liberdade e imigração, pois dois fatos recentes dificultavam o acesso à terra pelos brasileiros. Primeiro, a atribuição das

terras devolutas aos Estados, pela Constituição de 1891 (Art. 64), trouxe como consequência não só o fracionamento da massa territorial como permitiu as concessões despidas de interesse público, feitas em atos isolados de favor que favoreciam os latifundiários ou permitiam a partilha de quase todo um Estado, como o Amazonas, dividido em oito zonas, entregues a companhias estrangeiras para a exploração de suas riquezas minerais. Segundo, em 1907, o Governo brasileiro, em medida discriminatória, proibia a venda de terras a brasileiros nos núcleos coloniais, em proporção superior a 10%, elevada, em 1911, a 30%.

Promovia-se, assim, não somente a desnacionalização das terras, denunciadas, desde 1902, por Sílvio Romero, como o acesso à terra por brasileiros naqueles centros, onde alguns imigrantes aos poucos se convertiam em latifundiários.

IMIGRAÇÃO

A imigração européia, que de 1894 a 1939 atingira a mais de 5 milhões — sem contar os retirantes —, não teve as consequências que se costuma imaginar. Primeiro: o crescimento de nossa população de cerca de 4 milhões, em 1822, para 50 milhões em 1950 se deve mais ao nível mais elevado da natalidade (43,05 por mil habitantes), embora tivesse sido, e continue a ser, muito alto o nível de mortalidade (18 por mil) do que à imi-

gração, à qual se podem atribuir apenas 8 milhões: 4 milhões devidos ao excedente dos imigrantes sobre os emigrados e outros 4 milhões devidos à reprodução. Segundo: o embranquecimento da população, que se vinha notando de 1872 a 1940, de tal modo que um terço de brancos passou para dois terços, não se deve somente à imigração, mas à maior sobrevivência dos brancos, devido à sua posição econômica superior e também à mestiçagem, pois as graduações da cor, o cabelo e as feições decidem as classificações estatísticas imprecisas de pardo e branco.

No censo de 1950, caiu em 3% a percentagem de brancos e subiu, em 5%, a dos pardos. Maior significação teve a imigração como reforço euro-ocidental para as mestiçagens étnicas e culturais que se processavam ao correr do processo histórico, e não como massa na evolução da população. Pelo número diminuto dos imigrantes e dos estrangeiros e brasileiros naturalizados (em 1950, 1.212, ou 2,34% da população total do País, nele incluído 0,25% dos brasileiros naturalizados), eles seriam quase tão inexpressivos no conjunto da nação quanto os grupos indígenas que, na hipótese mais otimista, alcançam hoje 0,2% da população nacional.

Se estes mesmos, antes de sua considerável redução e quase extinção, influíram pela mestiçagem étnica e cultural na vida brasileira, os imigrantes não só reforçaram o elemento branco, como os traços ocidentais brasileiros. Mas assim como não fo-

ram fator preponderante no crescimento populacional, não modificaram a personalidade básica do caráter brasileiro.

Mesmo no Sul, onde existem brasileiros de primeira e de segunda gerações, eles têm sido integrados na nossa cultura e na nossa tradição, apesar dos quistos existentes até 1939.

Homogeneidade

Na verdade, o povo brasileiro é muito mais homogêneo, em termos de cultura, de linguagem e de etapas históricas, do que outros países de áreas de tamanho ou de população comparáveis. A Índia, a China, a União Soviética, a Indonésia e o Paquistão contêm povos de culturas muito diferentes e que falam línguas diversas. Os povos da Ásia do Sul e do Sudoeste estão divididos por grupos lingüísticos e religiosos muito distintos, tornando maiores a lealdade paroquial à língua, à religião, à casta e à divisão em cada país que entre vários países, como na Índia, no Ceilão e no Paquistão.

O nosso povo aprendeu sua língua comum — é preciso não esquecer que o tupi foi dominante em São Paulo e no Amazonas até os meados do século XVIII —, promoveu a unidade nacional, defendeu a integridade territorial, educa seus filhos dentro de recursos muito escassos, prepara-os para a vida e tem uma forte sensibilidade nacional.

O grave consiste nas diferenças de etapas históricas que separam hoje

mais acentuadamente zonas rurais e urbanas e dividem áreas regionais do Centro, Norte e Nordeste das do Sul e do Leste. As agitações rurais de Canudos, do Contestado, dos jagunços e fanáticos e as reivindicações modernas dos sertanejos e lavradores mostram a necessidade das reformas, tantas vezes prometidas desde o governo nacional de 1831 até hoje e sempre escamoteadas ou adiadas.

Em 1889, antes de ser derrubado o Império, em grande parte pelos latifundiários descontentes com a Abolição, o Visconde de Ouro Preto apresentava na Câmara um grande e liberal programa de governo. Depois de dizer que em algumas províncias agitava-se uma propaganda ativa, cujos intuítos eram a mudança da forma de governo, afirmava que era “mister não desprezar essa torrente de idéias falsas e imprudentes, cumprindo enfraquecê-la, inutilizá-la, não deixando que se avolume. Os meios de consegui-lo não são os da violência ou repressão. Consiste simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazer todas as exigências da razão pública esclarecida, consolidar a liberdade e realizar a prosperidade e grandeza da Pátria, sem perturbação da paz interna, em que temos vivido durante tantos anos. Chegaremos a este resultado empreendendo, com ousadia e firmeza, largas reformas na ordem política, social, econômica, inspiradas na es-

cola democrática; reformas que não devem ser adiadas, para não se tornarem improficuas”. E concluía, afirmando que “a situação do País define-se, a meu ver, por uma frase — necessidade urgente e imprescindível de reformas liberais”. Ouro Preto mencionou as reformas, entre as quais o alargamento do direito de voto, a assimilação dos imigrantes, o aperfeiçoamento do ensino e a lei de terras que facilitasse sua aquisição.

TRADIÇÕES GERAIS E CARACTERÍSTICAS ATUAIS

O Brasil foi o único país do Novo Mundo que fez a Independência com a instituição de um regime monárquico, idêntico ao da Metrópole. Não se recorreu à dinastia estrangeira, e a emancipação política assume, no Brasil, a aparência de um desenvolvimento natural, freando as tendências à anarquia civil e contribuindo para conservar intato o patrimônio territorial da América Portuguesa. A consequência imediata da unidade foi o gigantismo dos problemas e das tarefas, desafio que, desde a Independência, tiveram de enfrentar as minorias dirigentes. Gigantismo acrescido de várias dificuldades, para uma população precocemente dispersada, e que, no exclusivismo colonial e no isolamento nacional, só fez regredir, tornando-se insuficiente, econômica e espiritualmente. Revelava também, essa sua primeira ação política, uma capacidade muito plástica

de acomodamento político, que se prende à contemporização e à capacidade de adaptação, a que se referiram Mendes Corrêa e Jorge Dias. A solução era facilitada pela própria constituição da sociedade patriarcal, dividida em duas castas, a dos senhores e a dos escravos.

A sociedade colonial e imperial brasileira baseou-se na aristocracia rural — o que é um privilégio de sociedades envelhecidas. Por isso, na América, comparado com outros países, especialmente a Argentina e os Estados Unidos, o Brasil não é um país jovem, no sentido de que o passado e as tradições não agem fortemente na sua configuração política atual. Observava Pierre Denis, por volta de 1908, que os brasileiros gostam de dizer que seu país é jovem, mas que o europeu, que tenha percorrido outros países euro-americanos, como a Argentina e os Estados Unidos, estará menos expatriado no Brasil, pois não experimentará a sensação de surpresa ou de susto que lhe dão aqueles dois países, com sua sociedade mal-estabelecida, sem hierarquia e sem raízes, e conduzidas exclusivamente pelo gosto da independência individual e pelo interesse pela fortuna, características que no Brasil só passaram a ser notadas recentemente.

O patriotismo brasileiro comporta mais recordações. Nesse sentido, o Brasil é um país velho, cheio de tradições e constituído, em sua maior parte, de brasileiro de mais de três gerações, o que não é o caso argen-

tino e o norte-americano. O Brasil recebeu, de 1850 a 1950, apenas 4.800.000 imigrantes, dos quais somente 3.400.000 permaneceram no país, sendo que a maior parte constituída de portugueses, cuja personalidade básica foi a predominante no caráter do brasileiro durante três séculos coloniais, somada às variações indígenas e negras, e tem, em algumas de suas peculiaridades, permanecido constante, sendo reforçada pelo contingente imigratório. Tem havido, assim, uma continuidade de população, de personalidades e culturas, ao contrário dos Estados Unidos e da Argentina, onde os povos de muitos países alteraram, às vezes fundamentalmente, a personalidade, a cultura e a própria sociedade.

É no Sul que se notam brasileiros de primeira e de segunda gerações e menor imposição das tradições históricas, mas ainda ali predominam a personalidade básica luso-brasileira e sua cultura e, por isso, a sociedade sulina, mesmo a pioneira, procura ligar-se a uma tradição e criar uma história. Talvez, diz Monbeig, sintam a necessidade de buscar nessa história senão uma justificativa de seu tumulto, pelo menos uma fonte de energia. Mas, na sua totalidade, o país é, como observaram Bryce e Cooper, consciente do seu passado, e o brasileiro está sempre pronto a informar que é filho de uma velha civilização própria — Portugal. Uma forte tradição nacional torna-o cioso da integridade do país.

Existem no Brasil uma cultura e

uma nacionalidade únicas, de que os brasileiros se orgulham, mas que apresentam duas faces bem diferentes. Segundo Jacques Lambert, os brasileiros estão divididos em duas sociedades diferentes pelos níveis e modos de vida: uma é particularmente rural e conserva seus quadros tradicionais (Nordeste, especialmente) e outra particularmente urbana (São Paulo e o Sul urbano e rural, e urbana no resto do País). A primeira é um sociedade arcaica e, a segunda, um Brasil novo. Ambos, apesar da diferença social, estão “estritamente entrelaçados e são unidos pelo mesmo sentimento nacional e por outros valores comuns, não formando culturas diferentes, mas duas épocas de uma mesma cultura, atrasada de séculos”. Os elementos positivos e negativos, a força e a fraqueza da cultura básica brasileira estão presentes nas duas sociedades. Foi a dispersão precoce do povoamento, no Brasil do século XVII (nos Estados Unidos começou depois de 1830, com as estradas de ferro), que fez predominar a cultura básica brasileira, seus traços particulares e tradicionais, ainda hoje existentes, apesar das variações provocadas pelas mudanças técnicas urbanas. A idéia dos dois Brasis foi primeiro aventada por Melo Matos, nas suas *Páginas de História Constitucional* (Rio de Janeiro, 1876).

O Brasil novo oferece uma estrutura social menos hierarquizada e uma espantosa mobilidade social. Deste modo, as tradições da sociedade colonial e arcaica encontram-se, hoje,

bruscamente em contato com traços culturais novos, introduzidos pela rápida importação de novas técnicas de produção, novas culturas e modos de vida, especialmente a norte-americana. Porque a sociedade está dividida em parte arcaica e parte nova, a vida política torna-se, inevitavelmente, uma luta entre duas concepções da natureza das instituições políticas.

O ônus de três séculos de colonialismo, isto é, de sujeição a interesses metropolitanos, de quatro séculos de existência da escravidão, de gigantismo dos problemas e de falta de quadros dirigentes gerou um sentimento de insuficiência, não de inferioridade, que perturba também psicologicamente a decisão e escolha das tarefas e soluções primordiais. Capistrano de Abreu explicou a evolução das características nacionais pela progressiva superação do sentimento de desdém pelo sentimento de superioridade em relação ao português e que nos deu o Sete de Setembro. Continuava, porém, diz ele, o sentimento de inferioridade em relação à Europa. Mas esse sentimento não pode ser interpretado como um complexo, pois reconhecer uma hierarquia de valores e saber admirar, longe de ser um sintoma de inferioridade, retrata índole generosa quanto à sua saúde moral. Só quando se dissimula a inferioridade, simulando superioridade, num *círculo probandi* dialético, e se transtorna e nega a hierarquia de valores, com ressentimento e emoção, se manifesta o complexo

de inferioridade.

Não se deu isso conosco em relação aos Poderes Europeus, especialmente a Grã-Bretanha, que predominaram sobre nossa vida nacional. Passado o otimismo e a confiança das primeiras horas da Independência, quando estava o brasileiro ainda fascinado pelas drogas e minas, pela grandeza e possança que lhe ensinara Antonil, ele sufocou sua insuficiência diante do catálogo interminável de suas riquezas, que não estavam tão à mão como lhe pareciam antes, e pelas suas próprias tendências caiu no irrealismo. Aí está a raiz do ufanismo, riquezas e não tarefas, excelências e não suficiências, econômicas e espirituais.

Nunca se reconheceu que o grande pecado era a pobreza, que se vencida pelo trabalho e pela poupança. Desprezou-se o primeiro, entregue exclusivamente, e durante 388 anos, a escravos, e não se ligou à segunda, não formando o capital nacional indispensável à disputa da posse e gozo da riqueza que se alardeava em discurso. Fez-se uma lei máxima bastarda, copiando trechos e trechos de Benjamin Constant, num casamento frustrado entre o irrealismo da doutrina e a realidade nacional. Estabeleceu-se logo um divórcio entre o mito e a realidade. O mais obstinado elemento da vida política brasileira parece ser o hábito de adotar soluções em resposta a teoria e não a situações. A observação de José Bonifácio, de que no Brasil o possível vai além do real, parece ligar-se a esse irrealismo

e ao verbalismo, apontado por Bryce e Cooper. Ou quis José Bonifácio criar uma doutrina do possibilismo político, segundo a qual são tantas as possibilidades no Brasil que a realidade do momento, as aparências conjunturais iludem e escondem? Neste caso, ligar-se-ia a frase de José Bonifácio à enganosa aparência das riquezas escondidas ao otimismo da visão de que, sem trabalho, já as possuíamos e que, mais cedo ou mais tarde, se revelariam.

A insuficiência era de tudo, de quadros dirigentes e de formação de quadros dirigidos, que não se puderam formar, mesmo no Império, apesar de todas as suas grandes figuras, e que com a República se acentuou, à medida que as tarefas foram crescendo, com as necessidades de bem-estar de cento e vinte milhões de brasileiros e as imposições de expandir o progresso até às áreas retardadas do vasto território. A culpabilidade está mais no irrealismo e no verbalismo que no bacharelismo, no sacrifício da realidade à beleza da forma e da sonoridade, ao mundo da palavra e do ouvido. Está também no personalismo que caracteriza nossa vida política e as nossas minorias dirigentes. Liga-se à personalidade básica brasileira, que coloca a ênfase nas relações pessoais e simpáticas e diretas, e não nas categóricas, impessoais e secundárias. A simpatia está acima da lei.

Os momentos de suficiência da nossa história são aqueles em que as minorias tomaram o caminho da au-

tonomia ou, ainda, deram certo grau de impersonalidade à sua ação, somado a um conteúdo de idéias, problemas e soluções. A suficiência ou insuficiência, como a satisfação ou a insatisfação de um conjunto de exigências de um determinado nível de vida, é um conceito econômico e moral. Não se trata de um conceito marxista, de que a pobreza de nossa economia explica as deficiências psicossociais indispensáveis à economia capitalista, ou que a fartura e a abundância norte-americanas esclarecem sua superioridade. Com a tese de Weber, pode-se compreender que as insuficiências espirituais ibéricas tenham impedido ou dificultado a formação do espírito do capitalismo. Assim também nossas insuficiências espirituais, nossas características psicossociais acompanharam nossa insuficiência econômica, e não será só com o desenvolvimento econômico que a venceremos, porque, se as insuficiências culturais continuarem, dificilmente virão a abundância e a fartura. São indispensáveis certas suficiências psicossociais para o desenvolvimento econômico.

O jogo é funcional e mútua a interdependência do comportamento. Sem rejeitar o passado, pecado de que nos livramos, pois a condenação do passado significa a Revolução, soubemos conservar sempre uma ligação com nossa história e formar uma consciência histórica da unidade do nosso patrimônio territorial e espiritual. A própria personalidade básica luso-brasileira não pratica, com fre-

quência, a violência, e manifesta sempre um jeito de acomodar as coisas, um comedimento que evita as rupturas definitivas. A habilidade, a prudência em evitar os extremos, o esquecimento, a cabeça fria e o coração quente, contornam as horas difíceis. Essas características psicossociais ligam-se ao personalismo da nossa cultura, à convivência pacífica que a história processou, à paciência da personalidade básica, incentivada pela escravidão. Daí os compromissos, que na Independência, na Abdicação, na Maioridade, na Abolição, na República e em movimentos recentes aparou as arestas, conciliou, abrandou e, finalmente, permitiu, rapidamente, a cooperação.

A população brasileira dividida em dois grupos, a minoria dominante, que em sucessivas gerações não decide nossos grandes problemas, antes os adia, e uma maioria carente de tudo, especialmente saúde, educação, trabalho, casa e alimentação e é, em sua grande parte, composta de jovens 62% até 24 anos e 69% até 29 anos — é espantoso e surpreendente o comportamento do povo brasileiro ao longo do processo histórico.

É patriota, não se filia a ideologias, e não tem se revoltado, como seria de esperar, em face da carestia e da dificuldade de vida, da necessidade de apenas sobreviver, das deficiências de toda sorte, e dos desmandos e abusos que sofreu e sofre da minoria dominadora, que evita enfrentar e resolver esses problemas graves e urgentes e prefere resistir às mudan-

ças, manter o *statu quo* e seus privilégios, aliar-se a interesses estrangeiros, as multinacionais, reforçando a alienação e procedendo impatrioticamente.

Não hesito em declarar, como tenho sempre afirmado, que o povo brasileiro é superior à sua elite, se na comparação medirmos o que efetivamente uma e outras trouxeram na construção do Brasil.

Uma palavra final: creio que a tolerância, a ordem e a esperança são traços constantes do caráter brasileiro.

Podemos convencer-nos que temos um povo de grandes qualidades humanas, com um rico senso de humor, com uma humanidade profunda e essencial, um entusiasmo fácil, uma grande coesão nacional, representada pela língua e pela religião, uma grande homogeneidade cultural, uma forma pacífica de relações raciais, um espírito de conciliação que rejeita as soluções extremas, um grande amor à vida, apesar de todas as insuficiências e sofrimentos. Sua força é a grande sensibilidade nacional, chave de seu caráter, do seu e do nosso amor desmedido por este País.

O nacionalismo que defende não é hostil a ninguém, é uma forma de lealdade às aspirações e interesses nacionais. A singularidade e individualidade nacionais dão um caráter próprio à sua política nacional e internacional. O nosso grande dever é preservar a nossa personalidade, conservá-la e desenvolvê-la. Seremos nós mesmos. Se não formos nós mes-

mos, se cedermos nossa personalidade, não poderemos dar nada ao Brasil e ao mundo. Não fabricaremos história, história nacional.

Os próprios inconformismos brasileiros, que se concretizaram em revoluções, são muito mais expressões de personalismo, que problemáticos e ideológicos. Para amansar esse inconformismo contribuiu, no Império, a política de conciliação, de que o Duque de Caxias foi a mais genuína expressão, não puramente militar, mas civil. O único mal estava, como está, em que o compromisso é prático-pessoal, e não prático-problemático ou real; o bem estava e está em que não podemos falar no Brasil em via dolorosa do espírito civil, como na Prússia ou como nas ditaduras militares sul-americanas. Parece-nos que as tendências autoritárias modernas em parte significam influências do espírito caudilho do Rio da Prata, como também observaram visitantes atuais da categoria de Jacques Lambert, afora os estímulos importantes do positivismo e das leis de segurança norte-americanas, lá sob controle da Justiça civil. As suficiências e insuficiências do caráter nacional podem ser assim sumariadas, como hipóteses provisórias de trabalho.

AS REFORMAS E A LIDERANÇA

Quem conhecer a história do Brasil, e mais de 50% dos brasileiros a

desconhecem totalmente, sabe que sempre se pleiteou pelas reformas, e nunca as lideranças fizeram senão pequenas e moderadíssimas concessões. A política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplinar as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo.

É verdade que seu aspecto positivo consistiu, como já acentuamos ao destacar o papel de D. Pedro II, de Caxias e de Honório Hermeto, em evitar a história sangrenta no Brasil, o que se conseguiu de 1859 a 1889. Com a República não tivemos nem a paz, nem as concessões, por menores que fossem excetuados raros momentos de pequenos sucessos criadores. Por isso, ao fim do seu governo, Venceslau Braz retratou com serenidade os erros da liderança brasileira: "Nesta hora angustiosa por que passa o Mundo, é que se pode bem verificar quanto descuidamos dos interesses capitais e quanto tempo perdemos em questiúnculas estreitas e irritantes de companário. Façamos ponto. Começemos vida nova."

De 1918 a 1930 pouco variou o comportamento da liderança, e, neste último ano, Oswaldo Aranha, com exagero, diria que o Brasil não passava de "um deserto de homens e idéias". Getúlio Vargas foi ambivalente no seu comportamento, ora conciliador, ora inconciliável, mas de regra o primeiro predominou sobre o segundo, e grandes alterações começaram a vencer os obstáculos ao desenvolvimento.

O nacionalismo econômico republicano, que vinha de Floriano Peixoto e se reforçara com Artur Bernardes, encontrou em Getúlio Vargas uma liderança alerta e ativa. Ele surgia da tomada de consciência provocada pelo confronto entre os níveis de vida de diversas partes do mundo. Representava o legítimo anseio pelo progresso material, no sentido de eliminar ou reduzir as diferenças que separam os países ricos e os subdesenvolvidos. A recuperação econômica dependia de medidas internas, nacionais e, por isso, se chamou nacionalista, ao contrário da concepção internacionalista, segundo a qual uns poucos centros dinâmicos transmitem o progresso material ao resto do mundo, pela simples participação no jogo do mercado.

CONCLUSÃO

Nesta visão introspectiva, retratada por figuras representativas do pensa-

mento nacional, nota-se como os brasileiros formam de si mesmos um bom conceito.

Não creio nas teses do homem cordial, da bondade natural, do caráter pacífico do brasileiro, que têm sido sustentadas por pensadores posteriores a estes aqui examinados.

Menos cruentos e violentos que hispano-americanos e norte-americanos, unidos historicamente, não ideológicos politicamente, homogêneos culturalmente, cristãos e sincrético-cristãos religiosamente, tolerante e conciliadores, por caráter, em várias fases da nossa história, o Brasil apresenta, em conjunto, muitos elementos positivos.

Seguindo variavelmente três linhas do processo histórico, a apatia, o consentimento e a violência, sujeitos às pressões, repressões e violentações à sua conduta política e aos seus direitos humanos, o Poder Civil tem seguido uma via dolorosa desde a implantação da República.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES é membro da Academia Brasileira de Letras.



O VENDAVAL REPUBLICANO. BREVE DISSERTAÇÃO MILITAR

Davis Ribeiro de Sena

Trata-se de extrato de palestras proferidas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em setembro de 1990, e no II Simpósio sobre a Revolução de 1893 (Bagé, RS), em outubro do mesmo ano. Condensa alguns trabalhos do autor, já publicados, onde se encontra registrada a bibliografia consultada.

*Não existe livro mais fecundo para
meditações que o de História Militar."*

Marechal Foch

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO, A INSTRUÇÃO E A DOCTRINA

Findas as hostilidades da prolongada e cruenta campanha da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro regressava, glorioso e exausto, à Pátria. Foram superiores a 100 mil as baixas sofridas no maior

conflito jamais travado na América do Sul, e os nossos combatentes veteranos, por vezes perplexos, retornavam à vida civil, desamparados e sem condições sociais para a sobrevivência.

O Exército, profissionalizado, não podia absorver o elevado efetivo herdado da guerra e empreendia as atividades de desmobilização acelera-

damente, estimulado, por um lado, pela desconfiança do imperador, que temia uma intervenção armada, visando à sua queda e, por outro, pela precária situação financeira que o Império atravessava.

A soldadesca dispensada, composta em grande parte por negros alforriados, não tinha condições — nem intenções — de retornar às plantações e aos engenhos, refugiando-se nos morros existentes nas cercanias da capital imperial, fugindo ao sistema escravocrata vigente. Estava caracterizado o início do êxodo rural brasileiro e fundadas as primeiras favelas do país.

Por todo o 2.º Reinado, a administração do Exército estivera, na maioria das vezes, em mãos de políticos civis que, embora fossem personalidades de reconhecida dignidade, estavam distanciados do aperfeiçoamento técnico-profissional que a instituição reclamava (37 ministros civis e 26 militares, a maioria “doutores”, no período 1840/89) e eram representantes de uma filosofia que preconizava a redução drástica do orçamento destinado ao Exército e dos efetivos a ele pertinentes (inferior a 13 mil homens, ao ser proclamada a República).

Estando o Exército preterido por uma milícia paramilitar — A Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça —, inclusive na captação de recursos humanos, restava-lhe recrutar o pessoal (oficiais e praças) na faixa menos favorecida da população, fato que, somado aos fatores acima

apontados, quase representou a perda de sua característica de força terrestre nacional, ameaçando-lhe, inclusive, a coesão e a disciplina.

Sob a soberania lusitana, a formação profissional dos oficiais era feita em Portugal, para os colonizadores portugueses e raríssimos nativos, sendo que os últimos não tinham acesso aos postos mais elevados (tenente-coronel e coronel) da hierarquia militar, particularmente no último quartel do século XVIII, momento em que se acentuou o temor da metrópole pela independência da colônia. Desde esse tempo, e mesmo durante o regime imperial, as promoções até o posto de major eram realizadas mediante concurso, e os candidatos ao primeiro posto, recrutados entre os sargentos e cadetes de bom comportamento.

A Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, estabelecendo o funcionamento da Academia Real Militar, numa sala da Casa do Trem, no Calabouço (Rio - RJ), onde hoje está instalado o Museu Histórico Nacional, marcou a gênese da organização do ensino castrense na então Colônia, fruto da transladação forçada da sede da monarquia portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. O curso na nossa primeira academia era de 7 anos (!) com a previsão de mais 1 ano destinado à História Militar — “a funcionar quando houvesse biblioteca” — e tinha como objetivo “formar oficiais para os Corpos de Artilharia e de Engenheiros”.

Coube, ainda, à Força Terrestre

a tarefa de dirigir técnica e administrativamente a primeira fundição de ferro a funcionar em nosso país, então Reino-Unido: a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (1818, Sorocaba-SP), atividade estimulada, posteriormente, com a criação do Arsenal de Guerra de General Câmara (RS), em 1828.

A seguir, na reorganização das forças de terra, empreendida em 9 de maio de 1831, logo após a abdicação, aparecia, pela primeira vez, a palavra "Estado-Maior" (de 1.^a e de 2.^a classes), para designar o quadro de oficiais, de 2.^o tenente a coronel, mandados servir nos comandos de "praças" e de arsenais e no Ministério da Guerra, além do Estado-Maior General, composto pelos oficiais-generais. Utilizando essa incipiente organização de cúpula, entramos na Guerra do Paraguai, pois foram mínimas as mudanças até a sua eclosão.

A Constituição outorgada de 1824 previa, em seu artigo 145, que "todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos e internos". A esse respeito, Handelman esclarece: "Segundo a lei de 8 de outubro de 1831, são obrigados a entrar para a milícia (Guarda Nacional) todos os cidadãos entre 18 e 60 anos, que possuam renda de 200 mil réis, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão) e 100 mil réis nos outros lugares do Império. Os oficiais subalternos, até capitão, são eleitos pe-

las praças; o comandante do Batalhão (tenente-coronel) e o seu major assistente são eleitos pelos oficiais, ao passo que é reservado ao governo central nomear os comandantes das legiões (coronel) e seu major assistente."

À Guarda Nacional cabia "defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas".

Tão ampla missão confinava o Exército nas remotas fronteiras e guarnições da costa, voltado exclusivamente para a defesa externa e distante dos centros de decisões políticas, o que resultava em conflitos pessoais e ressentimentos de classe entre as duas organizações. Desprestigiado, embora vitorioso, e debatendo-se em ambiente desfavorável, o Exército valia-se das formas bruscas para o recrutamento militar, da aplicação de castigo físico como forma disciplinar e do tempo demasiadamente longo na prestação do serviço militar, sofrendo, ainda, as conseqüências financeiras do atraso sistemático no pagamento do parco soldo.

Já existia o Almanaque de Oficiais do Exército, denominado Livro Mestre, e eram quatro as modalidades de promoção: antigüidade, merecimento, escolha (apenas para os postos de oficiais-generais) e bravura (os oficiais-generais eram excluídos),

sendo obedecido, como hoje, o critério de interstício mínimo de permanência nos diferentes postos.

Por outro lado, foi reformado, em 1874, o regulamento da Escola Militar, passando a compreender quatro cursos distintos: Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Estado-Maior de 1ª Classe (4 anos) e Engenheiros (5 anos). Surgia, pela primeira vez no Exército, um curso de Estado-Maior, embora não existisse o órgão correspondente.

Pouco antes da República (fevereiro de 1889) procedia-se a uma reforma do ensino, sendo a Escola Militar da Corte repartida em duas: Escola Militar (Infantaria e Cavalaria) e Escola Superior de Guerra (Artilharia, Estado-Maior e Engenharia). Estava regulamentada a divisão da oficialidade entre “tarimbeiros” e “doutores”, que causou tantos malefícios ao Exército, pois, se os primeiros se consideravam bons soldados, eram julgados incultos pelos segundos que, por sua vez, se orgulhavam de sua superioridade intelectual, eram desprezados pelos “tarimbeiros”, que os achavam possuidores de reduzida dedicação profissional.

Em 12 de abril de 1890, foi efetuada a reforma do ensino denominada “Regulamento Benjamin Constant”, a mais importante dessa fase. Contudo, continuaram os infantis e cavalarianos — desta vez em companhia dos artilheiros — sendo formados conjuntamente, agora em três escolas militares (Rio de Janeiro,

Rio Grande do Sul e Ceará) e os cadetes de Engenharia e de Estado-Maior, na Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro).

O ensino era ministrado enfatizando-se as ciências exatas. Concluído o curso, exageradamente longo, o Exército dispunha de verdadeiros físicos e matemáticos, porém possuidores de pequenas noções sobre a profissão, conhecimentos que seriam obtidos por experiência e esforço próprios nas Unidades a que eram destinados para servir. Paralelamente, iniciava-se a formação de sargentos, também na Capital Federal (Realengo), por intermédio de um curso — pasmem! — de 4 anos. Eram os reflexos da mentalidade nacional, excessivamente bacharelesca e pouco pragmática.

Inexorável, o tempo passava. Entretanto, o nosso Exército pouco evoluía.

* * *

Evidentemente, esse descompasso entre a realidade dos novos tempos, impulsionada pela revolução industrial e a explosão tecnológica, e o moroso desenvolvimento do Exército, em um período em que os demais — particularmente os europeus e o norte-americano — realizavam impressionantes progressos na formação dos quadros e no adestramento e no emprego da tropa, refletia na disciplina pouco consistente que abalava a estrutura das Forças Armadas. A República iniciava seus primeiros passos

tendo que superar agitações de vulto, em parte causadas pela frase explícita no artigo 176 da Constituição de 1891 — “obediência dentro dos limites da lei” —, que transferia a todo cidadão, em última análise, a interpretação e o julgamento dos atos dos governantes,

Apenas em 1896, iniciava-se nova etapa na evolução da instituição militar: a criação do Estado-Maior do Exército, em substituição à Ajuda-ncia-General. Não obstante a falta de clareza na definição das suas tarefas, o novel organismo direcional já se firmava em diretrizes essenciais ao seu funcionamento, objetivando libertar-se da improvisação e dos processos empíricos até então utilizados. Elas podem ser enumeradas como segue, de acordo com J.B. Magalhães:

- a) prover a organização do Exército, planejar e coordenar os exercícios militares;
- b) organizar os planos gerais de defesa, de distribuição dos efetivos, da ordem de batalha, de mobilização e de transporte;
- c) propor os meios necessários à consecução da instrução e à manutenção da disciplina da tropa.

Tentativa válida na direção da formalização de um método científico de trabalho, traduzido na exposição de linhas de ação, por assessores especializados e de confiança, à autoridade detentora do poder decisório, poupando-a, ao máximo, de ações regidas pela “conduta de combate”, isto é, de decisões exclusivamente in-

dividuais e intuitivas.

Escritores e memorialistas militares da estatura de Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Demerval Peixoto etc. discorreram sobre as rotinas então existentes nos corpos de tropa e ressaltaram o marasmo que entediava os quadros durante o expediente, com a instrução reduzida aos serviços internos e externos, faxina e formaturas e os soldados entregues aos sargentos monitores e “cabos velhos”, para as seções de ordem unida.

O comando dos corpos de tropa era assim constituído: comandante (tenente-coronel ou coronel) major fiscal (hoje, subcomandante) e estado-maior composto pelo capitão ajudante, o tenente secretário (cujas funções até hoje persistem), o quartel-mestre (hoje, fiscal administrativo), o cirurgião-mor, e o agente de rancho, cargo exercido pelos oficiais subalternos da Arma, em sistema de rodízio de 30 dias e que, hoje, seria o provisionador (não existia, ainda, o Serviço de Intendência, cuja criação Canudos comprovaria ser impositiva) além do estado-menor (praças burocratas).

Uma vez por mês, normalmente, era publicada em Boletim Interno (denominado Detalhe) a realização de um “exercício geral”, ou seja, para todo o efetivo da Unidade, porquanto a instrução não era regular, diária, padronizada, e variava de quartel para quartel. Os regulamentos de instrução e os manuais técnicos e de campanha, específicos, por assunto, eram prati-

camente desconhecidos, até a sua difusão pela Missão Militar Francesa.

A instrução não era faseada progressivamente. Não existia os atuais Períodos de Adestramento Básico e Avançado, que são a resultante da modernização dos antigos Períodos de Adaptação, de Formação e de Aplicação, surgidos com a 1.^a edição dos PP, em 1915, aperfeiçoados, posteriormente, com o assessoramento da Missão Militar Francesa (1920-38). Inexistiam planejamento de instrução para a tropa aquartelada, datas previstas para a incorporação e o desligamento das praças de pré (surgidas depois através do serviço militar obrigatório).

Paula Cidade analisa, com propriedade, a doutrina de combate que, em sua obsolescência, mesmo para a época, salientava a bravura pessoal, em detrimento da racionalidade na progressão no terreno e da adaptação aos novos armamentos empregados: “As chamadas Instruções de Moreira César, aprovadas em 1884 e que predominavam nos domínios da tática... refletiam apenas o pensamento militar português e assim mesmo, com grande atraso. Sem citar a missão das outras Armas no campo de Batalha, tudo há de girar em torno do Batalhão, o qual, esquematicamente, terá em combate metade de suas companhias avançadas em ordem mista — isto é, em ordem unida precedida de cordões de atiradores — e as restantes, à retaguarda, em ordem unida. Sua força, diz textualmente o referido regulamento, ficará distribuída em

quatro linhas, ou seja, quatro agrupamento. Progredindo e fazendo fogo em movimento e até manobrando, sob a ação das armas do inimigo, o Batalhão deve aproximar-se até 100 metros do adversário. Aí, o comandante, tendo dado ao fogo vivo a máxima intensidade, manda tocar ‘preparar para a carga’ e, depois, ‘avançar e carregar’, que serão repetidos por todos os corneteiros e tambores... Já sabemos quais os resultados que um tal dispositivo deu em presença de nossos jagunços armados com fuzis de repetição.”

* * *

Em 1898, ocorreu o fato decisivo visando à correta formação do oficial do Exército Brasileiro: a fusão da Escola Superior de Guerra com a Escola Militar da Praia Vermelha, surgindo a Escola Militar do Brasil, em Realengo (RJ). O ensino básico do especialista castrense foi unificado, liquidando com a divisão existente na oficialidade, sem o que a almejada modernização da Força Terrestre seria impossível.

TURBULÊNCIA MILITAR NO CENÁRIO REPUBLICANO

Os historiadores são acordes em afirmar que a partir da década de setenta, o Império começou seu declínio. Coincidentemente, a Guerra do Paraguai chegava ao fim, inaugurando nova fase do Exército Brasileiro, após cinco anos de contato de

nossos oficiais com militares de repúblicas vizinhas. A idéia sempre veiculada de que a Monarquia não podia medrar em solo americano, pois era uma planta exótica, retornava à discussão fortalecida pelo fertilizante histórico. O sustentáculo do Trono estava na estrutura agrária, no Senado e no Exército. Quanto a este, havia o receio de que faltasse “no momento difícil, como instrumento de ordem do governo”. Enfim, a Realeza carecia de apoio militar. Oliveira Viana referindo-se ao Imperador, comenta que “ele, certamente, não tem gênio político, nem gênio militar. Não era um estadista, nem um guerreiro. Era um contemplativo, era um sábio, era um justo”, para concluir adiante: “Decaído do poder, ele não teve uma só espada que quisesse lutar por ele, um só grupo político que o quisesse acompanhar na queda, senão o grupo reduzido dos que formavam o governo deposto. Deixaram-no partir em silêncio, só. Nem uma palavra agradecida. Nem um rumor breve de aplauso. Nem um só grito de protesto”.

O Brasil estava rodeado de repúblicas, onde os militares detinham o Poder e o Exército, magoado com o descaso do Imperador pelo problema social dos ex-combatentes (a ausência de montepio, já concedido à Marinha, considerada preferida do Monarca) e as notícias de que o próximo gabinete imperial seria chefiado por Gaspar da Silveira Martins, desafeto de Deodoro, acirrava os ânimos já exaltados. Outra constan-

tação complicadora aflorou trazendo consigo toda sorte de incompreensões e ressentimentos: o coroamento da Princesa Isabel como Soberana significaria a ascensão do seu marido francês à condição de Príncipe — que, sabidamente, era muito influente junto à esposa — o que desagradava à Inglaterra e aos positivistas e radicais, respaldados na notória impopularidade do fidalgo. Agravava a situação o fato de ser desconhecido, por problemas dinásticos, o herdeiro presuntivo da coroa, à sucessão da futura imperatriz.

Instalado o novo regime, normas repressivas foram adotadas em relação à imprensa — fechamento de jornais monarquistas, às vezes empastelados — e aos partidos políticos que, inclusive, foram extintos. Houve, no entanto, dissidências dentro das próprias Forças Armadas, como foi o caso da rebelião dos marinheiros, em Niterói, e das tropas do Exército, em Santa Catarina, seguidas de breve levante em alguns quartéis de São Cristóvão (RJ), a Vila Militar da época, prontamente debelado.

Ademais, a República fora proclamada provisoriamente, como atesta o artigo 1º do decreto nº 1, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em sua residência, na noite de 15 Nov:

“Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa.”

Foi criado, também, um tribunal de exceção, denominado Comissão

Militar de Sindicâncias e Julgamentos, composto por militares diretamente nomeados pelo Ministro da Guerra. O teor do Decreto de 23 de dezembro de 1889 era severo:

“Artigo 1º — Os indivíduos que conspirarem contra a República e o seu Governo; que aconselharem por palavras, escritos ou ato, a revolta civil ou a indisciplina militar que tentarem suborno ou aliciação de qualquer gênero sobre soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os seus superiores ou a forma republicana, que divulgarem, nas fileiras do Exército e da Armada, noções falsas e subversivas, tendentes a indispor contra a República, que usarem de embriaguês para insubordinar os ânimos dos soldados: Serão julgados militarmente, por uma comissão nomeada pelo Ministro da Guerra e punidos com penas militares de sedição.”

Decreto anterior, expedido no dia 21, banira do Brasil o Visconde de Ouro Preto e o Conselheiro Carlos Affonso e desterrara Gaspar Silveira Martins. Foram estas as primeiras medidas repressivas do regime republicano.

* * *

O novo governo constitucional de Deodoro não teve o apoio do Congresso Nacional. Na sua posse, a maioria dos deputados e senadores preferiu ovacionar ruidosamente a vi-

tória do Vice-Presidente Floriano Peixoto por quase 100 votos de vantagem (eram apenas 234 os membros do colégio eleitoral) e designar uma pequena comissão de parlamentares para a entrega da faixa presidencial ao marechal presidente. A recepção foi formalmente fria e silenciosa e as relações do primeiro presidente com os deputados e senadores seriam conflituosas durante todo o período de governo, principalmente porque o Parlamento limitara os poderes do Executivo.

Em 3 de novembro de 1891, o Marechal Deodoro da Fonseca decretou o fechamento do Congresso Nacional e impôs novamente a censura aos jornais. Foi estabelecido também o estado de sítio em todos os estados da Federação, com exceção de São Paulo.

O impasse que levou a esse desfecho radical originou-se do projeto de lei que pretendia regulamentar a responsabilidade do Presidente da República prevista na Constituição. Uma vez aprovado esse projeto pela Câmara e pelo Senado, foi levado à sanção presidencial. Deodoro vetou o argumentando que “a aceitação da lei de responsabilidade significava verdadeiro *impeachment* do legislativo sobre o executivo”.

Aclamado Generalíssimo de Terra e Mar pelo Congresso Nacional, o Chefe do Executivo não entendeu que naquele instante histórico, o Poder deixara de ser absoluto — o Imperador era irresponsável, eis que considerado figura sagrada pela Consti-

tução de 1824, não podia ser julgado pelos atos praticados — e o país ingressara na era democrática, federativa.

Sentindo-se inseguro, o Presidente Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891 — por vinte dias se estendera a fase discricionária — e entregou o cargo ao seu substituto constitucional, após nove meses de tumultuado governo. A gestão seguinte seria igualmente tormentosa, entrecortada de românticos pactos de sangue, mortes e desaparecimentos misteriosos de políticos e militares e cânticos emocionados da Marsehesa, em contraposição ao Hino Nacional, considerado resquício da Realeza, pelos apaixonados jacobinos.

Durante todo o governo Floriano, a República foi alvo de uma série de tramas e sublevações, visando à renúncia do vice-presidente em exercício, com a restauração bragantina, defendida pelos “subversivos”, ou a posse de um presidente civil, meta de outra facção. Acuado, o chefe do Poder Executivo contra-atacava bravamente com as armas de que dispunha. O essencial era assegurar a integração política e territorial da nação brasileira.

Foi aberta dura campanha pela imprensa, por novas eleições, considerando que Floriano Peixoto já havia completado o mandato de seu antecessor e condenando a tese do seu continuísmo à frente do Poder Executivo, a fim de completar os quatro anos de um novo mandato a que te-

ria direito, segundo a interpretação dos jacobinos. No entanto, surgia uma nova oposição — a militar — aliada a alguns deputados e senadores sem mandato que retornaram a seus estados e passaram a conspirar. Os civis e militares que participavam do movimento de oposição ao Governo Federal eram remanescentes do tempo de Deodoro e tinham sido aliados dos postos e cargos da administração da República, em novembro de 1891, inclusive todos os governadores estaduais, à exceção do Rio Grande do Sul.

No manifesto público assinado por treze generais, em 6 de abril de 1892, a legalidade do governo de Floriano era questionada:

“Os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército e da Armada, não querendo, pelo silêncio, coparticipar da responsabilidade moral da atual desorganização em que se acham os estados, devido à indébita intervenção da força armada nas deposições dos respectivos governadores, dando em resultado a morte de inúmeros cidadãos, implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias, apelam para vós, Marechal, para que façais cessar tão lamentável situação. A continuar por muito tempo semelhante estado de desorganização geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia. E os abaixo-assinados, crentes como estão, que só com a eleição do pre-

sidente da República, feita quanto antes, como determina a Constituição federal e a lei eleitoral, feita, porém, livremente, sem pressão da força armada, se poderá restabelecer prontamente a confiança, o sossego e a tranqüilidade da família brasileira.”

Em resposta, Floriano Peixoto, através de decreto presidencial, demitiu e reformou todos os militares signatários do referido documento, divulgou um veemente “Manifesto à Nação”, decretou estado de sítio por 72 horas, e determinou a prisão dos envolvidos nesse movimento contestatório.

Os militares e civis presos foram acusados de sedição e conspiração, por tentarem depor o governo federal. A decisão tomada, posteriormente, foi o desterro para o Território de Rio Branco (hoje Roraima) e as longínquas cidadezinhas amazônicas de Cucuí e Tabatinga. O decreto de 12 de abril de 1892 assim justificava as rigorosas punições:

“Considerando que é supremo dever do governo a manutenção da ordem e a segurança pública; considerando que, a pretexto de manifestar apreço ao cidadão que primeiro exerceu a Presidência da República, praticaram-se atos bem característicos de conspiração e sedição; considerando que importa, de uma vez por todas, encerrar o período de desordens e sobressaltos que tanto nos desacreditam e prejudicam...”

* * *

Para assegurar a eficácia das medidas tomadas, Floriano fez gestões junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), no sentido de que este não concedesse *habeas-corpus* aos desterrados — o que foi seguido à risca pelos magistrados — chegando a intimidá-los, ao afirmar: “Se os juízes do STF concederem *habeas-corpus* aos políticos, eu não sei quem amanhã lhes dará o *habeas-corpus* de que, por sua vez, necessitarão.”

Obstinado, o “Marechal de Ferro” decidiu não nomear novos ministros na medida em que se abriam sucessivas vagas. Rui Barbosa partira para a Argentina, transferindo-se, depois, para a Inglaterra, em exílio voluntário, além de outros brasileiros de prestígio. À mingua de juízes, não houve *quorum* suficiente para a corte suprema realizar sessões durante oito meses. Finalmente, caracterizando o impasse institucional, o vice-presidente em exercício preencheu uma das vagas abertas com o médico-clínico Cândido Barata Ribeiro, que tomou posse e exerceu o cargo durante bom período (quase 1 ano), após o que o Senado Federal esclareceu que o “notável saber” a que se referia a Constituição era o indispensável conhecimento jurídico, rejeitando a extemporânea nomeação.

No Congresso, os deputados e senadores discutiam a legalidade das prisões de parlamentares e a anulação da lei das imunidades durante o es-

tado de sítio. O Marechal Floriano, indiferente aos acontecimentos, simplesmente comentou: “Vão discutindo, que vou mandando prender.”

Entretanto, os presos e desterrados no dia 12 de abril de 1892 foram anistiados logo depois, em 8 de junho, graças a projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Essa medida era esperada, tendo em vista o término do estado de sítio e a volta à normalidade constitucional (no entanto, só foram libertados no início do mês de agosto, depois de quatro meses de confinamento).

Floriano Peixoto enfrentaria ainda outros impasses políticos com os militares, como, por exemplo, as duas revoltas da Armada, em setembro de 1893 e em março de 1894, bem como a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, iniciada em 1892. A repressão ao movimento rebelde da Armada foi imediata e teve o apoio da maioria do Exército, ao mesmo tempo em que se desarticulava o esquema civil dos insurretos, representado pela figura do Conde de Leopoldina, banqueiro e principal financiador desse movimento armado que visava à derrubada do governo da República.

Durante a fase conspiratória da primeira revolta da Armada, Floriano estava informado dos movimentos de articulação entre políticos civis e oficiais da Marinha. A iminência de uma tentativa de golpe era questão de tempo, o que o levou a tomar medidas preventivas no sentido de desestimular os conspiradores. Os rebeldes

navais do Rio de Janeiro tencionavam estabelecer conexão com os revolucionários civis do Rio Grande do Sul — dois movimentos de ideais distintos. O plano era usar o vaso de guerra “Júpiter” para estabelecer a ligação, o que fracassou, pois durante o deslocamento da citada belonave, em maio de 1893, o navio legalista “República” interceptou-o, prendendo toda a tripulação.

Tanto a Revolução Federalista quanto a Revolta da Armada foram movimentos de contestação e de oposição ao governo de Floriano Peixoto e, portanto, enquanto rebeliões, foram tratados como conspiração e sedição contra a República.

A Revolta da Armada foi contida com a contratação de marinheiros e de oficiais mercenários chilenos e norte-americanos, que guarneceram os navios adaptados e empregados para combater os revoltosos. Essas embarcações foram adquiridas no exterior pelo governo federal, pois quase toda a frota da Marinha estava sob o controle dos insurgentes liderados pelos Almirantes Custódio de Melo, Saldanha da Gama e Wandenkolk. O primeiro atingiu o extremo do radicalismo ao refugiar-se na vizinha República Argentina à frente da esquadra, posteriormente devolvida ao nosso país.

Em 11 de março de 1894, Floriano autorizou a flotilha do governo — chamada pelos rebeldes de “esquadra de papel” — a cercar os navios da Armada, ameaçando destruir todos eles até obter a vitória final.

O resoluto marechal não negociou com os chefes sublevados, nem respondeu às suas propostas de paz. A rendição fora estabelecida como incondicional. Saldanha da Gama preparou então uma fuga: determinou que os civis, marujos e graduados abandonassem as fortalezas ou desembarcassem dos navios, pois não havia possibilidade de asilo no exterior para todos os envolvidos no movimento. Da baía de Guanabara saíram duas corvetas de bandeira portuguesa em direção à Argentina, conduzindo 527 refugiados.

Em face de haver constante ameaça de secessões, conspirações e guerra civil, Floriano Peixoto adiará as eleições previstas para o Congresso Nacional (março) e para a Presidência

da República (outubro de 1893). Somente em 1º de março de 1894 é que se realizaram as eleições no Brasil, com exceção dos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina, ainda conflagrados. Seja como for, a verdade é que o “ditador” transmitiu a faixa presidencial ao seu substituto constitucional, o senador paulista Prudente de Moraes, dando início ao ciclo de governos civis da Primeira República.

Neste período de governo (1894-8), não menos conturbado que os anteriores, eclodiu no alto sertão baiano a sangrenta e aguda crise sócio-militar de Canudos, que quase custou-lhe a manutenção do mandato presidencial.

Mas, essa é outra história...



Cel Cav R/1 DAVIS RIBEIRO DE SENA — Possui os cursos normais da carreira de oficial. É bacharel em Administração de Empresa e realizou vários estágios no Instituto Militar de Engenharia. Estudioso da História do Brasil, particularmente da História Militar, tem mais de cinquenta (50) artigos e editoriais publicados em revistas e jornais, inclusive na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro Pertencente ao Quadro de Estado-Maior da Ativa, exerceu, entre outras, as funções de Chefe da Divisão Histórica e Cultural do Centro de Documentação do Exército. Trabalhou no Estado-Maior do Exército e comandou o 17º Regimento de Cavalaria (Amambá-MS). Escreveu a síntese histórica, compôs a letra da canção desse Regimento e elaborou o processo que lhe concedeu denominação histórica, bem como, à 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e a outra OM (5º R C Mec, 7º R C Mec, 8º R C Mec, 11º R C Mec, 16º B I Mz, 1º GF A C etc.) Trabalhou pela retirada da pseudo fotografia de Napión (Patrão do Quadro de Material Bélico) do Almanaque do Exército, redigiu o ante-projeto do novo manual de insígnias das Organizações Militares e propôs o Tenente Antônio João para Patrono do Quadro Auxiliar de Oficiais. Concluiu sua carreira na Ativa exercendo as funções de E/1 da 1ª Divisão de Exército, “Divisão Mascarenhas de Moraes”. É tesoureiro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e exerceu as funções de Redator-Executivo da Revista do Exército Brasileiro.



CONSIDERAÇÕES SOBRE O FATO EDUCACIONAL

Rubem Barbosa Rosadas

Neste ensaio, o autor condena formas educacionais assentadas no ensino de "reações observáveis exteriormente", defendendo que não se pode entender educação senão "como instrumento de consolidação harmoniosa da personalidade do aprendiz e de integração dos homens entre si".

Reconhecendo que, hoje, se torna muito difícil satisfazer essa concepção, ele afirma que os educadores costumam refugiar-se em uma "pedagogia cartorial e milagreira, onde o homem fica esquecido em favor dos métodos".

O CONCEITO

Poucas palavras já se prestaram a tantas mistificações como a educação.

Todos falam dela.

Em momentos eleitorais quase cada candidato a inclui em suas falasções. Não falta quem lhe aponte as deficiências. Burocratas decidem sobre ela com o desembaraço que lhes anima a ignorância enciclopédica. *Snobs* se referem constantemente à falta de educação vigente. Não falta, sequer,

a invocação ingênua que a identifica com o atributo do homem amável e delicado.

Conceito Usual

Tais afirmações perdem qualquer utilidade quando conduzidas sem a devida fundamentação. Frequentemente ela se vê tomada como sinônimo de erudição. Ser educado, então, seria saber muito, sobre muitas coisas e no maior número possível de situações. Conforme tal

conceito, consistiria na vã tarefa quantitativa de encher os educandos de uma sabedoria balofa, resultante da formalidade estéril de transmitir o acervo da verdade oficial.

A inconsistência dessa concepção se reflete na aridez intelectualista do ensino formal e ocioso, que a nada serve, senão para citações ocasionais e medíocres, alienadas às necessidades da realidade. À falta de senso prático, elas reclamam objetivos mais concretos, capazes de orientar os educandos para a vida.

Conceito Pragmático

Pessoas de melhor entendimento superaram o conceito usual pelo pragmático, que passa a atribuir à educação a finalidade precípua de preparação para a vida.

Longe de nós contraditarmos o alcance dessa proposição. Mas não poderemos deixar de ressaltar que sua aplicação vem muito deteriorada, pela visão de um preparo predominantemente social e profissional, esquecido do desenvolvimento pessoal do educando.

O êxito — e, ainda menos, o apenas sucesso profissional — não pode ser o fim último da educação.

Ela não pode ficar limitada ao treinamento do educando para o desempenho e o lançamento dele em condições vantajosas na competição de alto nível.

Educar não consiste no simples planejamento da atividade do vencedor.

Se bem observarmos, não faltam ao nosso redor indivíduos muito bem sucedidos mas com um caráter incompatível com a estrutura de homens bem educados. Médicos, por exemplo, que dispõem sua competência ao sabor do assassinato e do aborto, ficam muito longe do que entendemos por pessoas bem educadas. Assim, engenheiros trapaceiros, intelectuais embusteiros, advogados procuradores da criminalidade, autoridades torturadoras, financistas desonestos, padres “metingueiros”, artistas pornográficos etc. são apenas alguns tipos que podem ser até muito bem sucedidos a despeito de deseducados. Aliás, quanto maior seu nível pessoal de proficiência, melhor se configura sua falta de educação, na medida em que colocam, indiferentes, a própria competência ao sabor dos desvios de sua atividade profissional.

Não se pode separar, do homem educado, seu conteúdo ético.

Conceito Ético

A pura habilitação profissional é insuficiente para tornar alguém educado. Não basta ensinar, nem mesmo muito ou até bem, para que se esteja propiciando educação. A transmissão de conhecimentos só é educativa se ensinar aquilo julgado moralmente bom, segundo uma hierarquia de valores múltiplos e variáveis, conforme a área cultural, a época e até as condições locais. Os valores da cultura islâmica, por exemplo, não corres-

pondem inteiramente aos da cristã e, mesmo em cada uma delas, haverá diferenças ao longo do tempo e ao sabor das necessidades e recursos contingentes.

Separada da estreiteza do rendimento profissional, a educação cobrirá extensa gama de valores que culminarão em um fim último capaz de encerrar o processo individual de aperfeiçoamento. A distância de tal fim dependerá do padrão cultural perseguido pela filosofia proposta pela cultura, ora naturalista, às vezes espiritualista.

Em formas de vida materialistas (como as naturalistas que visam a construir o "belo exemplo de animal sadio", a comunista destinada a construir agentes da produção social, a socialista destinada a igualar as oportunidades de consumo ou a pragmatista preocupada com a construção de indivíduos eficientes) o fim último se haverá de consumir em termos concretos de finalidade histórico-sociais imediatas.

Já a educação espiritualista terá fins sobrenaturais, situados além das contingências materiais imediatas. A educação budista preparando o indivíduo para se identificar com o nirvana, a espiritista para o processo da reencarnação, a cristã, judaica e mussulmana buscando a salvação individual da alma, têm um fim último transcendental.

É claro que, em qualquer de suas variedades, a educação não se pode limitar a transmitir valores e sua hierarquia — mesmo os mais sublimes

valores espirituais — e sim levar o educando à sua realização concreta vivida nas situações práticas. Os convencionais e os hipócritas, pela falta de coerência entre a teoria e a prática, não chegam a ser verdadeiramente educados, a despeito de seus discursos formalmente sobrecarregados da noção de valor.

Necessitam ainda de capacidade de traduzir a intenção de valor em obra concreta, capaz de refletir a hierarquia que adotaram como preferível.

A educação, pois, será sempre um processo de formação pessoal, baseado na construção e renovação da cultura, segundo valores julgados bons pelo grupo e assim entendidos pelo indivíduo que se educa. Ela consiste em buscar ajuda a alguém para que persiga um modelo ideal, envolvendo dois problemas que merecem discussão.

O primeiro consistirá no exame das condições pessoais que irão capacitá-lo, ou não, para sofrerem tais transformações e, o outro, na discussão sobre o eventual direito do educador para influir deliberadamente em tais transformações sem interferência sobre a liberdade do educando.

É o que veremos a seguir.

A Educabilidade Humana

O homem é essencialmente suscetível à influência do meio. Por natureza ele é moldável desde o nascimento ou, até melhor, antes mesmo, ele é geneticamente educável.

Ao nascer, a criança apresenta um equipamento reacional, de origem hereditária, extremamente reduzido e precário para lhe prover a subsistência imediata.

Não obstante, à medida que vai vivendo, novos padrões adaptativos programados em sua carga cromossômica vão amadurecendo e se exteriorizando. A maturação irá transformando essas disposições potenciais em capacidades atuais e ampliando seu grau de adaptabilidade em nível jamais alcançado por qualquer outro ser do mundo natural. Quanto maior for o desenvolvimento de tais potencialidades, tanto melhor lhe será assegurada a sobrevivência. Surgidas do poder contido no plasma germinativo desde o momento da fecundação, serão essas disposições do processo genético que assegurarão a transformação das potencialidades em capacidades concretas, implicando na conclusão da inegável base biológica no desenvolvimento da adaptabilidade humana.

Determinismo Biológico

O reconhecimento do papel da hereditariedade levou a se atribuir o aperfeiçoamento adaptativo à expansão dos fatores internos geneticamente estruturados. Ele resultaria fatalmente da força com que tais disposições se transformassem em condutas instintivas — uma espécie de sabedoria natural para a melhor adaptação. Livrada a conduta das defor-

mantes influências mesológicas, a hereditariedade levaria o ser humano ao mais pleno e cabal desenvolvimento da sua personalidade. O esforço educativo além de inútil seria nefasto, pois tais influências pouco atuariam nesse aperfeiçoamento.

O desenvolvimento, portanto, seria apenas uma questão de maturação que explicitasse a capacidade imprescindível à satisfação de cada necessidade proposta pelas aptidões. Clara ou disfarçadamente, seria a força necessária e suficiente para que se processasse o desenvolvimento. A se crer no determinismo biológico da conduta, teremos enfraquecido ao máximo a importância da educação.

Determinismo Mesológico

Fatos observados, porém, fortalecem ponderavelmente a valorização da ação educativa na conduta, e indicam a falsidade das teorias do determinismo biológico.

A título de ilustração, vale lembrar o caso das meninas indianas — Amala e Kamala — capturadas, na segunda década deste século, por um casal de pastores protestantes, no meio de uma alcatéia. Criadas isentas dos alegados prejuízos educacionais, elas deveriam ter obtido, segundo os deterministas biológicos, invejável padrão de desenvolvimento. No entanto, não haviam atingido o mais elementar nível de adaptação, sendo portadoras de deficiências até mesmo motoras. Antes até, mantiveram-se primitivamente

ferozes e animalizadas, sem qualquer vislumbre de humanização, desprovidas do mais imediato vislumbre de dignidade. Entregues às forças biológicas, elas ficaram muito aquém do formato humano de conduta.

Os fatores congênitos, constituintes do Núcleo Estrutural de personalidade (Somatotipo, Temperamento e Nível Mental), se revelam incontestavelmente os fatores básicos da educação, pois ninguém poderá ser educado ou sequer treinado além dos limites das próprias aptidões. Mas o papel basilar desses fatores não lhes assegura o poder determinante de tais tendências. Elas não ultrapassam certas disposições inatas a ações vagas e mal discriminadas, que se irão configurar definitivamente conforme a influência do meio. Sem a força estimulante da educação, as aptidões restarão inertes e desconhecidas, negando as postulações do determinismo biológico.

O incremento da adaptabilidade decorrente de maturação não basta para propiciar a convivência social. Entre as aptidões a serem transformadas em capacidades, ressalta a da inteligência e de aprender. Sem ela, o indivíduo ficaria muito fragilizado. A estereotipia das respostas hereditárias não lhe permitiria fazer face ao imprevisto. Surpreso, ele não lograria se adaptar, dada a insuficiência das condutas pré-adaptadas hereditariamente. Ele necessita de um repertório de respostas mais rico do que aquele devido a um sistema instintivo padronizado, por mais aperfeiçoada

que fosse a sua composição genética. A complexidade das situações vitais transcende qualquer padrão de disposições instintivas, reclamando inventiva e singularidade para novas adaptações. Tal poder se enriquece progressivamente, à medida que novos neurônios se mielinizam e vivenciem a experiência ampliando, a limites inimagináveis, o poder de aprendizagem.

Assim, a despeito da evidente origem genética, da educabilidade, a formação humana demanda um fator aprendido que se sobrepõe aos demais, configurando e orientando o resultado final do processo.

A evidência das influências mesológicas acabou recaindo na reação oposta, do determinismo educacional.

Watson chegou a proclamar que poderia fazer, de qualquer neonato, um gênio ou um débil mental, santo ou criminoso, revolucionário ou pusilânime. A afirmativa, porém, não passa de vã bazófia, já que se não pode levar um educando além de suas disposições hereditárias. Qualquer programa de treinamento esbarrará no limite das aptidões contingentes. Estímulos externos, influenciando embora a conduta, são impotentes para determiná-la por si mesmos. A previsão de conduta que não leve em conta os limites biológicos terá pequena margem de acerto.

À força das influências externas apenas cabe o papel de modificar como as tendências se exteriorizam. Jamais seremos capazes sequer de transformá-las, e sim — no máximo

e apenas em certa medida — modificá-las, tornando razoavelmente diferenciada sua forma de atualização.

Sem certo mínimo de potencialidades geneticamente estruturadas, a educação se torna ineficaz.

Influência Mútua entre a Hereditariedade e o Meio

O homem é geneticamente educável, trazendo desde a fecundação uma composição cromossômica em que muitas de suas respostas posteriores já se encontram programadas. Entre tais potencialidades, destaca-se a extraordinária plasticidade de sua estrutura nervosa, que lhe permitirá enriquecer o cabedal genético com as aprendizagens.

A carga hereditária já pode fazer dele o rei da criação, mas seu reinado não se configura, se isento das influências educacionais.

A pura maturação das potencialidades é insatisfatória para todas as suas exigências e necessidades adaptativas. Precisa, igualmente, da influência do meio, não apenas para que suas aptidões despertem mas, sobretudo, para preparar respostas a situações inéditas.

A influência do meio é, pois, imprescindível a uma adaptação mais ampla, por melhor que seja o seu potencial biológico. Por si só, a hereditariedade é insuficiente. Ninguém poderá aprender além dos limites das próprias aptidões e, menos ainda, em sua ausência. Não se constrói nem

excede aptidões. Nem, por outro lado, podemos prescindir de estímulos externos. Sem eles, as aptidões se tornam inatuantes.

Hereditariedade ou meio, por si sós, isoladamente, não bastam para o desenvolvimento adaptativo. Eles se reforçam mutuamente, cada qual oferecendo ao outro ensejo à atuação recíproca na promoção do processo educativo.

O homem é educável não só devido à estrutura genética do seu sistema nervoso, mas também por ser capaz de incorporar novos padrões de conduta, que imprimirão sua modalidade de adaptabilidade, singular entre todas as das demais espécies vivas.

LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO

Um dos mais importantes objetivos da educação consiste em levar o educando a ser livre e responsável.

Partindo dessa observação, torna-se muito inquietante a reflexão sobre a legitimidade do ato de educar. Será lícito impor a uma criança certo padrão de conduta? Não será uma violação de sua liberdade sujeitá-la a hábitos que farão dela um ser moralmente submisso às exigências vigentes? Forçar alguém a ser uma pessoa boa não será uma violação de sua dignidade essencial? O aproveitamento de sua imaturidade e falta de discernimento para submetê-la a certa diretriz, independente de sua aceitação, não atentará contra os próprios objetivos da educação? Caberá ao educa-

dor o direito de obrigar alguém a ser bom? A orientação da formação de acordo com fins previamente preferidos não comprometerá o desenvolvimento do senso de responsabilidade? Em uma palavra: não será a educação uma violência moral?

Todas as visões naturalistas da educação sempre bateram nessa tecla, atribuindo à transmissão de valores uma deplorável falta de respeito à liberdade e dignidade do educando. Tais cogitações estão na base de qualquer argumentação da chamada "pedagogia de libertação", que faz do educador um opressor e o educando um oprimido.

Temos que reconhecer o embaraçoso número de educadores que peca pelo excesso de autoridade. Para eles, a imposição de um modelo escolhido se justifica simplesmente porque lhe cabe tal dever e que sua autoridade é uma atribuição suficiente para que imponha a sua orientação, sem levar em conta as cogitações do educando. Nesse caso, será justo criticar-se tal padrão de influência que, mais que desenvolver, consegue deformar a sua personalidade. A autoridade e o poder do educador não bastam ao exercício do direito de educar. O poder de orientação de quem educa não se legitimará na força de sua autoridade. Não será por ser mais forte e poderoso que ele poderá se servir da fragilidade do educando e dele fazer o que bem lhe aprouver.

Aquele que educa não se concederá o direito de plasmar cegamente o educando segundo um modelo escolhido

como preferível, como se ele tivesse sobre este o direito de propriedade. Tal modelo de educação seria intrinsecamente imoral.

Até mesmo as exigências ditadas pelo bem comum são insuficientes para justificar os esforços de orientação e formação.

A dignidade humana faz de cada educando algo mais que um simples elemento destinado a satisfazer as necessidades e exigências do grupo. Seus inalienáveis direitos deverão prevalecer sobre os interesses sociais, tornando absolutamente imoral a educação, cujos fins valorativos se baseiem na simples automatização e na satisfação de conveniências grupais.

Essa é a consideração que distingue educação de "lavagem cerebral", já que ambas as atuações perseguem fins a atingir.

Mas suas filosofias de procedimento são antagônicas. Nas formas condutistas se pretende apenas modificações no comportamento observável, e tão só, sem outra referência. Em vez de cogitações sobre o processo interior daquele que se educa, basta-lhe tratar dos sistemas de coação capazes de modelar a conduta.

Contrariamente, nas formas educacionais mais autênticas, se procura dar a própria consciência de enriquecimento alcançada com cada nova resposta.

A influência formadora do educador se legitima pela possibilidade — intrínseca no ato — capaz de permitir o mais pleno sentido de desenvolvimento do educando. É a sua própria

realidade individual, a natural destinação pessoal, seus direitos e interesses essenciais que fornecerão, não o direito, mas até o oneroso dever de educar. A educação só é uma prática legítima porque convém ao homem tornar-se educado, e só o será quando se lhe fizer necessária, mesmo que nem sempre experimentado conscientemente.

Só é genuinamente educativa a influência que aperfeiçoa intrinsecamente o educando e quando o aperfeiçoamento fizer parte de sua realidade ontológica. É a sua destinação e sua plena realização que reclamam a perseguição dos fins a atingir.

Por isso, ela não atenta contra a liberdade. Pelo contrário, quando isenta dos esforços de opção trazidos em seu bojo pela discussão moral, a conduta resta encerrada em condicionamentos habituais, privando-a da responsabilidade decorrente da liberdade da escolha. Ao oferecer-lhe a comparação entre o que é certo e o que não o for, a orientação educativa haverá de torná-lo verdadeiramente livre. Sem isso, poderá até ficar excessivamente independente — rebelde ou licencioso — mas sem a liberdade resultante do poder de opção.

Educar-se, portanto, é um imperativo categórico do desenvolvimento. O homem necessita seguir aquilo que lhe definem os processos de inibição da conduta automática, evitando os malefícios da impulsividade-irrefletida, selecionando as melhores reações, reduzindo o egocentrismo, dirigindo o ajustamento, construindo

um desenvolvimento superior que irá torná-lo maduro. Entre os atributos potenciais do homem, o maior — sua capacidade de ser livre e moralmente responsável — não surge senão a termo do processo educativo. Decorre daí sua imperiosa necessidade de educar-se. É tal necessidade de aperfeiçoamento, que legitima a interferência do educador sobre o educando.

PROPRIEDADES DA EDUCAÇÃO

Finalidade

A qualidade fundamental do ato educativo é sua finalidade. Não haverá educação que não seja finalista, orientada para certo fim. Ela não pode surgir do simples crescimento, ao sabor de circunstâncias fortuitas. É isso que a distingue da maturação. Sem o acordo de fins entre educando e educador ela se desorganiza, a confiança entre eles se enfraquece e desaparece a segurança do processo.

Ignorando a que se destina, o educador se torna incapaz de educar. Na melhor das hipóteses treinará o educando para alguma função específica, tornando-o um "robot" privado de dignidade e essência humanas.

É comum a rejeição do educando por tais formas de manipulação, produzindo certo grau de cinismo e rebeldia. Grande parte do celebrado conflito de gerações pode entender-se como decorrente dessa incompatibilidade de identificação de obje-

vos comuns, mais do que ao improvável conflito entre classes de oprimidos e opressores.

Ninguém se submete de bom grado à ação educativa se não houver logro vislumbrar o fim com que está sendo educado.

Influência Externa Humana

Educação não é fruto da expansão biológica do crescimento nem de casuais injunções sociais. Como processo dirigido a certo fim, ela pressupõe uma influência externa que a livre de acidentais circunstâncias. Ela não resultará, portanto, de forças naturais ou situacionistas. O efeito de condicionantes fisiográficos ou, até, meramente coletivos, mesmo se capazes de influenciar a conduta, será de uma fugacidade e instabilidade muito distantes dos propósitos educacionais.

Educação não prescindirá de educador, normalmente um adulto e suficientemente maduro para se capacitar à função orientadora.

No desempenho desse papel, terá de desempenhar a necessária autoridade, pela qual se revelará digno de influir, e a superioridade que o tornará capaz de tal influência.

Em qualquer situação, sempre haverá alguém mais amadurecido para o desempenho da função educativa. Mesmo na chamada educação espontânea, a ausência da influência pessoal é antes aparente. Ela também resulta de uma influência humana,

ainda que mediata, exercida indiretamente das relações culturais subjacentes.

Intensionalidade

A atividade de conduzir o processo educacional para um fim julgado bom exige, do educador, a determinação nítida de seus propósitos e uma disposição decididamente motivada de persegui-los. Seu procedimento haverá de ser conscientemente intencional e direto, além de continuado, pois não se firma a busca dos fins à custa de atos eventuais e fortuitos.

A ninguém será dado educar se não se sentir imbuído das atribuições e responsabilidades inerentes, e se não se sentir avassalado por profunda motivação.

Integralidade

O processo educacional não pode ser dividido em atividades fragmentárias. Ele terá que abranger a totalidade íntegra do educando. A meta terá, necessariamente, que ser o pleno aperfeiçoamento global do homem e a tentativa de ajudá-lo a atingir sua mais cabal realização própria.

A compartimentação da atividade educativa em departamentos específicos e diferenciados — tais como educação intelectual, artística, cívica, religiosa, física, sexual etc. — não passa de equívoca abstração didática. Antes se trata de condições para a

educação, mais do que propriamente ramos dela.

Ela terá que se voltar para a estruturação integral do educando, a fim de que possa exercer as novas condutas aprendidas, segundo juízos de valor coerentes e harmoniosos.

PERSPECTIVAS CONCEPTUAIS

O exame que vimos de fazer abrange elementos de três categorias: a noção das novas respostas, a do processo psíquico que as realiza e a das conseqüências do valor impregnado em cada uma delas. Cada qual dessas categorias dá uma visão diferente do processo, ensejando um conceito particular de educação.

Vejam, todas elas, a seguir.

Conceito Biológico

Como ficou visto, não podemos eximir o fato educacional de sua origem biológica. A mudança de conduta ocorrida ao longo do processo, relacionando o indivíduo e o meio, é um fenômeno de adaptação e, como tal, destinado a propiciar a sobrevivência.

Não são todos os processos adaptativos que podem ser entendidos como educacionais, mas não haverá fato educacional que não seja adaptativo. Às vezes, a adaptação redunde de meras modificações metabólicas, obtidas automaticamente pelo processo humoral. Trata-se, então, de

um recurso elementar de sobrevivência, comum a todos os seres vivos.

Mas em outros casos, a adaptação se dá graças a processos nervosos, que regem a conduta, como uma função de relação entre o indivíduo e o meio, produzindo a experiência.

A adaptação tem seus limites compreendidos entre o aproveitamento das potencialidades genéticas, objetivando uma sobrevivência saudável, segundo o nível nutricional do organismo e a orientação fornecida pela experiência.

A hereditariedade, embora básica, não é fatal nem exclusiva. O genótipo se dirige a certo padrão de vida, ao qual o meio pode oferecer, ou não, possibilidades de resistência. Sob tal influência — ora estimulante, ora inibidora — ele se transforma em fenótipo. É a educação que define e orienta a adaptação.

O genótipo é apenas um conjunto de possibilidades que o corpo assumirá como lhe fica assegurado pela experiência. A carga genética não poderá ser negada nem contida pela educação. Ela consente, porém, ser desviada pela experiência, que se torna então a plasmadora de sua manifestação.

Os efeitos da experiência variam, outrossim, com o estado nutritivo do organismo modificando o ritmo, a qualidade e o rendimento da educação. Aprendizagem e educação reclamam um tropismo sadio dos tecidos, sobretudo do nervoso.

Em uma palavra, a educação consiste num esforço diretivo de proces-

sar a hereditariedade de modo a orientar ou sublimar suas manifestações. Resulta daí conceito dentro de uma perspectiva biológica: *Educação é o processo de adaptação para sobreviver, limitado pela hereditariedade, orientado pela experiência e sustentado pela alimentação.*

Conceito Psicológico

O psiquismo é uma função nervosa que conduz à adaptação. Resultante dos processos nervosos que regem a conduta relacionando indivíduo e meio, a adaptação induz a produção da experiência.

Nem sempre a experiência alcança o nível de fato educacional. Basta que lhe falte a componente apreciativa, e ela ficará aquém dos umbrais educacionais, como se verifica em animais e imaturos. O inverso, porém, é sempre verdadeiro: não pode haver um único elemento da evolução educativa que não haja sido apreendido por uma experiência que se tenha integrado ao organismo.

Do ponto de vista psicológico poderemos, então, conceituar educação como sendo o *Processo de Aprendizagens do qual resulta o progressivo desenvolvimento da personalidade.*

Conceito Sociológico

Se a adaptação e a experiência podem ser comuns a todos os entes do reino animal, o ajustamento é apaná-

gio da humanidade. Fora da chancela que discrimine o comportamento aprendido entre o bem e o mal não terá lugar genuinamente a educação, independente do grau de perfeição de cada nova resposta.

A estruturação do ajustamento percorre um itinerário acidentado, iniciado precocemente, longo, penoso, semeado de imprevistos.

Seus passos iniciais surgem nos primeiros estágios embrionários, em torno das condições que lhe facilitam ou dificultam os imperativos de crescimento inscritos na carga genética. Trata-se de uma afetividade vaga e confusa, resultante da afirmação de sobrevivência ou da ameaça a ela.

A tonalidade emocional referida aos estados vitais se conserva no neonato até que os progressos da mielinização lhe forneçam um padrão perceptivo capaz de discriminar quais estímulos sempre estão presentes nas situações de satisfação e ausentes nas de carência. No conjunto desses estímulos se inclui, ainda no primeiro semestre, a figura da mãe, não propriamente como pessoa amada mas como objeto privilegiado na obtenção da segurança para sobreviver. A mãe, no caso para ela, não passa de objeto profundamente ligado às sensações vitais.

Outros, como o pai, os parentes, serviços, vizinhos etc., que eventualmente desempenhem essa função, como se fossem uma espécie de mães substitutas, alargam o sistema de identificação de novas pessoas ligadas aos hábitos de sobrevivência.

A diuturna e infundável reiteração do efeito da presença da mãe nos momentos de satisfação produz os condicionamentos que a transformam em sinal de aproximação de satisfação. A criança reclama, então, sua presença, ao experimentar qualquer necessidade. Satisfazendo-a, a mãe devolve-lhe a segurança ameaçada e reforça a vinculação entre elas. A mãe é então buscada não como uma pessoa amada mas como sinal capaz de tranquilizar antecipadamente, pela indicação de que o ensejo de satisfação se aproxima. A exacerbação desse efeito causado pela continuidade da repetição da atuação materna transforma-a de sinal em símbolo de satisfação. Agora, o que lhe agrada nela não é só o efeito satisfatório que ela lhe propicia, mas a simples presença. Ela já obtém segurança pelo simples fato de senti-la junto a si. A mãe deixa de ser objeto de sobrevivência para se transformar em pessoa de convivência.

Nasce, assim, o primeiro vínculo verdadeiramente social. A ele juntar-se-ão outros — pai, parentes, vizinhos etc. — que, paulatinamente, fornecerão novos padrões de relacionamento.

A descoberta progressiva da autoridade, do convívio, da compartilhação, a obediência a regras irão introduzi-la no difícil mundo social. Dá-se então a iniciação cultural, quando os produtos sociais se fazem estímulos às suas ações, com inimaginável poder multiplicador de influenciação devida à conquista da

reflexão abstrata, surgida ao final da infância e que haverá de introduzi-la no mundo dos valores.

A apaixonante descoberta — típica da adolescência — das razões axiológicas haverá de conferir-lhe o senso de escolha e responsabilidade, de luta pela independência e, finalmente, de conquista da liberdade. O malogro desses esforços produzirá uma conduta rebelde e contestatória, cheia de imediatismo egocêntrico, impedindo-lhe humanização genuína. Essa, a razão fundamental para a imprescindível necessidade educacional humana, dentro do quadro cultural que o ampara.

Desse modo podemos, sociologicamente, conceituar a educação como um *Processo de Ajustamento do indivíduo ao grupo e dos grupos entre si segundo a transmissão, a conservação e a renovação da cultura, de acordo com os valores preferenciais do grupo, visando ao desenvolvimento e à segurança do educando.*

Conceituação Ampla

Fundindo as noções vindas dos conceitos biológicos, psicológicos e sociológicos de educação, podemos afirmar que *Educação é um processo de enriquecimento da personalidade, resultante de uma influência humana, continuado e ordinariamente sistematizado, tendo em vista fins morais a atingir, segundo uma hierarquia de valores própria à cultura onde ela viva.*

CONCLUSÃO

Formas educacionais assentadas no ensino de "reações observáveis exteriormente" está causando uma deterioração devastadora.

Afora demagogos e irresponsáveis que trazem à educação apenas a audácia de suas tiradas e objetivos de moda, mesmo entre aqueles mais sérios e honestos, costuma-se limitar a considerações sobre currículos, programas, inferências e estatísticas, e uma série de outras investigações alheias ao enriquecimento da personalidade do educando.

São postulações fátuas, nada além de variações em torno do tema.

Não se pode entender educação senão como instrumento de consolidação harmoniosa da personalidade do aprendiz e da integração dos homens entre si. Hoje se tornou muito difícil satisfazer a essa função.

O ajustamento por ela buscado serve-se da transmissão e da renovação da cultura, a fim de regular barreiras, atrações e repulsões entre os membros do grupo. Mas cabe-lhe, também, a renovação para prevenir surpresas advindas de situações que se apresentem ineditamente.

Ajustar supõe relações regidas por valores e cada grupo dispõe de valores específicos. O ajustamento implica em considerações culturais.

Se alguém se muda de grupo, os choques entre as culturas nova e antiga dificultam o resultado da educação, porque nas novas circunstâncias ele pode se revelar incompe-

tente para lidar com o ambiente. Sobretudo se o indivíduo entende que não mais poderá voltar a antigas condições, o efeito será muito mais devastador. Hoje esse choque devido à mudança está se dando até mesmo dentro da própria cultura.

O tempo e o espaço encolheram. Os meios de comunicação, ao facilitarem o confronto de diferentes quadros culturais, facilitam o aparecimento de choques tornando o homem inseguro dentro da própria cultura, fazendo-o um estranho perante seu próprio ambiente.

Em uma cultura toda baseada no efêmero e no transitório, o ajustamento se tornará obrigatoriamente periclitante.

Produção em série, modernos meios de comunicação e processos massificados de ação coletiva criaram a mística do consumo e do desapego, uma certa indiferença à perenidade dos bens substituída pela sofreguidão da novidade.

A fugacidade do real não exige apenas ajustamento. Ela reclama *ajustamento-já* porque, se demorar, quando vier pode não ser mais necessário. Essa a nova dimensão imposta pelos novos tempos à educação.

Isso exaure a força e a resistência dos contemporâneos, criando certa visão relativista e indiferente, antagônica à importância dos valores, omitindo o significado da educação.

Sucumbidos de perplexidade, os "educadores" fogem de decisões significativas, refugiando-se em uma pe-

dagogia cartorial e milagreira, onde o homem fica esquecido em favor dos

métodos. Até, pelo menos, que a humanidade termine por ser destruída.



RUBEM BARBOSA ROSADAS Coronel Professor e Psicólogo. Assessor Pedagógico e Cultural do Comando da AMAN. Ex-Chefe da Cadeira de Psicologia da AMAN. Titular de Psicologia Aplicada do Trabalho (Faculdade de Administração da SOBEU), de Psicologia Social (Faculdade de Comunicação Social da SOBEU) e de Psicologia da Educação (Escola de Educação Física de Volta Redonda). Ex-Conferencista da ECEME e do CEP. Titulado Professor Emérito pela Câmara de Vereadores de Resende. Possui os cursos: Regular de Oficial de Infantaria (AMAN), Técnica de Ensino (CEP) e Pós-Graduação Lato-Sensu em Metodologia do Ensino Superior.



ARTILHARIA DE COSTA: PRESENTE E FUTURO

Sergio Falcão

Matéria extraída da *Military Review*, Edição Brasileira (1º Trimestre de 1990). É transcrição da *Revista de Artilharia*, publicada pela Arma de Artilharia do Exército de Portugal.

Consta, em sua sinopse:

"Não há missão tão difícil quanto a de proteger o litoral marítimo contra qualquer tipo de ataque inimigo. No passado, tal missão incidia nos ombros da artilharia de costa, porém, com o advento dos novos armamentos tecnológicos, ela passou a ocupar um segundo plano. O autor do presente artigo dá novo realce ao papel da artilharia de costa e apresenta, como exemplo, o sistema de defesa costeira da Suécia, um dos mais sofisticados do mundo. Afirma, também, que a defesa do litoral é um problema que envolve todas as Forças Singulares, as quais devem atuar com coordenação de esforços."

A artilharia de costa fixa é, entre nós e na globalidade dos países que a mantém (e são inúmeros), parte integrante do conjunto de meios do Exército, que constituem o Sistema de Força Geral *Interramos* de Defesa Costeira.

É pois natural que, na atualidade, se volte a questionar sobre a utilidade da artilharia de costa fixa, em função dos espetaculares avanços tecnológi-

cos em matéria de armamento:

- mísseis;
- armas nucleares;
- armas laser;
- submarinos de propulsão nuclear etc.

No entanto, apesar desses avanços tecnológicos, não parece desenvolver-se a teoria da desativação da artilharia de costa para dar lugar a outros meios de defesa.

Hoje em dia contam com esse tipo de artilharia tanto países de um como de outro bloco, e a experiência e a história têm demonstrado que, na defesa do litoral, quanto mais armas se empregarem maior possibilidade haverá de cumprir a missão, tendo um papel muito importante as armas protegidas em instalações fixas.

A defesa do litoral é um problema que envolve tanto as forças do Exército como as da Marinha e da Força Aérea, devendo atuar todas em coordenação de esforços.

O afundamento do destróier israelense *ELAI*, em 26 de outubro de 1967, com mísseis *SS-N-2A (STYX)* soviéticos lançados a mais de 25 km de distância por uma lancha rápida egípcia, pôs em relevo a eficiência da atuação das forças navais dentro do "marco" (perímetro) defensivo do litoral. Mas estas, ainda que muito úteis, não são suficientes, a não ser que se conte com uma superioridade aérea, não obstante no decurso das operações esta superioridade poder mudar, e, inclusive, colocar-se a favor do inimigo. As possibilidades dos navios vêm-se limitadas por razões de autonomia, suprimentos etc., e é preciso dotá-los de segurança, mediante a defesa de suas bases navais.

No conflito das Malvinas/Falklands, o avião armado com mísseis ar/mar *AM-39 EXOCET* demonstrou a sua eficiência no ataque a unidades navais. Isto confirma que a chegada de forças aéreas à defesa do litoral também é muito importante. A sua atuação concentra-se na realização de

reconhecimentos, explorações e ataques a unidades navais inimigas.

Às forças do Exército corresponde a missão de ocupar, organizar e defender o terreno na costa ameaçado pelo inimigo, além de proteger as bases navais e instalações contra todo ataque adversário.

A artilharia de costa está organizada tecnicamente para bater pelo fogo as unidades navais inimigas e é, portanto, responsável pelo principal esforço na *Defesa Costeira*. A artilharia de campanha e antiaérea, além de cumprirem suas missões próprias, deverão contribuir, dentro das suas possibilidades, para completar os fogos daquela, batendo objetivos navais e forças de desembarque.

CONCEITO ATUAL

É missão das forças que estabelecem a defesa de costa impedir a aproximação ao litoral de formações navais inimigas, proteger zonas costeiras importantes, como instalações industriais, portos, bases navais, ..., e evitar o forçamento de estreitos ou de passagens de navios hostis por vias marítimas vitais.

Atualmente, um sistema de defesa costeira eficaz é *complexo* e no mesmo terão de existir meios de vigilância marítima, peças de costa de grande alcance, mísseis, minas, peças antiaéreas e forças terrestres de combate.

A espinha dorsal desse complexo sistema é constituída pela artilharia

de costa, que compreende meios de vigilância, peças e mísseis de diferentes tipos, de acordo com as suas missões.

A Real Artilharia de Costa Sueca, por exemplo; foi a primeira força no mundo que se organizou para fins de defesa costeira. Com essa organização a Suécia, que possui um litoral de 2.700km, demonstra a grande importância que dá à defesa do seu litoral e, para isso, conta com regimentos de artilharia de costa dotados de peças fixas, móveis e mísseis.

Baseando-se nesse conceito de defesa costeira, a indústria sueca criou um conjunto composto por armas, munições, sistemas de controle de tiro, comunicações, fortificações e veículos, que também têm sido adotados por outros países.

Esse conceito de defesa costeira que se baseia na artilharia de costa proporciona grande potência de fogo, grande alcance e excelente proteção, constituindo uma barreira muito eficaz contra os ataques procedentes do mar. Por essa razão, são de esperar do inimigo ações simultâneas de ataques com:

- mísseis anti-irradiação;
- incursões aéreas de ataque a terra;
- atuações com helicópteros;
- emprego de grande número de interferidores;
- desembarque de forças terrestres na retaguarda dos sistemas de defesa costeira.

Um sistema de artilharia completo de defesa de costa atual deve reali-

zar diferentes funções:

- vigilância e reconhecimento;
- controle de tiro;
- controle de combate;
- cálculos balísticos das armas;
- preparação do tiro de mísseis;
- fogo de peças e mísseis.

A empresa sueca Philips Elektronikindustrier AB conseguiu combinar todas as funções de vigilância e controle de tiro num único centro, com o mesmo tipo de computadores, servindo as bancadas do operador indistintamente para qualquer sistema.

Também desenvolve equipamento eletrônico para controle de tiro, o qual pode ser empregado como complemento dos sistemas normais, oferecendo, além disso, uma alternativa econômica para empenhar a artilharia de campanha contra alvos de superfície no mar.

Na configuração do sistema de defesa de costa sueco, um mesmo centro de controle pode incorporar várias funções, ou então o controle de tiro pode fazer-se com um sistema que realize unicamente essa função. Esse conceito assegura uma configuração modular do sistema defensivo, que permite ao defensor melhorar gradualmente o desempenho, de acordo com suas necessidades e possibilidades econômicas.

CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DE COSTA SUECO, COMO EXEMPLO

— *Sistema de vigilância e informação STINA*

O sistema de vigilância e informação costeira de alto-mar *CSI STINA* (*coast offshore surveillance system*) tem como objetivo reunir, processar e apresentar informação oportuna e atualizada da situação tática a alto nível regional, assim como transmitir ordens de coordenação e comando dos diferentes sistemas de armas que constituem a defesa.

O *9 CSI 600 STINA* é um sistema moderno de vigilância costeira que realiza as seguintes funções operacionais:

- vigilância baseada em informação obtida por diversas fontes, entre elas o radar de vigilância *KONDOR*;
- análise da situação e avaliação da ameaça;
- decisão de atuação com mísseis que pode ser tomada nos centros de controle de fogo de mísseis *KLARA* e *KARAT* de escalões inferiores.

— *Radar de Vigilância KONDOR*

Esse radar de vigilância costeira é baseado no transmissor-receptor *9 GR 500*, de sintonização rápida, com gama de frequência na zona X, antena *205* de grande alcance, grande resistência às contramedidas eletrônicas (CME) e grande precisão.

Os sinais de radar são processados num extrator de vídeo com capaci-

dade de detecção e seguimento automático de múltiplos alvos. A informação-radar pode ser apresentada num *écran* tipo apresentação panorâmico (*PPI*) ou transferida diretamente para os centros de controle tático em ligação com o radar.

— *Sistemas Optrônicos KOLIBRI/KOBRA*

O sistema de controle de tiro optrônico *Kolibri* é muito simples e está desenhado para unidades de assalto anfíbio. Emprega, como sensores binoculares laser, intensificadores de imagem e infravermelhos.

Kobra, outro sistema de controle de tiro optrônico, conta com um telêmetro laser de grande potência e com um veio de orientação, controlado por computador que dá muita precisão.

— *Sistema de direção de tiro KLARA*

O *KLARA* é um sistema de controle de lançamento e análise de fogo de mísseis. Recebe e apresenta a situação tática procedente de centros de escalões superiores e aceita, processa e apresenta dados de objetivos procedentes de radares de vigilância de costa, navios e helicópteros.

— *Sistema de Controle de Combate KASKAD*

O *KASKAD* é um sistema de controle de combate, a nível de grupo, nos sistemas de defesa de costa que atuam em ligação com os sistemas de controle de armas *KASJELL*, *KARDINAL* ou *KARAT* que realizam funções a nível de bateria. Esse sistema de controle recebe dados e in-

formações dos radares de vigilância e baterias, assim como de outros centros de informações e combate. Apresenta a situação tática numa bancada horizontal manejada por três operadores. A seção central consta de um *éran* do tipo *PPI* de 23 polegadas rodeado por apresentações de texto e painéis de controle para leitura, entrada de dados e seleção do modo de funcionamento.

— *Sistema de controle de tiro KASTELL*

Esse sistema de controle de tiro fixo para o combate, de alvos de superfície, também denominado *9KA-400*, conta com os seguintes sensores:

- radar com gama e frequência na banda V ou K;
- visor optrônico *TV/IR*;
- telêmetro laser.

Dentre suas características principais, pode mencionar-se a capacidade de seguimento de múltiplos alvos, atuação contra três alvos simultaneamente, grande alcance, grande precisão e resistência às CME, além da possibilidade de enquadrar alvos terrestres e helicópteros.

O sistema *KASTELL* é empregado para realizar funções, tais como a avaliação da situação tática, o controle do tático, o seguimento automático/manual radar e optrônico e a correção de tiro, assim como o controle de mísseis e minas. As duas últimas funções são opcionais, e só são incluídas por indicações do cliente.

— *Sistema de controle de tiro e combate KARAT*

Esse sistema de controle de tiro e combate para mísseis pode operar em plataformas fixas ou móveis e emprega os seguintes sensores:

- um radar da empresa PEAB de grande alcance, resistente às CME e com uma gama de frequências na banda X;
- um equipamento *TV/IR*;
- um telêmetro laser;
- canhões de costa fixos.

Os sistemas de canhões de costa fixos são colocados em zonas estratégicas e em instalações fortificadas para se obter a maior proteção. São constituídos por baterias de canhões *ERSTA* de 120mm da empresa sueca Bofors AB, Ordnance Division, e pelo sistema de controle de tiro *KASTELL*.

Com as munições atuais, o alcance máximo eficaz dos canhões é de aproximadamente 30km. No entanto, espera-se que, num futuro próximo, com a adoção de novos tipos de munições, ultrapasse os 40km. O sistema de direção de tiro *KASTELL*, além de desempenhar-se contra objetivos navais de superfície, também pode fazê-lo contra objetivos terrestres e helicópteros a grandes distâncias.

— *Canhões de costa móveis*

Um sistema de costa móvel moderno consiste numa bateria de canhões *KARIN* da Bofors AB de 120 ou 150mm, controlados pelo sistema integrado *KARDINAL* de comando de tiro e de controle tático. Cada canhão está equipado com visor e calculador balístico. *MARIA*. Esse sistema foi desenvolvido para se obter uma

grande mobilidade e uma instalação rápida, com o fim de entrar em ação no momento mais oportuno.

O alcance eficaz e as prestações do sistema *KARDINAL* são idênticas às do *KASTELL*.

— *Mísseis de costa de alcance médio*

A bateria de mísseis de costa típica consiste em dois veículos lançadores com mísseis *PENGUIN MARK 2* da empresa norueguesa Kongsberg Vapenfabrik, além do veículo de controle que transporta o sistema de controle de tiro e combate *KARAT*. É sua missão a defesa de zonas do litoral que sejam de interesse, como portos, bases navais, instalações industriais etc. Empregam-se também para evitar o forçamento de estreitos. Seus objetivos são, portanto, as unidades destinadas para efetuar essas missões. Os mísseis deverão ter um alcance compreendido entre 25 e 65km, exigência que é cumprida pelos mencionados mísseis *PENGUIN*.

O sistema *KARAT* efetua a avaliação tática, o controle de combate, a simulação e análise do fogo de mísseis, o seguimento automático/manual do alvo e a recopilação de dados do objetivo procedentes de sensores externos.

— *Artilharia de campanha com capacidade de atuação contra objetivos navais*

A possibilidade de empregar a artilharia de campanha para bater objetivos navais de superfície tornou-se uma realidade, graças ao desenvol-

vimento de certos componentes para adaptar o tiro a peças desenhadas para emprego contra objetivos terrestres. Assim, a incorporação do visor e do calculador balístico *MARIA* às peças de campanha deixa uma alternativa para a utilização dessa artilharia em missões de defesa de costa.

Uma configuração típica consistirá numa bateria de obuses *FH 77B* de 155mm da empresa sueca Bofors AB, equipada com o visor-calculador *MARIA*.

O visor comprova continuamente a inclinação do canhão para compensar a orientação e a elevação depois de cada disparo. O calculador realiza os cálculos balísticos e de pontaria da peça.

O sistema *MARIA* pode empregar-se tanto para atuação contra alvos marítimos como contra objetivos terrestres.

Como direção de tiro são empregados os sistemas *KOLIBRI* e *KOBRA* para alvos navais e terrestres, o primeiro como versão fixa e o segundo como versão móvel.

— *O míssil de cruzeiro contranavio*

O emprego de mísseis contranavio, espalhados estrategicamente por todo o mundo, está sendo estudado pelo Ministério da Defesa dos EUA para atacar as forças soviéticas em pontos-chaves. O fato de a eficiência de a frota soviética em mar aberto ser afetada desfavoravelmente por fatores geográficos nas operações navais, conduziu o Ministério da Defesa dos EUA a munir-se de sistemas

contranavio lançados de terra e baseados no sistema *TOMAHAWK*, da General Dynamics Corporation, que utiliza o veículo transportador-elevador-lançador e o centro de controle de lançamento desenvolvido para o míssil de cruzeiro lançado de terra (*GLMCM*), armado com ogiva de combate nuclear. A única adaptação de que precisa o veículo lançador, para poder empregar o míssil *TOMAHAWK*, é a instalação de um sistema inercial para proporcionar entradas ao equipamento de guia do míssil.

O alcance do *TOMAHAWK* será suficiente para cortar a passagem entre a Islândia e o Reino Unido, ou a do Mediterrâneo desde a Sicília, ou alcançar Vladivostok desde a Coreia do Sul ou desde o Japão.

Em apoio às forças de intervenção imediata, o sistema poderá servir para interditar virtualmente o Mar Vermelho desde Oman, sendo capaz de alcançar a base soviética da ilha de Socrata.

O emprego de um *TOMAHAWK* contranavio, lançado de terra por parte de países como a Noruega, Dinamarca, Japão e Coreia do Sul para fazer frente a assaltos anfíbios, e de países neutros como a Suécia, para a defesa das suas costas, poderá contribuir para a segurança do litoral dessas nações.

A mobilidade própria do centro de controle de lançamento e do veículo transportador-elevador-lançador tornam o sistema contranavio, lançado de terra, ideal para as operações mó-

veis em frente amplas. Permitirá a cobertura de amplos ataques aéreos ou navais prévios contra aeroportos, bases navais e posições fixas antes de uma invasão.

O grande alcance de um sistema desse tipo permitirá a sua instalação em plataformas longe da costa, fora do alcance dos canhões navais e da maioria dos mísseis lançados por navios.

CONCLUSÕES

A história tem demonstrado que há que se defender a costa com todos os meios possíveis capazes de fazer fogo contra objetivos navais, independente das armas que outros empregam.

Na atualidade, a defesa do litoral assenta num espaço coordenado de unidades do Exército, Marinha e Força Aérea, correspondendo à artilharia de costa, dentro do Exército, o principal papel na citada defesa.

Para levar a cabo sua missão, a artilharia de costa tem de empregar um complexo sistema com dispositivos de vigilância e reconhecimento, postos de controle de tiro, postos de controle de combate, meios para os cálculos balísticos das peças e preparação do tiro, de mísseis e, finalmente, armas convencionais, à base de peças (B.F.) de costa fixas e móveis e mísseis de grande e médio alcances.

A tendência para o futuro será: a integração de funções distintas dos

sistemas de direção de tiro e controle tático em sistemas mais simples, a partir dos quais se pode detectar e controlar objetivos e decidir com rapidez o meio mais eficaz para os combater; o incremento do alcance da artilharia; o emprego de mísseis de grande alcance desde plataformas

afastadas do litoral e o emprego de mísseis com novos sistemas de orientação e propulsão, e ogivas inovadoras.

REFERÊNCIA

Tecnologia Militar (Revista espanhola — Ago 86).

SERGIO FALCÃO é oficial superior do Exército de Portugal



O BERIBÉRI NA ARMADA E NO EXÉRCITO DO PASSADO

Walter Pinheiro Guerra

Extrato do trabalho *O Beribéri em nosso Exército do Passado*, premiado com o 4º lugar no Concurso sobre Vitaminas, instituído pela Academia de Medicina Militar (RJ), em 1984, sob o patrocínio do Laboratório Roche.

INTRODUÇÃO

O beribéri e o escorbuto são avitaminoses conhecidas, desde remotos tempos. Vêm descritas tanto no Velho Testamento como nos escritos de Plínio e nos papiros de Ebers, da Idade Média.

Quanto ao beribéri, diz o prof. Décio Parreiras, autor de *"Beribéri"* — *Flores e Mano*, RJ, 1936 — que, "variadas e antigas monografias fazem pensar no beribéri, ricas na fenomenologia..." mas sem detalhes e outros aspectos do mal. Cita Balz e Miura, segundo os quais, no século II, "já se conhecia a descrição de uma

doença crônica ou aguda... com distúrbios circulatórios, da motilidade e da sensibilidade, provavelmente o beribéri". Sheube afirma que "uma das mais antigas narrativas se encontraria num tratado chinês de Patologia, do século VI". Dio Cassius e Strambio referem-se a "doença semelhante, que teria atingido as tropas romanas na campanha da Arábia, já no século 24 a.C.".

Na Idade Média, instalou-se de forma epidêmica, acometendo povos da Europa do Norte, agravando-se nos períodos de inverno. Como cronista de Vasco da Gama em *Os Lusíadas*, Camões nos revela que aquele

chefe, em sua viagem às Índias, em 1497, dos 160 homens que levou, teve 100 deles vitimados pelo escorbuto, a que Camões chamou de "doença feia e crua".

Prevenindo-se contra o mal, os vikings, também grandes navegadores, abarrotaram suas naus com cebola, cujo uso foi suficiente para livrá-los da temível moléstia. Por sua vez, o almirante Hawkins, ao findar do século XVI, conseguiu, não só prevenir, como curar o escorbuto, apenas com o uso freqüente de suco de limão!

Seguiu-se a ele Lancaster, valendo-se de outro fruto cítrico, a laranja, como preventivo do escorbuto. Tanto a laranja como o limão são ricos em vitamina C, sem a qual declara-se o escorbuto. Uma vez verificado que ele era evitável, outro lendário conquistador dos mares, James Cook, adotou as recomendações de Lind constantes de seu livro *Treatise on Scurvy*, datado de 1757, levando, em suas caravelas, frutas e legumes frescos, ao singrar o Pacífico, em 1768 e 1770, não deparando com o problema entre seus marujos.

De posse desses antigos conhecimentos, a Armada inglesa passou a adotá-los desde 1804.

O BERIBÉRI

Com relação a ele, deve-se a Eijkman sua descoberta, por volta de 1894. Descreveu, em galináceos alimentados com arroz branco e cozido,

uma forma de polineurite em tudo semelhante ao beribéri humano. Anos depois, em 1912, o bioquímico Casimir Funk utilizou um soluto de farelo de arroz, que prevenia e curava a polineurite aviária, em doses milésimas.

A esse extrato denominou "vitamina" — "amina da vida". Às consequências de sua falta na alimentação chamou "disvitaminoses" que subdivide-se em hipo e avitaminose, de conformidade com a sintomatologia mais, ou menos, grave. Do assunto, ocuparam-se entre nós (SP) Franklim de Moura Campos, Dutra de Oliveira, G. de Paula Souza, Carlos Galvão, Vicente Batista e Florence Pereira.

No Rio, surgiram trabalhos de Hélio Póvoa, Gilberto Vilela, Annes Dias, Décio Parreiras e Antônio Austregésilo. Entretanto, coube a Stepp conceituar melhor o papel e funções das vitaminas no organismo. Hopkins foi o primeiro a pressentir a ligação entre hormônios e vitaminas, que veio posteriormente a ser confirmado.

Por sua vez, Hans von Buler sugeriu terem, as vitaminas e os hormônios, a função do biocatalisadores. A primeira notícia sobre o beribéri no Brasil atribui-se ao Dr. José Francisco da Silva Lima, radicado na Bahia, desde 1862. Clínico de grandes méritos e profundo conhecedor da anatomia patológica, integrou, pelo seu talento, a nascente "Escola Tropicalista da Bahia", a que prestou relevantes contribuições.

De 1866 a 1869, assinou o encon-

tro em seu Estado de uma entidade nosológica pouco conhecida, caracterizada por paralisia, edema e fraqueza geral. Esclarece que a demoninação da doença é originária do Senegal, quando “beri” — significa - fraco — e “beribéri” muito fraco. A moléstia alastrou-se pelo país, durante o Império e primórdios da República, causando grandes danos e preocupações entre os médicos e as vítimas.

O BERIBÉRI NA ARMADA

Em 1880, houve um surto de beribéri no Hospital da Marinha. No ano de 1880, a *Gazeta Médica* da Bahia trazia observações de destacados médicos baianos sobre o surgimento do beribéri entre a tripulação do cruzador “Benjamim Constant”, que aportou a Salvador, trazendo 20 homens mortos e o resto da tripulação reduzida a dois terços, afora inúmeros doentes a bordo.

Nos anos de 1866 a 1883, o mesmo jornal estampava “os males determinados pelo beribéri na Marinha de Guerra Nacional”. Teófilo de Almeida anotou casos da doença em diversos navios de guerra brasileiros nos anos de 1897, 1907 e 1912. Entre 1890 e 1898, na enfermaria de beribéricos da Marinha, em Copacabana, encontravam-se 766 pacientes. O coeficiente específico de morbidade, isto é, o número de doentes, era de 68,4, por mil.

Em dois outros navios militares, em 1906, registraram-se 76 casos

desse mal. Assinale-se ainda que, durante o bloqueio da Esquadra nas proximidades da fortaleza de Humaitá, houve casos esporádicos de beribéri a bordo de navios brasileiros, quando da Guerra da Tríplice Aliança. Naturalmente, - impossibilitados de um abastecimento regular devido à vigilância do inimigo, não puderam renová-lo, ocasionando o aparecimento dessa avitaminose.

O BERIBÉRI NO EXÉRCITO

No que tange à Força Terrestre, em 1870, J.M. Saraiva relata a forma aguda do beribéri, atingindo o Exército brasileiro durante esse conflito contra o Paraguai. Estranhável que autores nacionais e estrangeiros que escreveram sobre essa dura campanha tenham silenciado quanto ao beribéri, ao passo que todos eles ficaram impressionados pelo cólera-morbus de forma epidêmica grassando no setor Sul.

Todavia, o mais doloroso e cruel episódio foi a Retirada da Laguna, descrita magistralmente pelo Visconde de Taunay, onde o valoroso Cel Camisão e seu substituto, José Tomás Gonçalves, morreram entre atrozes sofrimentos determinados pela impiedosa avitaminose. Em 1876, verificou-se surto de beribéri no quartel de Palma na Bahia, que repetiu-se em 1880.

No Hospital Militar da Corte, entre 1870 e 1880, registraram-se 31 óbitos causados por essa moléstia. Em

1871, no presídio militar de Fernando de Noronha observaram-se casos da doença, com coeficiente específico de morbidade, de 84,1 por mil. Vale dizer que 84 e fração dos pacientes detidos adoeceram pelo beribéri. Em 1932, esse mal declarou-se na mesma ilha, com coeficiente de morbidade de 110,6 por mil. A terapêutica naqueles tempos era puramente sintomática: banhos de mar, hidroterapia, duchas, massagens, faradização, corrente galvânica, sangrias, hipnotismo (?) néo-salvarsan, diuréticos mercuriais na forma hidrópica, purgativos salinos, vesicatórios, efedrina, cardiotônicos também nos casos com hídropsia, e a adrenalina.

Convém esclarecer que os estimulantes circulatórios, os cardiotônicos, não funcionavam a contento. Embora o quadro clínico se assemelhasse à insuficiência cardíaca congestiva, diferente era a entidade mórbida, donde a ausência dos resultados que os médicos esperavam. Tais eram os recursos de que dispunham os esculápios da época. No que diz respeito às vitaminas naturais, enconradiças nos alimentos frescos, por não existirem preparados vitamínicos à disposição, poucos foram os inspirados no emprego de produtos naturais, suspeitando de sua gênese carencial.

Em tamanha escuridão reinante, felizmente alguns lampejos de luz iluminaram de forma extraordinária para aqueles tempos alguns profissionais. Escassa minoria vislumbrou no complexo síndrome beribérico, sua origem exclusivamente carencial. Outro

leigo capacitado, além do Visconde de Taunay, a interessar-se por temas médico-sanitários castrenses, foi o prof. Gilberto de Medeiros Mitchell (*História do Serviço de Saúde do Exército*, 2º vol., 1ª edição, RJ, 1962, ECGF).

Descreve as lutas dos médicos militares às voltas com o beribéri, que se estendia, igualmente, no meio civil como na caserna, durante o Império e os primórdios da República. O general médico, Dr. Antônio Pereira Guimarães, 9º Diretor do Serviço de Saúde do Exército, foi dos que enfrentou o “velho problema dos beribéricos”, em 1897.

Seus antecessores no cargo eram de opinião que os acometidos desse mal, para a cura, necessitavam de remoção para clima de “cima de seras”. Como é sabido, só em 1912 Casimir Funk identificou a causa da moléstia, que era de ordem carencial, não havendo, no arsenal terapêutico da época, com o que tratar os doentes.

Há que levar-se em conta a morosidade e dificuldades de comunicações então existentes, privando os médicos dos avanços alcançados por Eijkman e Casimir Funk. O prof. Mitchell transcreve trecho do longo ofício dirigido pelo zeloso chefe, ao Ministro da Guerra e seu superior. Esse expediente é datado de 1892, quando dizia: “Depois que a natureza infecciosa da moléstia formou-se em bases sólidas, depois que a presença de micro-organismos patogênicos (?) é considerada como causa eficiente da explosão mórbida, depois que a

bacteriologia começou a guiar os passos da clínica, a questão do tratamento do beribéri tomou incontestavelmente feição mais científica...” “A enfermidade não é contagiosa na accepção do termo, considerando-se que, infelizmente entre nós, a idéia da origem microbiana não está totalmente aceita por todos os clínicos nacionais.”

Elucidava o Dr. Guimarães ao Ministro da Guerra, que, “quanto ao beribéri o essencial é a higiene, o isolamento... e a desinfecção com ácido sulfúrico e sublimado corrosivo”. Já havia médicos contemporâneos que não concordavam com a hipótese, suspeitando que outras seriam as causas determinantes da estranha doença.

Dessa comunicação do exemplar Diretor Geral de Saúde, conclui-se que fundamentava suas convicções no conceito então vigente. Predominava a crença na origem infecciosa do beribéri, escapando-lhes a causa efetiva, a ausência de elementos do complexo B, na alimentação servida. Uma das medidas que se acreditava curativa seria a remoção dos pacientes para climas de montanha!

Ora, a simples mudança de local implicava, igualmente, em mudar a alimentação, diferente da então servida. É de supor que os internados viessem a receber alimentos frescos, diverso dos anteriormente servidos, inclusive frutas, verduras, leite, carne fresca, vísceras animais, ovos, enfim, absorvendo fontes naturais de vitaminas.

Com o tempo, desaparecia a polineurite e seu cortejo sintomático, o

que era atribuído ao novo clima. A seu tempo (1912), Casimir Funk constataria a profilaxia e a cura em prisioneiros da Malásia (*anima nobili*) da “funesta polinevrite”, como a denominou. A chave do mistério residia na película envolvente do grão desse cereal, que encerrava o complexo B, *in natura*.

Ainda assim, supunha que o referido envoltório, no tubo digestivo, passaria por nova fase metabólica. Segundo o descobridor, o “veneno” determinante da polineurite não se encontrava propriamente naquela película. Acreditava que “a ação tóxica” desenvolvia-se no tubo intestinal, quando passava a sofrer a influência de micróbios (sempre os micróbios) do próprio intestino, influência essa que a citada película inutilizava ou anulava. Para o pioneiro e extraordinário descobridor, a quem se pode ter em conta de “Pai da Vitaminologia”, nisso resumia-se a interferência da salvadora película... Não era de todo afastada a hipótese microbiana, reinando soberana nos meios médicos de então, salvo raras exceções.

O Dr. Alexandre Maneolino Bayma, outro chefe do Corpo de Saúde do Exército, afirmava: “o beribéri foi uma moléstia local depois climática... que tem migrado de seu primitivo meio estendendo-se por processo pouco conhecido... Eu tenho visto... acometer populações... que faziam pouco uso do arroz... vitimadas pela moléstia”...

Não é de admirar. Em plena 2ª Guerra Mundial, o Brasil enviou tropas para guarnecer a ilha de Fernando de Noronha, de interesse estratégico dos Aliados, e que já fora considerada como “foco” de transmissão do beribéri. Nos primeiros tempos de ocupação, apareceram alguns casos de beribéri na tropa. Uma prestigiosa revista de assuntos médicos desenterrou do passado a gênese climática dessa polineurite. Estávamos na década de 40!

Os casos ali constatados foram de caráter exclusivamente carencial, pouco depois confirmado. Foi enviado a aziaga ilha um contingente do rico de tradições 4º Batalhão de Engenharia de Combate, com parada em Itajubá (MG). Constituído de habilíssimos pontoneiros, com ingentes esforços pela fúria do oceano, construíram no local adequado um trapiche. Essa notável obra dos émulos de Vilagran Cabrita permitiu que atracassem embarcações de maior porte, que podiam levar pelo seu calado, grandes quantidades de variado abastecimento de comestíveis e outros petrechos de guerra.

Primitivamente, alimentavam-se de conservas, charque etc., não bastando o pescado abundante, para remediar a situação. Dantes, era precário, faltando no abastecimento os alimentos frescos frigorificados, e outro lado abundavam os riscos com o mar agitado e o patrulhamento de submarinos nazi-fascistas. Bastou essa heróica e salutar providência para que desaparecesse o beribéri incipiente.

Fora uma falha involuntária e circunstancial em plena mobilização militar, na logística de abastecimentos, acrescida da inexistência de um local seguro de atracação, em tempo construído pelos valentes pontoneiros daquela unidade.

Na falta de outra explicação, os médicos de outrora atribuíam a gênese de inúmeras doenças a uma entidade fantasma e imaginária, denominada “miasmas”. Jamais foi comprovada sua existência pelos meios científicos, do que culpavam doenças desconhecidas. Foi a constante, durante longo tempo.

Podem ter cometido equívocos os médicos do passado. Se praticaram enganos, foi de boa fé, balizados que estavam pelos conhecimentos de seu tempo. O prof. Ulisses Lemos Torres, autor de *Na Passarela do Tempo* — Ed. Gráfica Nagy Ltda., S. Paulo, 1981 — fielmente retrata o ambiente em que viveram os esculápios de séculos anteriores.

Relembra que, até 1822, “predominava o monopólio da cultura médica portuguesa... quando o ensino primava pelo atraso na metrópole... Para cá vinham profissionais fracassados em suas terras de origem. Apareceram, então, os físicos coadjuvados pelos barbeiros, rezadores, curandeiros... Com o Brasil livre do julgo lusitano, os brasileiros abastados enviavam seus filhos para as universidades européias, sobretudo as francesas”.

“Em 1832, as antigas Academias Médico-Cirúrgicas (da Bahia e Rio de

Janeiro) transformaram-se em Faculdade de Medicina, as mais antigas dentre nós." Da nova safra baiana, surgiu o Dr. José Francisco da Silva Lima, dotado de tino clínico e "espírito de investigação". Na ocasião do surto de beribéri eclodido na Bahia, em 1866, confrontou esta moléstia com o "barbiers" e o beribéri da Índia pelas suas características comuns.

Em que pese todo o seu saber, abeberado inclusive no exterior, chegou a proclamar: "Qual seja, porém, o agente desta intoxicação prévia do sangue, onde e como se produz é o que não se pode por enquanto averiguar. Mas é certo que esse agente, e qualquer que ele seja, a semelhança perfeita dos efeitos nos conduz a reportar análoga ao que produz o beribéri." O que mais dizer dessa polineurite quando seu descobridor e pioneiro a descrevê-la no Brasil, ignorava sua etiologia? Que merecidos louvores se rendam aos incansáveis e dedicados médicos civis e militares, que enfrentaram um adversário oculto e desconhecido, para cujo enfrentamento estavam desarmados.

Prosseguiram contudo no seu combate. Se não conseguiram vencê-lo, com denodo e espírito hipócrático, não desertaram da renhida luta. Era doença infausta e aterradora, procurando amenizar as angústias e sofrimentos de seus pacientes.

Mais recentemente (1972), o Dr. Luís de Castro Souza, premiado historiador da Medicina Militar Brasileira, brindou-nos com seu admirável livro *A Medicina na Guerra do Paraguai*, onde nos dá conta do insano trabalho dos Drs. Manoel de Aragão Gesteira e Manoel de Oliveira Quintana, ambos do corpo médico durante a Retirada de Laguna, desprovidos de recursos para tratar a tropa assolada pelo beribéri.

Intuitivamente, foram dos poucos que associaram o mal à alimentação precária a que ficaram sujeitos. Assim foi que o beribéri surgiu em nossas Forças Armadas levando à morte oficiais, soldados, civis e outros que participaram daquela trágica e heróica Retirada, uma das mais belas páginas de nossa História Militar Recordada por Taunay e Luís de Castro Souza.

WALTER PINHEIRO GUERRA é sócio correspondente, em S. Paulo, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



LIDERANÇA MILITAR: SIMPLES ATRIBUTO DA ÁREA AFETIVA OU DOCTRINA A SER DESENVOLVIDA?

Toni Fernando Vargas Herzer

Matéria extraída de monografia produzida pelo autor como exigência curricular para obtenção de diploma do *Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército*, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Turma de 1990).

INTRODUÇÃO

Ao início da década de 80, o Exército dos Estados Unidos desenvolveu e colocou em prática a doutrina denominada Batalha Ar-Terra, caracterizando a era pós-Vietnã. Tal doutrina, em sua formulação, levou em conta a provável guerra do futuro, com alto grau de descentralização das grandes unidades e elevada iniciativa dos comandantes de todos os escalões. A partir

dessa concepção, foi verificado que a Batalha Ar-Terra era claramente uma doutrina de liderança intensiva e que, como preceitua o Manual de Campanha 100-5, Operações (Exército dos Estados Unidos), “o elemento mais essencial do poder de combate é uma liderança confiante e competente, proporcionando objetividade, orientação e motivação no combate”.

Para responder a essa necessidade de formar e treinar líderes, o Centro

de Liderança Militar da ECEME/USA¹ reuniu centenas de pesquisadores de alto nível, nas mais diversas áreas do conhecimento humano e oficiais com experiência de combate nas guerras da Coréia e do Vietnã, para desenvolverem a doutrina de liderança do Exército dos Estados Unidos. Fruto desses estudos intensivos, em outubro de 1983, foi distribuído o novo manual "FM 22-100, Military Leadership", uma verdadeira bíblia sobre liderança militar que, apesar de mergulhado no caldo de cultura da nação amiga e envolvido pela maneira de ser e de pensar do povo norte-americano, possui preceitos de compreensão universal. Foram editados, também, naquele ano e nos seguintes, outros manuais e panfletos afins que constituem, hoje, uma preciosa família de publicações que contêm a doutrina de liderança para a perfeita execução da Batalha Ar-Terra do presente e do futuro.

Foi tão grande a receptividade dos novos conceitos de liderança que 1985 foi previsto como o "Ano da Liderança", durante o qual o assunto seria — como realmente o foi — debatido e massificado em todo o Exército dos Estados Unidos, inclusive nas tropas estacionadas fora do território continental americano. Os resultados foram fantásticos e a nova doutrina considerada totalmente absorvida pelo Exército.

E no Exército Brasileiro?

A intenção do presente trabalho é contribuir para despertar no Exército a gritante necessidade de, partindo da liderança como um atributo da área afetiva — já plenamente reconhecido e usado oficialmente para avaliação de comportamento — desenvolver a doutrina de liderança militar conveniente à Força Terrestre. É conveniente destacar que, diferente das doutrinas de emprego dos diversos escalões em operações que podem ser copiadas de outros exércitos, tendo em vista a semelhança de estruturas organizacionais e de meios materiais, a Doutrina de Liderança deve ser calcada na cultura da sociedade nacional, nos princípios, valores e crenças gerais do homem brasileiro e no perfil físico, intelectual e psicológico que o Exército exige de seus integrantes, nos diversos níveis de chefia, planejamento e execução. Desenvolver essa doutrina, por sua própria natureza, será tarefa árdua e demorada, mas que não pode ser postergada ou limitada à elaboração de um manual de campanha filosófico, cuja destinação, assim como acontece com tantos outros, seja a poeira das estantes e o amarelecimento dos livros não manuseados.

A LIDERANÇA

O fenômeno liderança

No dizer de Pinto Ferreira, "a liderança é um fenômeno indispensável na vida do grupo; o grupo é um

1. United State Army Command and General Staff College (USA CG SC, Fort Leavenworth, Kansas).

agregado imaterial, porém destinado a parecer e tornar-se eficiente no mundo material. Conquanto seja imaterial, precisa tornar-se perceptível no mundo material, e ser representado, para adquirir capacidade de ação. Esta é a função essencial e geral da liderança". Continua o mestre, "a função de líder varia em razão do conteúdo intencional do grupo: a liderança não é, por conseguinte, um processo de exploração porém de ajuda e cooperação a outros, a fim de que estes descubram claramente os objetivos que pretendem".²

Assim, observa-se que a abordagem sociológica da liderança restringe o seu sentido a um processo que apenas aparece quando um grupo segue um indivíduo por livre escolha, caracterizando um tipo de poder baseado em interesses e aceitação dos dirigidos.

Existem muitas teorias explicativas da liderança, às vezes bastante controversas, divergentes quanto aos seus processos estruturais, porém coincidentes naquilo que, em essência, configura o fenômeno: uma relação social envolvendo seres humanos, na qual uma ou mais pessoas, sob certas circunstâncias e em determinados períodos, exercem um grau de influência capaz de conduzir as demais à conquista de um objetivo proposto.

A Teoria Inatista, bastante difundida e inclusive aceita por significativa parcela de militares, defende a tese de que os fatores ligados à he-

reditariedade determinam a existência do líder, minimizando e até desprezando a influência do meio. É o líder nato!

Por outro lado, a Teoria Sociológica, também muito aceita e difundida no meio militar, afirma que o líder é função do meio social, emergindo em determinada situação, quando alcança prestígio e aceitação por representar os ideais da coletividade. É o líder emergente!

Já a Teoria do Campo Social estabelece que a liderança é uma relação entre membros de um grupo, no qual o líder adquire prestígio através de uma participação ativa e pela demonstração de sua competência. É o líder social!

Não há dúvidas de que essas teorias ajudam a entender o fenômeno liderança e a encontrar explicações para o surgimento de líderes empresariais, religiosos, políticos e até mesmo militares. Mas, será que a Moral, a Ética, a Integridade, o caráter de singularidade, o teor de História e o conteúdo de tradição que se associam à profissão militar podem ser consubstanciados em um líder nato, ou emergente, ou social?

A Liderança Militar

As principais teorias não explicam, por completo, o fenômeno da liderança militar, tendo em vista o seu caráter específico e a tipicidade da profissão militar. Em nenhuma outra é exigido o sacrifício supremo de conduzir homens ao limite de suas resis-

2. FERREIRA, Pinto. Teoria Geral do Estado. Rio. Editor José Konfino. 1957, p. 270.

tências físicas e psicológicas ou ao encontro da própria morte. Não basta, aí, o líder nato, emergente ou social. É preciso algo muito mais profundo, misto de moral, de ética, de crenças, de valores, de caráter, de normas, de códigos, de disciplina, de patriotismo e de tradições, que não surge com o homem em seu nascimento, que não emerge num repente situacional e que não representa os ideais de qualquer coletividade civil.

Na hipótese de um início de incêndio num prédio militar, seria provável que muitos oficiais e praças acorressem ao local para tentar combatê-lo e, na ânsia de resolver o problema, seria possível que um simples soldado assumisse a liderança, transmitindo ordens a superiores sobre a melhor forma de usar as medidas contra o fogo. No entanto, uma vez acionado o Corpo de Bombeiros, não seria admissível que um cabo, na presença de seus superiores, passasse a controlar a área de incêndio. Organizacionalmente, o Corpo de Bombeiros é estruturado e adestrado, hierarquicamente, para sua atividade-fim, onde é exigida a competência para o desempenho de cada função. Se substituído o incêndio por um combate em campo de batalha, a situação seria idêntica. Cada profissional militar teria a sua competência e, preparado e adestrado para viver em situações de crise ou de risco, não seria lícito aceitar lideranças natas ou emergentes para conduzir a tropa — de um momento para outro — usando técnicas e táticas doutrinárias na con-

quista de objetivos determinados. Infere-se, deste exemplo, que o líder militar é institucional e não situacional. Ele foi preparado, a ele cabe conduzir o seu grupo social, seja um grupo de combate ou um exército de campanha. Tal consideração é válida, também, para as funções ditas administrativas, pois qualquer grupo militar tem sempre um chefe, missões a cumprir e objetivos a conquistar, sejam da atividade-fim ou da atividade-meio, pois para isso foram organizados e seus membros habilitados ao exercício de cada grupo existente.

Conceitos Básicos

Por mais que sejam buscadas as origens dos termos empregados pelo Exército para designar as funções de mando, observa-se que não existe conotação precisa para as palavras chefe, comandante, diretor ou administrador. Aparentemente, o termo comandante tem vinculação com organizações militares (OM), subunidades ou frações de tropa, enquanto os demais possuem ligação com funções não diretamente envolvidas com o emprego operacional. Entretanto, se analisados os catálogos de cargos do Exército Brasileiro, verifica-se que não há uma perfeita distinção semântica para o uso de cada termo anteriormente citado. Como prova de tal fato, é comum nos documentos militares, quando a autoridade transmite ordens escritas, que logo após

o termo “comandante” serem colocados, entre parênteses, as expressões “chefe”, “diretor”, permitindo que o documento seja remetido a qualquer tipo de OM subordinada, independente de sua natureza ou atividade.

É interessante destacar que o Exército ainda adota o Manual de Campanha C20-10, Princípios de Chefia, aprovado em 14 Dez 53, que, em seu Capítulo 1 — Conceitos Básicos, assim define os seguintes termos:

- Comandante — militar que exerce um comando em função do seu posto de graduação;

- Comando — autoridade que o militar exerce legalmente sobre seus subordinados, em virtude do posto ou da função;³

- Chefe — militar que possui as qualidades necessárias para conduzir outros;⁴

- Chefia — é a arte de influenciar o comportamento humano e a capacidade de conduzir homens.⁵

Considerando que, nas ciências humanas, é sempre arriscado uma definição precisa de um determinado termo, pois ela variaria em função de fatores pessoais, sociais ou institucionais, para fins de perfeita compreensão do presente trabalho, serão adotados os conceitos a seguir expostos:

3. É, também, um órgão que, nas grandes unidades e unidades, compreende o comandante e seu estado-maior.

4. É, também, o militar que exerce determinado cargo existente em nossa organização (Ch EM, Ch de Sv, etc.).

5. É, também, expressão da dignidade de Chefe.

- Chefia Militar — exercício profissional de um cargo militar, consubstanciando o comando (autoridade legal), a administração (gestão de coisas e pessoas) e a liderança (condução de seres humanos);

- Comando — componente da Chefia Militar que significa, essencialmente, a autoridade da qual o militar está investido legalmente no exercício de um cargo;⁶

- Administração — componente da Chefia Militar que traduz, em essência, as ações que o militar executa para gerir pessoal, material, patrimônio e finanças, inerentes ao exercício do cargo que ocupar;⁷

- Liderança — componente da Chefia Militar que diz respeito ao domínio afetivo do comportamento dos subordinados — compreendendo todos os aspectos relacionados com valores, atitudes, interesses e emoções — que permite ao militar no exercício de um cargo conduzir seus líderes ao cumprimento das missões e à conquista dos objetivos determinados;⁸

- Chefe Militar — militar no exercício de um cargo de chefia, de qualquer nível ou natureza, consubs-

6. E, também, um órgão que, nos G Cmdo, GU e unidades, compreende o comandante e seu estado-maior.

7. É, também, o emprego eficaz de pessoal, meios materiais e métodos para realizar as atividades-fim do Exército.

8. É, também, atributo da área afetiva, conceituado como a capacidade de orientar, dirigir e modificar atitudes de um grupo de pessoas.

tanciando a autoridade legal, o administrador e o líder;⁹

- Comandante — militar investido de autoridade legal para o exercício de um cargo de chefia;¹⁰

- Administrador — militar habilitado a gerir coisas e pessoas em função do cargo de chefia que ocupar;

- Líder — militar habilitado a conduzir subordinados ao cumprimento do dever em razão do cargo de chefia que exercer.

Relacionados à liderança, adotamos ainda os seguintes conceitos:

CHEFIA MILITAR



- Área Afetiva — um dos domínios do comportamento humano que compreende todos os aspectos relacionados com valores, atitudes, interesses e emoções;

- Atitudes — são predisposições aprendidas, de fundo emocional, para pensar, sentir, perceber e agir consistentemente de maneira favorável ou desfavorável, em relação a pessoas, conceitos ou fatos;

- Caráter — soma total dos traços de personalidade que dão consistência ao comportamento e tem por base as crenças e valores, sendo o fator preponderante nas decisões e no modo de agir de qualquer pessoa;

- Crenças — são suposições ou convicções julgadas verdadeiras a respeito de pessoas, conceitos ou fatos;

- Ética militar — é o conjunto de regras ou padrões que leva o profissional militar a agir de acordo com o sentimento do dever, dignidade militar e decoro de classe;

- Interesses — são atitudes favoráveis em relação a objetos e a idéias;

- Motivação — é a força interna que emerge, regula e sustenta todas as ações humanas. Ela é impulso interior que leva as pessoas a realizarem coisas;

- Normas — são padrões, regras e diretrizes usadas para dirigir o comportamento dos membros de um determinado grupo;

- Valores — representam o grau de importância atribuído, subjetivamente, às pessoas, conceitos ou fatos.

A LIDERANÇA MILITAR COMO ATRIBUTO DA ÁREA AFETIVA

O Exército já reconheceu a liderança como um atributo desejável ao militar que está sendo formado ou aperfeiçoado para o desempenho de cargos de chefia ou em seu pleno exercício. Prova disso é a avaliação do atributo Liderança prevista tanto nas Fichas de Informação A e B contidas nas IG 30-06 (Avaliação de Mi-

9. Designa também, genericamente, os militares de destacada e marcante atuação no exercício profissional, seja na paz ou nas operações de guerra.

10. É, também, a designação de um cargo militar, à semelhança de chefe e de diretor.

litares), aprovadas pela Portaria Ministerial Nr 677, de 27 Jul 89, como no Anexo I (Relações de Atributos e seus Significados) às Normas para Aplicação do Art 65 do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE; R-4), aprovados pela Portaria Ministerial Nr 1105, de 14 Out 86, que trata da concessão de elogios como um dos instrumentos de avaliação dos militares na ativa. Por outro lado, os Programas Padrão de Instrução (PP) das séries BRAVO, QUEBEC e ALPHA, apresentam objetivos de instrução individual (OII) da área de atitudes (atributos da área afetiva), diretamente vinculados com a formação do caráter militar. Os PP que regulam a formação dos sargentos temporários apresentam o atributo liderança como um OII da área afetiva a ser atingido. Diz o PPB/1 (Planejamento, Execução e Controle da Instrução Militar) que “o esforço para a formação e consolidação do caráter militar do combatente, caracteristicamente do domínio afetivo da aprendizagem, está intimamente ligado ao exercício da liderança militar e deve se orientar por critérios rigorosos e integrados, para que produza os efeitos que correspondem, com precisão, aos interesses do Exército Brasileiro”.

A Liderança Militar

Apesar de a estrutura organizacional militar definir rigidamente os organogramas, os efetivos, a distribuição de meios, as responsa-

bilidades e inter-relações funcionais, as missões e as finalidades a que se destinam, todas as organizações militares (OM) são integradas por seres humanos que trazem consigo experiências, necessidades, aspirações, ideais e diferentes capacidades de participação. Assim, para que a estrutura funcione, é importante que além de usar sua autoridade legal e coordenar as interdependências o Chefe Militar motive os seus subordinados, integrando-os e impulsionando-os na direção do cumprimento de suas atribuições e de suas missões e na conquista dos objetivos previstos pela Instituição. Ao Chefe, portanto, cabe ter plena consciência da estrutura dinâmica da liderança, dos seus fatores e do perfil do líder que lhe sirva de parâmetro.

A estrutura da liderança, tendo como fatores o líder, os liderados, a situação e a comunicação, possui como característica básica a mudança. Assim como inexistente uma decisão tática padronizada e a cada nova situação devem ser avaliados os tradicionais fatores missão, terreno, inimigo e meios, a liderança também não existe em estado puro ou estático. O líder, portanto, altera sua conduta quando os fatores se modificam ou mesmo à medida em que ele próprio promove modificações de atitudes em seus liderados.

Fatores da liderança

O líder

É a poderosa força-motriz que

energiza as dimensões material, estrutural, funcional, ambiental e humana de sua organização ou grupo militar, fazendo com que os objetivos sejam voluntários e conscientemente atingidos, tanto na paz como na guerra.

Os liderados

São os subordinados do Chefe Militar, assim denominados no momento em que passam a receber a motivação e a orientação segura para o desempenho funcional e o cumprimento de missões recebidas. É importante destacar que o líder deve ter plena consciência de que também é o liderado em relação aos escalões superiores.

A situação

A simples existência das pessoas do Chefe e dos subordinados não os caracteriza como líder e liderados. Há necessidade de uma situação que os envolva, como uma missão a cumprir ou um objetivo a conquistar. Nesse instante, começa a prevalecer no chefe o seu papel de líder e os subordinados, motivados e orientados, transformam-se em liderados.

A comunicação

É um processo, essencial ao exercício da liderança, que consiste na troca de informações e idéias e na transmissão de ordens, só ocorrendo quando a mensagem é recebida e compreendida. Talvez esse seja um dos aspectos mais importantes e menos entendidos da Chefia Militar a

nível do consciente. Quando transmite ordens, normalmente o chefe militar julga estar usando apenas a sua autoridade legal de comandante e o seu papel de administrador, mas esquece que toda e qualquer ordem é, e sempre será, dirigida a pessoas, pois somente elas poderão executá-las. Logo, ordens expressam manifestações de liderança, sejam elas transmitidas por escrito, oralmente, por gestos, ou até mesmo por um olhar. Na literatura militar podem ser encontrados tanto magistras exemplos de comunicação entre líder e liderados como, também, mensagens recebidas e não compreendidas que deram origem a desastrosos fracassos.

O perfil do líder militar

O que o líder deve ser (o caráter do líder)

Como foi visto, o caráter é a soma total dos traços de personalidade que dão consistência ao comportamento e tem por base as crenças e valores, sendo o fator preponderante nas decisões e no modo de agir de qualquer pessoa. Segundo já reconheceram Jarbas Passarinho e Estelita Campos,¹¹ seria arbitrário listar os traços ou qualidades do líder, sujeitos que estão às influências pessoais de cada autor, mas é possível caracterizar sumariamente o que é essencial ao caráter do líder militar:

11. CAMPOS, Wagner Estelita. *Chefia, sua técnica e seus problemas*. Rio de Janeiro — Biblioteca do Exército, 1970.

- **Competência:** capacidade de bem desempenhar as atividades profissionais, estando estreitamente relacionado com:

- o conhecimento de si mesmo (traços positivos e negativos);

- o conhecimento da natureza humana (necessidade, emoções, reações; qualidades positivas e negativas);

- os conhecimentos táticos e técnicos (compatível com o escalão); e

- o conhecimento da organização a que pertence.

- **Integridade:** segundo Jarbas Passarinho, é “a resultante de alguns fatores, entre os quais a honestidade, o senso de justiça e do dever, e a coragem moral”.¹²

- **Dedicação:** capacidade de realizar atividades profissionais com afinco, estando estreitamente ligada às crenças e aos valores do líder.

- **Coragem:** capacidade de controlar o medo e continuar desempenhando com eficiência a missão.

O que o líder deve conhecer (a competência do líder)

O Manual de Campanha FM22-100, Military Leadership, do Exército dos Estados Unidos, sintetiza de modo perfeito o que o líder deve conhecer:

- “os quatro fatores da liderança e o seu inter-relacionamento (o líder, o liderado, a situação e a comunicação);

- a si mesmo (qualidades positivas e negativas de seu caráter, conhecimentos e habilidades);

- a natureza humana (necessidades e emoções; como as pessoas reagem às tensões; qualidades de caráter dos subordinados);

- a sua profissão (proficiência tática e técnica); e

- a sua organização militar (como desenvolver as habilidades individuais e o adestramento coletivo; como desenvolver a coesão e a disciplina).¹³

O que o líder deve fazer (o comportamento do líder)

O “ser” e o “saber” são entes subjetivos que só podem ser julgados nos momentos do “fazer”, oportunidade em que o chefe militar demonstra efetivamente sua capacidade de liderança. Assim, cabe ao chefe, simultaneamente ao uso da sua autoridade e de sua capacidade administrativa para planejar, decidir, ordenar, coordenar, avaliar e solucionar problemas, exercitar a liderança através da motivação e do exemplo, conduzindo os subordinados ao correto cumprimento das missões.

Conforme relato do Ten Cel Cecil B. Calloway, quando integrante do Centro de Liderança Militar da ECEME do Exército dos Estados Unidos, durante os cursos de preparação para comandante de unidades e de brigada, foram levantados dez grupos de tarefas fundamentais ou imperativos da liderança que os coman-

12. PASSARINHO, Jarbas Gonçalves. Liderança Militar. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1987, p. 135.

13. FM22-100, Military Leadership: Oct 83, US Army, Fort Leavenworth, p. 49.

dantes de escalões mais elevados devem pôr em prática para preparar o tipo chefe capaz de combater as batalhas do futuro:

- “• dar o exemplo;
- comunicar-se claramente em ambas as direções;
- exigir e premiar a iniciativa;
- administrar os meios;
- estabelecer e impor padrões;
- treinar e ensinar;
- aceitar você mesmo os riscos;
- delegar autoridade aos subordinados;
- conduzir um treinamento rigoroso, repetitivo e preciso;
- desenvolver um ambiente de fé e de confiança.”¹⁴

Se aplicados ao que o líder deve “fazer”, estes princípios são plenamente válidos.

Tipos ou estilos de liderança

Há, infelizmente, uma generalizada confusão entre a liderança militar e as formas que o líder pode utilizar para orientar, dirigir e modificar atitudes de um grupo de pessoas. O líder militar não pode desenvolver apenas um dos tipos de liderança, denominados “autoritário ou autocrático”, “delegativo” e “participativo”. São estilos que dão conotação personalista ou até mesmo carismática ao líder, o que não é

verdadeiro para o líder institucional. O líder militar, cujo atributo liderança foi aprendido e desenvolvido, que tem plena consciência do fenômeno liderança e que adquiriu o domínio das técnicas de liderar, sabe que coexistem na sua pessoa os três estilos básicos, predominando o tipo que as circunstâncias indicarem. Do “tapinha nas costas” ao “pontapé no traseiro” todos eles são válidos, desde que utilizados com oportunidade. Não se pode negar, entretanto, que certos traços predominantes da personalidade do militar poderão conduzi-lo, inconscientemente, ao exercício de um dos estilos mais adequado à sua maneira de ser. Mas, ainda assim, o líder militar deve conhecer a si mesmo, sabendo seus pontos fortes e fracos para reforçar os primeiros e melhorar os últimos.

Conclusão

A liderança militar é um atributo classificável no domínio afetivo dos objetivos educacionais, portanto, passível de ser desenvolvido pela via do processo ensino-aprendizagem, permitindo e tornando desejável que todo militar, independente do escalão ou da natureza dos cargos de chefia para os quais esteja habilitado, seja um líder em sua profissão.

A liderança é, juntamente com a autoridade legal e a administração, um dos componentes fundamentais da chefia militar.

14. CALLOWAY, Cecil B. Imperativos de Liderança. In *Military Review*, Fort Leavenworth/USA, Abr/Jun. 1987, pp. 75-84.

A LIDERANÇA MILITAR COMO DOCTRINA A SER DESENVOLVIDA

Doutrina Militar Terrestre

É o conjunto de valores, princípios gerais, conhecimentos básicos, concepções, normas, métodos e processos que sistematizam e coordenam as atividades de planejamento, execução e controle da organização, do preparo e do emprego da Força Terrestre.

Doutrina de Liderança

É fundamental o entendimento de que a doutrina de liderança deve ser diretamente vinculada à doutrina de combate que, por sua vez, engloba os fatores: organização, técnicas operacionais de manobra de apoio ao combate, de apoio administrativo e procedimentos de combate.

A doutrina de liderança deve, portanto, definir e descrever os vínculos entre o lado humano da profissão militar — a liderança e as exigências da guerra — a doutrina tática e operacional.

Por outro lado, operacionalizar a doutrina de liderança é uma tarefa extremamente difícil, pois ela atua na área do comportamento humano e abrange a formação, o adestramento e o aperfeiçoamento do líder militar e as ações relativas ao exercício da liderança.

Desenvolvimento da Doutrina de Liderança

Considerando que doutrina, em sua origem, “é um corpo de conhecimentos estruturado de maneira coerente e uniforme, com a finalidade de compreender a realidade e possibilitar a sua transformação”,¹⁵ a base inicial para o desenvolvimento da doutrina de liderança é a busca de um conceito de liderança militar conveniente ao Exército, fruto de estudos, discussões e pesquisas que caracterizam as peculiaridades, a amplitude adequada e os objetivos específicos da liderança na Força Terrestre em relação a qualquer outro tipo de liderança militar ou civil.

Para isso, devem ser analisadas as doutrinas de organização, de preparo e de emprego da Força Terrestre, buscando-se o perfeito entendimento da importância do homem como principal instrumento da guerra, a compreensão do valor da personalidade do chefe, do valor moral da tropa como suportes indispensáveis à eficiência operacional e, ainda, a clara percepção do papel fundamental que a liderança exerce na execução da doutrina operacional.

A partir do estabelecimento do conceito de liderança conveniente ao Exército, o passo seguinte será identificar, no Sistema de Ensino do Exército (Ensino Militar e Instrução Militar), os procedimentos educacio-

15. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Doutrina. Rio de Janeiro, 1989, p. 21.

nais necessários, em cada nível, à formação, ao aperfeiçoamento e ao adestramento do líder institucional.

Como os manuais de campanha também corporificam o desenvolvimento da doutrina, é essencial que sejam elaborados manuais básicos onde o Exército expresse, de forma concisa e atraente, os conceitos básicos, os métodos e procedimentos sobre liderança militar.

Finalmente, como todas as doutrinas são dinâmicas, os estudos e pesquisas sobre liderança militar devem ser continuados para acompanhar a evolução das demais doutrinas em que se insere a de liderança.

Uma visão sobre a formação, o aperfeiçoamento e o adestramento de liderança militar

Formação e aperfeiçoamento

Sob uma nova visão, a liderança militar, mais do que um simples atributo da área afetiva, deve ser encarada como um objetivo educacional pelo nosso Sistema de Ensino. Como tal, a liderança pode ser estendida aos domínios cognitivos, psicomotor e afetivo do processo ensino-aprendizagem. Assim, na área de aquisição de conhecimentos e de desenvolvimento de habilidades, os nossos estabelecimentos de ensino (EE), particularmente os de formação, deveriam conter em seus currículos matérias de fundamentação, instrumentais e operacionais, que permitis-

sem o embasamento científico necessário à compreensão do fenômeno liderança e ao seu exercício no aspecto prático. Quanto à área afetiva, seria desenvolvido o atributo liderança, gerando internalização de interesses, valores e motivações que pudessem evoluir de um nível inicial de quase inconsciência para uma integração consciente às personalidades do militar que está sendo capacitado ao desempenho dos cargos de chefia de qualquer escalão ou natureza.

É cabível, ainda, um comentário sobre a importância da AMAN como pólo irradiador da doutrina de liderança para todo o Exército Brasileiro, como centro formador de oficiais de carreira que irão exercer os cargos-chaves e serão, indubitavelmente, os responsáveis pelos destinos da Instituição. A formação básica do oficial, transmitida pelo ensino fundamental da AMAN, é majoritariamente calcada nas ciências exatas e no raciocínio cartesiano. Tal fato, que remonta às suas origens, mesmo que justificado pela estrutura hierárquica e rigidamente disciplinada do Exército, levando à necessidade de chefes de pensamento lógico, convictos de seus valores e impregnados de sentimento do dever, gera uma grande dificuldade para a compreensão do fenômeno liderança e para o seu exercício consciente. Liderança é comportamento, é domínio afetivo, é a dimensão humana do guerreiro. Liderança não admite fórmulas matemáticas, reações químicas, leis da

física ou métodos de estudo de situação. Quando o Gen Patton condecorava oficiais que tinham demonstrado falta de coragem em alguma ação, ele tinha certeza de que aqueles homens honrariam a medalha recebida em operações futuras... e a maioria honrou. Isso é liderança! Portanto, é fundamental que a carga horária e os conteúdos programáticos sejam ampliados em qualidade e quantidade nos currículos da AMAN. O embasamento teórico do líder militar deve ter raízes profundas no conhecimento do mundo real em que vive, na compreensão do homem como indivíduo e como ser social e na percepção dos fenômenos políticos e das teorias do poder. São as escolas de formação que moldam o "ser" e transmitem o "saber", para que o futuro líder possa "fazer".

Adestramento

Cabe ao Sistema de Instrução Militar o desenvolvimento, a execução e a avaliação de programas de adestramento de líderes de todos os escalões, particularmente de unidade para baixo, correspondendo ao que o líder deve "fazer". Os Programas Padrão de Instrução, em particular o PPB/1, já possuem um excelente "arsenal" metodológico à disposição dos planejadores.

Uma proposta para a formulação da Doutrina de Liderança

a) Criação de um Núcleo de Estudos de Liderança no CEP, vinculado diretamente ao EME (ST-1, Doutrina, da 3ª SCh) e apoiado pelo Grupo de Assessoramento Técnico para Elaboração e Revisão de Currículos (GATERC) e pelo Projeto de Produção e Desenvolvimento de Programa Padrão (PRODE-SP), ambos já existentes naquele Centro, com a missão de:

- conceituar liderança;
- desenvolver conceitos básicos relativos à liderança;
- assessorar os EE nos trabalhos de revisão de currículos para a introdução do estudo sistematizado de liderança;
- elaborar o manual básico de liderança militar;
- elaborar programas de treinamento de líderes dos diversos escalões;
- elaborar documentos sobre liderança destinados a públicos específicos;
- elaborar documentos de apoio para o "Estágio de Comandantes da Força Terrestre";
- criar ou adaptar testes psicológicos para avaliação do atributo liderança;
- pesquisar novas técnicas e processos aplicáveis à formação e ao adestramento de líderes.

b) Criação futura de um Sistema de Liderança, interligado aos Siste-

mas de Pessoal, de Ensino e de Instrução, com a seguinte estrutura, considerando a atual organização do Exército:

Órgãos de direção — EME

Órgãos setoriais — DGP, DEP, CM ÁREA

Órgãos de apoio — DFA, DEE, DCA, DE e Bda

Órgão técnico — CEP

Órgão de execução — EE, OM

CONCLUSÕES

O atual cenário das relações internacionais sinaliza, claramente, que a era dos exércitos de grandes efetivos e dos orçamentos militares de elevado porte está terminando. É possível imaginar, sem margem de erro significativo, que a tendência geral das forças militares em todo o Mundo será a busca de um equilíbrio perfeito entre efetivos pequenos, alta mobilidade, adestramento e capacidade logística. Dentro desse modelo, que certamente o Exército Brasileiro acompanhará, ressalta um novo e fundamental componente — a liderança militar! Por mais preciso e sofisticado que seja o apoio de fogo e por mais revolucionários que sejam os meios, as técnicas e as táticas do movimento rápido na procura dos objetivos decisivos, a manobra com tropas altamente descentralizadas e com missões dadas pela finalidade exigirá chefes, em todos os escalões, com alto poder de iniciativa, decisão, conheci-

mentos profissionais, coragem, abnegação e sabedor da natureza e dos limites da capacidade humana. Enfim, um condutor de homens — um líder!

Assim, é de máxima importância que o Exército Brasileiro desperte, definitivamente, para o estudo do fenômeno liderança. Não mais apenas como um simples atributo da área afetiva, mensurável para fins de avaliação do comportamento ou para servir de parâmetros para elogios individuais, mas como uma doutrina a ser desenvolvida em suas múltiplas facetas, decorrentes das doutrinas de organização, de preparo e de emprego da Força Terrestre.

Liderança militar não se improvisa e não depende de qualidades inatas do líder. Os elementos que a compõem podem ser estudados, aprendidos e exercitados conscientemente. É exatamente aí, no perfeito entendimento dos componentes da liderança militar, que começará a nascer uma doutrina para a formação, o aperfeiçoamento e o treinamento do líder e para o pleno exercício da liderança, qualquer que seja o escalão de chefia ou a natureza da organização militar.

Liderança é a poderosa força-motriz que, gerada e controlada pelo chefe, energiza as dimensões material, estrutural, funcional, ambiental e humana de uma organização militar, fazendo com que os objetivos sejam voluntária e conscientemente atingidos pelos subordinados, tanto na paz como na guerra.

Vargas Herzer, Toni Fernando

Liderança Militar: simples atributo da área afetiva ou doutrina a ser desenvolvida/Toni Fernando Vargas Herzer. — Rio de Janeiro: ECEME, 1990

f.

Inclui bibliografia.

1. Liderança. 2. Liderança Militar. 3. Atributo Liderança. 4. Doutrina de Liderança Militar. 5. Psicologia. I. Título.

RESUMO

A abordagem sociológica do fenômeno liderança, mesmo buscando seus fundamentos na Teoria do Poder, restringe o seu sentido a um processo que apenas aparece quando um grupo social segue um indivíduo por livre escolha, caracterizando um tipo de poder baseado nos interesses e aceitação dos dirigidos. Muitas teorias explicativas da liderança foram desenvolvidas ao longo dos tempos, às vezes bastante controversas, divergentes quanto aos seus processos estruturais, porém coincidentes naquilo que, em essência, configura o fenômeno: uma relação social envolvendo seres humanos na qual uma ou mais pessoas, sob certas circunstâncias e em determinados períodos, exercem um grau de influência capaz de conduzir as demais à conquista de um objetivo proposto.

Será, no entanto, que tais teorias podem levar em conta o caráter de singularidade, a Moral, a Ética, a Integridade, o conteúdo de História e de Tradição que se associam à profissão militar? Será possível selecionar para o Exército apenas líderes natos? Ou esperar situações em que apareçam os líderes emergentes? Ou, ainda, aguardar que um grupo militar defina o líder que representa os seus interesses e aspirações? Não. O Chefe Militar, de qualquer posto ou graduação, ao ser preparado pela Instituição para o exercício de um cargo de mando, será habilitado sobre o tríplice aspecto: como comandante (autoridade legal); como administrador (gestor de coisas ou pessoas); e como líder (conductor de homens).

A Liderança Militar é, pois, componente indissociável da Chefia Militar, dizendo respeito aos aspectos relacionados com valores, atitudes, interesses e emoções, que permitem ao Chefe conduzir seus subordinados ao cumprimento das missões e à conquista dos objetivos determinados.

Além de um simples atributo da área afetiva, despertado e desenvolvido ao longo da carreira e já utilizado oficialmente para avaliação do desempenho funcional, a Liderança Militar é também uma doutrina a ser desenvolvida no Exército Brasileiro, consubstanciando o conjunto de valores, princípios, conceitos, normas, métodos e processos que permitam nortear e sistematizar a formação e o treinamento dos líderes e o exercício da liderança militar em toda sua plenitude, compatível com as doutrinas de organização, de preparo e de emprego da Força Terrestre.

BIBLIOGRAFIA

CARLOS, Wagner Estelita. Chefia, sua técnica e seus problemas. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1986 (V. 255).

CENTRO DE ESTUDOS DE PESSOAL. Anteprojeto do manual C20-10, Liderança Militar (em elaboração). Rio de Janeiro.

———. Instruções Provisórias de Avaliação do Comportamento. Rio de Janeiro.

DEPARTAMENTO DE ENSINO E PESQUISA — 1987. Metodologia para elaboração e Revisão de Currículos (MERC). Brasília/DF.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — 1989. Doutrina. Rio de Janeiro.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO — 1953. C20-10. Princípios de Chefia. Rio de Janeiro.

——— — 1979. PPB/1. Brasília/DF.

——— — 1989. IG30-06, Avaliação de Militares. Brasília/DF.

FREYTAG-LORINGHOYEN, Hugo Von. O poder da personalidade da Guerra. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1986 (V. 555).

MAGALHÃES, J.B. Noções militares fundamentais. Rio de Janeiro. Biblioteca Militar, 1945 (V. 93.94).

MAIA, Nelly Aleotti. Psicologia Social (estudo programado). Rio de Janeiro. Editora Tonelli, 1981 (3ª edição).

MALONE, Dandrige. De músicos de Jazz e índios guerreiros. In Military Review, Fort Leavenworth/USA, Out/Nov 1986, p. 72-83.

MARSHALL, S.L.A. Homens ou fogo. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1959 (V. 255).

McDONOUGH, James. Liderança para o novo tenente. In Military Review, Fort Leavenworth/USA, Jan/Fev, 1989, p. 28-35.

MILITARY REVIEW — ECEME/US Army. M.2. 2º Trim. 1987.

———. ECEME/US Army. M.6. Nov/Dez 1988.

NELSEN, John. Anfragstaktik: um argumento a favor da batalha descentralizada. In Military Review, Fort Leavenworth/USA, Jul/Ago, 1988, pp. 70-85.

STEWART, Nora Kinzer. Um estudo de caso de coesão. In Military Review, Fort Leavenworth, Mai/Jun, 1989, pp. 13-25.

TIMMERMAN JR, Frederick. As dimensões humanas no campo de batalha. In Military Review, Fort Leavenworth/USA, Jul/Ago, 1989, pp. 2-9.

———. Os combatentes do futuro. In Military Review, Fort Leavenworth/usa, Jan/Fev, 1988, pp. 39-49.

US ARMY — 1983. FM22-100, Military Leadership. EUA.



O Cel Inf TONI FERNANDO VARGAS HERZER — Possui os cursos da AMAN (1962), EsAO, EsNI, ECEME e CPEAEx. Exerceu as funções de Cmt Pel e SU no 7º RI, 3º BCCL, BCSv/AMAN, 4º BC, 37º BIMtz e 2º Sec/Comdo CMA. Como oficial superior exerceu as funções de Instrutor ECEME, Ch Div Psq Sel/CEP, EM/11º Bda Inf Bld, Cmt 1º BPE, Adj 3º Ch/EME (Doutrina, Política, Estratégica). Monografias: "O Apoio Administrativo na Amazonia" (ECEME - 1978), "Liderança Militar: um Simples Atributo da Área Afetiva ou uma Doutrina a Ser Desenvolvida?" (ECEME - CEPAE/CPAEx -1990).



O JOVEM E O SERVIÇO MILITAR: UMA ABORDAGEM PSICOPEDAGÓ- GICA

Antonio Fernando Gomes da Costa

Neste artigo, o autor traça o perfil psicológico dos conscritos para o Serviço Militar, identifica seus problemas de ajustamento etário e aponta cuidados necessários ao processo educacional a que serão submetidos durante a conscrição.

"Aquilo que se faz por amor sempre se faz além dos limites do bem e do mal."

NIETZSCH

S.L. completou dezoito anos em março do corrente ano. No trato com os pais, mestres e colegas é apontado como excessivamente crítico, inconformado e rebelde. Surpreende ao não ter mais o hábito da busca de soluções dos conflitos existenciais, para o hábito de tentar superá-los. Passa do interesse por pessoas do mesmo sexo

para interesses heterossexuais. Não falta oportunidade para verificar sua falta de traquejo social; por outro lado, estabelece relações humanas significativas. Já não tem a antes confiança absoluta nos pais; agora busca segurança na própria personalidade. Concentra seus interesses em ocupações mais específicas, quando

antes seu interesse era dispersivo. Quando convidado a participar de atividades desportivas, rejeita; prefere ser espectador. Frequentemente, discute questões ligadas a princípios éticos gerais. Preocupa-se com a conduta baseada nos ditames da consciência e do dever.

Depreende-se, à primeira vista, a descrição de mais um jovem desajustado, para não dizer desvairado... Não sabe o que quer, mas sabe o que não quer. Questiona sempre: "quem sou eu?" "o que é a verdade?" "como ponho as minhas aspirações em prática?" "qual a melhor maneira de começar?" "para onde vou?" "quem pode me ajudar?" "o que foi que você fez?"

Puxa! S.L. não podia ser assim. Dentro de alguns meses vai prestar o serviço militar... Como pode?

Ele vai submeter-se a uma rotina super-rígida. Há hora pra tudo, e o pior, tudo é conduzido: o acordar, as instruções diurnas, as refeições, o dormir. Tem mais, vai aprender a utilizar armas de fogo de verdade, mata... E as responsabilidades que assumirá? Como se conduzir ao lidar com militares disciplinadores, exigentes, caxias?

Afirmativo. É verdade. Este é o perfil psicoafetivo do jovem que ingressa nas Forças Armadas todos os anos. É bom? É ruim? Nem uma coisa nem outra; trata-se de um adolescente.

CARACTERIZAÇÃO DO JOVEM MILITAR

O que caracteriza esta etapa na existência humana é a peculiar necessidade de o indivíduo começar a fazer parte do mundo adulto. Os conflitos que surgem advêm das dificuldades para ingressar nesse mundo; assim como, do adulto, em facilitar à nova geração que se manifeste; incomoda ter que revisar conquistas e noções de valores já arraigados.

Literalmente, o termo adolescência deriva do verbo latino *adolescere*, significando a fase de crescimento. Aberastury (1981, p. 89) afirma que o termo se aplica "especificamente ao período da vida compreendido entre a puberdade e o desenvolvimento completo do corpo, cujos limites se fixam, geralmente, entre os 13 e os 23 anos, podendo estender-se até os 27 anos". Adiante, o mesmo autor ressalta que, apesar de ser costume a inclusão de ambos os sexos no período compreendido entre os 13 e os 23 anos, prefere sustentar que "fatos indicam que nas adolescentes se estende dos 12 aos 21 anos, e nos rapazes dos 14 aos 24 anos em termos gerais".

Distingue-se adolescência de puberdade e juventude. A adolescência é globalizante, conjunto de todas as transformações biológicas, sociais e psicológicas ocorridas durante o período. Puberdade e juventude são aspectos particulares da adolescência. A puberdade é o aspecto biológico

das transformações ocorridas durante esse período. Por sua vez, a juventude é o aspecto social das modificações surgidas durante o período, manifestado sob forma de ajustamento ou desajustamento.

PROBLEMAS A SUPERAR

Diferenciam-se as sociedades primitivas das modernas pela inexistência, nesta, de fatos concretos demarcatórios entre a infância e a adolescência. Nas sociedades primitivas a diferenciação era estabelecida nos ritos de iniciação. Assim, utilizavam-se de cerimoniais para arrancar as raízes que podiam interligar à infância. Cada sociedade tinha seu ritual próprio: substituição de nome, iniciação em segredos místicos e religiosos, mutilações físicas e outros.

Nas sociedades modernas, segundo Sheehy (1985, pp. 37-38), só depois dos dezoito anos começa-se a arrancar as raízes:

(...) a universidade, o serviço militar e viagens breves são os meios habituais que nossa sociedade oferece para as primeiras viagens de ida e volta entre a família e uma base própria. Na tentativa de separar nossa visão de mundo de nossa família, a despeito de protestos vigorosos em contrário — “sei exatamente o que desejo” —, ficamos à espreita de qualquer convicção que podemos chamar de nossa. É o processo de pôr à prova

nossas convicções, somos frequentemente arrastados para modismos, preferivelmente mais misteriosos e inacessíveis que nossos pais.

Inferese do argumento de autoridade transcrito, que o serviço militar pode servir de verdadeiro rito de passagem para a maturidade do jovem.

Faz-se necessário colocar que o amadurecimento do ser humano está mais relacionado às vivências sócio-econômicas, culturais, enfim, educacionais, do que ao esquema rígido de faixas etárias. Quem não conhece crianças de dez anos com comportamentos já adultos? Pessoas há, com trinta anos, que ainda não se solucionaram, apresentam comportamento ambivalente: ora criança, ora adolescente, ora adulto. Nos grandes centros urbanos o adolescente classe média é diferente do adolescente de baixa renda, e ambos são diferentes do adolescente da zona rural ou dos pequenos centros urbanos do interior do país. Não importa a função homogeneizadora dos meios de comunicação de massa, que levam uma série de valores; prevalecem muitos valores sócio-culturais de cada comunidade.

Na caserna, como local em que interagem jovens das mais diversificadas origens, teoricamente não há tratamento diferenciado e o esforço individual em busca do mérito é que estabelece as distinções. Trata-se, para muitos, de momentos difíceis, pois ainda estão em tríplice luto: luto pela perda do corpo infantil; luto pela

perda do mundo infantil; e luto pela perda dos pais da infância.

Muitos ressentem-se com as modificações no corpo tão aceleradas. O uniforme não cai bem, o coturno é outro problema, as espinhas outro. Contudo, uma perda de difícil superação é a do mundo infantil, para muitos é claro; em função da origem sócio-econômica, o mundo era mais seguro, protegido, sabia o que esperar de cada pessoa e do ambiente. Não gostaria de voltar a ser criança, mas sofre por ver perdida a infância. Além da perda da identidade infantil, outra muito o aflige: perde, também, os pais de sua infância, vistos até então como figuras idealizadas, fortes, protetoras, capazes de suprir todas as suas necessidades. Agora sua visão é fundamentalmente mais crítica, admite que os pais estão longe da perfeição. Em conseqüência, surgem no relacionamento familiar inúmeros atritos. Torna-se difícil os adultos tolerarem críticas e comparações pessoais, a contestação de seus valores e ideologias. Não entendem que a atitude do jovem não é falta de amor, e a oportunidade de que dispõem para se discriminar, se individualizar e se preparar para a vida madura.

Além das perdas já expostas, o jovem militar, em sua grande totalidade, ainda lida com outras questões à espera de solução. Em aulas de Psicologia ministradas na Academia Militar das Agulhas Negras aos Cadetes — futuros condutores e responsáveis pela formação dos jovens que ingressam nas fileiras do Exército — Moura

(1972, pp. 42-44) ao procurar interpretar a problemática da adolescência, citando Luella Cole — in “Psychology and adolescence” — defende a idéia de que a adolescência, como fase, tem certas etapas a superar.

Para se atingir tais objetivos, deve-se progredir na aquisição da maturidade. Assim, tem-se os seguintes problemas básicos:

— *maturidade emocional:*

- passar das expressões destrutivas da afetividade para as neutras ou construtivas;
- passar da interpretação subjetiva das situações para as interpretações objetivas;
- passar das angústias infantis para a maneira adulta de se deixar motivar pelas emoções;
- passar do hábito de fugir das soluções de conflitos para o hábito de enfrentar e resolver os conflitos.

— *maturidade sexual:*

- passar do interesse por pessoas do mesmo sexo para os interesses heterossexuais;
- passar das experiências com uma multidão de possíveis parceiros, para a seleção de um único parceiro;
- passar da consciência aguda de desenvolvimento sexual, para aceitação das conseqüências resultantes da maturidade sexual;

— *maturidade social:*

- passar dos sentimentos de insegurança, à aceitação pelos outros;
- passar da falta de traquejo social,

para a capacidade de estabelecer e manter relações humanas significativas;

- passar da necessidade de imitação integral dos colegas, para a liberdade de imitação.

— *maturidade intelectual:*

- passar da aceitação de uma verdade baseada no argumento da autoridade, para a exigência da evidência racional antes da aceitação;

- passar do interesse exclusivo pelos fatos, para o interesse pelas interpretações e explicações;

- passar da multidão de interesses passageiros, para os poucos interesses estáveis.

— *emancipação do lar:*

- passar do controle absoluto exercido pelos pais, para o autocontrole;

- passar da confiança absoluta nos pais como fator de segurança para a confiança na própria personalidade como fator de segurança;

- passar da atitude de considerar os pais modelos exemplares, para modelos passíveis de questionamento.

— *seleção de uma ocupação profissional:*

- passar do interesse em ocupações brilhantes, para interesse em ocupações voltadas para a sua realidade;

- passar do interesse dispersivo em várias ocupações, para o interesse concentrado em poucas ocupações;

- passar do estigma exagerado ou desprezo total pela habilidade profissional, para a avaliação adequada da habilidade profissional.

— *emprego das horas de lazer:*

- passar do interesse pela prática de competição de jogos violentos e sem organização, para o interesse em competições previamente organizadas;

- passar do interesse pela valentia do herói, para o interesse no êxito do grupo;

- passar do interesse em participar ativamente em competições desportivas, para o interesse em apreciá-las.

— *aquisição de uma filosofia de vida:*

- passar da indiferença em face aos princípios gerais, para o interesse nesses princípios;

- passar da consideração dos princípios éticos particulares, para a consideração dos princípios éticos gerais;

- passar de uma conduta baseada na busca do prazer e na fuga do desagradável ou penoso, para a conduta baseada nos ditames da consciência do dever.

O PROCESSO EDUCACIONAL

É axiomático afirmar que o serviço militar contribui decisivamente na formação da personalidade do adolescente, logo, do ser humano como um todo. Cabe aos docentes dos corpos de tropa — comandantes, instrutores e monitores — um papel primordial ao contribuírem para a ampliação de perspectivas do autoconceito, autoconhecimento e autoformação dos jovens, que por dever de ofício ingressam nas fileiras da instituição militar em que servem.

É evidente que não se pode ensinar ao adolescente o verdadeiro sentido de sua existência como ser-no-mundo, todavia as atitudes podem ser ensinadas. As atitudes são repassadas aos educandos, não tão somente por aprendizagem nos domínios cognitivo, afetivo, psicomotor e conativo; mas sobretudo por modelagem, isto é, pelo bom ou mau exemplo.

Verifique-se que se preferiu a palavra educando ao invés de instruindo, uma vez que aquela permite um significado mais abrangente. Pois, ao se falar em educação, compromete-se muito mais os docentes quanto aos fins a atingir no processo educacional.

A caserna é um espaço que muito influi no processo de ajustamento do educando na família, no exercício da cidadania, em atividades ocupacionais e, principalmente, numa hierarquia de valores.

Nas organizações militares, não só se instrui ou adentra; também se educa. Não se pode deixar de considerar a educabilidade humana como um processo finalista. O profissional militar que não estiver cômico dos objetivos do seu trabalho junto aos jovens, em outras palavras, do que pretende com a ação educativa, jamais poderá ser chamado de educador. Pode ser um treinador, ou exagerando, um domesticador, se sua intenção não se direciona exclusivamente para fins práticos, com a preocupação com o princípio integrador da "internalização". No dizer de Ericson (1987, p. 90) "internalização

se refere a um processo de crescimento interior pelo qual há aceitação de atitudes, interesses e valores que se tornam parte do indivíduo, chegando ao ponto de caracterizá-lo". É preciso muita ponderação para não excluir o jovem de um dos objetivos mais gerais da educação: dar oportunidade para cada um revelar-se e realizar-se. Segundo Nérici (1987, p. 30), isto é "permitir cada um ser o que é, pela explicitação de suas virtualidades, para o melhor desenvolvimento da personalidade, o que é útil para o educando e a sociedade".

A educação é um processo resultante da influência humana, é sistematizado e ocorre em interação com a cultura local. Procura concorrer para realizar as potencialidades intelectuais, físicas, morais e espirituais do ser humano. Em poucas palavras, é um ato de amor. Nietzsche bem clarifica esta assertiva ao afirmar que "tudo aquilo que se faz por amor sempre se faz além dos limites do bem e do mal" (1986, p. 100).

O meio militar educa ao comportar no contexto curricular aspectos biológicos, psicológicos e sociológicos. Permite-se o pleno ajustamento, tanto do corpo docente como discente, em termos de características de personalidade, aptidões, interesses e motivações.

Conclui-se chamando atenção para o alertar que enceta a publicação: "Comandante, chefe e líder, CI 2010/1", destinado aos comandantes de subunidades e de frações de tropa, oficiais e sargentos a quem são entre-

gues, diretamente, nossos jovens soldados: "Os jovens, nossos patrícios, que acorrem às fileiras em razão de um dever nacional, merecem comandantes competentes dotados de caráter e dedicados."

REFERÊNCIAS

1. ABERASTURY, Arminda, KONBEL, Maurício. *Adolescência normal*. 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
2. BRASIL. Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. *Comandante, chefe e líder*. Brasília: 5ª Ch/SC-1, 1981.
3. ERICKON, Erik H. *Identidade: juventude e*

crise. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

4. MOURA, Paulo Cavalcanti C. *Psicologia evolutiva*. Resende: Acadêmica, 1972.
5. NÉRICI, Imídio G. *Didática geral dinâmica*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.
6. NIETZSCH, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Hemel, 1986.
7. RAPPAPORT, Clara Regina, FIORI, Wagner Rocha, DAVIS, Claudia. *Psicologia do desenvolvimento*. São Paulo: EPV, 1982.
8. SHEEHY, Gail. *Passagens-crisis previsíveis da vida adulta*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.
9. ROSADAS, Rubens Barbosa. *Introdução ao estudo de Psicologia*. Resende: Acadêmica, 1971.
10. ERICONE, Delcia, SANT'ANNA, Flavia Maria, ANDRÉ, Lenir Cancelli et al. *Planejamento de ensino e avaliação*. 10ª ed. Porto Alegre: PUC/EMMA, 1975.



ANTONIO FERNANDO GOMES DA COSTA — É oficial do Exército da Arma de Infantaria. Na área educacional especializou-se em *Psicotécnica Militar, Orientação Educacional e Elaboração e Revisão de Currículos em cursos ministrados pelo CEP*. É Mestre em *Estudos de Problemas Brasileiros pela UERJ*, licenciado em *Estudos Sociais pela FIS/RJ*, sendo reconhecido pelo Ministério da Educação para lecionar *OSPB, Educação Moral e Cívica e História do Brasil*. Foi orientador Psicopedagógico da AMAN durante três anos. Atualmente serve

no CPOR/RJ. Leciona as disciplinas *Metodologia da Pesquisa Científica e Didática do Ensino Superior, na Universidade Estácio de Sá*, em cursos de pós-graduação; *Metodologia da Pesquisa Científica, em cursos de pós-graduação da Universidade Gama Filho*; e *Estudos de Problemas Brasileiros nas Faculdades Integradas Veiga de Almeida*.



OS MILITARES E A POLÍTICA DURANTE O IMPÉRIO

Mário Jorge da Fonseca Hermes

Reprodução de matéria publicada na *Revista Marítima Brasileira* (Abr/Jun 90). Dá continuidade ao artigo "Os Militares e os Políticos durante o Império" reproduzido em nossa edição Jul/Set 90. Segundo nota do autor, o título correto é o que encabeça o presente artigo.

DO TÉRMINO DA GUERRA COMO O PARAGUAI À QUESTÃO MILITAR

O Imperador abre a sessão legislativa, a 6 de maio de 1870, e lê a fala do trono em que anunciava a vitória das armas brasileiras:

"Possuído do mais vivo júbilo por achar-se rodeado da representação nacional, rendo graças ao Todo-Poderoso, e congratulo-me convosco pela feliz e gloriosa terminação da guerra que sustentamos durante cinco anos, sempre com honra para as nossas armas, contra o ex-presidente da República do Paraguai. Realizou-se

a fundada esperança, que manifestei na abertura da passada sessão legislativa, de ver nossos valentes soldados conduzidos à vitória final sob o comando do meu muito amado e prezado genro, o marechal Conde d'Eu. A confiança que depusitei na firmeza e no patriotismo dos brasileiros foi amplamente justificada; e a história atestará em todos os tempos que a geração atual mostrou-se constante e inabalável no pensamento unânime de desagrar a honra do Brasil. O regozijo de toda a população do Império pelos gloriosos sucessos que puseram termo a tão nobres sacrifícios, o entusiasmo com que tem demons-

trado seu reconhecimento aos Voluntários da Pátria, à Guarda Nacional, ao Exército e à Armada, são homenagens devidas ao heroísmo, e recompensa merecida da dedicação que provaram à causa nacional. A valiosa cooperação de nossos bravos aliados muito concorreu para os resultados obtidos na longa e porfiada luta em que nos empenhamos. Se o Brasil lamenta a perda de muitos de seus bravos filhos, resta-lhe a memória dos feitos que praticaram, preclaros exemplos de civismo e de denodo.”¹

O Imperador tinha motivos de regozijo pelo término da guerra, pois ela fora conduzida até a morte de López, em decorrência de sua vontade, em discordância com inúmeras e judiciosas opiniões em contrário.

O próprio “muito amado e prezado genro, o marechal Conde d’Eu”, meses depois do início da Campanha das Cordilheiras, escrevia ao Ministro da Guerra, o Barão de Muritiba: “Se assim for, talvez não baste um ano para remover para aquele lado a base de operações e prover o Exército em marcha. Há de se manter tão longo tempo o estado de guerra? Há de se continuar a dizer no mundo que o Brasil sustentava uma guerra infinda contra uma espécie de cacique selvagem, oculto num canto do próprio território brasileiro. Não o julgo útil a nenhum respeito”.² O Príncipe pensava, nessa ocasião, na possibilidade de López embrenhar-se na região inabitada do território brasileiro no sul de Mato Grosso. “Dois dias depois,

em carta a Paranhos*, o Conde d’Eu dizia: Por isto, estou resolvido, quando tiver chegado a Curuguati, a aconselhar o governo imperial se não quer declarar a guerra por finda, com a tomada desta quarta capital. Pois do contrário, se não se aproveita este ensejo, é muito de rezear que acabe um dia ou outro pela confissão de nossa impotência.”³ Em carta ao imperador ponderava: “Do contrário será uma guerra que cairá no ridículo: eis qual a recompensa de tantos sacrifícios.”⁴

Mas, a determinação de D. Pedro II fez com que a guerra continuasse na perseguição de um inimigo que, não se constituindo mais em um exército organizado, deslocava-se em fuga carregando com a tropa mulheres e crianças, utensílios, gado e provisões, enfim, tudo o que podia.

Se a razão da guerra era uma questão de desagrar a honra do Brasil, como declara o Imperador nas falas do trono em 1865 e 1870, parece claro que o propósito houvera sido atingido com a ocupação de Assunção e o desmantelamento do Poder Militar do inimigo. Desse modo, a Campanha das Cordilheiras, tudo parecia indicar, se contituiu mais em um capricho pessoal do que um último esforço em favor de interesses maiores do Brasil. A continuação da guerra

* NOTA DO AUTOR — Paranhos, José Maria da Silva — desde 15.08.69 em Assunção, na qualidade de Ministro Plenipotenciário Especial, com a missão de organizar o governo provisório do Paraguai, de modo a garantir-lhe a independência.

após o retorno de Caxias contribuiu para tornar ainda maiores os sacrifícios que a Nação brasileira teve de suportar e para aumentar a dependência do Império aos banqueiros ingleses. Isto, para não falar no aniquilamento do inimigo, inclusive de mulheres e crianças que acompanharam os soldados de López e com eles lutaram.

* * *

A 3 de dezembro de 1870, no primeiro número de *A República*, publica-se o Manifesto do Partido Republicano, que contou com cerca de 60 assinaturas, encabeçadas pelas de Saldanha Marinho, Aristides da Silveira Lobo, Cristiano Ottoni e Flávio Farnese. O manifesto, longo e pouco objetivo, no seu cerne pregava a mudança do regime, com a derrubada de D. Pedro II e a formação de uma república federativa, regime “baseado na independência recíproca das províncias, elevando-as a categorias de Estados próprios, unicamente ligados pelos vínculos da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior”. A diferença, sob esse aspecto, com a proposta dos liberais era apenas quanto ao Imperador, porquanto estes pregavam a federação dentro da monarquia e a transformação do monarca na figura decorativa do rei que reina mas não governa, contrastando com a de D. Pedro II, que “reinava, administrava e governava”. Entre os republicanos

havia divergência quanto à tempestividade, pois existiam aqueles que, desde o manifesto, entendiam que a República deveria esperar a morte do soberano.

* * *

As condições em que vivia o Exército no pós-guerra não diferiam daquelas das décadas de 50 ou 60: “regulamentos e leis anacrônicos, soldos exíguos, principalmente os inferiores, instalações as mais precárias nos quartéis, a maioria dos quais desprovidos de banheiros e instalações sanitárias. Os próprios governos as reconheciam e, de ano para ano, as falas do trono do imperador as proclamavam num refrão monótono. Em 1855: “Recomendo-vos as medidas indispensáveis para melhorar as condições do Exército.” Em 1857: “O Exército e a Armada carecem de medidas que melhorem a sua disciplina e de uma legislação criminal e de processo que afiance a certeza de pronta punição e justiça dos julgamentos.” Em 1858: “O ônus do serviço militar exige que se reforme o atual sistema de recrutamento. Uma boa lei de promoção continua a ser uma das necessidades da Marinha de Guerra.” Em 1859: “O Exército e a Armada, não obstante as atenções especiais que vos tem merecido e ao meu governo, carecem ainda de alguns melhoramentos. É sobretudo sensível à falta de código penal e de processos mais conformes às luzes do século, de disposições que suavizem o recruta-

mento sem torná-lo ineficaz, e de uma lei que estabeleça novas normas de acesso aos oficiais da Armada.” Em 1861: “A reforma da legislação do Exército e da Armada, no que toca ao recrutamento e à justiça militar, deve merecer-vos especial atenção. A Armada carece, igualmente, de uma lei de promoções mais conforme às exigências do serviço naval.” Em 1862: “Releva melhorar a legislação do Exército e da Armada no que se refere à administração da justiça. É de urgência a promulgação de uma lei que renove os graves inconvenientes do atual sistema de recrutamento. Em vossa solicitude não deixareis por certo de atender a uma medida há tanto tempo e tão geralmente reclamada. Há manifesta conveniência na criação de um montepio que, assegurando às suas famílias modesta subsistência, venha a isentar o Tesouro dos encargos resultantes das pensões de meio soldo, que nem a todos cabem. Espero que vos seja possível nesta sessão tratar do projeto de lei concernente às promoções da Armada, medida sujeita à vossa aprovação e uma das primeiras necessidades de nossa Marinha de Guerra.” Em 1864: “Augustos e digníssimos senhores representantes da nação, recorrendo à vossa dedicação à causa pública, espero que vos ocupareis com esmero do melhoramento da legislação relativa ao Exército e à Armada etc.” Em 1865: “invocando o vosso amor pelo bem público, estou certo de que, habilitando o governo para a guerra de

honra que devemos sustentar, cuidareis também com esmero (...), da reforma da Guarda Nacional, do melhoramento do clero e da instrução pública, da legislação relativa ao Exército e à Armada etc.” Em 1867: “Entre as medidas reclamadas pelo serviço do Exército sobressaem as de uma lei de recrutamento e de código penal e de processo militar. A experiência mostra ser urgente alterar o quadro dos oficiais da Armada. Também se há reconhecido na prática a conveniência de modificar a organização da Guarda Nacional, principalmente no sentido de mais mobilidade em circunstâncias extraordinárias.”* Em 1868: “Uma lei de recrutamento e um código penal e do processo militar continuam a ser lacuna sensível em nossa legislação, como é indispensável a reforma da lei de 1841** e da Guarda Nacional.” Em 1869: “(...) uma nova organização da Guarda Nacional, e bem assim uma lei de recrutamento e um código penal e do processo militar são, entre outras, necessidades há muito tempo sentidas, e a que urge atender.” Em 1870: “Confio que prestarei desvelada atenção a estes assuntos, e bem assim (...) à organização da Guarda Nacional, (...) à lei do recrutamento e ao código penal e do processo militar.” Em 1871: “A lei da Guarda Nacional e a do recrutamento carecem também ser reformadas. O serviço que a primeira exige dos

* Era a visão do tempo de guerra.

** Refere-se ao Código Penal — Nota de Magalhães Júnior.

cidadãos não deve privá-los do tempo necessário ao trabalho industrial nem ser convertido em arma de perseguição política.*** O recrutamento, pelo sistema atual, exclui do Exército os cidadãos mais idôneos para o nobre serviço das armas, ao passo que se presta a ilegalidade e vexames.” Em 1872: “A Princesa Isabel, em razão da ausência do Imperador, que fazia a sua primeira viagem à Europa, assim se pronuncia: ‘O recrutamento pelo sistema que ainda hoje vigora, presta-se a iguais, senão maiores vexames, impedindo ao mesmo tempo que o Exército adquira o grau de instrução e de disciplina, que tanto lhe aumenta a força moral e lhe dá maior brilho.’” “Seria exaustivo, comenta Magalhães Júnior, e inútil alinhar aqui novas expressões colhidas sobre o mesmo assunto em tantas outras falas do trono. As palavras eram quase as mesmas, eram as mesmas as sugestões, mas entrava ano, saía ano, sem que o Parlamento atendesse aos apelos do soberano. Este recitava, por desengano de consciência, sua arenga de sempre, dando-se por satisfeito. O regime não funcionava. Os desejos expressos pelo monarca eram letra morta. O Parlamento só cuidava dos interesses puramente partidários ou do que mais de perto lhe tocava, e o gabinete, por seu lado, só executava aquilo em que tinha mais vivo empenho e correspondia aos objetivos imediatos do partido dominante.”⁵

*** NOTA DO AUTOR — Era a ótica do pós-guerra.

O Imperador, tão chegado ao Exército e à Marinha durante a guerra com o Paraguai, parecia, no pós-guerra, possuir outras idéias para a utilização de seus militares. Assinala Joaquim Nabuco: “Evidentemente, o padre e o militar eram, aos seus olhos de estudioso insaciável de ciência, senão duas futuras inutilidades sociais, duas necessidades que ele quisera utilizar melhor: o padre, fazendo-o também mestre-escola, professor de universidade; em vez de militar, um matemático, astrônomo, químico, engenheiro.”⁶

Nas colunas da imprensa as críticas eram constantes ao sistema de recrutamento. Veja-se o que dizia, por exemplo, *A República*: “A cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império, Côrte do Imperador, sofre neste momento atroz e aviltante violência. Um bando de agentes policiais, derramados em todas as direções, disfarçados com trajes civis, ou com seus habituais uniformes, invade todas as ruas e reuniões públicas, com autorização de recrutar. No trânsito, no teatro, no passeio, na igreja, por toda parte o habitante desta grande cidade está à mercê do primeiro beleguim que lhe bater no ombro e dizer-lhe: ‘Acompanha-me!’ Depois de afirmar que não há garantias para ninguém, acrescenta: (...). ‘Fazem-se cercos em sítios de reuniões públicas, arrebanha-se o povo, cercam-no de sabres, e, aí, amontoados como gado vil, são depurados os indivíduos que no alto e arbitral critério de um preposto do chefe de polícia são julga-

dos aptos para soldados ou marinheiros. Os mais felizes são os que podem exibir o empenho, ou a proteção dos donos da terra, daqueles que consideram a lei um freio para a canalha e um escudo para resguardá-los. Os que não tem patrono da casa imperial, não tem direito, não tem atenções, não tem lei que os favoreça, não tem alegações que valham, nem queixas que procedam. Dá-se caça ao homem moço, como perseguem os caçadores uma fera brava. Todos os deserdados do empenho e do patronato são encerrados no calabouço como criminosos ou facínoras, apanhados em flagrância de crime inafiançável. Nessas imundas pocilgas são arrojados como desprezíveis animais, sem cômodos, sem alimentos, sem leito, amontoados, respirando um ar fétido, sorvendo exalações mórbidas. Destes, são os mais felizes aqueles que possuem um parente ou um amigo que se inquiete por sua ausência, ou a quem pode chegar um aviso ou um brado de socorro. Então apresentam-se papéis, promovem-se justificações e, como peça principal da insecção, o infalível perdido de um figurão com crédito no Paço Imperial. Os que não têm elementos para pôr em jogo estes meios não se libertam das garras da polícia imperial, senão vestindo o uniforme de recrutado de Exército ou da Marinha.”⁷

A imprensa republicana procurava atrair para sua causa, pelo menos, a jovem oficialidade que retornara do Paraguai, onde lutara com bravura,

sofrera inúmeras privações e deixara seus amigos e camaradas no campo de batalha. Imbuída do espírito profissional que a guerra lhe inculcava, essa juventude militar almejava uma força cujas praças chegassem à tropa por outro processo de recrutamento, com o qual se conseguiriam soldados e marinheiros de melhor nível intelectual e disciplinar. Era uma decorrência, inclusive, da evolução que sofria o material bélico e as táticas de combate. Certamente, a ser mantido o estado de coisas, grande parte do tempo que deveria ser empregado na instrução e no adestramento — dificultada, sem sombra de dúvidas, pela condição de analfabetos dos alistados — seria usado em condicioná-los à disciplina exigida pela vida militar. Perante a sociedade seriam os oficiais menos condutores de homens que feitos.

E não perdia essa imprensa oportunidades. Em 1872, o Coronel Manoel Deodoro da Fonseca vê o seu nome surgir, pela primeira vez, numa intriga política, cujo objetivo é o de desprestigiar o presidente da Província do Rio Grande do Sul, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo. *A Reforma* publica artigo, “de fundo nitidamente republicano”, de críticas às festas que o governo mandara realizar em razão do aniversário da Constituição do Império. Da programação constava a parada militar. A matéria teve por título “Deodoro”. Ei-la: “Dói-nos profundamente ver este valente e benemérito oficial comandando a parada do desfrutável

cortesão que nos mandaram governar. Filho do povo, elevado ao posto de coronel, de tenente que era ao começar a Guerra do Paraguai, Deodoro não tem jeito para áulico, nem para bajulador. O que será sempre é um soldado, no rigoroso valor da palavra, bravo e arrojado diante do inimigo, subordinado às ordens superiores, mas abrigando no coração todos os sentimentos nobres e todas as aspirações de liberdade e grandeza para sua envilecida pátria. Damos pêssames ao bravo coronel pelo papel que lhe coube na mascarada do Sr. Figueira. Acreditamos que o leão das peijas terá rugido intimamente de cólera e de pejo. Tenha paciência. A época é dos truões. Esperamos que o bom senso e a dignidade voltem a este país. Então, um Deodoro não será malbaratado no comando de paradas burlescas.”⁸ Não existem registros da reação de Deodoro ao artigo, mas parece correto admitir que cumpriu, até com agrado, a ordem que recebera de comandar a parada, coisa de rotina para um militar. Contudo, a última frase do artigo soava profética.

A *República* passou a reservar uma seção — “A Classe Militar”, numa tentativa de estabelecer com ela ligações do movimento republicano. Enfim um de seus números examina, dessa maneira, as causas que contribuem para a degradação da profissão dos militares: “O castigo corporal, ainda subsistente, é que é de si só o testemunho vivo da degradação da classe; a manutenção do código dra-

coniano do Conde de Lippe, como base da legislação militar portuguesa e brasileira, código bárbaro e monstruoso que no seu próprio excessivo rigor encontra o primeiro obstáculo à sua fiel e integral execução; a infidelidade na execução dos contratos de engajamento, infidelidade levada pelo governo imperial até o crime, sendo a má-fé do governo a mais ativa e poderosa força com relação à liberdade pessoal dos militares e a ineficácia, quando não a compressão dos tribunais aonde essa liberdade devia encontrar mais forte escudo — as injustiças constantes do governo imperial, na apreciação dos serviços militares, ora graduando a covardia e a inépcia, ora preterindo a capacidade e o valor; finalmente, a mediocridade do salário compensador de tantos sacrifícios, salário que nem corresponde às necessidades elementares do cidadão que se fez soldado, nem lhe permite amparar da miséria, nem a si, nem aos seus.”⁹

Os *casacas* não percebiam que a Guerra do Paraguai “exaltara o sentimento de classe” e que o procedimento dos militares não permaneceria acomodado a tanto pouco caso dos governantes com os problemas basilares que os preocupavam. “O próprio Caxias, de ordinário tão discreto, ao escrever a Osório, de regresso ao Paraguai, tivera uma dessas explosões reveladoras do descontentamento latente nos meios militares em relação aos políticos da monarquia: “Aqui cheguei no dia 15, à noite, com boa viagem, e um pouco melhor dos meus

incômodos. Vim para este sítio para ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade acompanhados de longos discursos que é coisa que os casacas pagam aos militares que tem a fortuna de não morrer na guerra.”¹⁰

Somente ao final do governo do Barão do Rio Branco, em 27 de fevereiro e 8 de março de 1875, foram, respectivamente, aprovados o novo regulamento de recrutamento para as forças de terra e mar (Decreto 5.881) e o regulamento disciplinar do Exército em tempo de paz (Decreto 5.886). Contudo, o artigo 6º do Decreto 5.881 permitia ao sorteado “isentar-se por meio de contribuição pecuniária (...) desde que servisse como empregado do comércio, bancos, indústrias e atividades agrícolas, tivesse indústria ou ocupação útil, estudasse ciência ou arte liberal. (...) Muitos entregavam escravos para tal fim, alforriando-os, ou pagavam a terceiros para que eles se apresentassem.”¹¹ Na verdade havia uma nova lei para o recrutamento, mas na prática, embora não houvesse mais a caça aos “vagabundos” pela polícia, no que dizia respeito ao interesse profissional das forças de mar e terra, pouca coisa mudara. Oliveira Lima, “monarquista impenitente”, reconhecia: “o modo de recrutamento do Exército constituía um defeito básico e é o responsável pela sua organização defeituosa. Não existindo o serviço obrigatório que depois nobilitou o Exército argentino, procedia-se por meio de alistamento que só se efe-

tuava entre as classes inferiores da sociedade. Na fileiras do Exército como nas tripulações da Esquadra só serviam negros e mestiços de vários tons, além de brancos dos sertões, que todos bem sabiam morrer de armas nas mãos, inextinguíveis na coragem e na indiferença ao sofrimento físico, mas oferecendo uma matéria-prima de crassa e brutal ignorância para o manejo político.”¹² Se retornarmos ao Paraguai, não é difícil inferir-se o desgastante trabalho da oficialidade de mar e terra no preparo de suas praças para a guerra e imaginar-se haver sido essa uma das causas de campanha tão longa, mormente quando do lado inimigo encontrava-se uma tropa, no mínimo, alfabetizada. Contudo, era o que se podia esperar entre escravos e homens livres, destes a grande maioria formada por desocupados analfabetos. O alfabetizar o povo, instruí-lo, educá-lo, livrá-lo da ignorância, enfim, dar-lhe a cidadania para formar uma verdadeira nação — e não um país do qual desfrutavam uns poucos privilegiados — não encontrava guarida entre os políticos que representavam os interesses mais retrógrados dos que haviam traficado e negociado o escravo e dos fazendeiros que os utilizavam.

Os militares começavam a ocupar a imprensa partidária para demonstrar seu descontentamento para com a indiferença dos sucessivos governos em relação às forças de terra e mar. O Decreto 5.886, que aprovara o regulamento disciplinar para o Exército

em tempo de paz, procurava coibir a presença militar na imprensa. “Nele foram consideradas transgressões disciplinares, entre outras as seguintes: autorizar, promover ou assinar petições coletivas; usar do direito de representação em termos não comedidos, ou, em vez de recorrer a esse meio legal, censurar o seu superior por quaisquer escritos ou impressos; provocar pela imprensa conflitos ou rixas com os seus camaradas; dirigir qualquer petição em objeto de serviço, ou queixar-se contra o superior sem ser pelos trâmites legais, ou dar queixa caluniosa; publicar qualquer representação que tenha feito contra seu superior, sem permissão da autoridade a quem a mesma representação foi dirigida etc.”¹³ Este regulamento abolia os açoites, mas determinava outros tipos de castigos corporais. Após a aprovação dessas leis, o Visconde do Rio Branco, “fatigado de tão extenso governo, mortificado com as críticas que sofreu”, pede demissão.

Para formar o novo gabinete, D. Pedro chama Caxias, já velho, mas possuidor de inigualável folha de serviços prestados ao Império. Assumiu em 25 de junho de 1875, com um curto discurso, sem promessas, onde afirma: “Seremos moderados e justos.” Caxias acumula a pasta da Guerra com a presidência do Conselho, pois desejava resolver alguns problemas na área militar que o preocupavam. Assim, assinou decreto mandando contar em dobro o tempo de serviço em campanha, para re-

forma dos oficiais e praças de pré do Exército e da Armada. Aprovou o regulamento para a disciplina e serviços internos dos corpos arregimentados do Exército em quartéis fixos. O Ministro da Marinha, Deputado Ferreira Franco, criava, em dezembro de 1876, o Colégio Naval em lugar do Externato da Marinha e reformava o regulamento do Corpo de Maquinistas da Marinha. Em dezembro de 1877, Caxias aprovou o regulamento para a Escola de Infantaria e Cavalaria do Rio Grande do Sul, além de tomar outra série de medidas na área da administração do Exército. Caxias, cansado aos 75 anos, pede ao Imperador que escolha seu substituto. Levou ao monarca o nome do experiente político, que escolhera para seu gabinete, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. D. Pedro, do mesmo modo que agira com Zacarias de Góes e Vasconcelos em 1868, não aceita Cotegipe, e convida para chefiar o Gabinete o liberal Cansansão de Simbu. “Há quem diga que, desde então, magoado, Caxias começou a morrer, no seu retiro na fazenda de Santa Mônica.”¹⁴

A década de 70 viu o desaparecimento de uma geração de chefes militares de origem aristocrática que compartilhou da vida pública e presenciou um recrudescimento na desconfiança crescente da classe política em relação aos militares, ao Exército em particular. Os governos, liberais e conservadores, foram reduzindo a participação militar nas represen-

tações políticas, como permitido na Constituição e, de fato, ocorrera ao Primeiro Reinado e, ainda, promoveram a diminuição do *status* social da oficialidade do Exército, e, com isso, tornaram-se responsáveis pela divisão da incipiente sociedade de então entre os *legistas*, ou *casacas*, de um lado, e dos militares, do outro.

Essa fobia da classe política em relação ao Exército — que vinha desde o “7 de abril” — tornou-se maior ao término da guerra, quando os detentores do poder político tudo fizeram para tirar qualquer brilho que seria conferido às tropas vitoriosas que retornavam do Paraguai. “Ao regressarem do Prata os regimentos triunfantes, parece que o governo do Rio de Janeiro receava de uma parte — comenta Oliveira Lima, com base em documentos originais — qualquer acesso de febre militarista ao contágio das aclamações populares. Preocupava-o especialmente a volta dos voluntários e imaginou despi-la de toda a pompa, fragmentando as unidades, dissimulando os estandartes, abafando as músicas. O Comandante-em-Chefe, Conde d’Eu, protestou e ameaçou resignar a seu cargo, numa carta particular ao Visconde de Laje, caso se insistisse no que ele denominava uma traição aos seus companheiros de armas. O carisma militar deveria ser poupado, para evitar que provocasse lealdade no povo, ciosamente conservado no adormecimento.”¹⁵

A geração de Caxias, Osório, Bauraire de Rohan, Porto Alegre,

entre outros, era indiscutivelmente leal ao Império e ao Imperador, e manteve, pela ascendência moral e competência profissional, o Exército, corporação, afastado das contendas políticas, em benefício da monarquia em que acreditavam. Os chefes militares que a sucedeu não possuíam as mesmas lealdades, até porque se formaram nos campos de batalha do Paraguai, de onde constataram o pouco caso da classe política em relação ao desprendimento, abnegação e sacrifício, seus e de seus camaradas e chefes.

Assim, a década de 80 surge com novos nomes, o do General Câmara, Visconde de Pelotas, na fronteira entre a geração militar que saía e a que assumia, onde despontavam Deodoro e Tibúrcio, e, em nível hierárquico mais baixo, Sena Madureira. Assis-tiu, a princípio, a questões que envolveram militares isoladamente, mas que evoluíram nos anos 80 para o confronto direto entre parte ponderável da oficialidade do Exército, liderada pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca e o Visconde de Pelotas, e uma parcela reduzida da Armada que seguia o Barão de Jaceguai, e o gabinete conservador do Barão de Cotegipe. O conjunto desses acontecimentos constituiu a chamada Questão Militar, que contribuiu, mais do que qualquer outro fato histórico, para a queda da monarquia.

* * *

A 25 de outubro de 1883 é assas-

sinado, por oficiais do Exército, em pleno dia, Apulco de Castro, diretor de um jornal especializado em escândalos, o *Corsário*, quando deixava a chefatura de polícia, para onde fora pedir garantias de vida.

A 30 de outubro, o Imperador visita o 1.º Regimento de Cavalaria da Corte, onde, sabidamente, serviam os oficiais envolvidos. “Ninguém chorou o pasquineiro que, em seu *Corsário*, se fizera difamador profissional” — o próprio D. Pedro II era envolvido com insinuações sobre suas relações com a Condessa de Barral e o motivo do crime fora o pasquineiro haver ferido a honra de um oficial —, “mas aquela visita tinha sido, quando menos, inoportuna e seria acerbamente criticada pela oposição conservadora”.¹⁶ Andrade Figueira, deputado, afirmava: “Essa visita do Imperador é a humilhação da coroa perante a rebelião militar vitoriosa.”¹⁷ Criticou-se também o monarca, por sua extrema liberalidade em relação aos jornais de todas as cores e, por estranho que possa parecer, a crítica partia da própria imprensa. Na *Gazeta de Notícias*, com a data de 29 de outubro, escrevia Ferreira de Araújo: “A imprensa é livre no Brasil, livre até a pouca vergonha, até a calúnia, a injúria, o desrespeito à família, livre até o anônimo, que é a última palavra de covardia, livre até o *Corsário*.”¹⁸ O governo qualificou o atentado de “incidente”. O chefe de polícia exonerou-se, o ministro da Guerra foi demitido. O novo ministro, Fran-

cisco de Sá, diz que o “Exército não podia ser responsabilizado pelos atos de dez ou doze desvairados. Contudo, apenas quatro foram indiciados como autores do crime. Nenhum chegou a ser pronunciado. A disciplina militar fora ferida. Desse episódio resultaria a queda de Lafaiete”.¹⁹ “Tudo se poderia dizer desses fatos, inclusive que a autoridade não se mostrava solícita no punir, nem no inocentar os acusados. Menos que mostrassem a existência de animosidade aguda entre a coroa e as forças armadas.”²⁰

* * *

A Questão Militar teve seu começo com as punições de dois ilustres oficiais superiores, o Coronel Cunha Matos, veterano das campanhas do Uruguai e do Paraguai, e o Tenente-Coronel Sena Madureira, dos mais destacados entre seus pares, que em missão de estudos na Europa solicitou regresso à Pátria para combater no Paraguai.

Cunha Matos, em tarefa de inspeção a organizações do Norte e Nordeste, propôs em relatório ao ministro da Guerra que o Capitão Pedro José de Lima, comandante de uma companhia na Província do Piauí, em razão de irregularidades administrativas, fosse submetido a Conselho de Investigação. O Capitão Lima, militante desde tenente na política local, é defendido pelo deputado conservador pelo Piauí, Simplício Coelho Resende, que investe contra a honra de

Cunha Matos, ligado ao Partido Liberal, que se defende na imprensa atacando Simplício. Ocorre que Cunha Matos, num dos artigos, escreve que somente propusera o Conselho de Justificação e “que se houvera erro na decisão fora do ministro da Guerra”.²¹ Foi então punido por criticar ato de superior, com dois dias de prisão, pelo ministro, o Conselheiro Alfredo Chaves. E quem era o Conselheiro Alfredo Chaves? Ele exercera anteriormente, no gabinete de 20 de agosto de 1885, a pasta da Marinha. Criou logo um problema, que trouxe enorme repercussão, e que fez com que o Barão de Jaceguai solicitasse sua reforma. O incidente é assim descrito por Barbosa Lima Sobrinho, em seu livro *Arthur de Jaceguai*: “Organizava o Brasil uma grande esquadra de evoluções, a maior de que se tivera notícias em nossos anais. Nada menos de quatro encouraçados, quatro cruzadores e sete torpedeiras a compunha. E para o seu comando é escolhido o oficial indefectivelmente capaz, que maiores títulos e predicados poderia ter para o posto — o Chefe-de-Esquadra Silveira da Mota, que acabava de ser agraciado com o título de Barão de Jaceguai. Investido nessas altas funções, que correspondiam à sua vocação e ao seu ideal, Jaceguai inicia seus trabalhos, com a dedicação e o entusiasmo que lhe eram habituais. Mas, de súbito, finda a comissão. Com o mesmo desembaraço com que se criara a esquadra, o governo *resolve dissolvê-la no ano imediato, dis-*

pensando Jaceguai da função, sem lhe dar maiores explicações. Jaceguai reage com a energia e a veemência que lhe não faltavam nunca, toda a vez em que eram atingidos os seus brios de homem, ou a sua dignidade de profissional: solicita a reforma e o governo apressadamente a concede, como se não procurasse outro resultado para a série de atos descontraídos com que fizera e desfizera a grande esquadra de evoluções.”

E esses atos comovem toda a Marinha, que tinha em Jaceguai uma de suas figuras tutelares, um de seus motivos de orgulho e desvanecimento. Todos os grandes homens da Marinha brasileira se reúnem num abaixo-assinado, em que pedem a Jaceguai que não insista na reforma. E entre os nomes que se juntavam surgiam todas as figuras nobres e resplandecentes de glória: o Barão de Ladário, o Barão de Inhaúma, De Lamare, Saldanha da Rocha, Custódio de Mello, Wandenkolk, Júlio de Noronha, Saldanha da Gama, Eliezer Tavares, Baltazar da Silveira, Pinto da Luz, Huet Bacelar, Alexandrino de Alencar, os heróis da guerra recente, os valores novos que despertavam para o serviço do País. Dizem eles que, embora convencidos “de que são poderosas as razões que levaram V. Ex.^a a tão extremosa resolução, pensamos que não basta para justificar a perda de um de seus chefes de mais prestígio, de mais valor e de mais serviços”. Saldanha da Gama assim se expressa: “*Ei-lo, pois, reformado meu almirante, ei-*

lo em uma situação em que jamais acreditei poder vê-lo em vida. Sempre o figurei na minha imaginação rodeado de uma auréola inacessível, como a que envolve a fronte do venerado Tamandaré, mas de um Tamandaré de moderna época e dotado ainda de outros requisitos.”²² Jaceguai era ligado ao Partido Liberal.

A oficialidade discordou do modo pelo qual o ministro conduziu o assunto Cunha Matos.

O Visconde de Pelotas, senador e general, assume no Senado a defesa de Cunha Matos, e investe contra o ministro: “Mas o honrado ministro, em vez de defender o honrado oficial, defendendo a própria classe militar de que sua excelência é o chefe, preferiu conservar-se mudo, reservando toda a sua veemência para castigar o oficial, quando este protestou pela imprensa: ‘É preciso pedir licença até para gemer!’”²³ O assunto Cunha Matos tenderia a cair no esquecimento não fosse a intervenção do Senador Franco de Sá, que rememora a punição que, há mais de dois anos, quando ministro da Guerra, determinara ao Tenente-Coronel Sena Madureira. Atingido pelas palavras do senador, tão duras quanto gratuitas e intempestivas, Sena Madureira, que servia no Rio Grande do Sul, para onde fora movimentado em decorrência da punição que recebera, defende-se no jornal republicano, *A Federação*, dirigido pelo positivista Júlio de Castilho: “(...) nós, velhos soldados, nem sempre tomamos a sério os generais improvisados que perpas-

sam rápida e obscuramente pelas altas regiões do poder.”²⁴ Qual teria sido a falta cometida por Sena Madureira, que mantinha estimulada a ira do senador?

Quando das homenagens que os abolicionistas da Corte (1884) prestaram ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, “O Dragão do Mar” — que na chefia de seus colegas de profissão fechou o Porto de Fortaleza ao tráfico de escravos — Sena Madureira, abolicionista por convicção, permitiu que a Escola de Tiro de Campo Grande, sob seu comando, fosse incluída na programação. A imprensa noticiou e comentou o fato. Franco de Sá, no exercício do cargo de ministro, censurou-o e o transferiu para o Rio Grande do Sul — Sena Madureira, por intervenção do Conde d’Eu, que por ele tinha particular consideração, foi designado para novo comando.

O comandante das armas da Província do Rio Grande do Sul — que era também o vice-presidente, no exercício da presidência da província —, Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, foi interpelado pelo Ajudante-General do Exército, o Visconde da Gávea. O texto é conciso: “Tenente-Coronel Madureira teve licença para publicar artigo *Federação* de 16 de agosto?”²⁵ O meio utilizado, o telégrafo, indicava urgência na resposta, que foi também concisa: “Tenente-Coronel Madureira não teve licença para publicar artigo 16 de agosto. Em officio desta data tratarei da questão.”²⁶ É razoável a supo-

sição de que se o comandante das armas tinha considerações a fazer e porque as julgava importantes e necessárias, e, assim, supusesse que a decisão a ser tomada aguardasse a leitura do ofício. Mas, não foi o que aconteceu. O Visconde da Gávea e o ministro, em seguida, dão-se por satisfeitos com a primeira parte do texto do telegrama e, em aviso datado de 4 de setembro, Sena Madureira é repreendido. O ofício de Deodoro defendia a posição de que, no presente caso, a legislação em vigor não tinha aplicação e “portanto sem responsabilidade em seu ato o Tenente-Coronel Madureira”. O comandante das armas recusa-se a transmitir o aviso a Sena Madureira. Deodoro tomara partido e não mais recuará.

Havia, na verdade, um entendimento diferente na aplicação das leis e regulamentos que disciplinavam o acesso dos militares à imprensa. O governo via-o de modo bastante amplo e os militares interpretavam que era proibida apenas a discussão entre militares, ou com civis na cadeia administrativa do comando, o que não era o caso do Senador, de temas militares. Esse passou a ser o busflis da questão: a oficialidade, em consequência, advogava que as duas punições feriam a constituição e que, simplesmente, deveriam ser canceladas: os ministros, que se sucederam, mantiveram-se na posição contrária.

Júlio de Castilho usufrui da situação, com oportunidade e habilidade; toma a defesa de Sena Madureira e procura aprofundar o

fosso entre o Exército e o Gabinete chefiado pelo tarimbado político que foi João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. O Visconde de Pelotas, que se encontrava no Sul, elogia o artigo de Júlio de Castilho, “Arbitrio e Inépcia”, e ataca o governo conservador. O patamar hierárquico subira de degrau: a indisciplina agora era do comandante das armas e dos generais sediados no Rio Grande do Sul. O General Câmara, Visconde de Pelotas, encontrava-se a salvo pelas imunidades que o cargo de senador lhe conferia.

O presidente do Conselho procura enquadrar o chefe militar que exercia interinamente a presidência da província. Deodoro, possuidor do mais elevado espírito-de-corpo, colocava-o acima de qualquer conveniência pessoal ou política, e, assim, não se submete. A ironia está em que Cotegipe, ao nomeá-lo comandante das armas, desejava, segundo o que transmitiu a Henrique de Lucena quando este seguia para o Rio Grande pra presidir a província, “fazer dele o novo esteio militar da política, o ‘seu’ Caxias, o novo grande general conservador:

— É um homem de valor. Será o nosso Caxias. Tenho em mente dar-lhe um título, que, naturalmente, será o de Barão de Alagoas. E quando vagar um lugar no senado, quer nessa, quer em outra pequena província, nós havemos de elegê-lo...”²⁷ Desconhecia Cotegipe o caráter de Deodoro.

A correspondência trocada entre o presidente do Conselho e o mare-

chal é redigida em termos fortes de parte a parte. Eis alguns trechos desses documentos: "...Recomendo a vossa excelência, como comandante das armas exercendo a presidência, que empregue sua autoridade e influência para pôr termo a essa agitação de espíritos. Aguardo..." "...Todos os oficiais generais e outros se mostram muito sentidos, inclusive eu, com a nova e vexatória imposição de os privar de pronta e imediata defesa e têm para isso sobeja razão (...). Ser, porém, privado e punido por discussões com pessoas alheias à classe e que não estejam revestidas de caráter superior pelo mando administrativo, é duro, humilhante e prejudicial (...). Se, como presidente e comandante das armas tenho deveres, como soldado ofendido pela ingratidão para com a classe também os tenho, porque assim o exigem a disciplina, a moralidade e o brio dos soldados que defendem a monarquia."²⁸

Em 8 de outubro, Cotegipe dirige-se a Deodoro em tom conciliador e informa que o governo, atendendo a apelo pessoal do marechal, incumbira ao Conselho Militar de, com urgência, elaborar projeto de instrução que regulasse claramente a matéria fruto das divergências; acrescenta que suspenderá os avisos em vigor, salvo aqueles concernentes à proibição de discussão entre militares sobre objetos de serviço. Deodoro responde: "Agradecido e satisfeito telegrama V. Ex.^a hoje."²⁹ Tudo parecia que iria serenar. Mas, estava a caminho o ofício do marechal que seria recebido

ao final de outubro e que agastaria o veterano político, habituado ao exercício do mando e que reservava a si o direito da última palavra. Dirigiu-se Cotegipe a Deodoro nos termos os mais firmes: "Hoje protesta-se contra ato da primeira autoridade militar que é o ministro da Guerra: amanhã protestar-se-ia contra os dos chefes, ou seja generais, ou comandantes de corpos; teremos portanto um exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da Nação." E acrescenta, com clarividência, que a "política e especialmente os partidos extremos apossaram-se da questão e enxergaram no Exército um instrumento de seus planos e paixões",³⁰ informa da nomeação do novo presidente da província. A resposta de Deodoro é imediata: "...os militares não podem e não devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e Simplicios, cujas imunidades não os autorizam a dirigir insultos, nem os isenta de precisas e convenientes respostas (...) transcrevo o seguinte trecho da carta de V. Ex.^a: 'Hoje protesta-se contra ato da primeira autoridade militar...' Assim parece, senhor, na teoria," esclarece Deodoro e dá as razões que a seu ver motivaram Cotegipe a escrever essa passagem de sua correspondência. E, continua: "Pelos repetidos fatos, Exmo. Sr., tendentes à humilhação da classe pelo seu enfraquecimento moral, para o que hoje ofende-se gravemente, sem motivo para isso, a um oficial superior: amanhã ofender-se-

á um brigadeiro e, depois, os da última patente, e assim conseguir-se-á aquilo que é notório, que é sabido há muitos anos. Se ainda vivesse Caxias, fatos de tal natureza certamente não se dariam...’’³¹ Ao receber a carta de Deodoro, Cotegipe exonera-o e determina o seu regresso à Corte.

Nesse período aconteceu a reconciliação entre Pelotas, liberal, e Deodoro, conservador, há muito afastados por divergências sobre política. Prevalecera o espírito-de-corpo, e a presença conjunta, a partir de então, de tão acreditados chefes militares, daria forças aos eventos que se sucederiam.

Deodoro, ao chegar ao Rio de Janeiro, é recebido calorosamente por militares, inclusive cadetes, o que valeu o pedido de exoneração do general Severino Martins da Fonseca, irmão a quem Deodoro muito respeitava, do comando da Escola Militar, por não haver ele querido ou podido impedir a demonstração dos alunos, seus comandados. Sena Madureira, exonerado de seu comando, após várias solicitações, inclusive para que fosse submetido a conselho de guerra, regressa ao Rio com Deodoro.

As reuniões continuam no Sul e na Corte. A imprensa pelas penas brilhantes dos republicanos Saldanha Marinho, Júlio de Castilho, Quintino Bocaiúva e, agora, a liberal de Rui Barbosa, explorava a situação.

O Conselho Militar concluiu pela inconstitucionalidade dos avisos e resumiu seu parecer em quatro pontos que, após aprovado pelo Imperador,

passou a regular a participação dos militares na imprensa. O primeiro deles estipulava que “os militares, como todos os cidadãos brasileiros, gozam, pela Constituição, de liberdade de externar pela imprensa as suas opiniões, independentemente de censura prévia”.³² Contudo, o governo não altera sua posição contra o cancelamento das notas punitivas aos Coronéis Cunha Matos e Sena Madureira.

Em 2 de fevereiro de 1887, tem lugar no Teatro Recreio, com a presença de mais de 200 oficiais do Exército e da Armada, sob a presidência de Deodoro, a mais concorrida e vibrante reunião que se encerrou com uma moção afirmando a manutenção do estado de conflito entre a classe militar e o governo, “enquanto perdurarem os efeitos dos avisos inconstitucionais, que foram justamente condenados pela Imperial resolução de 2 de novembro último”,³³ moção que, além de outras considerações, delegava plenos poderes ao marechal Deodoro — a essa altura líder inquestionável do Exército — para representá-los junto ao governo de Sua Majestade.

O Visconde de Pelotas e oficiais reunidos em Porto Alegre dirigem moção de adesão a Deodoro, que recebe manifestações de apoio de várias guarnições. A *Gazeta da Tarde* proclama que, desde a reunião no Teatro Recreio, o Brasil estava sem governo, pois “a moção demitiu o ministério e deixou o Imperador a

descoberto”³⁴ e classifica de imprudente a atitude do gabinete.

A 5 de fevereiro, Deodoro, pessoalmente, entrega ao Imperador carta-apelo para a solução do problema. D. Pedro II não a responde, pois continuava confiante na capacidade da velha raposa que era João Maurício Wanderley; mas o presidente do Conselho não decidia e o ministro da Guerra permanecia na posição de não ceder. Não tendo sido atendido, Deodoro, acamado, faz chegar uma semana depois, ao Palácio de S. Cristóvão, pelas mãos do ajudante-de-ordens, apelo dramático, concluído pelas palavras... “a ser negada a justiça que peço, terei vergonha da farda que visto, eu que me orgulho de pertencer ao Exército, e, nesse caso, ser-me-á uma verdadeira graça, Senhor, minha exoneração do serviço”.³⁵

Porém, conceder a demissão não estava nas cogitações de Sua Majestade Imperial. Se os militares não cediam, que cedessem os *casacas*. Alfredo Chaves, pressionado, deixa o governo. Deodoro exulta. Assume a pasta Ribeiro da Luz, com o que parecia, uma vez mais, que a questão seria solucionada. Porém, o novo ministro condiciona o trancamento das notas a requerimentos dos oficiais punidos. Sena Madureira recusa-se a requerer. Deodoro e Pelotas, após momento de hesitação, mantêm o apoio. Enquanto prevaleciam os melindres, as brechas iam aumentando: os republicanos, aproximando-se do Exército; os liberais aspirando ao go-

verno e, os abolicionistas procurando atrair os militares para a sua causa, pois o Barão de Cotegipe representava o que de mais reacionário havia entre os políticos escravocratas. E, com todo esse jogo de interesses, incompreensões e suscetibilidades envolvidos por uma política de vistas curtas, caminhava o Império, a passos largos, para o ocaso.

No dia 14 de maio de 1887, *O País* publica na primeira página o manifesto intitulado “Ao Parlamento e à Nação”, assinado por Pelotas e Deodoro, redigidos por Rui Barbosa a pedido do Senador Liberal Souza Dantas, interessado na queda do gabinete conservador. Os militares que seguiam os renomados chefes rebelavam-se, embora em palavras, contra o governo constituído. Estava estabelecido, “com fidelidade, o estado de espírito da tropa, já ciente do seu papel em vias de predominância nas forças sociais da nação”.³⁶

São passagens do manifesto: “Princípios tais, inauditos até agora, fariam da boa fama dos oficiais brasileiros simples propriedade do governo, sem haver mais honra militar que pudesse desafrontar-se de uma nódoa imerecida, quando a parcialidade de um ministro deliberasse infringir-lhe mancha e recusar-lhe desagravo judicial (...). Sob tais teorias jurídicas não há Exército, nem pode haver Pátria; porque a primeira condição da Pátria é o pundonor dos defensores profissionais de sua honra (...) Não é também veleidade de predomfnio

militar o que nos move; a consciência pública tem certeza de que o Exército brasileiro é a mais estável segurança da paz, da legalidade, da organização civil do Estado. Seja qual for a posição a que as circunstâncias nos levem, a segurança individual, a tranqüilidade pública, as instituições constitucionais, as tradições livres da Nação encontrarão sempre no Exército um baluarte inexpugnável e em cada peito de soldado uma alma de cidadão." Em certo trecho, exerce velada pressão sobre o Imperador enfermo e conclui com um apelo à opinião pública através do Parlamento: "Não nos resta, pois, senão recorrer à opinião do país, (...) do qual nada nos arredará, enquanto o direito postergado não receber a sua satisfação plena."³⁷ São palavras de Rui, o grande civilista.

O mesmo *O País* registra no dia seguinte: "A política, o Parlamento, os negócios, tudo ficou em estado de suspensão. Como era natural, correram livremente os mais extravagantes boatos."³⁸

A partir desse momento a situação torna-se extremamente grave. Os republicanos redobram seus esforços; Campos Sales chega de S. Paulo e propõe ao Visconde de Pelotas, por intermédio do Capitão Serzedelo Correia, que a República seja imediatamente proclamada. Pelotas teria respondido que isso viria depois. Acrescenta Magalhães Jr. que, dias depois, reuniram-se Deodoro, Benjamim Constant, seu irmão e Sena Madureira com Pelotas, quando o

General Câmara admitiu colocar a tropa na rua e fazer a revolução, pois o Imperador já não tinha vontade. Deodoro, interrogado por Pelotas, respondera "Se tem que ser amanhã, que seja logo hoje".³⁹ Pelotas pede um dia livre para que, da tribuna do Senado, fizesse sentir o perigo por que passava o governo.

É possível, ante os fatos apresentados nesse episódio, tirar-se a ilação de que a República tenha sido considerada nas discussões. São Paulo, através das lideranças republicanas, pressionava; ao Imperador faltava a saúde; e o terceiro reinado, com o Conde d'Eu e a Princesa Isabel, não se mostrava palatável.

Cotegipe envia, sem sucesso, o Deputado Henrique Lucena, compadre e amigo de Deodoro, para que o dissuadisse da posição que tomara. Pelotas procura o Senador Silveira Martins, crítico dos militares e inimigo de Deodoro, a figura mais expressiva do Partido Liberal, e coloca-o a par dos acontecimentos. "Silveira Martins fica aterrado com a revelação: era um novo 7 de abril que se preparava. (...) E, embora na oposição, toma sobre os ombros o encargo de estender uma ponte ao gabinete conservador, dando-lhe uma oportunidade de salvar-se. É que lhe parecia mais importante do que tudo, naquele momento, a preservação do poder civil."⁴⁰

"Foi uma sessão memorável, a de 18 de maio de 1887, no Senado do Império." O Barão de Cotegipe está presente para responder a Pelotas. Os

liberais exigiam que Deodoro fosse levado a Conselho de Guerra — Pelotas tinha imunidades — ou que se demitisse o ministério. Desafiando, Cotegipe responde: “Pois não me demito, nem mando sujeitá-lo a Conselho de Guerra!” Com esse rasgo, Cotegipe desce da tribuna rindo e sob riso dos representantes conservadores.⁴¹ O Senador Viriato de Medeiros pede o cancelamento das notas, pois só assim o governo estaria cumprindo a lei e acrescenta: “O que desmoraliza este país é a falta de cumprimento das leis. É ao governo, primeiro que todos, que compete o cumprimento do dever.”⁴² Pelotas, indignado com a atitude de Cotegipe, inicia sua fala extremamente sério: “O nobre Presidente do Conselho terminou rindo-se, e o seu riso me entristeceu! Estamos atravessando um momento grave e sua excelência não lhe dá importância (...). Confiando no seu valor, porque já nos disse que não tem medo, deixa-nos cheios de apreensões e receio. Um de nós está inteiramente enganado nesta questão. Declaro com toda a franqueza, que queria ser eu o enganado.” Assume a responsabilidade do manifesto que assinou com Deodoro e abre mão das imunidades para ser levado a Conselho de Guerra, e acrescenta no mesmo tom de desafio: “O nobre Presidente do Conselho sabe bem que foi uma revolução que fez abdicar o Sr. D. Pedro I. E o fato é hoje muito bem aceito. (...) Peço encarecidamente ao nobre Presidente do Conselho a que reconsidere o seu ato, por amor deste

país. (...) Solva a questão de modo honroso e digno. Se não o fizer, não saberemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre Presidente do Conselho na força armada que tem à sua disposição.”⁴³

A que ponto a inabilidade política e o capricho de uns poucos levaram uma simples questão de cancelamento de punições de dois oficiais superiores, de cuja inconstitucionalidade não havia mais dúvida, à beira do confronto armado! O espectro do “7 de Abril” rondava o Senado.

José Antônio Saraiva, eminente político e ex-chefe do gabinete, faz apelo à conciliação entre o Exército e o governo. Cotegipe aceita. E, no mesmo dia, as conversações são iniciadas: Afonso Celso de Assis Figueiredo e Silveira Martins procuram o Visconde de Pelotas na busca de entendimento.

No dia 20 de março, Silveira Martins apresenta moção, que fora submetida anteriormente por Pelotas a Cotegipe e Deodoro: “...a ordem social não tem mais nobre e elevado fim do que a justiça e não haverá justiça enquanto houver militares que sofram penas por terem exercido direitos que o governo reconhece a seus camaradas”.⁴⁴ A sessão é das mais agitadas, senadores liberais, entre eles Franco de Sá, argumentam, com razão, que o expediente adotado era ilegal, pois era vedada à Câmara vitalícia fazer política, o que era competência da Câmara Temporária; Franco de Sá entendia ainda que o regime não estava ameaçado e que o ministério é

que deveria sair; que a crise não era nacional, nem de instituições, e que Cotegipe faria qualquer papel para permanecer no poder. O Senador Alfredo d'Escragno Taunay, que fora militar, sustenta que "diante da gravidade da situação invocar restrições regimentais é levantar questões bizantinas. Estamos com gente armada às portas, há iminência de um conflito que pode trazer derramamento de sangue brasileiro".⁴⁵ A palavra de conciliação veio de Afonso Celso, que percebia a necessidade de conjurar um desastre. A situação em que se encontrava há meses o país era por si só uma anormalidade que não poderia continuar. Diz que vota a moção por ser ela eficaz e patriótica. Silveira Martins contesta os argumentos de seus colegas da bancada liberal: "A crise (...), se existe, não é de ministério, é de governo. Não é de partido, é de instituições. Resolvida que seja, o ministério poderá ser substituído por outro, como tem sucedido até hoje, sem abalo social. Mas, derrubado o ministério por um pronunciamento militar, que partido assumirá o poder apoiado nas baionetas dos soldados? (...) Em qualquer hipótese, seria o governo uma usurpação, que as províncias não reconheceriam e em vez da ordem que tem, até aqui, dominado o Império, começaria o reinado da anarquia. (...) São essas, senhores, as razões ponderosas que me levaram a fundamentar a indicação que eu mandei à mesa."⁴⁶ Cotegipe é o último a falar, e o faz cautelosamente, quando procura dar

lógica a uma argumentação que não conseguiria convencer, pois, na verdade, havia cedido aos militares, estes sim, os grandes vitoriosos: ... "se a violência predominasse, diz o Barão de Cotegipe, desapareceria o ministério ou sua liberdade ficaria pedada. Desde que a força domina, um decreto do monarca nada significa!"⁴⁷

Colocada em votação, a moção Silveira Martins é aprovada, com seis votos contrários de senadores do Partido Liberal. As punições são imediatamente canceladas, mas os militares, que haviam testado e constatado "a força da classe, quando unida e colocada a serviço de um objetivo comum", não se dispersam e fundam o Clube Militar. Deodoro é escolhido para presidente; as primeiras reuniões ocorreram no Clube Naval. Estava encerrada a Questão Militar. Começaria a participação das Forças Armadas, sobretudo do Exército, ostensivamente na vida política brasileira. Ou, no dizer do General Ilha Moreira: "Daí por diante, ficou todo o mundo sabendo que a situação política do Brasil dependia da classe militar."⁴⁸

REFERÊNCIAS

1. MAGALHÃES JUNIOR, R. *Deodoro, a espadada contra o Império*. Companhia Editora Nacional, 1957, volume 1, p. 125.
2. *Ibid.*, p. 114.
3. *Ibid.*, p. 115.
4. *Ibid.*
5. *Ibid.*, pp. 147, 148 e 149.
6. NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Impé-*

- rio. Editora Nova Aquilar, 1975, 4ª edição, p. 829.
7. MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit., pp.149 e 150.
 8. Ibid., p. 133.
 9. Ibid., p. 137.
 10. Ibid., p. 151.
 11. Ibid., p. 151.
 12. Ibid., p. 153.
 13. Ibid., p. 153.
 14. Ibid., p. 156.
 15. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Editora Globo, 7ª edição, volume II, p. 473.
 16. HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, 5º volume, p. 340.
 17. MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit., p. 181.
 18. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit., p. 340.
 19. MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit., p. 181.
 20. HOLANDA, Sergio Buarque de. Op. cit., p. 340.
 21. MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit., p. 210.
 22. Transcrito por Magalhães Junior, R. Op. cit., p. 203.
 23. Ibid., p. 211.
 24. Ibid., p. 215.
 25. Ibid., p. 215.
 26. Ibid., p. 216.
 27. Ibid., pp. 196 e 197.
 28. Ibid., p. 221.
 29. Ibid., p. 226.
 30. Ibid., p. 229.
 31. Ibid., p. 231.
 32. Ibid., p. 239.
 33. Ibid., p. 242.
 34. Ibid., p. 243.
 35. Ibid., p. 250.
 36. FAORO, Raymundo, Op. cit., p. 478.
 37. MAGALHÃES JUNIOR, R. Op. cit., pp.256, 257 e 258.
 38. Ibid., p. 258.
 39. Ibid., p. 260.
 40. Ibid., pp. 261 e 262.
 41. Ibid., p. 265.
 42. Ibid.
 43. Ibid., p. 266.
 44. Ibid., p. 274.
 45. Ibid., p. 278.
 46. Ibid., p. 282.
 47. Ibid., p. 285.
 48. LYRA, Heitor. *História da queda do Império*. Volume I, pp. 134 e 135.

MARIO JORGE DA FONSECA HERMES é Almirante-de-Esquadra da Reserva Remunerada da nossa Marinha de Guerra.



LIVROS

A FORTALEZA DE SANTA CRUZ (1836) (vista por um Almirante inglês)

A excelente obra *Os Diários do Almirante Graham Eden Hamond (1773-1862)** traduz impressões sobre o Rio de Janeiro, do citado militar, em 1825 e 1834/36, quando ali esteve. Primeiro no comando do "Wellesley", que trouxe ao Brasil Lord Stuart, negociador do nosso tratado de Independência com Portugal. Mais tarde como comandante da Estação Naval Inglesa no Rio, a bordo da fragata "Dublin".

O trabalho é ilustrado com aquarelas de Emrich E. Vidal (1778-1861) e é rico em dados sobre a vida no Rio. Percebe-se que não penetrou nos meandros da vida social, política, militar e econômica local. São frequentes reclamações contra o mau estado das ruas e caminhos do Rio, bem como contra a má educação e indisciplina dos cocheiros que era obrigado a usar em sua intensa atividade turística e social, a última no Rio. Em nossa sociedade pouco penetrou e pouca atenção esta lhe dava, o que registra diversas vezes. É um crítico severo dos costumes e figuras brasileiras, que olhava com superioridade, exceto para o futuro D. Pedro II e suas irmãs.

Tímido com o sexo oposto, sempre registrou impressões sobre as mulheres das festas. Sentia muitas saudades de sua esposa Bessie, muito parecida com uma brasileira filha do Sr. Peixoto. De suas valiosas observações registro aqui sua visão da Fortaleza de Santa Cruz, visão abalizada de um herói da batalha de Copenhague (2 Abr 1801), após a qual foi honrado em segurar o livro de Preces para o Almirante Nelson orar em ação de graças à vitória. E mais, trata-se de veterano de muitos combates navais, de abordagens de navios piratas e inimigos e de assaltos a fortalezas marítimas.

Ele observou, em sua visita à Fortaleza em Santa Cruz, em 28 de outubro de 1836: "Existem três níveis de baterias voltadas para a entrada da barra. No todo são 112 canhões, nenhum menor que 14 libras. Creio que, para guarnecer o forte, são necessários 1200 homens. As baterias ficam sobre plataformas, exceto a inferior, provisoriamente em seteiras. As casamatas parecem amplas. Tudo é construído no granito sólido. Não há falta de balas, nem de suprimento nenhum... Cada bateria tem sua forja para tiros incandescentes. Esta fortaleza é dominada pelo Forte do Pico, inatingível como força naval. Os canhões dos navios que passam por Santa Cruz ficam inúteis, por impossível obter inclinação ideal para alcançar a artilharia do forte... Não vi maneira possível de entrar na fortaleza. Um navio não pode chegar perto dela. Mal há lugar para um grupo de homens se aproximar e tentar colocar escadas de assalto."

Seu aspecto monumental atual remonta a questão Cristie com a Inglaterra, na qual nossa Soberania foi afrontada. Ela foi então financiada pelo povo do Rio, para prevenir futuras afrontas ao Brasil, como na citada questão.

A Fortaleza, iniciada em 1555, registra mais de quatro séculos de inexpugnabilidade e é mais antiga do que a própria cidade do Rio de Janeiro que ele tem protegido como sua sentinela marítima. Durante todos esses anos, ele ajudou a poupar o Rio de tentativas de agressões dos holandeses, espanhóis e descendentes, e de inimigos do Brasil nas duas grandes guerras.

Na época do ouro, em Minas Gerais, que era embarcado para Portugal no porto do Rio, a fortaleza era chave da defesa de nosso porto, considerado então um dos mais bem defendidos do mundo.

Em nossas lutas internas ela impôs respeito e desestimulou aventuras revolucionárias contra o

Rio, ao ponto de ser o lugar mais seguro para presídio de revolucionários, como os 33 farrroupilhas que lá estavam presos durante a visita do Almirante Hamond.

Esta é, em linhas gerais, a imensa e pouco celebrada projeção histórica da Fortaleza de Santa Cruz, a mais majestosa e bela, a que mais lutou e que foi sempre a mais respeitada por seu grande poder de fogo e excepcional posição.

Por mais de quatro séculos, ela foi a última e primeira visão aproximada do Brasil, ou do Rio de Janeiro, para milhões de viajantes brasileiros. No primeiro caso, visão nostálgica para os que deixaram o Rio. No segundo, como esperado, feliz e concreto sinal de que estavam retornando ao lar. Isto é particularmente válido para as inúmeras gerações de marinheiros mercantes e de guerra do Brasil, desde 1555.

Atualmente, dá abrigo ao Quartel-General da 1ª Brigada de Costa e Antiaérea.

Cláudio Moreira Bento

6 Tradução de Paulo F. Geyer, Notas de Paulo Berger, Introdução de Gilberto Ferraz, Edição JB, 1984.

O EXÉRCITO E A 1ª GUERRA MUNDIAL (ACHEGA)

O IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) acaba de editar de Francisco Luiz Vinhosa (do Dep. História — IFCS/UFRJ) o excelente e original trabalho *O Brasil e a Guerra Mundial* (A diplomacia brasileira e as grandes potências), que mereceu 1º prêmio em concurso literário por ele promovido ao ensejo de seu sesquicentenário.

Segundo o IHGB, "trata-se de livro bem escrito, estilo claro e equilibrado, notável trabalho de pesquisa e exposição histórica, bem fundamentado, em abundante, árdua e fidedigna documentação, com revelação de importantes documentos dos arquivos oficiais, até então inéditos, além de extensas e pertinente bibliografia — Trata-se de obra de melhor qualidade, com rigor metodológico...".

Concordamos plenamente. E mais, com o mestre Arthur Cezar Ferreira Reis, de "tratar-se de obra que evidencia aos brasileiros a notável projeção internacional do Brasil àquele tempo". Mas o trabalho merece uma achega, em relação à par-

ticipação do Exército, ali omitida, o que é compreensível, por havê-lo sido pela própria *História do Exército*, editada em 1972, pelo Estado-Maior do Exército, por ser considerado assunto confidencial, tratado em documentação reservada somente em 1987 revelada.

Trata-se da *Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França 1918/19*, composto de 24 oficiais, sob a chefia do General Napoleão Felipe Aché. Com o fim de absorver, durante a guerra, a maior quantidade de conhecimentos da Doutrina Militar Francesa e adquirir o material necessário a sua implantação no Brasil, os oficiais dessa comissão combateram no Exército da França, de modo que oito deles foram promovidos por atos de bravura.

Constituíram a Comissão, além do General Aché, o tenente-coronel José Fernandes Leite de Castro (subchefe); o tenente Octávio M. Aché (Secretário); o tenente José Nery Eubank Câmara (Administração); Major médico Joaquim M. Sampaio (Veterinário); os tenentes Alzir M. Rodrigues Lima, Mário Barbado e Bento R. Carneiro Monteiro da Aviação; tenentes Demócrito Barbosa, Sebastião Rego Barros e Carlos de Andrade Neves da Artilharia; major Tertuliano Potiguara, capitão Gomes T. da Silva Júnior e tenente Onofre M. Gomes de Lima da Infantaria; major Firmino Antônio Borba, tenentes Izauro Reguera, José Pessoa Cavalcante de Albuquerque e Cristóvão de Castro Barcellos da Cavalaria e major médico Rodrigo de A. Aragão Bulcão, e capitães médicos Cleomenes L. de Siqueira Filho, João Afonso de Souza Ferreira, Alarico Damázio, João Florentino Meira, Manoel Esteves de Assis e tenente Carlos da Rocha Fernandes.

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazida por esses oficiais registram-se: sua influência na contratação de missões militares francesas para nossa Aviação Militar e para o Exército; a introdução de blindados; a reformulação do ensino do nosso Exército, nos moldes da França e a idealização da construção da AMAN; a implantação de nossa Aviação Militar; a doutrina de emprego de gases e a atualização das doutrinas de Artilharia de Costa e Campanha, Infantaria, Cavalaria e Saúde.

Esses elementos foram pontas-de-lança do trabalho aqui desenvolvido pela Missão Militar Francesa (1920-1979), que foi substituindo, a partir de 1921, a influência da Doutrina Alemã (1910-1921), exercida através de oficiais que estudaram na Alemanha (1910-1912), tendo como principais instrumentos de difusão a revista *A Defesa Nacional*,

criada por eles em 1913, e a Missão Indígena, da Escola Militar do Realengo (1919-1921), viveiro de grandes soldados e estadistas.

Com a revolução de 30, dois deles, os então generais Leite de Castro, que combateu na Artilharia da França, e o coronel José Pessoa Cavalcante, que combateu na Cavalaria, tiveram marcante projeção na construção da AMAN e nas tradições da mesma (uniformes históricos, espadim, corpo de cadete etc.) e no seu ensino, segundo padrões de Saint Cyr. Consagrou-se herói do combate de São Quantim, o já legendário herói do episódio da Revolta da Vacina Obrigatória e do Condestado, o mais tarde general Tertuliano Potiguara.

Esse assunto foi objeto de profundo e original resgate pelo então major de Engenharia Genino Jorge Consendey, em Monografia para a ECEME (1987). Foi assunto sugerido e apoiado pelo Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no sentido de preencher lacunas na História do Exército, como agora aqui focalizada.

Existe cópia da Monografia na ECEME, no AHEx e com o autor, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, ora servindo na Brigada de Aviação do Exército em Taubaté-SP.

Claudio Moreira Bento

Abreviaturas

EME — Estado-Maior do Exército
AMAM — Academia Militar das Agulhas Negras
ECEME — Escola de Comando e Estado-Maior
AHEx — Arquivo Histórico do Exército

CAXIAS E A PONTE DO PASSO GERAL DO JACUÍ (1848-1853)

Ao final da Revolução Farroupilha, o então Barão de Caxias, na qualidade de Presidente e Comandante-das-Armas do Rio Grande do Sul, iniciou, concluiu ou encaminhou, diversas obras públicas de positivos reflexos na modernização, economia, integração e defesa do Brasil naquela região.

Algumas delas foram mencionados por nós em *Porto Alegre — Memória dos Sítios Farrapos e da Administração de Caxias* (Brasília, EGCF, 1989).

Ressalta, em importância estratégica e geopolítica, haver mandado construir, no Passo Geral da Jacuí, a 40km a montante de Cachoeira do Sul,

monumental e ousada ponte para época, cujos pilares até hoje desafiavam a ação das enchentes, da correnteza e do efeito infra-escavante que sempre a colocaram sob suspeição.

Os pilares foram construídos de pedra de grés argamassada com cal e areia comum e revestidos de pedra lavrada. Foram construídos por Fermiano Pereira Soares, o mesmo que havia contratado e construído, com Caxias, a ponte dos Açorianos, ainda usada em Porto Alegre.

O projeto inicial foi do mercenário alemão Johann Martim Boff (1800-1880), que fora capitão do 28º Batalhão de Caçadores Alemães, que lutou em Passo do RSário (28 Fev 1887).

É de seu traço, também, o prédio da antiga Escola Preparatória e Tática do Exército, em Rio Pardo, onde estudaram, entre outros, Getúlio Vargas, Mascarenhas de Moraes e Paula Cidade e onde foi organizado, em 1912, o atual 4º Batalhão de Engenharia de Combate (Itajubá-MG), tendo como base uma bateria do Regimento Mallet.

O projeto da ponte foi modificado por George K.P.T. Von norman, projetista do Teatro São Pedro em Porto Alegre. O piso de madeira, sistema Howe, foi construído por Giuseppe Obino (1835-1875), o mesmo que construiu a catedral de Bagé.

A construção arrastou-se por 23 anos, de 1848 a 1871. Após construída, prestou relevantes serviços à integração e ao desenvolvimento econômico harmônico do Rio Grande, até ser danificada na Revolução de 1893, para dificultar o acesso dos federalistas ao norte do Jacuí. Ela valorizou e desenvolveu a pecuária nas Missões e Cima da Serra, além de facilitar o comércio com carretas através do rio Jacuí, entre o norte, término do Planalto Brasileiro, e o Sul, início do Pampa.

Por ela cruzaram manadas vacuns das Missões e Cima da Serra, destinadas as charqueadas concorrentes de Pelotas e Cachoeiro. "Elas então provocavam um ruído de trovão e trepidação assustadora."

Seu comprimento é de 180m, com 9 vãos de cerca de 17m. Foi um grande desafio vencido pela Engenharia da época. Consagrou, na História das Comunicações no Rio Grande, Fermiano Pereira Soares, o construtor de seus sólidos pilares e Caxias como seu idealizar e ordenador de sua construção e seu animador, como Chefe do Gabinete de Ministros, 1861-1862, ou Chefe de Governo.

Atribuiu-se a sua desativação ao conflito de interesses entre a charqueadores de Pelotas e os de Cachoeira do Sul, que ela beneficiava mais diretamente. Pelotas tivera que recorrer, a partir de 1860, à compra de gado das Missões e Cima da

Serra, pois os do Sul, do Jacuí passaram a ser absorvidos por Montevideu, após drenados por ferrovias uruguiaias, a partir da fronteira Brasil-Uruguai.

Estes e outros aspectos relevantes nos revela a excelente obra *Episódio do Ciclo do Charque* (P. Alegre, EDIBA, 1987) que consagra, como historiador de raros méritos e de características beneditinas, o médico Alvarino de Fontoura Marques.

É um livro fascinante e denso que merece ser

lido por todos os estudiosos da História e Tradições do Rio Grande, que nele irão deparar com preciosas e inéditas revelações da vida gaúcha, em torno do charque — carro chefe da economia sulina por mais de um século, a partir de 1779.

É obra destinada a tornar-se um clássico sobre o tema.

Cláudio Moreira Bento

Em 13 de novembro de 1904, foi criada a Lei nº 1.000, conhecida como Lei da Vacina Obrigatória, com sede no Centro de Vacinas Criadas. Um dos líderes era o tenente

de Armas Alvarino de Fontoura Marques, que se tornou o primeiro governador do Rio Grande do Sul em 1907. A lei obrigava a vacinação de todos os cidadãos brasileiros, sob pena de multa e prisão. A medida foi considerada uma das mais importantes para a saúde pública do país.

A criação da vacina obrigatória foi uma resposta às epidemias de varíola que assolavam o Brasil. A lei foi promulgada em 13 de novembro de 1904, e entrou em vigor em 1º de janeiro de 1905. A medida foi considerada uma das mais importantes para a saúde pública do país.

A Lei da Vacina Obrigatória foi uma das primeiras leis de saúde pública do Brasil. Ela estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação para todos os cidadãos brasileiros, sob pena de multa e prisão. A medida foi considerada uma das mais importantes para a saúde pública do país.

A Lei da Vacina Obrigatória foi uma das primeiras leis de saúde pública do Brasil. Ela estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação para todos os cidadãos brasileiros, sob pena de multa e prisão. A medida foi considerada uma das mais importantes para a saúde pública do país.

A Lei da Vacina Obrigatória foi uma das primeiras leis de saúde pública do Brasil. Ela estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação para todos os cidadãos brasileiros, sob pena de multa e prisão. A medida foi considerada uma das mais importantes para a saúde pública do país.

A Lei da Vacina Obrigatória foi uma das primeiras leis de saúde pública do Brasil. Ela estabeleceu a obrigatoriedade da vacinação para todos os cidadãos brasileiros, sob pena de multa e prisão. A medida foi considerada uma das mais importantes para a saúde pública do país.



INFORMAÇÕES

O ILUSTRADOR DA HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

As Forças Armadas, e em especial o Exército, encontraram no pintor e ilustrador Alcebiades Miranda Júnior o seu mais destacado pintor e ilustrador, entre 1930 e 1975, quer pela qualidade quer pelo volume de sua produção. São de sua autoria os quadros que decoram o antigo Gabinete do Ministro do Exército, no Palácio Duque de Caxias e atual gabinete do Comandante Militar do Leste, bem como o vitral Caxias em Iitororó, que está ao fundo da entrada principal do referido palácio. Está ali em razão de ele haver conquistado o 1.º lugar em concurso para elaboração de pinturas destinadas à decoração daqueles locais.

Entre 1930 e 1975, suas ilustrações são frequentes nas revistas das academias militares do Exército e da Aeronáutica e da Escola Naval (*Revista da Escola Militar*, a *Esquadra* e a *Galera*).

Um dos seus últimos trabalhos foi a execução de primorosas ilustrações para a *História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um Povo*, editada em 1972, em três volumes, pelo Estado-Maior do Exército, sob a coordenação de sua Comissão de História do Exército, sob a Presidência do Cel Francisco Ruas Santos. Foi aí que travamos contato mais cerrado com o magnífico ilustrador, na qualidade de Adjunto da Presidência da referida Comissão e encarregado de desenvolver a iconografia histórica do Exército para um projeto de História do Exército em áudio visual, para o qual muito Miranda Jr. contribuiu.

Quem era Miranda Júnior? Era um gaúcho de Alegrete-RS, nascido em 27 de maio de 1903, filho de um oficial do Exército de mesmo nome que o seu.

Estudou em Alegrete e Curitiba, até transferir-se para o Rio de Janeiro, em 1919. Diplomou-se,

em 1924, no Curso Superior de Pintura pela Escola Nacional de Belas-Artes, pela qual foi premiado, em 1925, com o prêmio Viagem à Europa. Viajou à Alemanha, a bordo do navio brasileiro "Bagé".

Miranda Júnior especializou-se nos gêneros retrato e história militar. Sua obra, nesse particular, é alentada e está a merecer um inventário e estudo especializado.

A *Revista do Clube Militar* em seu número 60, ano XIV, página 60, consagra-o como "o pintor do Exército". Excelente artista, não conseguiu conciliar sua arte com a administração das coisas terrenas. Viveu grandes aperturas financeiras e, por isso, sofreu grandes privações. Morreu muito pobre, em 4 de junho de 1976, em um hospital do Rio de Janeiro, aos 73 anos de idade, deixando obra de real valor para auxiliar o culto e a divulgação da Memória Militar do Brasil.

Não teve reconhecida, em vida, a grande projeção de sua obra como pintor de vultos e eventos militares históricos.

Cláudio Moreira Bento

A REVOLTA DA VACINA OBRIGATÓRIA — 1904

De 10 a 16 de novembro de 1904, o Rio de Janeiro foi sacudido pela sua mais violenta e duradoura revolta popular, secundada pela revolta da Escola Militar da Praia Vermelha, com objetivo de derrubar o governo de Rodrigues Alves e a pretexto de reagir contra a Lei de Vacina Obrigatória, aprovada, a custo, pelo Congresso e promulgada pelo Presidente.

Em realidade, o carioca era vítima de uma crise econômica agravada com a queda do café no mercado internacional. Em consequência, sentia dificuldades crescente de alimentar-se. A comida era escassa e cara. Aumentara sensivelmente a criminalidade e o desemprego. Muitos comerciantes faliram. O povo teve de abandonar suas moradias para ceder à modernização do Rio e ao seu saneamento. Os políticos oposicionistas e os militares positivistas exploraram essa situação entre o povo e entre os alunos das escolas militares.

Em 15 de novembro de 1904, foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, com sede no Centro das Classes Operárias. Um dos líderes era Lauro Sodré. A liga passou a fazer comícios na rua do Ouvidor, Largo de São Francisco, Praça Tiradentes, Largo da Lapa e ruas do Teatro e Espírito Santo, onde começaram a se registrar choques de populares, com a Polícia levando a pior. Foi atacado na rua o comandante de Polícia. A baderna se generalizou. Os revoltosos destruíram a iluminação pública, depredaram os bondes e a revolta espalhou-se por todas as ruas do Rio.

O mais violento confronto foi na rua do Sacramento, onde a Cavalaria de Polícia matou à bala diversos populares. Os telefones foram cortados, paralisados os transportes e incendiados diversos prédios, além de depredada a Companhia de Gás do Mangue, o mesmo acontecendo com estações ferroviárias e delegacias.

O Rio vivia o caos e o Presidente reforçou o combate à revolta com o Exército e a Marinha.

As coisas iam nesse pé quando Lauro Sodré deu ultimatum ao Presidente para renunciar, sob pena de ser obrigado a isso pelas escolas militares.

A Escola da Praia Vermelha foi então parcialmente revoltada pelo seu comandante, General Travassos, com a ajuda do Coronel Lauro Sodré.

O encontro entre os revoltosos e as tropas do Governo deu-se na rua da Passagem. Tropas do Exército, ao comando do Coronel Caetano de Farias, sufocaram a rebelião e o General Travassos, ferido, veio a morrer.

No Realengo, o Coronel Hermes da Fonseca fez abortar a revolta da Escola Militar local.

Lauro Sodré ferido na cabeça foi acolhido em casa da rua da Passagem, ficando longo tempo inativo.

O foco da resistência popular concentrou-se no então insalubre e pobre Morro da Saúde, apelidado Porto Arthur, e teve a liderança de Pedro Prata, que deu um toque militar à resistência. Usou inclusive dinamite e toques de corneta e simulacros de peças de artilharia.

A resistência popular foi vencida ao custo, inclusive, do bombardeamento da Saúde por um navio de guerra, no dia 16, fim da revolta e início do Estado de Sítio, no Rio, ocasião em que ocorreram muitas prisões de populares, seguidas de violenta repressão policial.

A Revolta da Vacina, ou de Quebra-Lampião, foi estimulada pelas palavras do médico carioca e professor de Medicina Vieira Souto, "de ser a vacinação obrigatória uma violência". Depois de agitada na massa e na juventude militar da Praia Vermelha, por Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza, provocou as revoltas militar e civil que obrigaram o Presidente da República a tornar a vacina facultativa.

Aos olhos de hoje, tem-se ridícula sua motivação.

Na área civil, a revolta mostrou que a população do Rio de Janeiro já possuía opinião e estava disposta a defendê-la ao custo até da desobediência civil.

Na área militar, desacreditou a Escola Militar da Praia Vermelha que, de 1873 a 1904, vinha ministrando um ensino militar equivocado, predominante bacharelesco e não profissional, voltado para questões científicas, políticas, filosóficas e matemáticas divorciadas da preparação para o combate, ou a defesa da Pátria.

Canudos é um atestado eloqüente desse equívoco.

A Escola Militar, através de seus mestres e alunos, não soube administrar o conceito que adquirira por sua participação memorável em favor da Abolição e da República. Em consequência, foi fechada e a seguir extinta.

Logo a seguir foi editado o Regulamento de Ensino do Exército, de 1905, ponto de inflexão, no Exército, do bacharelismo para o profissionalismo militar, orientação que perdura há 85 anos.

Essa orientação profissional foi implantada na Escola de Guerra, em Porto Alegre, 1906-1911, que substituiu a Escola Militar da Praia Vermelha extinta, continuada na Escola Militar do Realengo (1913-1945) e, desde 1945, na Academia Militar das Agulhas Negras.

Destacaram-se no combate às revoltas das Escolas da Praia Vermelha e de Realengo, em 1904, os então coronéis Caetano de Farias e Hermes da Fonseca, que passaram a liderar, a partir daí, a profissionalização do Exército. No ano seguinte, realizaram-se as célebres manobras de Santa Cruz, grande evento no calendário da profissionalização do Exército, sob a liderança de Hermes da Fonseca.

Claudio Moreira Bento



DESTAQUES DA IMPRENSA

O MURO INVISÍVEL

Quando deixei Berlim Oriental em meados de 1987, após lá viver quase três anos, virtualmente ninguém poderia prever o que sucederia. Recordo-me que, ao despedir-me de meus colegas americano, francês, inglês e russo, todos consideravam insignificante a possibilidade da reunificação das duas Alemanhas. A própria embaixadora da França disse-me: "Vive le mur!" Só os norte-americanos eram menos sensíveis aos riscos de eventual reunificação alemã.

Por isso mesmo, quando se desenrolaram os acontecimentos que são do conhecimento de todos, surpreendi-me com as baboseiras publicadas nos jornais brasileiros e internacionais, escritas por jornalistas que não tinham vivência alguma da verdadeira conjuntura da RDA, antes da queda do muro. Li com surpresa que os alemães-orientais pouco tinham a comer, que os produtos por eles fabricados eram péssimos e outras bobagens. Ao que parece, os jornalistas que escreveram tais notícias andaram catando essas informações nos arquivos dos anos cinquentas. Na realidade, o nível de vida da RDA era comparado pelos entendidos ao da Espanha, se bem que ainda bastante inferior ao de seus irmãos alemães-ocidentais. Em 1984, a RDA era já o 11º país industrial do mundo, no dizer da revista norte-americana *Newsweek*, da qual me vali para fazer a minha sabatina perante o Senado brasileiro. Tinha a Alemanha Oriental uma renda *per capita* de US\$ 7,500.00 (três vezes a brasileira) e exportava cerca de 40 bilhões de dólares, cifra que o Brasil ainda não atingiu. E a RDA chegara a esse nível malgrado os entraves da sociedade socialista e graças apenas à persistência e à capacidade de trabalho dos alemães. E a Alemanha Oriental era um país de apenas 100.000 km², isto é, do tamanho do estado de Pernambuco, e com cerca de 17 milhões de habitantes.

Quanto à qualidade de seus produtos, se bem que menos sofisticados do que os do lado ocidental, minha casa no Rio de Janeiro está cheia deles, funcionam bem e são até admirados por meus amigos. Aliás, quem passa sobre o viaduto, ao lado do cais do porto do Rio de Janeiro, vê uma longa fileira de grandes guindastes Takraf, feitos em Rostock, operando normalmente. E não esqueçamos que uma boa parte da comida consumida em Berlim Ocidental era proveniente da RDA. Do mesmo modo, recordo que, todos os sábados, Berlim Oriental era invadida por centenas de oficiais e soldados americanos, franceses e ingleses para fazer compras a preços muito convenientes.

Então, por que milhares de alemães orientais fugiram para o lado ocidental, se tinham um nível de vida bastante satisfatório? O motivo principal certamente foi psicológico, tentados pela ostentação de riqueza a que diariamente assistiam pela televisão ocidental. A presença da polícia era opressiva, embora amigos alemães me dissessem que, se o indivíduo não se metesse em política ou agisse contra o governo, não era importunado. Nos anos 80, já havia na RDA uma razoável liberalização, correspondente talvez à crescente prosperidade. Entretanto, a impressão de confinamento era incômoda e considero que foi grave erro do governo não abrir paulatinamente as fronteiras. Afinal, com o pequeno valor do marco oriental (aliás bem maior do que o do cruzeiro), os cidadãos da RDA se limitariam a passar alguns dias na Alemanha Ocidental e comprar alguns *padgets* que não podiam adquirir no mundo socialista. E regressariam quase todos a seus apartamentos confortáveis e a seus empregos estáveis. Recordo que os aluguéis eram baráttimos, as escolas, serviços médicos gratuitos e eficientes de um modo geral, embora sem sofisticação. Na realidade, os alemães orientais ganhavam pouco em termos ocidentais (como nós aqui no Brasil), mas a vida era tão subvencionada pelo Estado que sempre sobrava dinheiro para esquivar

no inverno nas montanhas da Tcheco-Eslováquia, ou ir às praias da Romênia e da Bulgária, no verão, com suas famílias. Os divertimentos eram baratos e variados; os teatros e a ópera, os museus eram excelentes e estavam sempre repletos, inclusive de turistas ocidentais. E o mais importante: não havia desemprego, já que o estado socialista, bem ou mal, assegurava a todos uma colocação. O único aspecto negativo grave era o lado policial, o que afligia sobretudo os intelectuais.

Mas não fiz este artigo para elogiar o regime comunista do sr. Erich Honnecker, que pessoalmente era indivíduo bastante simpático e, ao contrário do que se lê pelos jornais, desfrutava de considerável popularidade. Tudo teria prosseguido como estava (e o nível de vida na RDA era, de longe, o mais alto de todo o mundo comunista) se não houvesse ocorrido o desmantelamento da União Soviética como grande potência. Sem este fator decisivo não teria havido reunificação da Alemanha, nem mudanças de governo nos demais países socialistas do Leste Europeu. A efervescência que assaltou a RDA em outubro e novembro de 1989 poderia ter sido reprimida com facilidade, se Honnecker se sentisse respaldado por Gorbachov. O Ocidente nada poderia fazer sem arriscar uma guerra mundial. O desejo do SED, o partido do governo, de tentar conciliar a situação, levou-o a substituir Honnecker, já enfermo e com 77 anos, por Egon Krenz, o defim há muito escolhido. A queda do muro foi resultante de uma série de mal-entendidos e sobretudo má comunicação entre as diversas repartições do governo. Krenz decidira afrouxar gradualmente os regulamentos de viagem ao exterior e ia anunciar pela televisão a notícia naquela noite. Só que correu célere o boato de que as portas do muro seriam abertas à meia-noite. Multidões se dirigiram para os *checkpoints* e a polícia de fronteira não havia sido reforçada, porque não havia intenção do governo de abrir as portas. E o resto sabemos todos como ocorreu.

O processo de reunificação das Alemanhas foi sobretudo o resultado da audácia do chanceler alemão Helmut Kohl. O partido cristão-democrata andava mal das pernas e Kohl tinha escassas possibilidades de reeleição. Agiu então com a maior presteza e, virtualmente, comprou a aprovação de Gorbachov à custa da promessa de bilhões de marcos de auxílio à URSS. A parte final dessa vultosa operação financeira está sendo paga pela entrega dos grandes estoques de comida guardados em subterrâneos em Berlim Ocidental para a eventualidade de um novo bloqueio russo, como ocorreu em 1948. E o mais curioso é que agora são os alemães reunidos que estão pagando a permanência de 400.000

soldados russos no antigo território da RDA, até 1994!

Segui com atenção a evolução da conjuntura alemã através dos jornais e de cartas de amigos alemães e brasileiros. Em fins de 1990, voltei a Berlim unida para ver com meus próprios olhos as transformações que a imprensa comentava: tão apaixonadamente. Posso resumir em uma única frase: o preço da liberdade está muito alto, excessivo mesmo, no entender de muitos. A transformação da RDA em uma região de economia de mercado está sendo feita de maneira demasiado apressada e sobretudo sem levar em conta o lado social e humano. Os grandes conglomerados industriais e comerciais foram desmantelados a toque de caixa: os produtos que essa fábrica produziam foram simplesmente postos de lado e substituídos por outros mais sofisticados do lado ocidental. Daí resultou enorme desemprego na indústria, no campo e no comércio. Num país de menos de 17 milhões já havia em agosto mais de dois milhões de desempregados e esse número vai crescendo. Grandes empresas estrangeiras tentaram associar-se às antigas empresas alemãs orientais, mas os interventores do lado ocidental impediram todas as *joint ventures*. Grande escândalo causou a tentativa fracassada da British Airways de associar-se à Interflug, a empresa aérea da RDA. Numerosíssimos funcionários públicos foram despedidos e terão grande dificuldade de reempregar-se. Os diplomatas alemães orientais foram todos postos na rua, bem como os do antigo Ministério do Comércio Exterior, sem consideração aos méritos individuais. O melhor especialista no comércio com o Brasil já imigrou para São Paulo. Enfim, muitos amigos e conhecidos meus de Berlim me manifestaram sua maior preocupação com a maneira como está sendo feita a reunificação. Disseram-me alguns: isto não é "*Einheit*", é um "*Anschluss*" (anexação), uma verdadeira colonização de um país vencido. Os cidadãos da antiga RDA foram obrigados a trocar suas economias na taxa de um por três marcos, mas seus salários continuam três vezes menores do que recebem os alemães ocidentais em empregos do mesmo nível, e com tão pouco dinheiro têm de pagar aluguel, adquirir comida, vestuário etc. aos preços da Alemanha Ocidental. Estive num restaurante elegante na antiga Berlim Oriental, que freqüentava antes e estava sempre cheio, e fomos os únicos clientes naquela noite. O dono do restaurante disse-nos que só aos sábados e domingos consegue alguns clientes e, a continuar como estão as coisas, terá de fechar as portas. Artistas e músicos que encontrei queixaram-se da atual utilização para música ligeira e até popular das magníficas casas de es-

petáculos de Berlim Oriental, como a Ópera do Estado e a belíssima sala de concertos *Schauspielhaus*, ambas com mais de 200 anos. Acusaram as autoridades culturais de Berlim Ocidental de tentarem humilhar a tradição daqueles teatros, acontecendo o mesmo em Leipzig e Dresden, onde foram canceladas as subvenções aos teatros de ópera. Citaram a apresentação de *West Side Story* na Ópera do Estado!

As recentes eleições gerais na Alemanha, que deram confortável maioria à coalizão CDU-FDP, provocaram algumas surpresas. Na antiga Berlim Oriental, houve vitória esmagadora do novo partido comunista, embora no conjunto da cidade a coalizão tenha obtido vantagem. Se os "verdes" quase desapareceram, bem como os republicanos neonazistas, o novo partido comunista, o PDS, dirigido pelo jovem advogado Gysi, da antiga RDA, obteve nada menos de 17 cadeiras no parlamento, em Bonn. Berlim, que sempre foi cidade fortemente trabalhista ou esquerdista, parece manter suas tendências políticas de antes da 2ª Guerra Mundial. O futuro desse novo PDS e da própria CDU, salva pela habilidade política do chanceler Kohl, vai depender do maior ou menor êxito da administração económica e social da reunificação.

E como encontrei as duas Berlim, ora unificadas? Em verdade persiste bem clara a divisão das duas zonas. Apesar de derrubado e removido o muro de concreto, é quase palpável a existência de um muro invisível. Fator de notável perturbação foi a liberdade de circulação na Europa Oriental: Berlim estava cheia de ciganos, romenos, húngaros, poloneses, búlgaros, muitos dos quais dormem pelas ruas. Muitíssimos alemães-orientais transformaram-se em camelôs nas principais avenidas e praças da cidade, dos dois lados do muro invisível. Há muita violência, assaltos, que não existiam antes. Os punks e neonazista ocuparam velhos imóveis decadentes e aterrorizam a vizinhança. Sob o aspecto externo, Berlim Oriental continua triste e pouco movimentada; já o lado Ocidental está mais congestionado do que nunca, com enormes multidões pelas ruas, mendigos e pobres esmolando, o que era inconcebível antes. Conhecidos nossos de lojas elegantes do Kurfürstendamm se queixaram de que vendem pouco, já que os alemães-orientais não têm poder aquisitivo para os produtos ocidentais. Consta que a famosa KADEWÊ, a mais luxuosa loja do mundo, teve um prejuízo de 40% em 1990. Encontrei-a repleta de gente vagando sem fazer compras, sem os ricos turistas alemães-ocidentais que habitualmente vinham das cidades vizinhas e hoje temerosos da confusão reinante. Consta também que Berlim Ocidental perdeu os

incentivos fiscais que tinha de Bonn como vitrina capitalista para o mundo comunista. E os berlinenses estão decepcionados com o fato de que tão cedo não serão a verdadeira capital da nova Alemanha unida: o lobby de Bonn conseguiu manter o parlamento e a sede do governo na cidade de Beethoven por tempo indeterminado, alegando que será preciso preparar cuidadosamente a transferência dos ministérios e repartições federais de Bonn para Berlim, com seus milhares de funcionários públicos que não têm alojamento no momento.

Como vejo o futuro imediato da nova Alemanha? Com otimismo, apesar de tudo, pois a máquina estatal e industrial está se ajustando com rapidez à nova conjuntura. A antiga RDA será um bom mercado para os produtos encalhados da antiga Alemanha Ocidental. Kohl porém enganou os alemães, dizendo-lhes que não teriam novos impostos em consequência da reunificação, mas todos os cidadãos já se dão conta de que o preço será elevadíssimo, talvez equivalente à dívida externa do Brasil. Entretanto, o país tem condições comerciais, financeiras e industriais para enfrentar a situação, tanto mais que a notável desvalorização do dólar está levando para a Alemanha importantes capitais estrangeiros. Um fato é inegável: os antigos alemães orientais continuarão a pagar um preço elevado pela reunificação, seja pelo nítido desnível do custo de vida nos dois territórios, seja pelo enorme e humilhante desemprego a que não estavam habituados. Recebem indenizações por esse desemprego, mas o lado psicológico é terrível. Kohl nomeou três ministros de estado da região oriental, mas não há esperança de que eles tenham suficiente influência para minorar os sofrimentos que afligem os antigos concidadãos. Não tenho dúvidas de que, se pudessem, voltariam atrás. Só nos resta desejar que o presente período de virtual aneação seja curto e se transforme o mais rapidamente possível em verdadeira unificação. Este artigo já estava pronto, quando ouvi pela Rádio Tupi do Rio de Janeiro, no dia 1º de fevereiro, o resultado de recente pesquisa de opinião pública realizada na antiga Alemanha Oriental, a qual revelou o impressionante índice de descontentamento de 82% com a reunificação.

Resumindo, os alemães da RDA continuam reclamando que "nós não somos um país vencido", citando entrevista de um professor universitário de Leipzig à revista alemã ocidental *Die Zeit*. Na realidade, o processo de reunificação está apenas começando, já que a economia de mercado não se decreta — ela se constrói lentamente. A unificação política já está em andamento, falta realizar a união social, cultural e industrial que será forçosamente

mais lenta. Seja como for, é preciso que Bonn respeite a identidade dos antigos cidadãos da RDA e as suas realizações do passado. Afinal, não se pode passar a borracha, riscar da História 40 anos de vida de um povo, como se a Alemanha Oriental tivesse existido apenas para o proveito dos comunistas "duros" de Walte Ulbricht e Erich Honnecker. Os burocratas da antiga Alemanha Ocidental não se podem deixar levar pelos ressentimentos contra o antigo regime comunista, na administração da antiga região da RDA.

Uma palavra final sobre os riscos de uma grande Alemanha unida. Esses riscos persistem, mas creio que serão minimizados pelo caráter federal e democrático do seu atual governo. Antes das duas guerras mundiais, a Alemanha necessitava de espaço vital para expandir-se econômica e comercialmente. Hoje, a Alemanha dispõe de um espaço comercial ilimitado, sem os entraves políticos que sentia em 1914 e 1939. Integrados na Comunidade Econômica Européia, como o país mais poderoso industrialmente falando, os alemães não desejarão correr riscos políticos, tanta é a sua prosperidade atual. E o futuro, a médio prazo, lhes abre perspectivas brilhantes de uma expansão econômico-financeira ainda maior. Confio, portanto, que a Alemanha não constituirá um risco militar, em futuro previsível. Assim seja.

(Reprodução de artigo publicado no Jornal do Brasil, edições de 27 e 28 de fevereiro de 1991. Assina-o o diplomata aposentado e ex-embaixador do Brasil na RDA, Vasco Mariz.)

NACIONALISMO, ETNIAS E RELIGIÃO AMEAÇAM O ESTADO MODERNO

Pristina, Iugoslávia — Em julho do ano passado, 114 membros do Parlamento de Kosovo votaram a independência desta província extremamente pobre do sudeste da Iugoslávia. Era um fragmento libertando-se de outro: uma população de 90% de descendentes de albaneses rejeitava a dominação da Sérvia, uma das seis repúblicas que formam a Iugoslávia. Os sérvios por sua vez lutam contra os dois outros grupos étnicos principais da Iugoslávia, os croatas e os eslovenos.

A um primeiro exame, a iniciativa de Kosovo reflete simplesmente os conflitos cada vez mais perigosos entre nacionalidades rivais num Estado

balcânico. Num nível mais profundo, no entanto, o voto independentista em Pristina reflete a atuação de poderosas forças que vêm dilacerando as instituições governamentais em todo o mundo.

Da China à Tchecoslováquia, da África do Sul à União Soviética, movimentos políticos centrados em etnias, identidades nacionais e religiões vêm contestando premissas fundamentais do Estado-nação moderno. Neste processo, reintroduzem antigas causas de conflitos, tão profundamente submergidas pela Guerra Fria que quase pareciam ter desaparecido da equação histórica.

Há 10 anos, por exemplo, a Tchecoslováquia vivia um confronto entre reformistas liberais e um dos governos mais rigidamente stalinistas da região. Hoje, os reformistas controlam o Castelo Hradcany, da presidência, mas as tensões étnicas podem dividir o país em dois — e os próprios reformistas estão divididos a respeito do que fazer.

"A idéia de que as realidades étnicas, os nacionalismos e todas as outras lealdades primordiais desapareceriam em consequência da modernização era prematura", comenta o sociólogo Saad Eddin Ibrahim, da Universidade Americana do Cairo. "Foi esta provavelmente uma das grandes lições do século 20: a ideologia não pode substituir os interesses ou o peso da geografia. É isto que estamos redescobrimo."

As implicações desse ressurgimento das paixões étnicas, nacionais e religiosas são profundas:

- Muitos Estados-nação modernos estão começando a ruir porque falhou o conceito de "cadinho de raças", a idéia de que povos diferentes e mesmo historicamente hostis podem ser assimilados sob grandes guarda-chuvas políticos, em nome da modernização e do progresso.

- A agitação na União Soviética e em partes da China ameaça fazer voar pelos ares os últimos resquícios de uma era imperial que começou há mais de 500 anos. O turbulento desmantelamento, após a Segunda Guerra Mundial, de impérios europeus construídos no século passado pode ser sucedido por novas ondas de desintegração no interior dos impérios soviéticos e chinês, com consequências incalculáveis para os Estados Unidos e outras potências mundiais.

- Em diferentes partes do mundo, movimentos religiosos fundamentais entraram na arena política, desafiando diretamente um dos princípios básicos da era moderna: o de que os governos e outras instituições cívicas devem ser predominantemente seculares, confinando-se a religião à vida privada dos indivíduos e dos grupos.

Para as grandes potências, tudo isto descortina décadas de enormes desafios. Acostumados durante

anos a tratarem de muitos problemas em termos simples de confronto entre o Ocidente e o Leste, os dirigentes políticos precisam agora compreender uma profusão de povos e questões diferentes mas interligados, decidir quais são importantes realmente e estabelecer as estratégias a seguir.

Tal desafio pode ser particularmente difícil para os Estados Unidos, pois Washington será obrigada — especialmente em áreas como religião e identidade étnica — a enfrentar problemas que para os americanos sempre consistiram em questões pessoais, fora da alçada da política.

No dia seguinte à declaração do Parlamento de Kosovo, a *independência* da província foi suspensa pelo governo da Sérvia — que detém autoridade administrativa sobre a polícia e outras instituições oficiais de Kosovo, apesar da autonomia nominal desta. Embora constituam hoje apenas 10% da população de Kosovo, onde a maioria professa o islamismo, os sérvios consideram a província como o "berço da nação sérvia", e estão decididos a não perder a terra de suas origens históricas.

O conflito entre sérvios e albaneses é apenas um dos muitos que conturbam a Iugoslávia. A Croácia e a Eslovênia, predominantemente católicas, estão exigindo sua autonomia. E as velhas rixas históricas são mantidas acesas por ressentimentos e discriminações recentes. Nada disto chega a surpreender, quando se sabe que, para criar este país sobre as ruínas dos impérios otomano e austro-húngaro, após a Primeira Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes juntou cinco nacionalidades, quatro línguas, três religiões e dois alfabetos.

Mas embora o caso da Iugoslávia seja às vezes considerado único, os tipos de correntes nacionais e étnicas que hoje a dilaceram manifestam-se também em muitos outros países. De todos os *ismos* dos três últimos séculos, o nacionalismo está sem dúvida entre os mais resistentes à passagem do tempo. "A idéia do cadinho de raça a serem assimiladas saiu da imaginação americana", diz Firuz Kazemzadeh, historiador na Universidade de Yale. "Funcionou, até certo ponto, de forma imperfeita, nos Estados Unidos. Mas não deu certo em outras partes do mundo, nas quais a assimilação era geralmente imposta por forças inaceitáveis para as massas e a população em geral."

Na Europa Oriental, o infeliz casamento de tchecos e eslovacos ameaça romper-se; a população turca da Bulgária, tão duramente reprimida por tanto tempo que os pais não podiam dar nomes turcos a seus filhos, está exigindo liberdade; na Romênia, os nacionalistas étnicos defrontam-se com a minoria húngara em combates corpo-a-corpo.

Na África, ódios tribais que durante décadas

resultaram em massacres continuam vivos. Em partes da América dos Sul, populações indígenas, mestiças e de origem européia vivem nos mesmos países, mas encontram-se na realidade em mundos diferentes, com poucas perspectivas de unidade. Embora o Peru se tenha tornado o independente da Espanha em 1824, "ainda não somos uma nação", lamenta Luís Bustamante, advogado e político peruano, acrescentando: "Muitos países latino-americanos ainda não são nações."

Na Ásia Central, vastas regiões da União Soviética e da China enfrentam o problema dos conflitos étnicos. Mais de 1.000 pessoas já morreram em confrontos entre quirguizes, uzbeques, mesquitéis e outros grupos. Na Rússia européia, lituanos, estonianos e letões também tratam de afirmar sua independência. E se estas tensões levarem ao esfacelamento do império soviético, e de partes da China, o resultado será instabilidade em boa parte do planeta, com a possibilidade de que muitos conflitos extravasem as fronteiras nacionais.

Também no Ocidente se manifestam os conflitos étnicos e nacionalistas. No Canadá, o Québec francês ameaçou separar-se se não recebesse um estatuto especial, enquanto esquimós e índios mohawks e crees apresentavam ao governo reivindicações milenares sobre terras dos ancestrais. Na Bélgica, depois de 600 anos de convivência, só uma desconfortável trégua contém a hostilidade entre os flamengos de fala holandesa e os valões de língua francesa. A própria França, onde uma das culturas dominantes do planeta há séculos vem absorvendo e afrancesando os forasteiros, luta hoje para *digerir* novas ondas de imigrantes árabes.

Na África, na Ásia, no Oriente Médio e em outras regiões que estiveram submetidas ao colonialismo, as fronteiras nacionais freqüentemente refletem decisões impostas de fora. O mapa moderno da África foi desenhado por europeus sob a orientação do rei belga Leopold, na Conferência de Berlim de 1884, com absoluto desprezo pelas terras e divisões tribais. No Oriente Médio, grande parte do mundo árabe foi dividida em novos Estados-nações pela França e a Grã-Bretanha no Acordo Sykes-Picot de 1916, que muito pouca atenção deu a divisões sectárias, comunitárias ou religiosas. O mesmo vale para grande parte da América Latina.

Por que se dá tanta importância a tradições étnicas aparentemente tão distantes do mundo moderno? "O que estamos vendo é a reação desses grupos à perspectiva do esquecimento", diz Luís Bernardo Honwana, escritor e ministro da Cultura moçambicano. "Para fazer parte de um conjunto, de um grupo, era necessário ceder em alguma coisa,

provavelmente muito mais do que se pretendia ceder. E era preciso também absorver valores estranhos ou estrangeiros. Hoje, o que queremos é nos assegurar de que não seremos destruídos como entidade cultural. A unidade simplesmente não pode ser construída ao preço da existência de alguns dos elementos que integrarão esta unidade."

Ao mesmo tempo em que tantos Estados e sociedades se fragmentam por questões de religião, etnia e cultura nacional, suas populações alimentam a esperança de alcançar o progresso econômico mediante alianças com alguns dos blocos comerciais que se vão formando pelo mundo. Mas em muitos casos estes sonhos poderão ser de difícil realização. Agitação social e política dogmática muito pouco atraem investidores estrangeiros; banqueiros costumam emprestar a pessoas que têm o dinheiro como prioridade.

Como demonstram certos países ou territórios tão pequenos quanto empreendedores — a Suíça, Hong Kong, Cingapura —, o tamanho não é requisito fundamental para o crescimento e a prosperidade. Em termos abstratos, nada impede que os sérvios, os croatas, os tchecos, os eslovacos, os habitantes do Québec e os do Canadá de língua inglesa sigam seus caminhos separadamente, em paz e prosperidade.

É precisamente o que parecem esperar muitos grupos nacionais e étnicos. "Na fase seguinte, eles se libertam, sentem-se livres. Poderão fazer sua escolha", antecipa Helmut Wagner, cientista político na Universidade Livre de Berlim. "E logo estarão querendo tornar-se parte de uma união maior, que aceitem livremente e que lhes dê autonomia em certas áreas, especialmente a língua, a cultura e os costumes. É algo de tão forte quanto o empenho de desintegração: tornar-se membro de uma união mais ampla."

É mais uma vez a Iugoslávia que pode exemplificar esta expectativa. No mesmo momento em que o país se encaminha para a desintegração, a Croácia e a Eslovênia abriram escritórios independentes em Bruxelas, sede da Comunidade Econômica Européia. "Para mim, seria melhor que a capital da Croácia fosse Bruxelas, e não Belgrado" (capital ao mesmo tempo da Iugoslávia e da república sérvia), diz o cientista político croata Zvonko Letrovic.

"Estamos assistindo ao mesmo tempo à provincialização e à internacionalização do planeta. O grande desafio é conciliar as duas tendências — e não tentar detê-las, pois isto seria impossível", diz Ibrahim, o sociólogo egípcio. "Como poderia eu afirmar minha identidade local na comida, no estilo de vida, nas roupas, nos sentimentos, e as-

sim por diante, sem ao mesmo tempo me isolar, ou marginalizar ou ser esquecido? É este o desafio, um desafio que continuará vigorando nas duas ou três primeiras décadas do século 21."

No dia 8 de outubro, 300 israelenses da organização religiosa Fiéis do Monte do Templo tentaram, apesar de proibição judicial, plantar uma pedra fundamental para a construção de novo templo na praça mais sagrada de Jerusalém, onde convivem templos judaicos e muçulmanos. Em questão de horas, a velha cidade viveu os piores atos de violência desde a guerra de 1967: 20 palestinos mortos e centenas de árabes e israelenses feridos.

Vinte e dois dias depois, a tragédia repetiu-se na Índia, em confrontos entre hindus e muçulmanos na cidade sagrada de Ayodhya: 90.000 hindus foram detidos para impedir o confronto, mas ainda assim ele ocorreu, causando a morte de 20 pessoas, deixando centenas feridas e espalhando a violência por seis estados da Índia. Os hindus querem construir um templo exatamente no local onde existe hoje uma mesquita muçulmana, alegando que foi ali que nasceu seu deus.

Os dois episódios refletem uma das mais impressionantes tendências deste fim de século: na época mais secular da história, a religião surge como força política decisiva. "Com poucas exceções, a religião não se mostrava tão vital, dinâmica e ambiciosa desde antes do Iluminismo", diz Ehud Sprinzak, cientista político na Universidade Hebraica de Jerusalém.

Mas as religiões politizadas têm menos a ver com as mudanças ocorridas nas grandes religiões do que com o clima político e cultural contemporâneo. O denominador comum entre esses movimentos tantas vezes disparatados em suas táticas e objetivos é uma reação ou mesmo uma rejeição de certas características básicas do mundo moderno. Para milhões de pessoas, em diferentes partes do mundo, a busca da identidade, da segurança e da satisfação não é atendida pela lógica da razão, pelos direitos universais prometidos pelo Iluminismo ou pelo progresso material da era científica.

Para o rabino David Hartmann, diretor do Hartman Institute, de Israel, trata-se de uma reação ao teor predominante secular da política e da cultura moderna. Seria também uma reação à tendência a pôr de lado os valores tradicionais em épocas de mudanças rápidas. E sobretudo uma reação ao vazio espiritual deixado pela crença materialista exclusivista no desenvolvimento, no nacionalismo, na ciência, na razão ou no individualismo.

Praticamente todas as ideologias modernas divorciaram a fé do governo. O comunismo banuiu a religião. A democracia privatizou-a. Até o sio-

nismo originariamente separava a sinagoga do Estado. Nos países com forte tradição de determinada religião, as ideologias ignoraram ou renderam preito apenas da boca para fora a essas tradições: foi o caso do peronismo na Argentina católica ou do kamlismo na Turquia islâmica. Até mesmo o *apartheid*, que os dirigentes calvinistas brancos da África do Sul tentaram justificar com citações do Velho Testamento, é secular.

Para muita gente, no entanto, todas essas ideologias fracassaram. "As promessas da modernidade, seja a da sociedade industrial de consumo ou a da sociedade sem classes, não parecem ter dado certo", diz Harvey Cox, teólogo na Universidade de Harvard. E o prefeito de Jerusalém, Teddy Kollek: "Existem todos esses problemas terríveis em toda parte, da guerra atômica a novas doenças, como a Aids, passando pelo fato de que tanta gente em Nova Iorque, a cidade mais rica do mundo, dorme nas ruas. A atitude liberal normal não forneceu as respostas necessárias."

Em certos casos, a religião é o último recurso: em países onde a oposição está na clandestinidade, a igreja, a mesquita ou a sinagoga significam uma alternativa para a mobilização dos insatisfeitos. Enquanto a maioria dos líderes negros da África do Sul estava na cadeia ou no exílio, o bispo anglicano Desmond Tutu liderou a campanha contra a segregação racial, ganhando o Prêmio Nobel da Paz em 1984; no Tibete, monges budistas estimularam a oposição ao controle comunista chinês, e o Dalai Lama também ganhou o Nobel da Paz, em 1989. Em Berlim Oriental, a Igreja Luterana comandava e sediava vigílias cívicas e o movimento pró-democracia, antes da queda do Muro.

Em outros casos, a religião é um porto seguro em tempos de furacões. "A modernidade é como um violento furacão. E quando vem um furacão, o que as pessoas fazem? Descem ao porão e se agarram às pilastras", diz o psiquiatra e historiador peruano Max Hernandez. "O mesmo acontece com a atual transição política. À medida que o furacão vem avançando, as pessoas descem ao porão de suas almas e se agarram aos pilares — a coisas que sobreviveram a outros furacões, tais como a fé na imortalidade da alma e as raízes étnicas."

Muitas vezes a religião não só desafia uma ordem existente como contribui para definir o espectro político, onde não existe consenso. Mas as religiões politizadas complicam consideravelmente este espectro, como demonstrou a revolução iraniana de 1979. Desde então, o islamismo tornou-se um fator poderoso em todo o Oriente Médio, pondo à prova todas as formas de governo, não raro pela violência, mas às vezes por meios de-

mocráticos. A Frente Islâmica de Salvação obteve vitória esmagadora na primeira eleição multipartidária realizada na Argélia, em junho passado. No reino hachemita da Jordânia, os muçulmanos ganharam no ano passado 33 das 80 cadeiras parlamentares, na primeira eleição desde 1967.

Mas em parte alguma o desafio à identidade secular do Estado é mais abrangente e complexo do que na Índia, a democracia mais populosa do mundo. No ano que passou, a Índia quase foi à guerra com o vizinho Paquistão por causa da província de Cachemira, onde os muçulmanos ameaçam com a secessão. No Punjab, morrem em média 600 pessoas por mês em consequência de atos de violência em torno da reivindicação de autonomia — ou de secessão, nos casos mais radicais — por parte dos sikhs.

Mas a questão que selou o destino dos dois últimos governos foi a da colina em Ayodhya, onde os hindus querem erguer um templo. Quando o então primeiro-ministro Rajiv Gandhi autorizou-os a lançar a pedra fundamental, os muçulmanos retiraram o apoio a seu Partido do Congresso. Na eleição pouco depois, em 1989, Gandhi — cujo partido tem governado o país desde a independência em 1947, com um breve interregno de dois anos — foi derrotado.

A mesma eleição marcou a espantosa ascensão do partido fundamentalista hindu Janata. Depois de uma campanha em que a questão do templo ocupou os principais espaços, num país de população 82% hindu, o número de parlamentares do partido saltou de dois para 86, e ele se tornou o terceiro mais importante do país, assumindo papel decisivo na coalizão que sucedeu ao governo de Gandhi.

Quando a polícia interveio para reprimir a jornada de um mês que o presidente do Janata, Lal Krishan Advani, promoveu através do país para conseguir apoio para a construção do templo, o primeiro-ministro V. P. Singh justificou a repressão pela TV: "Não se trata de salvar um governo, mas de salvar o país. Trata-se do maior desafio que já enfrentamos desde a independência. O fanatismo religioso é o primeiro passo para a fundação de um Estado teocrático. Seria a morte da Índia como Estado secular."

Não era exagero de sua parte. Três outras organizações, mais extremistas que o Janata, defendem atualmente um Estado-nação hindu — um Hindu Raj, ou Hinduvta. E depois da detenção de Advani, a crise explodiu. Apesar da proibição da cerimônia para lançamento da pedra fundamental do templo, milhares de jovens romperam as barricadas policiais, plantando símbolos da fé hindu em plena mesquita. Com a prisão de seus líderes,

o Janata retirou o apoio à coalizão e o governo de Singh caiu.

No caso israelense, embora os Fiéis do Monte do Templo sejam apenas um pequeno grupo secundário em Jerusalém, o fato é que desde 1984 os partidos religiosos vêm conquistando posições suficientemente fortes para determinar qual dos dois grandes partidos pode formar a coalizão de governo. Seu apoio no entanto é acompanhado de exigências, como proibição de vôos da empresa El Al no Sabbath e projeção pública de filmes na véspera do Sabbath, além de cargos no governo. Como na Índia, as qualidades seculares do Estado israelense estão se desgastando.

Entre os árabes, a Hamas e o Jihã Islâmico, duas facções islâmicas, têm desafiado tanto os israelenses quanto a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), desde 1987. As duas tendências divergem radicalmente da OLP quanto aos objetivos de longo prazo. "O Movimento Islâmico de Resistência considera a Palestina como território islâmico inalienável, pertencente aos muçulmanos até o fim dos tempos", afirma o manifesto da Hamas.

"Neste fim de século", comenta Sprinzak, da Universidade Hebraica, "estamos descobrindo que os movimentos religiosos não querem apenas participar da política. Estão lutando para conseguir uma efetiva ascendência, para tomar o poder. Não vão consegui-lo, mas mudarão o rumo das coisas. Já estão mudando, e ainda mudarão mais".

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 13 de janeiro de 1971. Trata-se de reportagem que faz parte de uma série de artigos publicados no Los Angeles Times e escritos pelos repórteres Doyle McManus e Robin Wright. Eles passaram vários meses percorrendo 21 países em todo o mundo e contaram com a colaboração dos correspondentes do L.A.T.)

OSÔNIO, UMA AMEAÇA EXAGERADA

Alguém já disse que uma das marcas registradas deste final de milênio é a predominância das idéias sobre os fatos, mesmo quando estes contrariam aquelas. Uma das áreas onde tal tendência se manifesta de forma mais incisiva e insidiosa é a avaliação dos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente, objeto de

incontáveis exageros. Um destes é a condenação do uso de certos produtos químicos, sob acusações nem sempre procedentes. Isto ocorreu, por exemplo, com o DDT, um dos mais baratos e eficientes pesticidas já fabricados, lançado ao *index* após a sua condenação, em 1972, pela Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA — decisão declaradamente tomada por razões "políticas" e que contrariou as conclusões da comissão de cientistas convocada pela própria agência para analisar a toxicidade do produto.

Agora, o mesmo poderá ocorrer com algumas das mais versáteis substâncias já sintetizadas pelo Homem, os clorofluorcarbonos (CFCs), cujas utilizações se contam às dúzias, mas cujo uso se acha sob ameaça de interdição, por seus supostos efeitos deletérios sobre o ozônio estratosférico, espetacularmente popularizados pelo chamado "buraco no ozônio" da Antártica. O Protocolo de Montreal, entabulado em 1987 e ratificado, posteriormente, por vários países, inclusive o Brasil, visa à eliminação total dos CFCs e outros produtos clorados até o ano 2000. Entretanto, de acordo com as melhores evidências, este propalado papel de "vilão ecológico" dos CFCs tem sido bastante exagerado. Senão, vejamos.

A origem do ozônio estratosférico está na atividade solar. O Sol emite radiação ultravioleta em vários comprimentos de onda. A radiação de comprimento de onda mais curto (UV-C), de grande intensidade energética, atua sobre as moléculas de oxigênio, dissociando-as, pelo rompimento das ligações entre os átomos de oxigênio. Livres, estes procuram recombinar-se; alguns, voltam a formar moléculas de oxigênio (O₂); outros, combinam-se com moléculas, formando moléculas de ozônio (O₃). Este processo ocorre, na parte mais elevada da estratosfera, de 25 a 50km de altura, onde a radiação ultravioleta é mais intensa.

A concentração de ozônio na estratosfera não aumenta indefinidamente, pois suas moléculas são mais instáveis do que as de oxigênio, sendo facilmente dissociadas por vários agentes, como:

1. A radiação ultravioleta de comprimento de onda intermediário (UV-B). Por isso, diz-se que o ozônio "absorve" este tipo de radiação; na verdade, ela é "gasta" na dissociação das moléculas do gás. Esta radiação pode provir diretamente do Sol ou, indiretamente, das auroras que ocorrem nas regiões polares, como constatado por pesquisadores da Universidade La Sapienza, de Roma. Parte da radiação UV-B, não utilizada na dissociação do ozônio, atinge a superfície da Terra, atuando sobre os seres vivos. Estes efeitos não são exclusivamente malignos, como faz supor a pro-

paganda alarmista, pois a sintetização de vitamina D na pele depende da radiação UV-B. (Note-se que a radiação UV-B, extremamente nociva para os seres vivos, é "absorvida" pelo oxigênio, ou seja, é "gasta" para formar o ozônio.)

2. Reações catalíticas com óxidos de nitrogênio, comumente formados na atmosfera, principalmente nas regiões polares, pela ação das radiações cósmicas ou do fluxo de partículas provenientes da atividade solar (vento solar), que também formam as auroras acima mencionadas.

3. Reações catalíticas com átomos de cloro. Eis o ponto onde entram os CFCs. Segundo a teoria em voga, os CFCs usados são liberados na atmosfera e, devido à sua grande estabilidade molecular, não são dissociados com facilidade, e, com o tempo, acabariam ascendendo à estratosfera, onde a radiação UV-C dissociaria suas moléculas, liberando os átomos de cloro. Livres, estes dissociariam o ozônio, permitindo o acesso de um maior fluxo de radiação UV-B à superfície do planeta, acarretando o aumento dos casos de câncer de pele, a destruição do fitoplâncton marinho, de colheitas agrícolas e todo um rosário de pavorosos efeitos sobre os seres vivos.

Todavia, um detalhe pouco lembrado é que a própria Natureza se encarrega de prover a atmosfera de suprimentos de cloro muito mais significativo do que os CFCs, cuja produção acumulada, em pouco mais de meio século — foram sintetizados pela primeira vez em 1930 —, atingiu algumas poucas dezenas de milhões de toneladas, valor insignificante, em comparação com fenômenos como as erupções vulcânicas e o *spray* da água do mar, que se manifestam há milhões de anos. A atual produção mundial de CFCs é da ordem de 1,1 milhão de toneladas anuais — equivalente a cerca de 750 mil toneladas de cloro. Evidentemente, apenas uma fração destes CFCs é lançada na atmosfera e uma fração ainda menor pode, efetivamente, chegar até a atmosfera, mas, como estas proporções não são conhecidas com exatidão, comparemos os valores brutos com os fenômenos citados.

No tocante ao cloro proveniente do *spray* da água do mar, sob a forma de cloreto de sódio (NaCl), as estimativas apontam para uma quantidade da ordem de 300 milhões de toneladas anuais. Evidentemente, a maior parte deste material é decomposta pelas chuvas e outros agentes, antes de poder, eventualmente, ascender até a estratosfera, mas a presença de quantidades significativas de NaCl na baixa estratosfera já foi observada.

Quanto aos vulcões, apenas para ficar com alguns exemplos mais significativos: em 1963, a erupção do Agung, na ilha de Bali, arremessou,

de uma vez, mais de um milhão de toneladas de cloro na atmosfera, sob a forma de um ácido clorídrico (HCl); em 1883, o Krakatoa, na Indonésia, contribuiu com mais de 3 milhões de toneladas; ambos foram largamente superados pelo Tambora, também na Indonésia, cuja erupção de 1815 produziu mais de 200 milhões de toneladas de cloro — equivalentes a quase 300 anos da produção atual de cloro proveniente dos CFCs. Mais recentemente, em 1976, a erupção do St. Augustine, no Alaska, chegou a mais de 500 mil toneladas, equivalentes a toda a produção de CFCs do ano anterior.

Um vulcão ainda mais interessante é o Monte Erebus, o único vulcão ativo da Antártica, com mais de 3.000m de altitude e que se encontra em permanente atividade. Em 1983, medições efetuadas por geólogos norte-americanos revelaram que o Erebus estava lançando, diariamente, na atmosfera, cerca de 1.200 toneladas de cloro, equivalente a 60% da produção mundial de cloro dos CFCs. Se o considerarmos que, na Antártica, o limite inferior da camada de ozônio se situa em altitudes inferiores ao observado nas latitudes mais baixas, é razoável supor que af pode encontrar pelo menos uma parte da explicação do "buraco no ozônio". Recorde-se, ademais, dos óxidos de nitrogênio e da radiação UV-B das auroras. (Deve, também, ser mencionado que o Monte Erebus está localizado a cerca de 11 km da base norte-americana de MacMurdo, onde pesquisadores mediram concentração de cloro na atmosfera muito acima dos índices normais, atribuindo-as, erroneamente, aos CFCs.)

Deve-se ter em conta que tanto as moléculas de NaCl quanto as de HCl possuem ligações químicas muito mais fracas do que as fortes ligações das moléculas dos CFCs e, portanto, liberam seus átomos de cloro com muito mais facilidade do que estas últimas.

Do exposto, verifica-se que as concentrações de ozônio na estratosfera dependem de um balanço dinâmico entre a sua formação e a dissociação. Além disto, uma vez que as radiações cósmicas e solares desempenham um papel tão significativo neste balanço, pode-se deduzir que as variações nos fluxos destas radiações — por exemplo, os ciclos de atividade solar — promovam variações correspondentes nas concentrações do ozônio. Tal influência já foi constatada, entre outros, por pesquisadores de Unicamp e do Instituto Lebedev, de Moscou. Igualmente, no recente encontro anual da Associação Americana para o Progresso da Ciência (AAAS), o Dr. S. Fred Singer, da Universidade de Virgínia (EUA), que projetou vários instrumentos de análise do ozônio por satélites, afir-

mou que a maior parte das variações verificadas no ozônio estratosférico nos últimos anos se deve à influência solar.

Além das significativas diferenças de magnitudes entre os fatores "naturais" responsáveis pela dissociação do ozônio estratosférico e a produção dos clorofluorcarbono (CFCs), como vimos no artigo anterior, a questão apresenta outros aspectos relevantes.

A despeito do que se afirma, inexistia qualquer evidência determinante de que as concentrações de ozônio na estratosfera estejam diminuindo. Na verdade, a tendência verificada depende do período de observação. As melhores avaliações de longo período demonstram a ocorrência de um padrão cíclico de oscilações, sem qualquer tendência declinante. Isto foi constatado, por exemplo, por pesquisadores da Universidade de Oslo, Noruega, que empregaram medições efetuadas desde 1940. Os mesmos pesquisadores não constatarem nenhuma tendência ao aumento da incidência das radiações UV-B, nos últimos 12 anos. Por outro lado, pesquisas feitas na Alemanha e nos Estados Unidos constatarem diminuições da incidência dessas radiações sobre estes países, em períodos em que o ozônio também diminuía — contrariando a teoria em vigor e demonstrando que o ozônio não é o único obstáculo à radiação UV-B.

Uma contradição intrigante é o fato de que as maiores reduções verificadas nas concentrações médias do ozônio, nos últimos anos têm ocorrido no Hemisfério Sul. Entretanto, mais de 80% dos CFCs de todo o mundo são produzidos e consumidos no Hemisfério Norte, acima do Trópico de Câncer. Se os CFCs tivessem a sugerida influência sobre o ozônio, seria razoável supor que o Hemisfério Norte fosse o mais afetado pelo seu efeito.

Deve, também, ser ressaltado que a diminuição das concentrações de ozônio sobre a Antártica, no início da primavera, já havia sido constatada em 1957-58, durante o Ano Geofísico Internacional, pela equipe do cientista inglês Gordon Dobson, de Oxford (em cuja homenagem foram batizadas as unidades que medem a concentração de ozônio na atmosfera), e, mais tarde, em 1982, pelo Prof. Shigeru Chubachi, diretor do Instituto de Pesquisas Polares do Japão — antes, portanto, da famosa expedição do *British Antarctic Survey*, que deflagrou o alarme mundial sobre o fenômeno, em 1987. Ambos consideraram-na um fenômeno natural.

Diante desses fatos, cabe a pergunta: o que está, na verdade, por trás das histórias apocalípticas sobre os CFCs?

Em 1972, questionando sobre a campanha contra o DDT, o entomologista inglês Kenneth Mel-

lamby, diretor do laboratório ecológico de Monks Wood, um dos mais importantes do mundo, forneceu uma pista instigante: "A maior parte das firmas tem prejuízo com o DDT, que é muitíssimo barato. Além disso, o prazo da patente já expirou. Se eu fosse fabricante de produtos químicos, preferiria vender pequenas quantidades de um produto muito mais caro com uma grande margem de lucro do que imensas quantidades de DDT."

No caso dos CFCs, consultemos outra autoridade, o franco-belga Haroun Tazieff, um dos maiores cientistas do mundo e ex-ministro de Desastres Naturais da França. Em uma entrevista à agência *France Presse*, em 9 de agosto de 1989, Tazieff foi categórico: "Os CFCs eram produzidos apenas pelas grandes indústrias químicas dos países industrializados, mas, agora, qualquer pequena empresa pode produzi-los e essas empresas estão competindo com as grandes. Se os CFCs forem proibidos e forem substituídos por outros produtos, de produção mais difícil, a competição por parte dos países pobres será eliminada e, então, as grandes empresas poderão dividir entre elas o mercado."

Nos Estados Unidos, a denúncia de Tazieff foi secundada por vários cientistas, técnicos e executivos industriais, ouvidos pela revista *Executive Intelligence Review*, que publicou uma série de matérias sobre o assunto.

Vejamos, também, a opinião do subeditor do insuspeito *The Wall Street Journal*, George Melloan. Em artigo publicado em 24 de outubro de 1989, Melloan pergunta: "Quem está ditando a política do ozônio: a ciência ou os lucros privados?" Ele mesmo responde, apontando para várias empresas que estão desenvolvendo substitutos mais caros para os CFCs e afirmando que, "afinal de contas, há dinheiro envolvido no ambientalismo... (que) criou toda uma série de interesses velados, que lucram mais quando há muitos problemas do que quando há poucos. Isto tende a desviar o debate público para as "soluções", mesmo quando alguns dos mais renomados cientistas estão céticos quanto à seriedade das ameaças e a insistência de urgência em tratá-las."

As afirmativas de Melloan foram explicitamente antecipadas pelo maior fabricante mundial de CFCs, a Dupon norte-Americana, que também lidera a corrida em busca dos seus substitutos. Em discurso na Câmara de Comércio Norte-Americana, em Londres, em 4 de maio de 1989, o presidente da empresa, E.S. Woolard, declarou: "Às vezes, nós nos posicionamos sobre um tema ambiental baseados apenas em dados técnicos e científicos. Temos nos inclinado em demasia a agir como se as

expectativas e preocupações da opinião pública importassem menos do que as opiniões técnicas dos cientistas e engenheiros. Mas, efetivamente, *a opinião pública deve ser tratada sem consideração com os fatores técnicos* (grifo nosso).” Em outro trecho do discurso. Woolard admitiu que “em 1986, nós lideramos o setor industrial a apoiar as negociações internacionais que resultaram no Protocolo de Montreal”.

Uma admissão igualmente explícita das consequências de tais medidas foi feita pelo representante oficial do governo dos EUA ao Protocolo de Montreal, embaixador Richard Benedick, durante uma conferência no *Climate Institute*, em Washington, em dezembro de 1988: “Por sua ação, os signatários de Montreal, com efeito, decretaram uma sentença de morte para uma importante parte da indústria química internacional. A decisão tem implicações de bilhões de dólares em investimentos e milhões de empregos em setores correlatos, como alimentos, plásticos, transportes, eletrônica, cosméticos, prevenção de incêndios e saúde pública.”

Atualmente, os substitutos para os CFCs e outros produtos abrangidos pelo Protocolo de Montreal estão sendo pesquisados e patenteados por um grupo de grandes empresas internacionais, como as norte-americanas DuPont e Allied Chemical, a inglesa Imperial Chemical Industries (ICI), a francesa Atochem, a alemã Hoechst e outras. Caso os esforços de banimento sejam bem-sucedidos, tais empresas exercerão um dos maiores monopólios internacionais da História, com efeitos diretos sobre os esforços dos países em desenvolvimento para conceder melhores níveis de vida às suas populações. Imagine-se, por exemplo, o que significam, apenas em termos de necessidades de refrigeração e conservação de alimentos, os mercados brasileiros, chinês e indiano. Na Índia, a ministra do Meio Ambiente, Maneka Gandhi, afirmou que apenas o custo da conversão da indústria de seu país para o uso dos novos produtos ultrapassará os 700 milhões de dólares — recursos, certamente, necessários ao enfrentamento de ameaças mais concretas, como a escassez de saneamento, água potável etc. (Ademais, persistem sérias dúvidas sobre a eficiência de tais substitutos, como relata a edição de fevereiro de 1991 do *Journal of the American Society of Heating, Refrigerating and Air Conditioning Engineers*, inteiramente dedicada ao assunto.)

Do exposto, pode-se concluir que, ao contrário do que ocorre com o aquecimento global, fenômeno de grande complexidade e cujo entendimento ainda necessitará de muitas pesquisas — mas sobre o qual, igualmente, não há motivo para tanto alarde —, já se conhece o suficiente

sobre a dinâmica do ozônio atmosférico para afirmar que os CFCs ou qualquer outro produto fabricado pelo Homem tem pouco ou nada a ver com as variações das concentrações de ozônio na estratosfera. Assim, o seu banimento não trará quaisquer benefícios para o meio ambiente, mas apenas para os privilegiados fabricantes de seus desnecessários substitutos.

(*Matéria extraída do Jornal do Brasil, edições de 5 e 6 de março de 1991. Assina-a Geraldo Luiz Saraiva Lino, geólogo, consultor de meio ambiente.*)

MEMÓRIAS DA ESQUERDA

Houve um tempo em que queria ver o último general enforcado nas tripas do derradeiro deputado da Arena. Quando hoje penso no radicalismo da nossa geração no fim dos anos 60, suspiro aliviado por não termos todos morridos nas mãos dos torturadores e lastimo ainda mais o inútil sacrifício dos que as suas vidas entregaram pelo vago sonho da pátria socialista. No final do ciclo das ditaduras militares, o Brasil safou-se melhor do que a Argentina e o Chile. A anistia mútua, por tantos abominada há pouco mais de uma década, não criou a permanente ameaça de um reviver do militarismo que quatro ou cinco generais presos provocam em Buenos Aires, nem permitiu o prolongamento do poder dos nossos candidatos a Pinochet, como em Santiago. Foi uma medida sábia. Sábia também foi a alternância dos generais na presidência, que evitou a personalização da ditadura, como no caso chileno.

Quem éramos nós e por que tão grande foi o nosso fracasso, são outras indagações que me ocorrem. Éramos, quase todos, jovens de classe média, indignados com as desigualdades sociais que massacraram o nosso povo e com a submissão de um governo de origem ilegítima aos interesses dos governantes americanos. Mandavam os últimos generais da FEB, Força Expedicionária Brasileira, que haviam aprendido na Itália a admirar os Estados Unidos e a sua capacidade para armar milhões de homens e conduzi-los à vitória. A admiração e a polarização da Guerra Fria levou-os a formular para si próprios uma justificativa profissional: tornar-se uma força auxiliar do “Ocidente” na luta contra o mal absoluto do comunismo com o objetivo de controlar a subversão interna. Essa definição permitiu a um deles, ministro das Relações

Exteriores, dizer uma frase que hoje até o mais alienado tenente repudiaria: "O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil."

O exercício do poder pelos generais americanos aprofundava as desigualdades sociais porque entregaram a gestão econômica a um grupo de tecnoburocratas interessado em concentrar o capital de tal forma que fosse possível às empresas estatais assumirem proporções comparáveis às das multinacionais e, em parceria com elas, arrastarem para o gigantismo as empresas nacionais que demonstrassem ser capazes de segui-las. Haveria, assim, salários altos e mordomias para todos eles, estivessem ou não no governo. E, como os industriais se haviam tornado latifundiários em razão dos juros agrícolas subsidiados, não faziam a reforma agrária, medida inicial da revolução industrial nos países ricos.

Pense-se o que se quiser dos resultados obtidos por esse esquema de alianças, uma coisa é indiscutível: os seus líderes conheciam as estruturas do poder no Brasil e no exterior muito melhor do que a oposição. Tanto que, tendo mudado de rumo, estão no poder até hoje, ainda que em posições mais subalternas.

A esquerda da oposição, onde militava a juventude, seria socialista? Muito vagamente. O grupo organizado mais importante, ligado ao PCB, pertencia ao partido comunista mais incapaz de teorizar de toda a América Latina. O Brasil foi o único país latino-americano onde o secretário-geral do Partido Comunista jamais escreveu um livro teorizando a realidade nacional. Logo, a visão do socialismo que transmitia era estreita no seu horizonte de convivência humana e desligada dos desejos das massas que proclamava defender. Daí jamais ter conseguido multiplicar os seus adeptos. Os outros grupos comunistas sofriam dos mesmos males que o PCB, do qual eram cisões. Como alternativa, havia a Ação Popular, um grupo originariamente católico, que buscava encontrar um caminho puramente brasileiro para o socialismo e se recusava a aceitar a idéia da ditadura do proletariado. Diríamos hoje que a maioria dos seus núcleos iniciais era social democrata. Sendo a democracia dificilmente alcançável por caminhos eleitorais em uma ditadura, acabou prevalecendo no interior da AP uma proposta comunista que tinha o maoísmo como modelo.

Lembro-me de uma reunião com um dirigente que nos mandaram de São Paulo. Explicou longamente as belezas da China e disse que deveríamos fazer como em Tachai. Tachai era uma comuna popular implantada em terra árida, perto de Shanghai. "Lá", contou, "há hoje água, trazida de longe

por canais abertos a pá e picareta. Todo mundo vive bem, come em restaurantes coletivos, trabalha 16 horas por dia..." "Trabalha quanto?", perguntei. "Dezesseis horas." "E você acha que vou arriscar a minha vida para fazer os brasileiros trabalharem 16 horas? A classe operária levou um século para trabalhar oito horas. Quem é que vamos convencer a trabalhar o dobro?" Foi assim que saí da AP, sem jamais ter entrado direito. E aprendi que, tanto antes como depois da ditadura, a esquerda perde sempre que não se conforme com o real. Quem não conhece a realidade não pode sonhar. Quem não desperta sonhos não faz política. Os sonhos são a parte mais concreta da luta pelo poder.

Vinte anos depois está a esquerda no mesmo impasse. Não consegue refazer o seu ideário, adotar bandeiras novas, adaptadas às transformações da nossa sociedade. E as diferenças sociais jamais foram tão profundas, nunca precisaram tanto ser teorizadas. O fracasso dos intelectuais de esquerda resulta no mar de votos nulos ou no "eleitor de resultados", que vota em Antonio Carlos Magalhães e Maluf.

Onde estão as propostas práticas para um aumento da participação dos salários na renda nacional, participação que é a mais baixa do mundo? E a alternativa para combater a inflação, o pior imposto para o assalariado? Onde ficam as propostas da esquerda para acabar com o corporativismo na saúde e na previdência? Como guardar os pobres no sistema educacional degradado, tanto pelo Estado como pelos professores? E as estatais: chegará o dia da passeata de esquerda pela manutenção do IAA e do IBC? Ninguém fala da discriminação econômica dos negros? Haverá uma proposta de política militar, outra de segurança pública? Alguém acredita na eficiência de uma reforma agrária feita pelos sindicatos rurais? Vamos comer o que, depois? Em Angola não se colhe mais café porque ninguém come café, e os camponeses se recusam a trabalhar por algo que não consomem.

Pensar é muito doloroso. Bernard Shaw dizia que a maior parte das pessoas não pensava nunca durante a vida e que ele se tornara uma celebridade internacional pensando três vezes por semana. Para os intelectuais de esquerda, uma vez por semana deve bastar. Mas é preciso que comecem. Meta: reconstruir a utopia, mas com os pés plantados no chão.

(Reprodução de matéria do Jornal do Brasil, edição de 10 de outubro de 1990. Assina-a o jornalista e cientista político Márcio Moreira Alves.)

BÊ-A-BÁ DA PRIVATIZAÇÃO

Dois grandes temas dominarão o cenário político dos próximos anos: a privatização das empresas estatais e a preservação da ecologia. São temas permanentes, que ultrapassam os problemas de conjuntura, por mais angustiantes que eles sejam. Sobre ecologia muito teremos de pensar e escrever, ao longo dos próximos meses. Em 1992, o Rio de Janeiro abrigará a maior conferência internacional já realizada no mundo: 30 a 50 mil pessoas, inclusive 70 chefes de estado e 3 mil jornalistas. Assunto, portanto, a esperar. A privatização é assunto mais imediato. Há já 22 empresas recomendadas ao presidente da República para privatização, sendo que 18 estão em processo final, devendo as quatro primeiras, siderúrgicas, ser oferecidas ao mercado em abril. Recentemente, outras sete foram acrescentadas à lista.

Privatização explode no campo político com mais força do que bomba guiada a laser nos campos de aviação do Iraque. É dinamite ideológica que acende as paixões de uma geração de patriotas nacionalistas, responsáveis por ter o Brasil o mais complexo aparelho de estado do Terceiro Mundo. Incendeia também interesses corporativos poderosos e debates entre os que têm ilimitada confiança no poder do mercado como regulador da economia e os que julgam indispensável o seu controle por insituições governamentais. Portanto, para podermos seguir a discussão, é preciso conhecer os seus fundamentos.

Primeiro é preciso saber o que a privatização não faz.

Privatização não aumenta os recursos disponíveis para investimentos nos setores de infraestrutura. É ilusório pensarmos que vamos ter automaticamente mais telefones, mais energia ou melhores trens, se passarmos as telecomunicações, a eletricidade ou as ferrovias para mãos particulares.

Privatização não tapa o déficit do Tesouro.

Privatização não põe direito o que está torto no setor público, não faz milagre nem transforma em desenvolvido um povo pobre e ignorante.

Quem melhor resumiu o problema a nível acadêmico foi Rogério Werneck, em um artigo publicado na revista *Pesquisa e Planejamento Econômico*, de agosto de 1989. Mostra ele que até 1989 o esforço concentrou-se em empresas que tinham caído sob o controle do BNDES por erros de gestão da iniciativa privada, como a Aracruz Celulose e a Tecidos Nova América. Todos os negócios realizados haviam conseguido um preço ra-

zoavelmente maior do que o mínimo estabelecido, mas não levaram em conta a manutenção de condições de livre concorrência no mercado, um dos preceitos básicos dos liberais. Assim, por exemplo, a venda da Sibra à Paulista de Ferro Ligas permitiu que uma só empresa ficasse com 85% da produção de ligas de manganês no país, o que constituiu um monopólio em mãos privadas.

Isso posto, Werneck demonstra que a venda de empresas públicas não reduz o déficit do governo. Razão: não se vendem empresas que dão prejuízo, a não ser com alguma espécie de doação. A hipótese de doações a particulares de bens públicos não parece enquadrar-se na presente fase do governo Collor. Vendendo empresas lucrativas, o governo abre mão do lucro futuro. Momentaneamente fica com mais dinheiro, ainda que não muito, porque a parcela que recebe à vista não ultrapassa 30% do total, mas não altera a sua contabilidade. Empresas deficitárias só podem interessar a particulares, se tiverem um monopólio que esteja sendo mal explorado, em virtude de uma política de tarifas baixas que o comprador privado pretende corrigir, quando virar dono. Mas, nesse caso, seria preferível que o próprio Estado aumentasse as tarifas antes da venda. A conclusão de Rogério Werneck é a de que a venda de ativos públicos é uma forma de financiar o déficit, não de reduzi-lo.

Outro argumento que Werneck contradiz é o levantado por Ignácio Rangel, um dos raros *maître à penser* desta terra, que diz ser a privatização dos serviços públicos uma forma de se retomar o crescimento econômico. Segundo Rangel, ao longo dos últimos 30 ou 40 anos, o Estado foi capaz de promover os investimentos necessários à expansão da infra-estrutura brasileira. Ao fazer isso, endividou-se ao ponto de perder a sua capacidade de investimento. Com o setor privado aconteceu o contrário: aproveitou-se da infra-estrutura para crescer e acumulou poupanças tão grandes que tem dificuldades em encontrar oportunidades suficientes para investimentos rentáveis. Logo, deve-se juntar a fome com a vontade de comer. O Estado endividado deixaria o campo para a iniciativa privada e iria tratar das suas obrigações para com a educação, a saúde, a habitação. Werneck diz que isso só seria exato se, ao mesmo tempo em que ocorre essa passagem de bastão, se aumentasse a capacidade de poupança do conjunto da economia. E afirma que em muitos setores intensivos de capital, tais como energia elétrica e transporte ferroviário, até mesmo os maiores grupos brasileiros enfrentariam sérias dificuldades para sustentar o esforço de investimento requerido.

Se a privatização não serve para nada disso, por que será que tem tantos defensores, e para que serventia? Eduardo Modiano (...) enumera as razões: 1 — a redução da dívida pública e a conseqüente diminuição do peso dos juros sobre as necessidades financeiras do governo; 2 — a redução do aparelho do Estado, tornando-o mais eficiente e dedicado a tarefas típicas de governo; 3 — a promoção de crescente competição entre empresas, tanto no mercado interno como no externo; 4 — a transferência para o setor privado da tarefa de liderar a expansão econômica e; 5 — a multiplicação do número de acionista de empresas cotadas na Bolsa de Valores. A conseqüência seria fazer com que a economia operasse em níveis superiores de eficiência e produtividade, permitindo a retomada do crescimento e uma progressiva distribuição da renda.

Isso posto, como se pretende implantar um programa que implica a transferência de 18 bilhões de dólares, só este ano, e a mudança da propriedade de algumas das maiores empresas do mundo nas suas categorias?

Privatização é uma opção ideológica (...). É uma opção que se encaixa dentro de um ciclo político de redução do tamanho do Estado nos países da Europa Ocidental. De lá derramou-se sobre a América Latina, via Chile de Pinochet, e agora se espalha pela Europa dita socialista. Por ser ideológica, desperta paixões. Por lidar com dezenas de milhares de empregos, geralmente melhor remunerados que a média do mercado, mobiliza interesses eleitorais e corporativistas. Finalmente, por envolver somas astronômicas — bilhões de dólares — e mercados muitas vezes oligopolizados, acende a cobiça e a ganância de muita gente poderosa. Em conseqüência, o programa de privatização das empresas estatais estará no coração do debate político dos próximos anos. Daí a importância de se ter informações claras a respeito.

A venda das empresas estatais obedecerá a um minucioso ritual previsto em uma lei — a Lei 8.031 — que terminou de ser regulamentada em agosto de 1990. Essa lei atribui poderes executivos a uma Comissão Diretora de 11 membros, quatro apenas do governo federal, que são aprovados pelo Congresso. O presidente da Comissão é o presidente do BNDES e compete-lhe lançar os editais para a contratação das empresas de consultoria encarregadas de fazer a análise financeira das companhias à venda e traçar o roteiro da forma de privatização que julgar melhor. Quer dizer, se a venda se fará através da Bolsa de Valores ou de licitações; venda de um conjunto de empresas como a Petroquisa ou através da subdivisão do grupo;

venda aos próprios funcionários e empregados ou não etc. É a Comissão Diretora ainda que dirá qual a melhor época do ano para a realização de cada negócio, tendo em conta a capacidade de absorção do mercado interno e internacional. Finalmente, cabe a ela estabelecer o ágio para cada moeda empregada e acordar os prazos de pagamento. Aliás, essa história de se usarem várias moedas para a compra das estatais é muito complicada e certamente será um dos campos da luta política. Pode-se alegar que determinado preço, se fosse pago em dólares ou cruzeiros, seria correto, mas que um montante igual, pago em "moeda incentivada" como títulos da dívida externa, é preço de banana.

Vinte e sete empresas foram examinadas para privatização e recomendou-se ao presidente da República a venda de 22 delas. Prevê-se para abril ou maio o início das quatro primeiras vendas, que estão sendo estimadas entre 3,5 e 4 bilhões de dólares, que é o valor tentativamente atribuído ao conjunto composto pela Usiminas, Usimec, Cia. Siderúrgica de Tubarão e Mafersa. Para os críticos do processo, a estimativa de preço ainda ofensiva é baixa. Aliás, a discussão sobre o preço de venda foi na Europa o mais conflituoso dos processos de privatização da Inglaterra, Espanha e França. Aqui deverá ser igual. Só o investimento feito pelo governo na Usiminas é maior do que a estimativa de venda dessas primeiras empresas a serem privatizadas. Os técnicos explicam que o preço de uma empresa depende da expectativa de lucro que ela possa gerar, do seu endividamento, dos seus compromissos trabalhistas e da sua situação no mercado interno e no mercado externo. Assim, uma empresa pode ter custado bilhões ao governo e não conseguir colocação no mercado nem dada de presente.

Levanta-se o problema de se conseguir dinheiro para comprar essas grandes empresas em um período de vacas magras, com recessão violenta no país, guerra no Oriente Médio e intensas solicitações de capital nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. Em outras palavras: há dúvidas sobre a possibilidade de se trazer dinheiro vivo para o negócio. Os técnicos estão contando com as chamadas "moedas incentivadas" para passar adiante as estatais. Essas moedas, que no dia-a-dia das conversas são mesmo chamadas de "dinheiro ruim", consistem em: CPs, Certificadões de Privatização que o Banco Central obrigou os bancos a comprar; os cruzados novos ainda retidos pelo seqüestro no início do Plano Collor; os DFAs, títulos da dívida externa depositados no Banco Central; um tal de "bônus das empreiteiras", papel com o qual o governo pretende pagar, como uma espécie de promissória de

longo prazo, as dívidas que tem com as empreiteiras de obras públicas e com os seus demais fornecedores. Calcula-se que essas "moedas incentivadas" formam um pacote potencial de 100 bilhões de dólares. Alega-se que, do ponto de vista da contabilidade pública, tanto faz para o governo receber dinheiro bom ou dinheiro ruim. De toda maneira estará abatendo a dívida pública.

Realizada a venda das siderúrgicas, virão em seguida as do setor petroquímico, de propriedade da Petroquisa e do próprio BNDES; a Copisul, Cia. Petroquímica do Sul, que teve em 1989 um volume de vendas de 548 milhões de dólares; a Petroquímica Triunfo, com vendas de 165,4 milhões de dólares; a Polisul, que produz polietileno de alta densidade e teve vendas de 149 milhões de dólares; a PPH, Cia. Industrial de Polipropileno, que produz resinas utilizadas pelas indústrias automobilística e de eletrodomésticos, tendo vendido, em 1989, 115 milhões de dólares; o grupo Petrofertil, dono de 5 empresas de fertilizantes que tem um investimento em mineração e indústrias da ordem de 2 bilhões de dólares; e, finalmente, a Celma, Cia. Eletromecânica Celma, que faz revisão e re-

condicionamento de motores e turbinas aéreas fabricadas pelos gigantes do setor: Rolls Royce, General Electric e Pratt & Whitney.

Como se vê, há muito pano para manga e pólvora para brigas. A venda de cada uma dessas empresas terá uma enorme influência no seu setor do mercado interno — oligopolista ou monopolista — e mexerá com interesses regionais, políticos e corporativos poderosos, provocando paixões a favor e contra. O governo pensa que superará esses obstáculos em poucos meses. A experiência internacional mostra que não. A Inglaterra de Mrs. Thatcher levou uma década para privatizar nove empresas e, antes disso, teve de reformular, em busca de eficiência, a estrutura de cada uma delas, injetando no negócio muitos bilhões de libras para torná-las atrativas ao capital privado e aos pequenos investidores. Dificilmente o presidente Collor conseguirá uma performance melhor.

(Matéria extraída do Jornal do Brasil, edições de 30 de janeiro e 6 de fevereiro de 1991. Assina-a o cientista político e jornalista Marcio Moreira Alves.)